

Espacialidades Turísticas

do regional ao global



Alexandre Queiroz Pereira
Eustógio Wanderley Correia Dantas
Organizadores



**Observatório
das Metrôpoles**
Instituto Nacional de
Ciência e Tecnologia

LETRAPITAL

Conselho Editorial

Série Letra Capital Acadêmica

Ana Elizabeth Lole dos Santos (PUC-Rio)
Beatriz Anselmo Olinto (Unicentro-PR)
Carlos Roberto dos Anjos Candeiro (UFTM)
Claudio Cezar Henriques (UERJ)
Ezilda Maciel da Silva (UNIFESSPA)
João Luiz Pereira Domingues (UFF)
João Medeiros Filho (UCL)
Leonardo Agostini Fernandes (PUC-Rio)
Leonardo Santana da Silva (UFRJ)
Lina Boff (PUC-Rio)
Luciana Marino do Nascimento (UFRJ)
Maria Luiza Bustamante Pereira de Sá (UERJ)
Michela Rosa di Candia (UFRJ)
Olavo Luppi Silva (UFABC)
Orlando Alves dos Santos Junior (UFRJ)
Pierre Alves Costa (Unicentro-PR)
Rafael Soares Gonçalves (PUC-RIO)
Robert Segal (UFRJ)
Roberto Acízelo Quelhas de Souza (UERJ)
Sandro Ornellas (UFBA)
Sergio Azevedo (UENF)
Sérgio Tadeu Gonçalves Muniz (UTFPR)
Waldecir Gonzaga (PUC-Rio)

Alexandre Queiroz Pereira
Eustógio Wanderley Correia Dantas
Organizadores

ESPACIALIDADES TURÍSTICAS:
do regional ao global

LETRCAPITAL

Copyright © Alexandre Queiroz Pereira e Eustógio Wanderley
Correia Dantas (Orgs.), 2021

*Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/02/1998.
Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os
meios empregados, sem a autorização prévia e expressa do autor.*

EDITOR João Baptista Pinto

REVISÃO Rita Luppi

PROJETO GRÁFICO E CAPA Jenyfer Bonfim
Imagem: rawpixel, *freepik*

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

E73

Espacialidades Turísticas: do regional ao global / organização Alexandre
Queiroz Pereira, Eustógio Wanderley Correia Dantas. - 1. ed. - Rio de Janeiro:
Letra Capital, 2021.
296 p. ; 15,5x23 cm.

Inclui bibliografia
ISBN 978-65-89925-08-8

1. Turismo - Brasil, Nordeste. 2. Urbanização - Brasil, Nordeste. 3. Turismo -
Aspectos sociais. I. Pereira, Alexandre Queiroz. II. Dantas, Eustógio Wanderley
Correia.

21-71574

CDD: 338.4791813
CDU: 338.48(812/813)

Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária - CRB-7/6439

LETRA CAPITAL EDITORA
Telefax: (21) 3353-2236 / 2215-3781
vendas@letracapital.com.br
www.letracapital.com.br

Sumário

Prefácio.....	7
Apresentação.....	13
PRIMEIRA PARTE - Turismo, políticas, região e território.....	17
1. Turismo, vilegiatura e práticas esportivas na configuração das cidades litorâneas na América.....	19
Eustógio Wanderley Correia Dantas Alexandre Queiroz Pereira	
2. A recomposição da Região Nordeste do Brasil à luz do desenvolvimento turístico.	49
Bertrand Cozic Benjamin Taunay	
3. Turismo e planejamento no Nordeste brasileiro.....	59
Enos Feitosa de Araújo	
4. Turismo regional e mobilidade na zona costeira do Nordeste brasileiro	86
Luana Lima Bandeira Araújo Fábio de Oliveira Matos	
5. Mitos, discursos e construção das imagens dos paraísos turísticos no litoral.....	110
Tiago da Silva Castro	
SEGUNDA PARTE - Lazers, impactos e vulnerabilidades	137
6. Turismo, desenvolvimento e vulnerabilidade social na região Nordeste	139
Marília Natacha de Freitas Silva Antonio Aledo Eustógio Wanderley Correia Dantas	

7. Dinâmicas imobiliárias e complexos turísticos
no Nordeste do Brasil..... 161

Gabriela Bento

Nayrisson Prado

Frederico Nascimento

8. Da proteção às estratégias de gestão turística
nos sítios patrimonializados litorâneos do Noroeste
europeu: estudo sobre Deux Caps e Marais Salants
de Guérande (França), Chaussée des Géants
(Reino Unido) e Mar dos Walden (Dinamarca) 190

Vincent Andreu-Boussut

Caroline Rufin-Soler

Xavier Michel

Elodie Salin

Céline Chadenas

Vincent Herbert

- TERCEIRA PARTE - Vilegiatura e segunda
residência, no campo, na praia..... 237

9. Segundas residências, lazer e urbanização litorânea na
região metropolitana de Fortaleza (CE), Brasil..... 239

Edson Oliveira de Paula

Bruno Rodrigues da Silveira

10. Vilegiatura e urbanização
em pequenas cidades..... 269

Iara Rafaela Gomes

Paulo Roberto Abreu de Oliveira

Prefácio

A atividade turística converteu-se ao longo do século XX em um dos maiores sucessos tanto econômicos como comportamentais na escala mundial. Diante da consideração do turismo como uma prática das minorias, das elites, seguindo o modelo do Grand Tour, na passada centúria – primeiro as reivindicações sindicais e logo as de amplas camadas populares com direito a férias remuneradas –, ela provocou o nascimento do denominado turismo de massas, desde a década de 1950. Essa modalidade de viagem e descanso buscava a ruptura com a vida cotidiana nas cidades e nas empresas: o sol, o lazer, e habitualmente destinos costeiros, litorais, e vivenciar um jeito completamente distinto de desfrutar da vida durante uns dias ou semanas. O auge do turismo de massas, litoral e climático, foi tão importante que a urbanização gerada pelo mesmo definiu regiões inteiras. Do mesmo jeito que as fábricas criaram corredores e metrópoles industriais na Inglaterra ou na Alemanha desde o século XVIII, o turismo tem construído cidades ao longo de setores costeiros amplos, como o Sul da Flórida, a Costa Azul, as ilhas Canárias e Baleares, ou o Algarve, citando apenas alguns exemplos. Sem dúvida, essa atividade gerou riqueza e muito emprego e, às vezes, estruturando destinos claramente elitistas como Mônaco ou Palm Beach; em outras ocasiões, ela organizou sociedades duais com uma minoria de pessoas de classe alta e acomodada e milhares de trabalhadores sem qualificação profissional que atendem à enorme diversidade de serviços criados.

No desenvolvimento do turismo, os espaços do litoral e da costa foram os mais destacados no nível mundial e em muitas regiões. Portanto, é importante lembrar as diferenças que a geografia, a análise territorial, faz dos dois conceitos interligados. A costa, melhor dito, a linha costeira, é o ponto de contato entre o continente e o mar, ou o oceano. Consiste num traço que serve de limite das terras emergidas e submergidas nos mapas e planos. Por outro lado, o litoral é uma franja de várias centenas de metros

ou quilômetros terra adentro, áreas que seguem mostrando uma forte influência do mar, e que se traduzem tanto na maior suavidade climática quanto na superior exposição aos ventos e, nos campos da Geografia Humana, numa superior tendência à concentração das atividades econômicas por estar em um ponto de transporte e desembarque de cargas e numa taxa de urbanização mais elevada, resultado do privilégio na localização. Na costa sempre aparece o debate entre um domínio público ou privado da mesma. Muitos países, em especial na Europa, consideram a linha costeira como um domínio público, bem de todos os cidadãos, e eles podem assim desfrutar das praias, as paisagens ou o horizonte como bens comuns que os poderes públicos devem respeitar e salvaguardar. Mas, em muitas outras nações e territórios, seções inteiras do litoral foram privatizadas, sob o princípio de que só quem paga pode desfrutar de um contorno turístico de qualidade.

Outra questão muito importante da costa e do litoral são os usos específicos do solo, do território. Por um lado, o auge do turismo implicou na urbanização, mais compacta ou disseminada segundo a região, se bem que sempre se produz um incremento do número de edifícios, de instalações hoteleiras, de lazer e esportivas, uma densificação das áreas com sucesso como destinos turísticos. Por outro lado, a praia e os seus usos reforçam o seu papel na costa. Já não se trata de um simples areal, senão que o seu espaço acolhe muitas pessoas, que tomam sol, jogam, comem e se banham. A praia é o exemplo de autêntico espaço público do litoral turístico atual, diante de muitos setores privatizados com piscinas, clubes ou campos de golfe, entre outros. Os antigos povos marinheiros ou pesqueiros mudam a sua imagem e convertem-se em elementos atrativos para os visitantes. Os portos tradicionais conservam-se como garantia de que se segue obtendo peixe e frutos-do-mar frescos, ainda que os novos usos turísticos demandem muito mais portos esportivos, cais de atracação mais ou menos luxuosos para os seus iates e barcos de recreio. Nesse contexto, as formas originárias da costa degradam-se rapidamente, o que não quer dizer que os estudos geomorfológicos, biogeográficos ou ambientais percam o seu sentido. A Geografia Física da costa deve reorientar-se para

compreender as múltiplas alterações que a sobrecarga humana e a urbanização generalizada provocam em um meio geralmente frágil como é a costa e o litoral.

Em todo estudo territorial, geográfico, que fazemos no presente resulta inevitável distinguir duas dimensões da realidade: uma objetiva, material e tangível; outra subjetiva, imaginada e/ou mediada por imagens. A primeira destaca aos litorais tropicais e subtropicais como o exemplo de paraíso turístico contemporâneo. Referimo-nos a um fenômeno mundial, pois na Ásia, as Maldivas ou as costas da Tailândia equivalem ao Caribe e às praias do Nordeste brasileiro na América, ao litoral senegalês e tunisiano na África, e à Costa do Sol, a Costa Azul e às ilhas gregas no Mediterrâneo europeu. Há uma evidente motivação climática e de descanso no turismo de massas. A procura do sol, as praias, a festa e a sociabilidade ao ar livre são os poderosos motivos de atração em regiões com uma paisagem espetacular, com boas temperaturas todo o ano e com um nível original de desenvolvimento médio ou baixo, que animou a primeira etapa de consolidação dos principais destinos turísticos pelos preços competitivos praticados. Em toda essa história de sucesso resulta muito útil a interpretação que o sociólogo britânico J. Urry fez da experiência turística a partir do olhar pessoal, lembrando o romântico J. Ruskin. O viajante não só desfruta do sol e da diversão, mas também salva na retina as suas imagens preferidas, as suas sensações do momento e o prazer que experimenta. As lembranças que o acompanham, a idealização dos litorais ensolarados e calorosos, definem com mais intensidade a noção de paraíso daquele destino que ele escolheu para as suas semanas de férias.

Ademais, nessa leitura há uma lógica social já apontada no começo destas páginas. A democratização associada ao turismo climático fez com que as classes média e trabalhadora sonhassem que o descanso, a festa e o paraíso das sensações eram objetivos que elas poderiam realizar durante várias semanas ao ano. Conseguiu-se fazer acessível a visita às praias tropicais e subtropicais, mediante ofertas de “pacotes” turísticos, com tudo incluído (exceto bebidas), e a preços altamente interessantes. Desse modo, muitos destinos turísticos tornaram-se de massas e foram maturando até construir autênticas regiões e cidades

de férias na Flórida, no Mediterrâneo ou no Caribe. O turismo passou a supor o substancial de uns territórios urbanizados intensivamente, onde boa parte da população flutuava até 10 vezes mais que o habitual nos períodos de temporada alta. Cumpre dizer que todo esse modelo de desenvolvimento se associou a uns impactos ambientais muito fortes que, às vezes, chegaram à degradação irreversível de muitas seções do litoral. Porém, o resultado do custo e a satisfação social eram tão notáveis que todos esses problemas foram silenciados ou minimizados. Como resultado desses processos numerosos, destinos turísticos amadureceram e envelheceram rapidamente e hoje começam a se encontrar ante o dilema de se reinventar para sobreviver ou iniciar uma progressiva agonia. Por tudo isso, a reflexão sobre o turismo litoral mantém a sua atualidade. Trata-se não só de interpretar o desenvolvimento turístico ou os impactos ambientais que o mesmo produziu; agora, os estudos devem centrar-se também na compreensão dos critérios de sustentabilidade aplicados a destinos turísticos destacados e em formular planos de como se levará a termo a reconversão desses lugares seguindo os princípios da renovação, de menores impactos e de uma lógica de eficiência energética.

Neste livro, os conteúdos organizam-se em três partes bem diferenciadas, que sempre tratam de estabelecer a relação entre turismo, urbanização e litoral, com uma especial referência ao Nordeste brasileiro como destino emergente e de rápido desenvolvimento nos últimos tempos. A primeira, como é lógica, aborda uma perspectiva mais geral, com o título “Turismo, políticas, região e território”. Ao longo de quatro capítulos desenha-se a segunda residência associada às práticas desportivas na costa. A segunda contribuição se interessa pelo desenvolvimento turístico na região nordestina. O terceiro capítulo procura estudar o turismo regional e a sua mobilidade no litoral. E o quarto complementa os anteriores ao abordar os mitos, discursos e imagens referidas aos paraísos turísticos, analisando-os também. De fato, essa parte já nos situa nos aspectos que marcam o grande tema tratado pelo livro, a transformação turística de um importante sector costeiro, em certa medida ampliado pelas suas imagens e realidades muito atrativas.

A segunda parte resulta complementar da anterior. Ela refere-se a lazeres, impactos e vulnerabilidades e contabiliza três capítulos. No primeiro, a vulnerabilidade derivada do turismo concretiza-se para a região Nordeste. No segundo, o foco é posto no imobiliário, em particular no impacto e efeitos gerados pelos complexos turísticos também na região nordestina. Finalmente, a proteção e a gestão turística dos sítios patrimonializados na costa do Noroeste da Europa aporta uma nova perspectiva territorial ao estudo dos impactos e vulnerabilidades gerados pela atividade turística. Em resumo, uma segunda parte que complementa os conteúdos da primeira para abordar de jeito integral a aproximação aos resultados do turismo em destinos expansivos do litoral.

Na terceira e última parte, duas são as contribuições incluídas no que se refere à relação entre vilegiatura e segunda residência em distintos contextos territoriais. Uma delas, volta-se ao Nordeste, ao Estado do Ceará, para continuar com um aprofundamento da caracterização da região litoral que melhor se conhece e procura-se tomar como modelo de análise das transformações, impactos e também benefícios que acompanham a intensificação do turismo. Na segunda, um tema muito apreciado pela Geografia Urbana: as dinâmicas seguidas pelas pequenas cidades são interpretadas a partir dos incrementos de uso e de população que elas obtêm em áreas turísticas em determinadas épocas do ano. Com essas contribuições, mais centradas na residência, no habitar turístico, remata-se uma proposta bastante completa de compreensão atual do fenômeno em áreas de atrativo climático, paisagístico e emergentes como destinos em países que até há pouco não estavam na primeira linha das atividades vinculadas ao descanso e ao lazer.

Em resumo, o turismo converteu-se em um importante transformador completo dos territórios que viram desenvolver intensamente a atividade. Ademais, introduziu tais territórios em lógicas plenas da economia global e de mercado. Uma economia capaz de investir ingentes quantidades de dinheiro na construção, na adequação do litoral para praias ou portos esportivos e para dar impulso a múltiplas atividades comerciais bem diversas. Os impactos de todas essas dinâmicas em áreas e regiões litorais

chegam a ser muito importantes, tanto no plano positivo (criação de emprego e de riqueza) como negativo (degradação ambiental, poluição). Com respeito a este último, de novo a Geografia física aplicada reaparece para mostrar-nos os efeitos da urbanização e da artificialização dos territórios em um quadro inerentemente frágil como é a linha costeira, com zonas úmidas que vão se tornando secas, dunas que desmoronam e praias que acabam perdendo sua areia, entre outros efeitos. Por essa razão, e por outras geradas pela análise territorial e a Geografia de conteúdo mais humano, devemos insistir na apreciação de que entender o turismo em áreas emergentes em adensamento é o mesmo que compreender as claves do funcionamento e das dinâmicas espaciais mais relevantes no presente.

Rubén C. LOIS GONZÁLEZ

Vice-presidente da União Geográfica Internacional (UGI-IGU)

Catedrático de Geografia

Universidade de Santiago de Compostela

(Espanha)

Apresentação

O Laboratório de Planejamento Urbano e Regional (LAPUR) do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC) é reconhecido por suas grandes contribuições ao entendimento da urbanização e da organização do território brasileiro, em especial da Região Nordeste. São mais de três décadas marcadas por publicações inovadoras, geralmente derivadas de projetos de pesquisa a incluir parceiros nacionais e internacionais. Simultaneamente, a formação de novos pesquisadores no seio do Programa de Pós-Graduação em Geografia, ano a ano, ampliou as possibilidades e renovou a agenda de pesquisa. O livro *Espacialidades Turísticas: do regional ao global* é tributário dessa tradição acadêmica e instrucional.

Os estudos acerca da geografia urbana e regional dos lazeres foram introduzidos no LAPUR por Eustógio Dantas no final do século XX e início do século XXI. Ao compreender a importância da valorização dos espaços litorâneos, percebeu-se como a situação marítima-litorânea é reveladora das novas relações da sociedade com o mar. Indo além, Eustógio Dantas revelou como as sociedades em países tropicais adaptam, disseminam e reconstituem as práticas marítimas modernas, inicialmente constituídas em países europeus. Assim, os estudos sobre a valorização dos espaços litorâneos vêm demonstrando o papel dos lazeres e do turismo na produção dos espaços urbanos contemporâneos. As cidades ou as metrópoles litorâneas voltam-se para seu lado mar, construindo infraestruturas para os lazeres e, especialmente, para a atração de fluxo turístico.

Este livro enxerga os lazeres e o turismo enquanto fenômenos e práticas multidimensionais, sejam espaciais, culturais, tecnológicas, simbólicas, econômicas e políticas. Aproxima-se assim das concepções já defendidas por estudiosos da envergadura de Alain Cobin, Marc Boyer, Henri Lefebvre, George Cazes, Michel Colin Hall e Daniel Hiernaux Nicola. Por outro lado, os resultados das pesquisas aqui apresentados

evidenciam a dinâmica nos lugares e exprimem o jogo de escalas geográficas, decisivos na compreensão da turistificação de cidades, metrópoles e regiões.

A coletânea instiga o leitor a reconhecer agentes sociais, temporalidades e territorialidades relacionados às políticas públicas, às condições socioambientais, às plataformas de compartilhamento de propriedades, aos impactos da construção de infraestruturas e de empreendimentos turísticos.

Os capítulos foram organizados em três partes, sendo a primeira intitulada “Turismo, política, região e território”, a segunda “Lazeres, impactos e vulnerabilidades” e, por último, a parte “Vilegiatura e segunda residência, no campo e na praia”. Ao folhear as páginas, o leitor atento perceberá como a Região Nordeste ganha destaque nas interpretações, fato explicado pelas constantes transformações pós-Prodetur, assim como os desdobramentos recentes.

Na primeira parte, cinco capítulos constroem enredos a articular e aprofundar os temas nas escalas continental, nacional e regional. Dessa forma, são analisadas: i) a turistificação, a vilegiatura e os esportes em zonas de praia em países latino-americanos (Eustógio Dantas e Alexandre Pereira); ii) a noção de desenvolvimento e organização da atividade turística no Nordeste do Brasil (Bertrand Cozic e Benjamin Taunay); iii) os fundamentos e efeitos das políticas públicas de infraestruturação da Região Nordeste, em especial a zona costeira (Enos Araújo); iv) a organização do sistema regional e o fluxo rodoviário de turistas em zonas de praias nordestinas (Luana Araújo e Fábio Matos); e, v) a formação e a disseminação midiática das imagens dos lugares turísticos no litoral (Tiago Castro).

Na segunda parte, exprimem-se possibilidades analíticas capazes de apontar efeitos do desenvolvimento da atividade turística, dois capítulos a estabelecer leitura do território brasileiro e um a estimular o conhecimento dos espaços litorâneos europeus. Os textos se sucedem corroborando a necessidade de métodos comparativos, quantitativos e qualitativos para investigar a hipótese do desenvolvimento social proporcionado pelo turismo (Marília Silva et al.). Investigam-se também os novíssimos complexos turísticos imobiliários construídos nas regiões

metropolitanas do Nordeste (Gabriela Cunha et al.). Por fim, oportuniza-se o conhecimento de práticas de patrimonialização e proteção em áreas turísticas a partir de três casos no Noroeste Europeu (Vincent Andreu et al.).

Na última parte, retoma-se o estudo da prática da vilegiatura e os novos usos/usuários nas segundas residências no Nordeste do Brasil. O capítulo inicial nos aproxima do tema dos imóveis de uso sazonal, porém nos adverte das novas localizações e formas de acesso, principalmente em função das plataformas mundiais de locação de imóveis (Edson Oliveira e Bruno Silveira). No derradeiro, exhibe-se avaliação atualizada dos efeitos da vilegiatura em pequenas cidades, tanto em contexto de altitudes (campo) e nos espaços urbanos à beira-mar (Iara Gomes e Paulo Abreu).

O livro *Espacialidades Turísticas: do regional ao global*, construído a várias mãos, representa bem mais que uma publicação; ao contrário, constitui-se como resultado de tradicionais e novas parcerias. Ao mesmo tempo, conclama a comunidade acadêmica ao debate científico acerca do que aqui chamamos geografia urbana e regional dos lazeres.

Antes de abrimos espaço ao conteúdo apresentado, gostaríamos de agradecer ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por concessão de recursos na forma de bolsas de pesquisador produtividade. Igualmente, lembramos as contribuições científicas-editoriais da Rede Observatório das Metrôpoles. Por fim, rendemos agradecimento ao financiamento dos projetos CAPES PGPSE Proc. 88887.123947/2016-00: Sistemas Ambientais costeiros e ocupação econômica do Nordeste; CAPES PRINT Proc. 88887.312019/2018-00: Integrated socio-environmental technologies and methods for territorial sustainability: alternatives for local communities in the context of climate change; e Programa CAPES/FUNCAP Proc. 88887.165948/2018-00: Apoio às Estratégias de Cooperação Científica do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFC.

PRIMEIRA PARTE
Turismo, políticas, região e território

Turismo, vilegiatura e práticas esportivas na configuração das cidades litorâneas na América

Eustógio Wanderley Correia Dantas¹

Alexandre Queiroz Pereira²

Introdução

A dimensão dos lazeres como variável preponderante no entendimento das cidades, já apontada no final dos anos 1980 por Lefebvre (1986), continua basilar no entendimento do processo de urbanização contemporâneo, ganhando, no caso das cidades litorâneas, uma configuração particular, representativa da transformação do mar em fenômeno de sociedade (PERON; RIEUCAU, 1996) e a justificar o qualificado por Urbain (1996) como uma corrida às praias no Ocidente e cujos desdobramentos atingem os países do sul (CHARDON, 1987; CORMIER-SALEM, 1996; DESSE, 1996; CLAVAL, 2004; DANTAS, 2016; PEREIRA, 2017).

Diferenciando-se de continente a continente e de país a país, a força do desejo pelo mar, com incorporação crescente dos espaços litorâneos por atividades de lazer (práticas terapêuticas, de recreação e esportivas), deixa marcas profundas na paisagem urbana, redimensionando as cidades e sua relação com a hinterlândia.

No continente americano defendemos a tese de que tal dinâmica se efetiva representando tanto a lógica do Ocidente (em seu extremo norte) como a dos países do sul (nas suas partes central e sul) (DANTAS, 2016).

No extremo norte, destaque dado ao Canadá e, principalmente, Estados Unidos da América (Países Ocidentais). Os dois países são responsáveis pela emissão de turistas para os

¹ Professor Titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará.

² Professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará.

países do sul, principalmente à América Central (KADT, 1976; CAZES, 1992), sendo ainda o último deles, principal delineador de prática marítima moderna (banhos de sol) sublimada em novo padrão estético, de homens e mulheres com corpos esbeltos e bronzeados, fundamentado como efeito de moda gestado no cinema por artistas famosos (URBAIN, 1996). Para Nijman (2010), tal dinâmica fundamentaria dimensão de ordenamento do território pautada na dimensão dos lazeres e a legitimar papel desempenhado por Miami nos Estados Unidos e em relação à América Central e do Sul.

Na parte central e sul do continente, três dinâmicas se apresentam e a envolver três grupos de países: i) países concentrados, principalmente, na América Central, de caráter eminentemente turístico e cujo gerenciamento dos litorais e urbanização das orlas marítimas responde às demandas provenientes dos países desenvolvidos. O citado desdobramento é vislumbrado por Cormier-Salem (1996) e Desse (1996) em estudos a envolver antigas colônias francesas (Casa Blanca, Guadalupe, Martinica e Reunião), concordando ambos com a máxima da transformação das zonas de praia em “espaços de conflito”, resultantes do embate entre dois gêneros de maritimidade, uma moderna (alóctone) e outra tradicional (autóctone). A primeira, a ser encampada pelos governos dos países do sul, ávidos na atração de empreendimentos e de fluxos turísticos. A segunda, negligenciada pelos mesmos governantes, fundamentada em gênero de ocupação das zonas de praia pelas populações tradicionais, na instituição de vilarejos de pescadores alicerçados, desde os primórdios, na busca incessante por alimentos através da pesca (CLAVAL, 1995). Rompem, assim, com a leitura enviesada da existência de espaços virgens abertos às inovações turísticas; ii) países situados principalmente no sul do continente e a contarem com fluxo turístico internacional pouco significativo. Dentre eles se destaca o Brasil, país no qual a predominância do fluxo nacional em relação ao internacional é motivada pela adoção de políticas públicas de desenvolvimento centradas no viés da industrialização (DANTAS; ALVES, 2016); iii) países de natureza mista, a contarem tanto com um fluxo turístico nacional significativo, resultante da formação de

uma classe média (acrescida a uma elite preexistente) deseja em consumir os espaços turísticos litorâneos, como de uma demanda complementar, a do turismo internacional; o México é o exemplo maior (EVANS, 1976). Do apresentado, a tese de uma maritimidade moderna associada exclusivamente a demandas do estrangeiro é fragilizada e *vis-à-vis* a existência, *in loco*, de amantes das zonas de praia, principalmente adeptos da prática da vilegiatura marítima a concorrerem com seus habitantes tradicionais.

Na caracterização das segunda e terceira dinâmicas, apresenta-se necessidade de análise de uma demanda solvável por espaços turísticos, de vilegiatura e esportivos, originária do próprio país e a se impor, com maior ênfase, nos países menos tocados pelo fluxo turístico internacional. Institui-se, assim, espaços de conflito nas zonas de praia e consoante embate entre dois gêneros de maritimidade forjadas no próprio país: uma maritimidade tradicional e uma maritimidade moderna. A primeira associada a demandas das populações tradicionais. A segunda resultante da filtragem das práticas em análise (gestadas no Ocidente) pelas elites locais e por uma classe média em crescimento (DANTAS, 2010).

Apresenta-se, nesses termos, esforços na caracterização das práticas marítimas modernas no Brasil e no México, imprescindível na compreensão da lógica de ordenamento do espaço a incidir na configuração das cidades e no redimensionamento da rede urbana na qual cada uma delas se insere. A consubstanciação do indicado foi balizado, de um lado, a partir do estabelecimento de diálogo com uma bibliografia especializada e produzida em escala internacional e, de outro lado, da participação em redes de pesquisa a fornecer condições materiais ideais ao estudo.

No concernente ao diálogo com a bibliografia, há adoção de dois procedimentos: o primeiro, em relação à Geografia; e o segundo, às ciências afins – história, antropologia e sociologia.

O primeiro procedimento tomou como matriz o conceito de maritimidade, definido por Claval (1996) como “maneira cômoda de designar conjunto de relações de uma população com o mar – aquelas inseridas no plano das preferências, das imagens e das representações coletivas em particular”. Utilizado

pela Geografia (a partir do último quartel do século XX) na apreensão das representações da sociedade em relação ao mar e ao marítimo, contempla análises empreendidas por geógrafos franceses (PERON & RIEUCAU, 1996; CLAVAL, 1996; DESSE, 1996 e CORMIER-SALEM, 1996) em obra intitulada *La Maritimité Aujourd'hui*.

O segundo procedimento, a partir do diálogo iniciado acima e no seio da própria Geografia, estabeleceu um contraponto a estudos desenvolvidos em áreas afins no mundo. Um destaque à obra *Le Territoire du Vide* (CORBIN, 1988), a inaugurar reflexão sobre a invenção das praias no Ocidente e cujas conclusões animam análises do gênero ou similar no mundo inteiro. Corresponde a um clássico da temática e da literatura universal seguido de contribuições mais recentes e dedicadas à caracterização das práticas marítimas modernas na contemporaneidade. Considerando a densidade histórica das mesmas, procede-se distribuição em dois blocos: o primeiro, com contribuições autorais; e o segundo, representado em conjunto de obras associadas a temáticas envolvendo grupos de pesquisadores de nacionalidades diferenciadas.

No primeiro bloco há indicação de duas obras. A primeira, *Sur la Plage* (URBAIN, 1996), contribuição de um antropólogo francês na caracterização das práticas marítimas modernas na contemporaneidade. Dialoga com a obra de Corbin (1988) e procede uma descrição densa dos gostos e comportamentos a mobilizarem os atuais amantes de praia no Ocidente. A segunda delas, *Les villégiatures du XVIe au XXIe siècle* (BOYER, 2008), escrita por um historiador francês, a lidar com incorporação de novas escalas pela vilegiatura, a ultrapassar os limites das paragens mediterrâneas, tomando o mundo e incidindo na configuração do mercado de terras mundial. Um fenômeno comumente eclipsado nos estudos focados no turismo de massa.

No segundo bloco, destaque a obras mais recentes e de pesquisadores originários da Espanha e, também, da França, exclusivamente sociólogos. No primeiro país, os estudos são direcionados, sobremaneira, à incidência de dinâmica de valorização dos espaços litorâneos espanhóis por usuários, amantes de praia, a incorporarem como meio de hospedagem

as segundas residências a pulularem na costa mediterrânea e cujo delineamento suscitou processo de urbanização intensa. Concebem assim o conceito de turismo residencial, para evidenciar comunicação que se tornou possível entre o turismo (fluxo de usuários) e o domínio do imobiliário (construção de condomínios residenciais de segunda residência nas zonas de praia) (ANDREU, 2005; ALEDO, 2008; NIEVES, 2008; DEMAJOROVIC et al., 2011; FERNÁNDEZ MUNOZ & TIMON, 2011; TORRES BERNIER, 2013). No segundo país há enveredamento para reflexão em relação aos esportes náuticos e aquáticos, apreendendo diversificação das práticas de lazer nas zonas de praia a partir do deslanche do *surf* (GUIBERT, 2006 e 2011), do *windsurf* e do *kitesurf*, a animar as zonas de praia com a chegada de esportistas amadores (AUDINET; GUIBERT; SEBILEAU, 2017; SEBILEAU, 2017) e em complemento aos fluxo de turistas e vilegiaturistas no Mediterrâneo francês.

Elementos de método

Do apresentado acima, o presente trabalho pautar-se-á nos três princípios fundamentais da Geografia: as condições de historicidade, geograficidade e materialidade (CLAVAL, 1995). A condição de historicidade possibilita, de um lado, inserir os homens em uma sociedade e uma época particular e, de outro lado, criar (na sequência) eventos e uma atmosfera aos quais, respectivamente, são expostos e se impregnam. A condição de geograficidade permite indicar um contexto preciso (localizar) no qual a paisagem é desenhada e sobre a qual os homens evoluem, instituindo o lugar ao qual pertencem. A condição de materialidade garante a apreensão das dimensões fisiológicas e instrumentais da vida dos homens e considerando: os instrumentos empregados, os objetos a lhes cercar, as *performances* de seus corpos e a maneira como entendem o mundo.

O pressuposto teórico-metodológico adotado, imbuído do intento de apreender a morfologia urbana contemporânea derivada do delineamento das práticas marítimas modernas no tempo, dialoga, nos termos apresentados, com a abordagem da Geografia Histórica (CLAVAL, 1984; TROCHET, 1998),

a permitir, de um lado, a reconstituição das dimensões de ordenamento do território inerentes às relações que os homens estabelecem com o mar no tempo e, de outro lado, a possibilitar vislumbre das lógicas de ordenamento representativas do que persiste e/ou é ressignificado no escopo de uma sociedade que se torna urbana. Em suma, do enunciado por Lefebvre (1986) ao afirmar ser o diacrônico (história do espaço) condição ao entendimento do sincrônico (morfologia urbana contemporânea).

Referência maior nesse domínio continua sendo Corbin, com sua obra mais recente sobre o tempo livre (2001), a dialogar com seu estudo clássico sobre a invenção das praias no Ocidente (1988). Do exposto, pode ser dito que desenvolve reflexões no campo dos desejos, das expectativas e das frustrações reinantes na sociedade ocidental (leia-se Europa Ocidental e Estados Unidos) a lhe posicionarem como defensor da realização de estudos históricos capazes de apreender a invenção dos usos dos “tempos livres” (história dos lazeres), tanto da maneira como eram “entendidos, representados, simbolizados, utilizados” como do discernimento de como foram “elaboradas as estratégias e conduzidas as lutas com vistas a medi-los, a controlá-los e dominá-los” (CORBIN, 2001). Em suma, um gênero de reflexão que implementou, alicerçada no lido do diacrônico (história do espaço), ao nos brindar com rico legado, no qual apresenta claramente os desdobramentos desse tempo social nas zonas de praia e como reflexo da constituição das práticas marítimas modernas no Ocidente (CORBIN, 1988).

Pela profundidade da análise empreendida, seu trabalho ainda é empregado por especialistas para entender tanto o Ocidente como os países do sul e, muitas vezes, sem considerar como uma obra datada e associada a uma realidade objetiva concreta. Referendam-se assim imagens estereotipadas da lógica de valorização das zonas de praia. Procedem, adotando postura equivocada, conforme indicado por Cormier-Salem (1996), de instituição de um “território do vazio tropicalizado”.

Embora não reste dúvida que as práticas marítimas modernas encontram suas raízes no Ocidente, neste trabalho corrobora-se com a tese de que, o tratamento do seu desdobramento em outras paragens requer o desenvolvimento de estudos capazes

de apreender as nuances que as citadas práticas adquirem, resultantes tanto de inovações filtradas pelo lugar como do redimensionamento da cultura (posto ser mutável) pelos indivíduos, defendido, respectivamente, por Santos (1985) e Claval (1995). É nesses termos que em trabalho a versar sobre a maritimidade nos trópicos (DANTAS, 2008) defende-se a existência de práticas marítimas modernas vizinhas das gestadas no Ocidente.

Maritimidade e turistificação em cidades litorâneas na América Latina

As cidades litorâneas mais dinâmicas no Nordeste brasileiro (Salvador, Recife, Fortaleza e Natal) e na Riviera Maia (Tulun, Cancun e Playa del Carmen) passam, no despontar do século XX, por processo de redimensionamento intenso e animado por lógica de ordenamento do espaço voltada ao atendimento de demandas crescentes de origem externa e nacional (sua elite e classe média), por lugares de sociabilidade nas zonas de praia e fundamentados nas práticas marítimas modernas.

A caracterização das práticas marítimas modernas na América Latina (alicerçadas nas dimensões socioeconômica, política, tecnológica e simbólica) em seus recortes temporais (nos primórdios, no limiar do século XX e na contemporaneidade) e respectivas espacializações se torna imprescindível no decifrar a constituição das cidades litorâneas no tempo e *vis-à-vis* incorporação crescente e gradual das zonas de praia à geografia das cidades.

Nos primórdios, as práticas marítimas modernas dispunham de caráter terapêutico a incorporar o mar (qualidades químicas e temperatura da água) e a ambiência marítima (bem respirar) ao tratamento de doenças (pulmonares e estresse) a afetar as elites do Ocidente (primeiros ensaios no final do século XVII e início do século XVIII) e, também, dos países do sul (primeiros ensaios no final do século XIX e início do século XX).

Além de uma defasagem de assimilação de aproximadamente uma centena de anos (devido à existência de limitações de ordem tecnológica, principalmente no domínio das comunicações e dos

transportes), convém destacar que as características das práticas marítimas modernas diferem conforme o bloco de países considerado (países ocidentais e países do sul). No bloco ocidental consiste em procedimento estandardizado materializado nas estações balneárias construídas no Ocidente e principalmente no Mediterrâneo. Em suma, uma estrutura especializada na recepção e tratamento de doentes e, concomitantemente, no propiciar níveis de sociabilidade sem precedentes nas zonas de praia. No bloco de países do sul os desdobramentos não se dão na mesma largura de onda, suscitando transformações mais modestas e pautadas em práticas curativas não estandardizadas, com o acompanhamento de leigos (principalmente religiosos) e a incorporar tratamento baseado na teoria de Lavoisier, da qualidade do ar na cura das doenças (bem respirar) (CORBIN, 1988). A localização nas baixas e médias latitudes, a envolver características climáticas específicas (altas temperaturas), impossibilita incorporação do uso do discurso médico pautado nas qualidades curativas das águas.

Nos termos acima citados, a espacialização dessas práticas suscita ruptura com padrão de urbanização das cidades antigas, a darem as costas ao mar (DESSE, 1996) e em caracterização de suas zonas de praia como áreas fracamente ocupadas e pouco urbanizadas.

O citado redimensionamento é amplamente estudado, consistindo a obra do historiador Alain Corbin (1988) a referência maior no lido do que intitula de “invenção da praia no Ocidente”. A máxima por ele empregada, de “território do vazio”, é, assim, amplamente reproduzida e suscita algumas impropriedades nas análises empreendidas tanto na Europa como nos países do sul. O intento do referido autor foi o de apreender a construção de um “novo olhar” da sociedade em relação ao mar e ao marítimo e cujo desdobramento propiciou uma aproximação lenta e gradual dos ocidentais em relação a um espaço validado como: i) lócus de habitação e de trabalho das populações tradicionais (vilarejos de pescadores); ii) palco das ações estratégicas dos estados na defesa de seus territórios (estrutura de fortes e fortalezas) e associada à implementação de elementos balizadores do comércio ultramarino (estrutura portuária). Em suma, uma dinâmica concernente à

instituição do convencionado como práticas marítimas tradicionais, representativas das atividades da pesca, (especificamente a artesanal), portuária (comercial) e militar (Marinha).

Do exposto acima, apresenta-se possibilidade de apreensão dos desdobramentos da citada lógica de ordenamento do espaço em países como o Brasil e o México, cuja densidade demográfica e taxa de urbanização nas zonas de praia segue a mesma caracterização do indicado no Ocidente, guardando obviamente suas proporções e especificidades. A pouca urbanização é devida à mobilização de energia direcionada exclusivamente à instituição de formas espaciais fundantes de um sistema portuário (portos marítimos e fluviais) associado a um sistema de defesa do território (fortes e fortalezas). Por sua vez, a fraca ocupação resulta da constituição da zona de praia, através de Política de Defesa do Território empreendida pelas Forças Armadas, como área de trabalho e habitação das populações tradicionais.

Nos termos supramencionados e em um contraponto à cidade comercial, validada em sua estrutura portuária (DESSE, 1996; CORREA, 1989; COZIC, 2012), as cidades do Nordeste brasileiro e da Riviera Maya dispõem de uma ocupação pautada no convívio e inter-relacionamento entre as práticas marítimas tradicionais a se apropriarem das zonas de praia. Permite, assim, o vislumbre dos: i) vilarejos de pescadores, com suas embarcações e habitações forjadas a partir dos recursos fornecidos pelo meio; ii) fortes e fortalezas, uma marca do passado mais longínquo, situados em pontos estratégicos do litoral e com vistas a permitir defesa do território de invasões inimigas; iii) portos, principalmente os marítimos, a evidenciar tônica de modernização empreendida nas antigas colônias do Brasil e do México, e cuja caracterização possibilitou empoderamento de seus núcleos urbanos litorâneos em relação à hinterlândia e em reforço do intento de fazer parte do sistema mundo.

Pescadores, marinheiros, trabalhadores da zona portuária são personagens a pulular nas zonas de praia. Os moradores das cidades rareiam e em função de sua passagem restringir-se, de um lado, ao porto, para recepcionar amigos ou viajar a outras paragens (à capital ou estrangeiro) e, de outro lado, a algumas localidades renomadas na recepção de doentes acometidos de estresse ou

doenças pulmonares. Grosso modo, uma dinâmica inserida em contexto específico a não propiciar aproximação ou estabelecimento de relações com os trabalhadores e habitantes das zonas de praia.

Paradoxalmente, o gérmen de reconfiguração da relação da cidade e de seus habitantes com as zonas de praia se dá a partir do porto e no conseqüente reforço da cidade comercial. Esse gênero de movimento não foi devidamente abordado na historiografia clássica, focada preponderantemente na caracterização do fluxo de bens materiais. Nesse sentido, remete-se menos à importação de bens imateriais, no domínio da ciência (positivismo lógico) e da arte (romantismo), a reforçar a admiração da elite local em relação ao Ocidente (CLAVAL, 1995) e respaldada na avidez de reproduzir, *in loco*, novos valores, hábitos e costumes reguladores da sociedade e de sua relação com o meio.

A influência no delineamento dessas práticas no Brasil e no México dispõe de características diferenciadas. O primeiro, marcado por fenômeno intenso de miscigenação, suscita processo de ocidentalização do país a partir da matriz europeia (CLAVAL, 1995). O segundo, com processo de miscigenação menos intenso, foi fortemente influenciado pelos Estados Unidos da América.

A partir dessa matriz, a invenção da praia se dá, no Brasil e no México, no final do século XIX/início do século XX, entendida pelos primeiros estudiosos a lidar com o tema como uma transposição das práticas marítimas gestadas na Europa. Resultante da materialização de demandas provenientes do extremo norte do continente (especificamente direcionado dos Estados Unidos da América ao México) e da mudança de mentalidade de grupos locais em relação ao mar e ao marítimo, vislumbram-se ações no sentido de produzir os mesmos territórios e alimentar os mesmos desejos reinantes no Ocidente (LINHARES, 1992; GOMES, 2002; CLAVAL, 2004). Nessa perspectiva, práticas associadas ao tratamento terapêutico (banhos de mar e convívio com a ambiência marítima) e à vilegiatura (arte elitista de morar ocasionalmente na praia) são difundidas, sendo sua conseqüente incorporação, como prática pelo conjunto da sociedade, propiciadora de uma aproximação mais efetiva em relação ao mar e em viva concorrência com os antigos habitantes das zonas de praia.

O supramencionado referendaria a reversão das imagens repulsivas em relação ao mar, dispondo as elites locais e os românticos de papel similar a seus pares no Ocidente. O primeiro grupo a gerar um efeito de moda em relação aos segmentos mais abastados da sociedade (GOMES, 2002; LINHARES, 1992). O segundo, por construir um discurso enriquecedor e inspirador dos modos de deleite da praia, nos termos apresentados por Corbin (1988) em relação à Europa.

A cidade se volta ao mar, incorporando-o à sua geografia e em detrimento dos usos representativos das populações tradicionais. As praias ocupadas por vilarejos de pescadores são urbanizadas e passam a compor a malha urbana. Um gênero de requalificação a implicar em movimento de expulsão lenta e gradual de seus habitantes, destituindo-os completamente da possibilidade de morar na praia e, em algumas delas, permitindo parcialmente a permanência de embarcações de pesca em seus antigos portos de pesca.

Os citados gêneros de inovação, gestados na Europa Ocidental (CLAVAL, 2004) e nos Estados Unidos da América, adentram pelas cidades do Rio de Janeiro e Cidade do México e se difundem no país, afetando diretamente as zonas de praia.

No limiar do século XX, principalmente segunda metade, a dimensão terapêutica no Ocidente perde força em relação à recreativa, sendo reforçada a instituição das zonas de praia como lócus de sociabilidade, consolidada após conquista do direito a tirar férias remuneradas. O movimento citado adquire proporções impensadas no período anterior e *vis-à-vis* inovações no domínio dos transportes (ferroviário e, principalmente, aéreo) (DACHARRY, 1981; GAY, 2017). Em primeira instância, vislumbra-se no Ocidente, com o envolvimento de usuários da classe média e de trabalhadores, intensificação de fluxo de amantes de praia na Europa Ocidental e nos Estados Unidos da América (Flórida) (BOYER, 1996). Em segunda instância e concomitantemente, grupo mais abastado de amantes de praia alimenta fluxos direcionados aos países do sul, consolidando processo designado por Cazes (1999) como de “turisficação dos litorais”. Resultante de fluxo de informações delineador de representações turísticas (concebidas da racionalidade balneária) desencadeadas do turismo de massa dos

países desenvolvidos (assentado no “casamento feliz” das agências de viagem com o transporte aéreo), favorece o gerenciamento dos litorais e a urbanização das orlas marítimas dos países do sul.

O caso mexicano se insere nessa lógica no fim dos anos 1960, em fina convergência entre o governo federal e o Banco Mundial, a promover em Cancun a formação do primeiro Centro Turístico Integralmente Planejado. Favoreceram para a escolha, a disponibilidade de terras, a localização, sobretudo, a proximidade aos turistas norte-americanos, ávidos pelo sol e pelas praias caribenhas (BRANDÃO, 2014). Nesse polo turístico, nos anos 1980, as mudanças constitucionais e a ação do governo federal são decisivas para a alteração no modelo de propriedade do solo, o que propiciou condições legais e infraestruturais (físicas e financeiras) para a instalação de complexos residenciais e comerciais na Riviera Maya destinados a compras por estrangeiros (SALINAS, 2014).

O Brasil foge a essa regra com a quase exclusividade do turismo nacional a se impor até os anos de 1980 e como resultado de políticas públicas de caráter modesto (PAIVA, 1998), envolvendo poucos recursos e restritas a alguns estados brasileiros, com destaque ao Rio de Janeiro e, no Nordeste, a Bahia (DANTAS; ALVES, 2016). Em contraponto à fragilidade enunciada, a vilegiatura marítima toma força no país, passando o Nordeste por fortes transformações na segunda metade do século XX, a partir dos anos de 1960-1970.

A partir do período citado acima, o processo de incorporação das zonas de praia à cidade se fortalece, envolvendo escala a fragilizar assertiva da pura e simples transposição de práticas gestadas no Ocidente. Nesses termos, convém destacar que a urbanização das zonas de praias das cidades estudadas se dá a partir de demanda externa e local, no caso mexicano, e derivada da própria cidade, e na melhor das hipóteses regional, no caso brasileiro.

Embora se apresente uma composição demográfica dos usuários das praias menos diversa da constituída no Mediterrâneo, a constituição das zonas de praia como lócus de sociabilidade é uma marca das transformações ocorridas nas cidades estudadas. O reforço da praia como lócus de sociabilidade, não mais associado exclusivamente à dinâmica dos tratamentos terapêuticos, propicia uma dinamização das praias.

A construção da cidade litorânea-marítima (DANTAS, 2011) se efetivou em passagem tênue do domínio civilizacional a um tratamento do econômico, esboçado em matriz política favorável à reversão das imagens negativas associadas à ambiência litorânea. A reinvenção do litoral, pautada na construção da imagem turística das cidades consistiu em poderoso instrumento de poder argumentativo a serviço do país e capaz de salvar sua economia. Grosso modo, alicerçou-se como propaganda da elite política local e nacional, direcionado ao desenvolvimento de uma consciência turística (das populações autóctones) e à elaboração de um símbolo do sucesso e viabilidade dos novos governos (ARAGÃO; DANTAS, 2006), em termos próximos do apresentado por Poutet (1995) no caso espanhol.

Nos termos aqui indicados, o turismo se apresenta como um dos mais importantes vetores de desenvolvimento do país, justificando apresentação de uma sucessão de programas de desenvolvimento e de políticas de captação de recursos, voltados, principalmente, à dotação de infraestrutura de suas áreas estratégicas (maior ênfase dada à construção/reforma de aeroportos, construção de vias litorâneas e obras de saneamento). A espacialização dos investimentos, embora esboçada conforme interesses específicos dos governantes considerados, segue um padrão de: i) reforço da região como destinação turística litorânea (turismo de sol e praia); ii) ressignificação das cidades-sede como ponto de recepção e distribuição dos fluxos turísticos na zona costeira.

O padrão clássico da política turística, foi a atração de empreendimentos (hoteleiros e *resorts*) e captação de fluxos turísticos internacionais e nacionais. Nesse sentido, as cidades-sede e as zonas de praia dos municípios litorâneos desempenham papéis diferenciados. As primeiras se especializam no receptivo, constituindo-se em lócus de concentração dos aeroportos e dos hotéis. As segundas se especializam na recepção dos fluxos de turistas e de *resorts*. Culmina na efetivação de racionalidade de modernização contemporânea e baseada em dinâmica que não se explica fora da articulação dos aeroportos com as vias litorâneas.

Do nível de espacialização apontado surge gênero de urbanização a acompanhar paralelamente a zona costeira,

representando uma densificação maior de investimentos e o espalhamento das intervenções em número maior de localidades litorâneas. A citada difusão acaba reforçando o peso do urbano na região, na medida em que se aponta priorização das cidades, associadas a uma hinterlândia estratégica, seja sua região metropolitana seja conjunto de municípios litorâneos.

O êxito das políticas públicas é visível, entretanto o objetivado não se consolidou como propalado pelos governantes. Embora a visão empreendida pelos mesmos fosse estratégica e inovadora, variáveis outras foram incorporadas por novos usuários e empreendedores.

No domínio dos fluxos internacionais, os governantes foram surpreendidos pela importância que o turismo nacional adquiriu nos países estudados. Tal fluxo representa volume significativo do contingente envolvido e valida os investimentos realizados, principalmente no Brasil. Da busca pelo internacional se redescobre a pujança do nacional (DANTAS, 2012; ARAUJO, 2018).

No domínio da busca por empreendimentos clássicos, percebe-se o crescimento do setor hoteleiro com implementação de cadeias de hotéis nacionais e internacionais, bem como número não negligenciável de *resorts* nas zonas de praia dos municípios litorâneos. Essa proliferação de empreendimentos foi importante no fortalecimento do receptivo no México e no Brasil, entretanto, usuários “invisibilizados” nos programas de desenvolvimento acabam se impondo, especificamente massa crescente de vilegiaturistas, cujo intento se diferencia do turista (BOYER, 2008; PEREIRA, 2014) e se justifica na: i) retomada da prática da vilegiatura marítima em escala mundial; ii) articulação de empreendedores imobiliários do país com investidores internacionais.

Maritimidade e vilegiatura em cidades litorâneas na América Latina

A mobilidade espacial de visitantes em função do lazer e a construção de imobiliário específico são evidentes vetores de transformação dos lugares turísticos, sobremaneira, a partir do fim do século XX e início do XXI. Da mesma forma, a produção científica a esse respeito é, teórica e metodologicamente, vasta e variada (DUHAMEL, 2018). Essa constatação vale para os

diferentes ambientes naturais com destaque para os litorais, onde são produzidos balneários marítimos.

Nesse contexto, destaca-se o litoral da América Latina e sua inclusão no circuito mundial de espaços (re)produzidos para as distintas práticas de lazer à beira-mar. Para essa compreensão, o enredo teórico prioriza a utilização dos conceitos de vilegiatura marítima e turismo em associação à análise dos processos de urbanização e metropolização. Em consonância, não são desprezados outros conceitos bem utilizados pela bibliografia internacional (segundas residências, turismo residencial, *vacanciers* etc). Pretende-se propiciar compreensão pautada numa geografia urbana e dos lazeres.

A partir do século XX, a maioria dos estudos passa a usar o termo segunda residência. Em outras línguas, o termo apresenta-se de forma similar: no espanhol, *residencia secundaria*; no francês, *résidence secondaire, maison de vacances et résidence de loisir*; e no inglês, *recreational home* e *holiday home*. Hall e Müller (2004), com prudência, lembram-se da grande discussão em relação ao tema e das diferentes denominações. Os autores editaram o livro *Tourism, Mobility and Second Homes*, que abrangeu diferentes abordagens e países (Austrália, Espanha, EUA, África do Sul, Noruega, Nova Zelândia, entre outros), e é uma das maiores contribuições em inglês para o campo. No entanto, o contexto latino-americano (Sul Global) não foi incluído e, mais especificamente, o cenário brasileiro. Nos últimos 30 anos, os investimentos públicos e de mercado transformaram o litoral latino-americano em um espaço de lazer. Por exemplo, os censos demográficos demonstraram um aumento no número de segundas residências e os registros de turismo indicam um aumento no número de empreendimentos e leitos. No Brasil, o turismo doméstico, envolvendo mobilidade entre regiões, é uma das principais características do setor.

A própria conformação da expressão segunda residência não é plenamente entendida, gerando certos debates. Boyer (2008) avalia que o adjetivo secundário não explica a complexidade de usos a que esse imóvel se refere. Já para Pino (2003), a “*secundariedad*” da residência/imóvel não se restringe

ao quantitativo, é consideravelmente um assunto qualitativo. Cavaco (2003), ao denominar de segunda residência um imóvel ou um móvel, agrega a ele a noção de habitar que, por sua vez, remete à “frequentação, presença, permanência, e também descanso, algum direito sobre o mesmo e o fazer sentir” (p. 49).

A constituição etimológica do termo vilegiatura, a *villa* ou a residência é um componente fundamental para as origens da prática. Se no modelo clássico de vilegiatura (do Renascimento) a construção do imóvel era condição *sine qua non*, modernamente já não o é. Há multiplicidade de novos padrões e empreendimentos que condicionam flexibilização, imputando ao indivíduo a opção de locar ou compartilhar o(s) imóvel(is). Essa situação maleável reúne tanto grupos familiares menos abastados, que alugam uma casa durante um final de semana em uma praia próxima a sua residência habitual (deslocamentos curtos, aproximadamente 100 quilômetros), como estrangeiros, que permanecem em empreendimentos tipo *resort*, distantes milhares de quilômetros do seu lar. Para essa derradeira situação, Aledo (2008) faz uso da expressão turismo residencial.

Hodiernamente, são observados empreendimentos tipo complexo turístico imobiliário, hoteleiro (*resort*, condomínios residenciais, hotéis, clubes, parques, campos de golfe) a atender clientela variada. Empreendimentos dessa magnitude ampliam serviços ofertados, reestruturam seus espaços internos, reúnem turistas e vilegiaturistas, locatários e proprietários. Em complementariedade, permanecem e, inclusive, crescem espaços baseados no padrão vernacular de vilegiatura (tradicional *do-it-yourself*, *minimalist second home*).

Relacionada diretamente à viagem, a vilegiatura designa a vivência de uma condição não existencial, sazonal, descontínua e recreativa. O indivíduo ou grupo nessa condição objetiva alcançar o gozo pela estada, pelo tempo de ócio, pelas atividades comuns ao seu gosto. Em síntese, modernamente, as características da vilegiatura são constituídas pelas formas distintas que os grupos sociais organizam a prática da estada temporária em função do lazer. Nesse contexto, a produção das segundas residências é ápice do que Marc Boyer denomina

de *sédentarité* (aproveitamento dessa estada, aproximando-se ao fato de residir). Associada à relevância e à intensidade das mobilidades turísticas, o estudo da estada temporária contribui para refletir acerca de transformações sociais, urbanísticas, imobiliárias, ambientais e culturais em lugares hoje turistificados.

Os lazeres de modo geral, o turismo e a vilegiatura de modo específico, são indutores decisivos no processo de urbanização. Dessa constatação aparentemente simples deriva-se uma ampliação da análise, indo além da contabilidade das residências de uso ocasional/sazonal ou mesmo uso de outras noções, como a de turismo residencial. A produção da necessidade de possuir e/ou usar um imóvel dessa natureza manifesta a forma pela qual a sociedade enxerga o cotidiano, o tempo, o espaço, a natureza e as sociabilidades. Por assim dizer, reproduz espaços periurbanos e metropolitanos.

Em termos teórico-metodológicos, o debate acerca do lazer conduz para discutir tempo-espaço como constituintes de um unidade social, o modo de vida urbano. Dialeticamente, o modo de vida condiciona e reúne a maneira pela qual os segmentos sociais concebem e definem seu espaço-tempo e a totalidade de práticas sociais, entre elas as de lazer. Dito dessa maneira, interpreta-se a vilegiatura nos espaços marítimos como prática gestada no urbano, seja pela origem dos *vacanciers* (cidadinos), seja pelo tecido urbano, sobretudo metropolitano, produzido nos espaços receptores de fluxos turísticos.

A vilegiatura e o uso de segundas residências em função do ócio, assim como a cidade, são produtos sociais pré-modernos e pré-capitalistas. Na atualidade, vilegiatura, turismo e lazer são práticas imbricadas e, sem dúvidas, estratégicas para a (re) produção de espaços, balneários, sobretudo, nas metrópoles litorâneas mediterrâneas e tropicais.

Do paradigma clássico da vilegiatura na região, a envolver escala local, percebe-se, com a saturação dos espaços disponíveis nos países do sul, a descoberta das paragens do Nordeste brasileiro e da Riviera Maya por estrangeiros, com conseqüente apontamento a possibilidades de consolidação de novos negócios no domínio do imobiliário.

A chegada de novos usuários, vilegiaturistas alóctones internacionais, não foi pensada pelos gestores públicos. Foram os empreendedores locais associados aos internacionais (americanos, espanhóis, portugueses, italianos etc.) que vislumbraram a virtualidade econômica do fenômeno. A partir dessa associação, eles buscam inserção em fatia do mercado internacional ávido por espaços de vilegiatura. Esses empreendedores diversificam o cenário das opções econômicas, notadamente no domínio imobiliário. Para tanto dispõem de alguns trunfos: o acesso à terra com infraestrutura urbana e recursos financeiros necessários à implementação inicial de novos empreendimentos.

O *boom* do imobiliário internacional ecoa nos trópicos e associado a empreendimentos que lidam, concomitantemente, com a dinâmica turística e da vilegiatura (FONSECA; JANOSCHKA, 2018). Trata-se dos complexos turísticos residenciais, concentrados principalmente em municípios litorâneos das regiões metropolitanas das cidades estudadas, cuja matriz contempla um núcleo hoteleiro circundado por conjunto de segundas residências, disponibilizadas aos vilegiaturistas internacionais.

O que na teoria é diferenciado (turismo e vilegiatura), na prática desses empreendedores se complementam. De um lado, ao se utilizarem das segundas residências, principalmente na alta estação, para aumentar o número de leitos disponíveis no complexo. De outro lado, ao se apresentar possibilidade de inclusão das segundas residências no *pool* hoteleiro, auferindo uma renda ao proprietário da segunda residência. Mais uma vez a elite local foi seduzida pelo modelo ocidental e em parceria com seus pares internacionais, um novo produto e a replicar em seu conceito os campos de golfe.

Maritimidade e práticas esportivas em cidades litorâneas

Na contemporaneidade, final do século XX e início do século XXI, novos usuários surgem nas zonas de praia, complexificando a paisagem urbana no exercício de práticas a conviverem com as de caráter eminentemente terapêutico (ainda praticadas mas não de

forma hegemônica) e recreativo (hegemônicas). Especificamente práticas marítimas modernas de caráter esportivo (náutico e aquático), idealizadas em novo padrão estético, assentado não mais no ideário de homens saudáveis ou esbeltos e bronzeados, mas daqueles a dispor de um corpo atlético e a se nutrir do ideal da interação do praticante com a natureza, no intitulado de esportes de aventura, *sport de nature* na acepção francesa (AUDINET; GUIBERT; SEBILEAU, 2017).

As práticas esportivas, a exemplo das demais práticas marítimas modernas, derivam de atividades desenvolvidas pelas populações tradicionais (CORBIN, 1988). Dentre as mais antigas temos a natação e o *surf*. As citadas práticas foram, a exemplo das demais, ressignificadas (a partir da incorporação de novas rotinas) e aprimoradas (com o uso de novos materiais na construção dos equipamentos utilizados) no Ocidente.

As duas práticas esportivas acima indicadas assumem uma dimensão profissional e envolvem, indistintamente, os países ocidentais e os países do sul. De um lado, na organização e realização de campeonatos e, de outro lado, na emergência de segmento representativo de praticantes (esportistas amadores) provenientes de uma base social ampla. Por não dispor do mesmo caráter elitista das demais práticas marítimas modernas ilustradas, os praticantes (principalmente do *surf*), têm um perfil econômico diverso e os mesmos se articulam atualmente em rede informacional, na escala internacional, composta por adeptos em busca do lugar ideal (principalmente ambientes litorâneos com incidência de ondas) e provenientes tanto do Ocidente (GUIBERT, 2006) como de países do sul.

Das práticas citadas anteriormente e assentado no domínio das inovações tecnológicas (na produção de novos materiais), outras práticas esportivas são gestadas mais recentemente. Da natação à prática do mergulho (do clássico, com uso de equipamentos sofisticados, ao extremo do mergulho em apneia). Do *surf* ao *bodyboarding*, resultante da confecção de novo tipo de prancha. Do *surf* ao *windsurf*, *kitesurf* e *stand up paddle*, possíveis na incorporação de novos equipamentos às

pranchas diferenciadas (a vela no caso da primeira prática, a pipa na segunda e o remo na última).

Comparadas à dinâmica imobiliária-turística, os esportes náuticos e aquáticos correspondem a práticas de menor envergadura, mas cujos desdobramentos resultam de plena articulação com o cenário mundial, compondo um sistema “alternativo” com alto poder de: i) adesão às novas tecnologias informacionais; ii) adequação à infraestrutura preexistente; iii) interação com a ambiência marítima.

A alcunha de “alternativo” auxilia no entendimento de caracterização dessas práticas, como faz Sebilleau (2017), baseado em Bordieu, ao designá-las como associadas a uma racionalidade “fora do tempo” e “fora do espaço”. Em suma, diferenciada do turismo caracterizado como de massa. Nos países do sul efetiva-se em diálogo com a natureza (da melhor época das ondas e dos bons ventos em lugares paradisíacos) e faz convergir para as zonas de praia fluxos cada vez maiores de praticantes de outros estados e de outros países. Consiste, paradoxalmente, em elemento estratégico no trato da problemática da sazonalidade (GUIBERT, 2011), ao ponto dos governos e até mesmo grandes empreendedores (principalmente indústria de produção de novos materiais, confecção e até imobiliária-turística) patrocinarem os eventos realizados (competições e campeonatos). Nesses termos, se tornaram, nos últimos anos, usuários fiéis do setor hoteleiro, principalmente pequenos hotéis e pousadas nas regiões metropolitanas, bem como de segundas residências, no que estudiosos espanhóis intitulam de “turismo residencial” (ANDREU, 2005; ALEDO, 2008; NIEVES, 2008; DEMAJO-ROVIC et al., 2011; FERNÁNDEZ MUNOZ & TIMON, 2011; TORRES BERNIER, 2013).

A modernização das zonas de praia, desde o final do século XIX, apresenta-se como fenômeno importante na compreensão da consolidação do gosto pelo mar e marítimo. Tal processo caracteriza-se tanto pela produção de novas construções (calçadões, *piers*, passarelas), instalação de empreendimentos de lazer (restaurantes, hotéis, parques temáticos, aquários) e na reinvenção de práticas e sua devida adaptação à praia ou

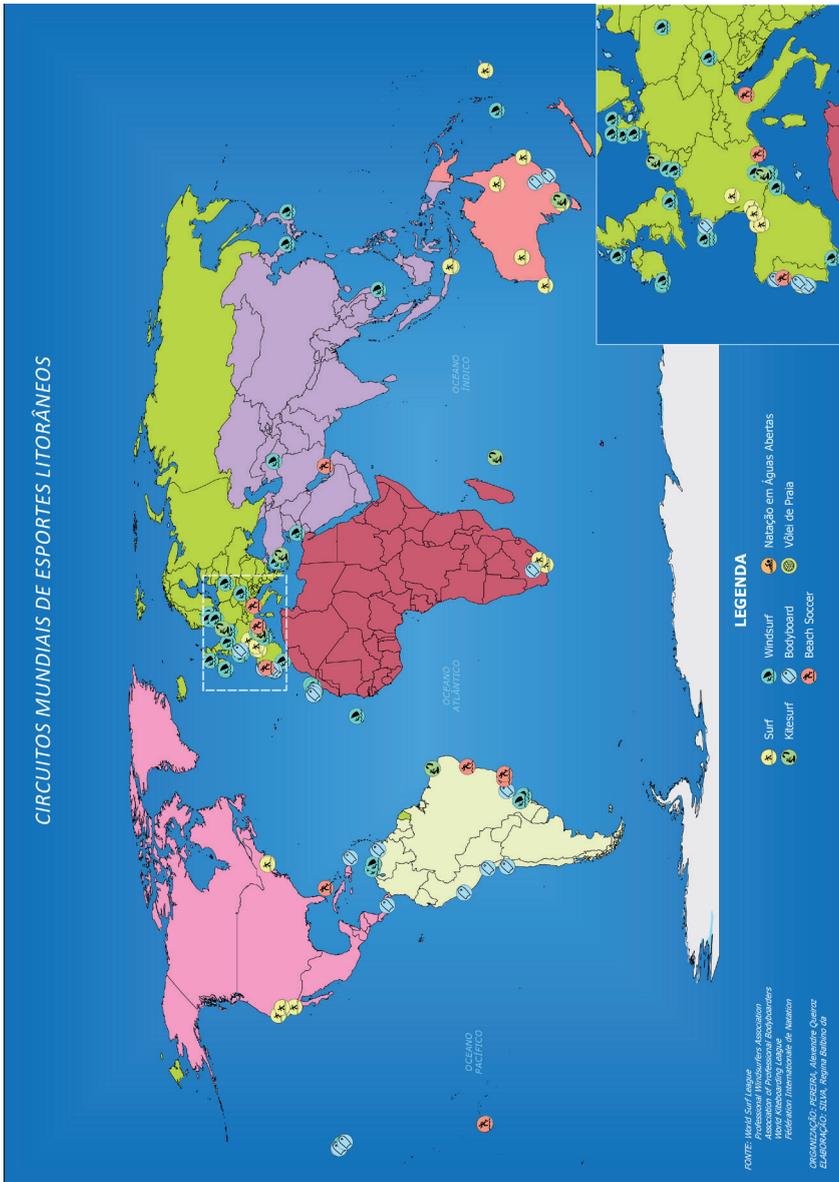
ao mar. Como exemplo, Augustin (2007) descreve o caso de *Lacanu-Océan* no sudoeste francês e aponta como marca das mudanças a instituição de práticas múltiplas, dentre elas e em destaque, as esportivas.

Os esportes na praia e no mar são interessantes indicadores para entender a massificação do gosto por esses ambientes. Tanto praticadas por profissionais como por amadores, o nível de organização estabelece circuito mundial de lugares à beira-mar destacáveis para as práticas de distintos esportes. Os praticantes profissionais participam de eventos nacionais e internacionais produzidos por entidades confederativas e, geralmente, organizados em circuitos em praias pré-selecionadas. No caso dos praticantes amadores há sensíveis diferenças. Primeiro, há número superior de adeptos sem vínculos a associações ou a entidades promotoras. Segundo, são maiores os números de praias selecionadas em função das condições naturais (intensidade dos ventos, altura e frequência das ondas etc.), das materialidades construídas (infraestruturas de acesso, meios de hospedagem etc.) e das imaterialidades (difusão de imagens dos lugares em mídias sociais etc.).

Na representação a seguir, estão demarcadas as sedes de etapas mundiais de diferentes modalidades: *surf*, *kitesurf*, *windsurf*, *bodyboard*, natação em águas abertas, *beach soccer* e vôlei de praia. Percebe-se concentração nos litorais europeus, assim como nas costas tropicais da América do Sul e da Oceania, com destaque para os litorais de Portugal, da Espanha, do Brasil e da Austrália (Figura 1). Formam-se praias-arquétipos, modelos conhecidos mundialmente. Especificamente, pode-se citar Pipeline (Hawaii), Gold Coast (Austrália), Saquarema e Copacabana (Rio de Janeiro-Brasil), Papeete (Taiti) e Praia Grande (Portugal).

Trata-se de lugares escolhidos pelos principais praticantes desses esportes, atletas que inspiram amadores a praticarem essas modalidades. Tais eventos esportivos impactam positivamente no fluxo de turistas e vilegiaturistas, posto deslocarem-se dos mais variados continentes em direção a essas e outras praias com condições ambientais semelhantes.

Figura 1 – Circuitos mundiais de esportes litorâneos.



Fonte: World Surf League, Professional Windsurfers Association, Association of Professional Bodyboarders, World Kiteboarding League, Fédération Internationale de Natation e Federação Internacional de Futebol.

Os esportes são representativos no conjunto de atividades desenvolvido nos ambientes marítimos, todavia, há *hall* complementar que incrementa o número e a variedade dos frequentadores das praias. Nas praias brasileiras, diariamente, observa-se outras práticas marítimas contemporâneas. Na praia se elenca o bronzamento (banho de sol, relatado por Urbain em 1994, no caso francês), os treinos funcionais, o frescobol, o futevôlei, entre outros. Já no mar a multiplicidade é maior e inclui atividades com uso de equipamentos motorizados, pranchas e embarcações (Quadro 1).

Quadro 1 – Diversidade de práticas na praia e no mar.

Práticas e esportes náuticos/marinhos	Práticas e esportes na praia (zona de areia)
<i>Surf, windsurf, kitesurf, stand-up-paddle, jet-ski, canoagem, remo, triatlo, banho, iatismo, pesca esportiva, mergulho e caça submarina, wakeboard, caiaque, esqui aquático, bodyboarding e natação.</i>	Futebol de areia (<i>beach-soccer</i>), vôlei de praia, futevôlei, peteca, frescobol, bronzamento e treinos funcionais.

Fonte: pesquisa documental e trabalhos de campo no período de 2015 a 2017.

O processo de reinvenção e produção de práticas marítimas contemporâneas se dá em virtude da abertura à mundialização das zonas de praia. São espaços de recepção de *vacanciers* internacionais-metropolitanos e autóctones. As praias tornam-se espaços de convergência e trocas culturais.

Conclusão

Do apresentado, apreende-se que o delineamento das práticas marítimas modernas vizinhas das gestadas no Ocidente suscita modificação da paisagem litorânea das cidades litorâneas brasileiras e mexicanas, evidenciando, assim, tônica de modernização pautada em padrão de urbanização dispersa (DANTAS, 2013) marcada pela: i) linearidade, ditada por dinâmica a acompanhar paralelamente a zona costeira, e com largura ínfima; ii) fragmentação, representativa de uma urbanização não contínua e, conseqüentemente, focada em algumas parcelas do território metropolitano; iii) sazonalidade,

derivada da natureza da atividade turística, focada na alta estação, e a suscitar uma problemática em relação à qual a instituição da vilegiatura marítima e dos esportes náuticos e aquáticos é vislumbrada como complementar.

No México e nos países caribenhos os projetos de lazer estão associados ao fluxo de turistas originários, em maioria, dos EUA. De longe, a Riviera Maya é a região turística mais consolidada e tem servido de modelo para intervenções estatais e privadas na Costa Rica, Panamá e nas demais ilhas da América Central e Caribe. Enquanto atividades econômicas, o turismo e as incorporações imobiliárias a ele relacionadas são pensados como estratégias de desenvolvimento e inserção econômica dessas nações no sistema mundo. No Brasil, há trechos litorâneos relevantes e turistificados nas regiões Sul e Sudeste, porém, é o litoral da região Nordeste, em quantidade de polos, extensão e fluxo doméstico, que vem se consolidando na divisão territorial dos espaços litorâneos turísticos no Brasil. Para a concretização desse quadro, pensamos a importância das infraestruturas e atrativos concentrados nas Regiões Metropolitanas de Salvador, Recife, Fortaleza e Natal. Há, no caso nordestino, intensa relação entre o processo de metropolização e a turistificação dos espaços litorâneos.

Anteriores aos conjuntos hoteleiros, a concentração de segundas residências nas orlas marítimas foram os primeiros vetores de valorização dos espaços litorâneos na América Latina. Do México ao Brasil, as zonas de praia próximas às aglomerações urbanas são trechos “colonizados” pelo lazer marítimo como função urbana, fato a possibilitar a formação de balneários marítimos. Na contemporaneidade, os investidores turísticos e imobiliários não mais dissociam as atividades de lazer, pelo contrário, criam novos balneários, na forma de complexos turísticos fechados ou semifechados. Esses espaços turísticos planejados disponibilizam, além dos hotéis, as condições de usufruto de segundas residências por seção de uso, propriedade integral ou parcial dos imóveis (*timeshare* e a multipropriedade). Tudo isso associado aos serviços turísticos tradicionais. Como o espaço turístico também é uma coleção de

tempos, é possível verificar todos esses padrões (das segundas residências vernaculares aos complexos de multipropriedade) num mesmo balneário, zona ou região turística.

As práticas marítimas modernas são constantemente reinventadas. As multidões de turistas e vilegiaturistas são atraídas pelo banho de sol e de mar, mas não só isso. Às práticas náuticas e ao golfe, já difundidos nas estações balneárias europeias, nas praias da América Latina se proliferam os esportes de área e de mar, os esportes de vela e de prancha. O exemplo mais significativo é o *kitesurf*. Na atualidade, os *kitesurfistas* são sujeitos inventores de novas destinações. Seguem os mapas dos ventos no mundo tropical, constroem roteiros e redes de lugares propícios à prática. Acabam por abrir novas frentes desbravadoras no litoral.

Todos esses fatos, práticas e contextos demonstram como a praia nas Américas não mais é um território do vazio, ao contrário, é um território da reinvenção dos lazeres.

Referências

ALEDO, A. De la tierra al suelo: la transformación del paisaje y el Turismo Residencial. *Arbor Ciencia, Pensamiento y Cultura*. CLXXXIV, enero-febrero, p. 99-113, 2008.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste*. Recife: Editora Ufpe, 1998 [1963].

ANDREU, Hugo, G. Un acercamiento al concepto de Turismo Residencial. In: MAZÓN, T.; ALEDO, A. (Ed.). *Turismo Residencial y cambio social*. Alicante: Universidad de Alicante, 2005.

ARAGÃO, Raimundo F.; DANTAS, Eustogio W. C. Elaboração da imagem turística do Ceará. *Geosul*, v. 21, p. 45-62, 2006.

ARAUJO, Luana Lima Bandeira. Turismo regional no litoral do Nordeste. Tese (doutorado em Geografia). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: 2018.

ASSIS, L. F. Turismo de segunda residência: a expressão espacial do fenômeno e as possibilidades de análise geográfica. *Revista Território*, Rio de Janeiro, n. 11, 12 e 13, 2003, p. 107-122.

AUDINET, Laetitia; GUIBERT, Christophe; SEBILEAU, Arnaud. *Les "Sports de Nature"*. Paris: Édition du Croquant, 2017.

AUGUSTIN, Jean-Pierre. *L'attractivité plurielle d'une station océane*: Lacanau-

Océan dans le sud-ouest de la France, Téoros [En ligne], 26-2 | 2007, mis en ligne le 01 février 2011, consulté le 13 décembre 2012. URL: <http://teoros.revues.org/830>.

BOYER, Marc. *L'invention du Tourisme*. Paris : Gallimard, 1996.

BOYER, Marc. *Les villégiatures du XVIe au XXIe siècle*. Caen: Éd. Management et Société, 2008.

BRANDÃO, P. R. B.. *Territórios do turismo, territórios de todos? Um estudo comparado sobre urbanização e formação de territórios em balneários turísticos do Nordeste do Brasil*. 1. ed. Curitiba: CRV, 2014.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Espaço-tempo na metrópole*. São Paulo: Contexto, 2001.

CAVACO, C. "Habitantes" dos espaços rurais. *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*. I série, vol. XIX, p. 47-64, 2003.

CAZES, Georges. *Fondements Pour Une Géographie du Tourisme et des Loisirs*. Paris: Éditions Breal, 1992

CAZES, Georges. Les Littoraux en Proie au Tourisme. *Hérodote*, n. 93. Paris: La Découverte, 1999.

CHARDO, Jean-Pierre. *L'Avion dans les Antilles*. Bordeaux: CRET, 1987.

CLAVAL, P.; SANGUIN, A.-L. (Orgs.) *Métropolisation et politique*. Paris: Éd. L'Harmattan, 1997.

CLAVAL, Paul. *La Fabrication du Brésil*. Paris: Belin, 2004.

_____. *La Géographie Culturelle*. Paris: Nathan, 1995.

_____. *Géographie humaine et économique contemporaine*. Paris: Presses Universitaires de France. 1984.

CORBIN, Alain. *Le territoire du Vide*. Paris: Aubier, 1988.

CORMIER-SALEM, Marie-Christine. Maritimité et littoralité tropicales. In: PERON, F.; RIEUCAU, J. (Orgs.) *La Maritimité Aujourd'hui*. Paris: Éditions l'Harmattan, 1996.

CORREA, Roberto Lobato Azevedo. *A rede urbana*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

COSTA, M. C. L.; ALMEIDA, M. G. Trabalho e Turismo: território e cultura em mutação na Beira-Mar em Fortaleza. In: CORIOLANO, Luzianeide. (Org.) *Turismo com ética*. Fortaleza: UECE, 1998, v. 01, p. 274-283.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. Influências do discurso médico e do higienismo no ordenamento urbano. *Revista da ANPEGE*, v. 9, p. 63-73, 2013.

COZIC, Bertrand. Les relations ville-port à Rio de Janeiro: entre difficultés et perspectives de développement. *Confins*, Paris, v. 15, p. 7.737, 2012.

DACHARRY, M. *Géographie des transports aériens*. Paris: Librairies techniques, 1981.

- DANTAS, E. W. C.; ARAGAO, R. F.; LIMA, E. L. V.; THERY, H. Nordeste brasileiro fragmentado. In: SILVA, J. B. da; DANTAS, E. W. C.; ZANELLA, E. Z.; MEIRELES, A. J. A. (Orgs.) *Litoral e Sertão*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006.
- DANTAS, E. W. C.; FERREIRA, A. L.; CLEMENTINO, M. L. M. (Orgs.) *Turismo e imobiliário nas metrópoles*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010.
- DANTAS, E. W. C.; ALVES, Larissa da Silva Ferreira. *Nordeste turístico e políticas de ordenamento do território*. Fortaleza: Imprensa Universitária (UFC), 2016.
- DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. Fortaleza et le Ceará. Essai de Geopolitique d'un pays de colonisation tardive: de la découverte à la mutation touristique contemporaine. Tese (doutorado em Geografia). Université de Paris IV – Sorbonne, Paris, 2000.
- DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. Metropolização turística em região monocultora industrializada. *Mercator*, v. 12, n. 2 (n. especial), p. 65-84, 2013.
- DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. *A cidade e o comércio ambulante*. 2. ed. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.
- _____. *Coastal Geography in Northeast Brazil*. New York: Springer, 2016.
- _____. *Mar à vista: estudo da maritimidade em Fortaleza*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2002.
- _____. *Maritimidade nos trópicos*. Fortaleza: Edições UFC, 2008.
- DEMAJOROVIC, J. et al. Complejos Turísticos Residenciales. *Estudios y Perspectivas en Turismo*, v. 20, p. 772-796, 2011.
- DESSE, Michel. L'Inegal maritimite des villes des departements d'outre-mer insulaires. In: PERON, F.; RIEUCAU, J. (Orgs.) *La Maritimite Aujourd'hui*. Paris: Éditions l'Harmattan, 1996.
- DUHAMEL, Philippe. *Géographie du Tourisme et des Loisirs*. Paris: Armand Colin, 2018.
- ELIAS, Norbert. *La civilisation des mœurs*. Paris: Calmann-Levy, 1973.
- EVANS, Nancy H. The Dynamics of Tourism Development in Puerto Vallarta. In: KADT, Emanuel de (Org.) *Tourisme: passport to developpement?* New York: Oxford University Press, 1976.
- FERNÁNDEZ MUNOZ, Santiago; TIMON, D. A. B. El Desarrollo Turístico Inmobiliario de la España Mediterránea y Insular frente a sus Referentes Internacionales (Florida y Costa Azul). *Cuadernos de Turismo*, n. 27, p. 373-402, 2011.
- FERREIRA, L. S. Culturas de ordenamento territorial do turismo nas Regiões Metropolitanas de Fortaleza-CE, Natal-RN, Recife-PE e Salvador-BA. 2013. Tese (doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: 2013.

- FONSECA, M. A. P.; JANOSCHKA, M. Turismo, mercado imobiliário e conflitos socioespaciais no Nordeste brasileiro. *Sociedade e Território*, v. 30, p. 51-67, 2018.
- FREYRE, Gilberto. *Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife*. Recife: s. n., 1934.
- _____. *Casa-Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1998 [1933].
- GAY, Jean-Christophe. *Tourisme et Transport*. Paris: Bréal, 2017.
- GOMES, Paulo Cesar da Costa. *A condição urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- GUIBERT, Christophe. *L'univers du surf et stratégies politiques en Aquitaine*. Paris: L'Harmattan, 2006.
- GUIBERT, Christophe; SLIMANI H. *Emplois sportifs et saisonnalités. L'économie des activités nautiques*. Paris: L'Harmattan, 2011.
- HALL, C. M.; MÜLLER, D. K. Introduction: second homes, curse or blessing? Revisited. In: _____. (Orgs.) *Tourism, mobility and second homes: between elite landscape and common ground*. Clevedon (UK): Channed View Publications, p. 3-14, 2004
- KADT, E.I de (Org.) *Tourisme: passport to development?* New York: Oxford University Press, 1976.
- LEFEBVRE, Henri. *La Production de l'Espace*. Paris: Anthropos, 1986.
- LERY, Jean de. *Histoire d'un voyage en terre du Brésil*. Paris: Bibliothèque classique, 1994.
- LINHARES, Paulo. *Cidade de água e sal*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1992.
- MENEZES, Djacir. *O outro Nordeste*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1937.
- NIEVES, Raquel Huete. Tendencias del Turismo Residencial: el caso del Mediterráneo Español. *El Periplo Sustentable*, n. 14, p. 65-87, 2008.
- NIJMAN, J. *Miami*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2010.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião*. São Paulo: Paz e Terra, 1977.
- PAIVA, Maria das Graças de Menezes. Inquietações sobre o turismo e o urbano na Região Nordeste. In: LIMA, Luiz Cruz (Org.) *Da cidade ao campo*. Fortaleza: UECE, 1998.
- PAIVA, Oliveira. *A afilhada*. São Paulo: Anhambi, 1961.
- PALAFIX-MUÑOZ, A.; BOLAN-SORCHINI, S. Turismo y acumulación por desposesión en Cozumel, México. *Ateliê Geográfico*, 12(2), p. 6-21, 2018. <https://doi.org/10.5216/ag.v12i2.46045>
- PEREIRA, A. Q. Planejamento e metropolização do lazer marítimo em Fortaleza-Ceará, Nordeste do Brasil. *Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales*, v. 43, p. 1-22, 2017.

- PEREIRA, Alexandre Queiroz. *A urbanização vai à praia*. Fortaleza: Edições UFC, 2014.
- PERON, Françoise; RIEUCAU, Jean (Orgs.) *La Maritimité Aujourd'hui*. Paris: Éditions l'Harmattan, 1996.
- PINO, J. Aproximación sociológica a la vivienda secundaria litoral. *Scripta Nova*. Universidad de Barcelona, vol. VII, 146 (026), 2003.
- PONTUAL, Virginia Pitta. *Uma cidade e dois prefeitos: narrativas do Recife das décadas de 1930 e 1950*. Recife: Editora Universitária, 2001.
- PORTO FILHO, Ubaldo Marques. *Dois de fevereiro no Rio Vermelho*. Salvador: Acirv, 2008.
- POUTET, Hervé. *Images Touristiques de l'Espagne*. Paris: Éditions l'Harmattan, 1995.
- RODRIGUES, L. C. Turismo em espaços urbanos: processo de turistificação no Nordeste brasileiro e no Caribe mexicano. *Revista Iberoamericana de Turismo – RITUR*. Penedo, vol. 5, Número Especial, p. 81-104, abr. 2015.
- SALINAS, Luis. Reformas neoliberales como mecanismos para la reestructuración del territorio en la Riviera Maya, México. *Anais do XIII Coloquio Internacional da Geocrítica*. UB. Barcelona, 2014, p. 1-13.
- SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.
- SEBILEAU, Arnaud. Les Figures de l'Empiètement dans une commune du littoral. In: GUIBERT, Christophe; TAUNAY, Benjamin. *Tourisme et Sciences Sociales*. Paris: L'Harmattan, 2017.
- SILVA, Alexsandro Ferreira Cardoso da. Estratégias do mercado e investimento privado imobiliário turístico. In: DANTAS, E. W. C.; FERREIRA, A. L.; LIVRAMENTO, M. C. (Orgs.) *Turismo e imobiliário nas metrópoles*. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010(b).
- SILVA, Alexsandro Ferreira Cardoso da. Investimentos estrangeiros no Nordeste e o imobiliário-turístico. In: DANTAS, E. W. C.; FERREIRA, A. L.; LIVRAMENTO, M. C. (Orgs.) *Turismo e imobiliário nas metrópoles*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010(a).
- SILVA, J. B. *Os incomodados não se retiram*. Fortaleza: Multigraf Editora, 1992.
- SILVA, Sylvio Bandeira de Melo; CARVALHO, Silvana Sá. Vende-se uma região. *Revista Desenhavia*. Salvador, v. 8, n. 14, março 2011.
- SOUSA, A. N. de. *Orla oceânica de Salvador*. Salvador: EDUFBA, 2011.
- STUDART, Barão de. Climatologia, epidemias e endemias do Ceará. *Revista da Academia Cearense de Letras*, T. XIV, Fortaleza, 1909.
- THEVET, André. *Le Brésil d'André Thevet – les singularités de la France Antarctique*. (1557) Édition intégrale établie, présentée & annotée par Frank Lestingant. Paris: Éditions Chadeigne, 1997.

TORRES BERNIER, E. El Turismo Residenciado y sus Efectos em los Destinos Turísticos. *Estudios Turísticos*, p. 45-70, 2013.

TROCHET, Jean René. *Géographie historique*. Paris: Éditions Nathan, 1998.

TULIK, Olga. *Turismo e meios de hospedagem*. São Paulo: Roca, 2001.

URBAIN, Jean-Didier. *Sur la Plage*. Paris: Éditions Payot, 1996.

VASCONCELOS, P. A. Os agentes modeladores das cidades brasileiras no período colonial. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORREA, R. L. *Expressões Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

VASCONCELOS, P. A. *Salvador: transformações e permanências (1549-1999)*. 1. ed. Ilhéus: Editus, 2002.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. *Principes de Géographie Humaine*. Paris: Éditions SEDES, 1993.

WENDEL, Henrique. Mercado imobiliário e mercantilização da natureza em Salvador e Região Metropolitana. *Mercator*, v. 10, n. 21, p. 63-80, 2011.

A recomposição da Região Nordeste do Brasil à luz do desenvolvimento turístico

Bertrand Cozic¹
Benjamin Taunay²

Introdução

O fenômeno turístico não é mais apenas uma prerrogativa de uma fração dos países economicamente mais desenvolvidos. Ele se tornou no espaço das últimas duas décadas um assunto que diz respeito ao mundo como um todo (VIOLIER, 2016). Sejamos lúcidos, não se trata de afirmar que todas as populações se movem, mas que cada sociedade vê uma franja de sua população acessando práticas “*dé-routinisantes*”³ (no sentido de Elias e Dunning, 1994; aplicado aqui ao turismo e ao lazer). Portanto, há uma revisão contínua dos sistemas, lugares e territórios turísticos nos países envolvidos por esses novos fluxos (o turismo chinês na França, por exemplo) e dentro dos países que historicamente têm sido o foco do surgimento do turismo. Isso é particularmente verdadeiro com o acesso ao turismo das sociedades ainda descritas como “emergentes”, cujas classes urbanas ricas circulam dentro de seu espaço nacional (turismo doméstico), e mesmo além dele (SACAREAU, TAUNAY, PEYVEL, 2015). Essa globalização do turismo é, há vários anos, objeto de investigações de pesquisadores da Unidade Mista de Pesquisa Espaces et Sociétés (ESO), que tomaram esse fenômeno social – que é uma importante fonte de emprego e uma parte importante da economia mundial contemporânea – como o foco central de seu trabalho, tornando possível lançar luz sobre as transformações sociais. China, Indonésia, Mar-

¹ Professor doutor na Universidade Federal de Pernambuco, *campus* de Recife.

² Professor na Université d’Angers (UFR Estheta Tourisme et Culture). UMR 6590 ESO.

³ Fora do contexto rotineiro.

rocos, México e Colômbia têm sido, portanto, o tema de trabalho desde o final dos anos 2000.

Desejando ampliar o leque de áreas cobertas até esse ponto (em particular para criar um grupo de reflexão sobre a globalização do turismo visto através do prisma das chamadas sociedades “emergentes⁴”), os dois autores deste texto lançaram um projeto de cooperação científica a partir de 2013 entre a Universidade de Angers e a Universidade Federal de Pernambuco no Brasil⁵. Durante uma estadia como professor convidado para pesquisas na Universidade de Angers (março de 2016), ecoando o convite de Benjamin Taunay na cidade de Recife em 2014⁶, Bertrand Cozic apresentou um projeto de pesquisa com o objetivo de entender a recomposição da Região Nordeste brasileira em termos de desenvolvimento turístico. A apresentação foi aberta a todos os interessados nesse tópico⁷. Este texto é um relatório do seminário de pesquisa realizado em 8 de março de 2016, a fim de compartilhá-lo mais amplamente dentro do Unité Mixte de Recherche (UMR ESO) – Unidade Mista de Pesquisa – e para os pesquisadores interessados no tema. Retomando o esboço da apresentação, o texto insiste primeiro na originalidade do caso brasileiro, na escolha da Região Nordeste do Brasil como um estudo de caso e sua relevância para o fenômeno turístico, antes de delinear os eixos do projeto de pesquisa proposto.

Da complexidade para globalizar uma situação “brasileira”

O Brasil é um país de tamanho continental. Para fins de comparação, este primeiro eixo especifica as escalas e

⁴ O primeiro seminário foi realizado em 4 de janeiro de 2017 em Angers.

⁵ Os intercâmbios anteriores permitiram essa aproximação, incluindo dois convites para a China (Ningbo, 2011 e 2013) – para apresentações educacionais e de pesquisa no que se tornará o Instituto Franco-Chinês de Turismo.

⁶ O colóquio foi o primeiro evento científico do Instituto de Estudos Asiáticos da Universidade Federal de Pernambuco, reunindo pesquisadores chineses e brasileiros em torno do tema do desenvolvimento.

⁷ Dez pesquisadores se posicionaram desde então para trabalhar diretamente no caso brasileiro ou para fornecer pontos de vista comparativos, com o México em particular.

dimensões deste país, a fim de apreciar plenamente as questões, diversidade e disparidades regionais (em desenvolvimento, mas também no turismo) que existem dentro dele.

As dimensões do espaço brasileiro

Comparando o tamanho do Brasil com o da Europa e sobrepondo virtualmente os dois podemos ver que este país se estende muito além dos limites do istmo europeu: do norte ao sul o Brasil ocupa uma área que se estenderia da cidade de Oslo até Tamanrasset, e do leste ao oeste o equivalente aproximado da distância enquanto o corvo voa entre Lisboa e Kiev. Historicamente, a vastidão do Brasil tem tido um papel predominante em sua formação socioeconômica e territorial. Um país nascido do processo de colonização do início do século XVI de Portugal, o Brasil passou por vários ciclos econômicos (cana-de-açúcar; ouro e pedras preciosas; café; borracha) que marcaram profundamente sua organização territorial. Sua condição de colônia lhe deu um papel secundário, apesar de sua importância econômica e, posteriormente, política durante as invasões napoleônicas na Europa durante o século XIX (a Corte portuguesa encontrou refúgio no Rio de Janeiro em 1808). A organização econômica e política, começando com a criação de capitanias mais ou menos autônomas, e em estreita relação com Portugal, determinou uma configuração territorial que pode ser assimilada a um arquipélago (THÉRY, MELLO, 2005) com pouca troca entre os diferentes núcleos de colonização; de fato, a transição de um território arquipélago para um território continental só começou durante o século XX.

Essa herança colonial ainda marca o país e suas cinco macrorregiões (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste). De fato, ainda existe uma lacuna muito marcada entre as Regiões Norte/Nordeste e Sudeste/Sul/Centro-Oeste (a Região Centro-Oeste sendo cada vez mais integrada na dinâmica econômica das Regiões Sul e Sudeste). Estas últimas são as regiões mais dinâmicas em termos socioeconômicos, especialmente a Região Sudeste: triângulo dos três estados mais desenvolvidos – São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Fortes disparidades regionais no desenvolvimento do turismo

Ao observar a dinâmica do turismo neste país é importante ter em mente que a herança da formação socioeconômica e territorial do Brasil tem uma forte influência sobre ela. Antes de tudo, o Brasil é um país que aparece pouco no mapa do turismo internacional. Em 2014 (UNWTO, 2015), o país recebeu 6,4 milhões de turistas internacionais, ou seja, uma participação de cerca de 0,5% do total mundial⁸. Se compararmos com países como França, Espanha ou Estados Unidos (84,5, 68,2 e 77,5 milhões, respectivamente), apesar de todas as limitações de utilização das estatísticas da UNWTO⁹, o Brasil parece atrair poucos turistas. Entretanto, embora o Brasil ocupe um lugar muito modesto no mapa do turismo internacional, o turismo doméstico, que é menos conhecido, está muito mais desenvolvido, com uma estimativa de 60 milhões de turistas em 2012 (FIPE, 2012). Como em outros países “emergentes”, o turismo doméstico se expressa principalmente pela mobilidade, principalmente de proximidade (mesmo se os deslocamentos de longa distância aumentaram significativamente nessas últimas décadas), já que o país é continental em tamanho e as distâncias desempenham um papel predominante nos fluxos, sendo que esses fluxos vêm em grande parte das regiões Sudeste e Sul, as regiões mais desenvolvidas em termos socioeconômicos.

Tabela 1 – Regiões emissoras e receptoras

Região	Emissão (%)	Recepção(%)
<i>Norte</i>	5,9	5,1
<i>Nordeste</i>	25,8	30,0
<i>Centro-Oeste</i>	9,9	9,9
<i>Sudeste</i>	40,8	36,5
<i>Sul</i>	17,7	18,5
TOTAL	100,0	100,0

Fonte: FIPE, 2012.

⁸ A América do Sul representava 2,6% do total no mesmo período.

⁹ Vide VIOLIER, 2011.

A região Nordeste também se destaca claramente tanto em termos de emissão quanto de recepção (25,8% e 30%, respectivamente) de turistas nacionais, enquanto que historicamente tem experimentado dificuldades socioeconômicas significativas. Na verdade, é uma região que não se desenvolveu no mesmo ritmo e com a mesma intensidade durante o período de industrialização massiva do país nas décadas de 1950 e 1970. Como então podemos interpretar o fato de que o turismo é tão importante ali, logo atrás do primeiro lugar ocupado pela Região Sudeste?

Tomando o caso do nordeste brasileiro

Transformações recentes na região

Tendo em vista a complexidade do trabalho em escala brasileira, optamos por nos concentrar mais na Região Nordeste do Brasil (composta pelos Estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Maranhão, Piauí, Ceará e Bahia). O país passou por profundas transformações desde os anos 2000, quando Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito presidente da República Federativa do Brasil (2003-2011). A formulação dos novos planos plurianuais PAC 1 e 2 (Planos de Aceleração do Crescimento) contribuiu significativamente para uma mudança de paradigma econômico na região. De fato, ao longo do século XX, a Região Nordeste estava em processo de declínio econômico (atividades agrícolas em torno da cana-de-açúcar, industrialização precária) ao qual podemos acrescentar problemas crônicos relacionados à seca no sertão brasileiro, um vasto espaço semiárido presente na maioria dos estados da Região Nordeste, afetando a produção agrícola.

Com o objetivo de reequilibrar o patrimônio econômico nacional, o Estado brasileiro formulou inúmeros projetos de grande escala para o desenvolvimento da região. Eles incluem a transferência do Rio São Francisco para os Estados de Pernambuco, Alagoas e Bahia, permitindo o desenvolvimento de uma agricultura irrigada competitiva para os mercados internacionais; a construção do complexo portuário e industrial SUAPE (refinaria, indústria naval etc.); a construção da linha

ferroviária Transnordestina (Estados do Piauí, Pernambuco, Paraíba e Ceará) e, finalmente, a chegada da multinacional FIAT ao Estado de Pernambuco. O governo lançou conjuntamente numerosos programas sociais destinados a reduzir as profundas desigualdades existentes dentro da nação brasileira (Programa Bolsa Família, Programa Fome Zero).

Como resultado de suas transformações, a região viu um verdadeiro dinamismo socioeconômico que reduziu significativamente as desigualdades (embora ainda muito presentes) entre a população brasileira, particularmente na Região Nordeste, que há muito tempo vem sendo estigmatizada como região problemática. As autoridades locais também desenvolveram novas estratégias para a integração de seus territórios na globalização através da promoção de projetos de transformação urbana e renovação em linha com a realização de grandes eventos esportivos e culturais (Copa do Mundo de Futebol, Jogos Olímpicos, Festivais de Lollapalooza e Rock in Rio etc.).); este último baseado no estabelecimento de novos sistemas turísticos como cruzeiros (construção do terminal de cruzeiros em Recife; projeto Porto Novo baseado no modelo de renovação urbana e portuária de Barcelona, Buenos Aires, Boston), ou formas de turismo qualificadas como ecológicas (litoral nordestino e parques nacionais no interior do Nordeste), culturais (carnaval), religiosas (Cinescenie a paixão de Cristo na cidade de Nova Jerusalém, Pernambuco), entre outras.

Os processos de desenvolvimento do turismo no Nordeste

O fenômeno turístico é, portanto, parte da revitalização da região. No entanto, o desenvolvimento do turismo nas áreas nordestinas não se limita a estratégias globalizadas ou elitistas; muitas iniciativas são baseadas na demanda nacional, regional e local, o que nos permitirá identificar novas práticas e dinâmicas diretamente ligadas ao recente acesso ao turismo de novas classes sociais que têm sido excluídas até agora. Podemos ver o surgimento de novas práticas que estão transformando e confrontando a ação das autoridades públicas com novos desafios territoriais. Entretanto, existem muitos conflitos diante da reorganização dos espaços rurais e urbanos sob a influência

do turismo; esse é particularmente o caso das cidades de Recife e Olinda (Projeto Urbano Recife-Olinda e o movimento de oposição Estelita).

Essas diversas iniciativas tiveram então um impacto direto no desenvolvimento de um sistema turístico regional que já desfrutava de certa dinâmica própria, notadamente em torno de estações turísticas, que foram amplamente popularizadas pela presença sazonal da multinacional audiovisual brasileira GLOBO (programas de verão que promovem o meio ambiente e o rico patrimônio cultural das costas nordestinas, por exemplo). Os impactos dessas profundas mudanças contribuem, portanto, significativamente para a reorganização dos territórios em torno de novas dinâmicas sociais e espaciais, elas próprias resultantes da constituição de novos sistemas turísticos.

Proposta de pesquisa

A região nordestina, há muito tempo estigmatizada social e economicamente, está passando por um desenvolvimento significativo, o que também se reflete no crescimento do turismo, especialmente do turismo doméstico. Assim, fazemos a hipótese de que o turismo é um elemento na leitura da Região Nordeste porque participa da atual emergência econômica. Os atores de várias metrópoles estão tentando se posicionar no mapa do Brasil, ou mesmo em escala mundial, e o turismo é um dos meios dessa estratégia.

A dinâmica espacial de uma região tornando-se um destino turístico

As cidades e os vários estados da região parecem ter colocado o turismo no centro de sua estratégia de desenvolvimento econômico. Desde os anos 2000, seguindo o exemplo do Estado Federal brasileiro¹⁰, grandes obras foram realizadas na região para

¹⁰ Que desenvolveu políticas sérias para o desenvolvimento do turismo e trabalhou claramente para aumentar sua capacidade turística ao mesmo tempo em que mostrou claramente uma preferência pelo turismo internacional, que ainda é muito limitada. Esses esforços resultaram na realização de eventos internacionais de prestígio: a Copa do Mundo de Futebol (2014) e os Jogos Olímpicos (2016).

atender às expectativas internacionais: as cidades adquiriram novas infraestruturas (transporte, estádios) ou foram objeto de grandes projetos de reconversão urbana (distritos portuários de Recife, Salvador e Fortaleza). O desenvolvimento do turismo na região é, portanto, recente, mas desigual. Portanto, é aconselhável começar fazendo um balanço dos sistemas turísticos locais que estão (onde, por quê?) tendo precedência sobre os sistemas agrários até então dominantes, em uma região há muito descrita como “repulsiva”. Quais são as transformações espaciais geradas e os diferentes tipos de lugares que são transformados/criados? Nessa busca de posicionamento (*marketing* territorial) em várias escalas, quais modelos são as referências dominantes (para terminais de cruzeiro, para a reconversão de frentes de água, por exemplo)?

Além de uma descrição inicial dos desenvolvimentos turísticos contemporâneos¹¹, é necessário então olhar para os atores na origem dessas transformações. Por que as autoridades públicas (quais, em que escalas) utilizam o turismo como estratégia de desenvolvimento e posicionamento global? Um regime que é anunciado como democrático, mas que às vezes se transforma em um sistema autoritário¹², analisando as ações turísticas realizadas através do prisma do campo político é (cada vez mais) relevante. Os efeitos das diversas autoridades públicas (Ministério do Turismo, diversos programas institucionais etc.) sobre os locais onde operam são uma via a ser favorecida. Além disso, como são organizados localmente os sistemas turísticos contemporâneos: eles são baseados em parcerias que combinam as esferas pública e privada, o que pode levar à corrupção, contra a qual o governo nacional está se rebelando, ao mesmo tempo

¹¹ Um inventário de estudos (teses de mestrado, dissertações) realizados sobre turismo no Estado de Pernambuco mostra a fraqueza das pesquisas sobre esse tema. Ver Nathália Körössy, Vanice Selva, Bertrand Cozic, “La recherche scientifique en tourisme: Une analyse de la production académique en tourisme des départements du tourisme et de géographie de L’Université Fédérale du Pernambuco (Recife)”, em Guibert C. e Taunay B., *Le tourisme vu par les sciences sociales (histoire, sociologie, géographie, ethnologie). Posturas de recherches et ancrages épistémologiques*, em breve (2017).

¹² O Brasil tem uma curta história democrática (fim da ditadura em 1984), muitas práticas de governança ainda reproduzem velhos reflexos da ditadura, dificultando o diálogo entre a sociedade civil e as esferas políticas.

em que ele próprio é manchado pela participação neles de um grande número de suas elites? A análise desses novos sistemas turísticos e a interação de atores ligados a eles poderia, portanto, enriquecer o trabalho realizado no Eixo 1 da UMR ESO.

Análise de conflitos em torno do turismo

O entrelaçamento das relações dos diversos atores em múltiplas escalas provoca dinâmicas territoriais importantes e gera muitos conflitos em torno desses projetos. Em um país onde as desigualdades sociais ainda são muito marcantes, “os estudos de turismo ganham uma nova dimensão ao abordar o campo do poder, a construção da estrutura de poder, muitas vezes ignorada, a história e a interação de forças internas e externas, essenciais para compreender o desenvolvimento do turismo” (DEHOORNE, MURAT, 2015). O presente projeto de pesquisa deseja, portanto, numa segunda fase, examinar o papel preponderante da política no turismo, na medida em que gera tensões quando decide reorganizar os territórios que administra via turismo. No caso do Recife, nossas observações iniciais mostram uma democracia participativa pouco desenvolvida: a sociedade civil é quase sistematicamente excluída das discussões sobre questões territoriais. Com a pressão da terra aumentando localmente, as tensões sociais de longa data são exacerbadas e podem levar a conflitos que precisam ser investigados. Enquanto o turismo gera empregos, a chegada de novas populações ligadas ao desenvolvimento do turismo às vezes provoca uma reorganização das posições sociais, tensões e até mesmo conflitos, que precisam ser analisados.

Conclusão

Inicialmente destinado a contribuir para a elaboração de elementos de comparação entre os sistemas turísticos de diferentes sociedades qualificadas como “emergentes”, tais como China, Indonésia ou Marrocos, o projeto aqui apresentado visa também a melhor compreensão da sociedade do Nordeste através do prisma do desenvolvimento atual do turismo. A pesquisa futura visa assim questionar a globalização contemporânea em

escala local, em uma abordagem microgeográfica. Este relatório do seminário também visa relatar as reflexões em andamento, a fim de abri-las aos pesquisadores do ESO que o desejem fazer.

Referências

DEHOORNE, O.; MURAT, C. 2009. Regards croisés sur les enjeux du tourisme en Amérique Latine. *Etudes Caribéennes* (en ligne) 13-14, mis en ligne le 13 avril 2015, <http://etudescaribeennes.revues.org/4033>

ELIAS, N.; DUNNING, E. Sport et civilisation. La violence maîtrisée. (1994) (1986 pour la première édition) Paris: Fayard.

FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. Caracterização e dimensionamento do turismo doméstico no Brasil. São Paulo: Ministério do Turismo, 2012.

SACAREAU, Isabelle; TAUNAY, Benjamin; PEYVEL, Emmanuelle (Dir.) La Mondialisation du tourisme. Les nouvelles frontières d'une pratique. Espace et Territoires, Presses Universitaires de Rennes, 2015.

THÉRY, H.; MELLO, N. Atlas do Brasil: disparidades e dinâmicas do território. São Paulo: EDUSP, 2005.

UNWTO. *Annual Report*. 2015. Disponível em <https://www.unwto.org/archive/global/publication/unwto-annual-report-2015>

VIOLIER, Philippe. «La troisième révolution touristique». *Mondes du Tourisme* [En ligne], Hors-série, mis en ligne le 01 septembre 2016, consulté le 12 novembre 2016. URL: <http://tourisme.revues.org/1256>; DOI: 10.4000/tourisme.1256.

VIOLIER, P. Les lieux du monde. Approches du tourisme par l'exploitation des catalogues des tour-opérateurs. *EspacesTemps.net* [En ligne] Travaux, 22.08.2011. URL: <http://www.espacestemp.net/articles/les-lieux-du-monde/>.

Turismo e planejamento no Nordeste brasileiro

Enos Feitosa de Araújo¹

Introdução

Nas últimas décadas do século XX e no início do século XXI, o turismo se apresenta como um fenômeno multifacetado e de caráter mundializado. De origem contestável (para vários autores, ele surgiu na Antiguidade com as viagens e peregrinações ou na Idade Contemporânea, no século XIX, principalmente com o papel de Thomas Cook na Inglaterra), o turismo se difundiu de forma a agregar valores e comportamentos de maneira que a atividade *per se* é julgada pela sociedade como necessária para a sobrevivência do “homem” diante do papel que tem sobre a esfera do lazer e da tranquilidade (KRIPPENDORF, 2009).

Dessa forma, percebemos que o turismo, além de ser um fenômeno social, ou seja, dialoga com as diversas faces da sociedade, tem relações que são produzidas por ele ao se interlaçar com o espaço. É desse último fator que o turismo apresenta a maior importância para as suas dinâmicas: antes de tudo, o turismo produz espaços, modifica-os em face de suas dinâmicas consequentes (CRUZ, 1996).

Assim, o turismo se torna emergente no cenário mundial de fixos e fluxos, principalmente quando reflete a ampliação de técnicas e tecnologias mais avançadas, em que torna o “espaço-tempo” mais fluido, permitindo assim uma grande variedade de deslocamentos simultâneos e diversos. O que faz com que o turismo deixe de ser um fenômeno “local-regional” da Europa e dos EUA e passe a ser um fenômeno global que reflete as desigualdades sociais e as estratégias espaciais (PEARCE, 2000).

¹ Professor do Instituto Federal do Ceará.

No rol de “fases turísticas” mundiais, o Brasil se insere principalmente no período pós-guerra, vinculando-se a um planejamento governamental de esfera federal. Somente nos anos 1960-1970, com a emergência de investimentos internacionais em países menos desenvolvidos – que ficou mais conhecido como o modelo turístico de Cancun no México –, se desencadeou uma série de adaptações dos países em questão, com revelia do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e posteriormente, com os bancos nacionais, notadamente o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) com o Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR) (ARAÚJO, 2015).

É nesse contexto que partimos da visão de que o turismo tem aspectos regionais e metropolitanos quanto as suas dinâmicas no Nordeste brasileiro, pois quando se atrela à lógica regional (principalmente quanto a sua imagem e representações difundidas pelos governos estaduais e, ao fundo, o governo federal), as dinâmicas turísticas concentram-se e ampliam-se, principalmente nos espaços litorâneos e metropolitanos. A junção da imagem regional-metropolitana é a vital constituição do turismo no Nordeste brasileiro (DANTAS, 2013).

O presente artigo está estruturado em três principais tópicos: a) o planejamento governamental e alguns questionamentos teóricos que norteiam nossa análise; b) a regionalização, planejamento e turismo (tríade nordestina) como um suporte econômico; e, por fim, c) o turismo e a sua articulação com os vetores (e como um deles) econômicos para basear nossa análise espacial dos anos 2000-2020.

Planejamento governamental

Apesar de vários questionamentos sobre a intitulada “Geografia do turismo”, vários autores e escolas/ólicas geográficas promoveram uma série de debates epistemológicos sobre conceitos e teorias acerca do fenômeno turístico. Longe de esgotar tal discussão, nos atemos aos principais conceitos que serão discutidos para serem o suporte basilar deste ensaio.

A noção de planejamento atrela-se inicialmente ao urbano, refletindo as principais dificuldades e mudanças socioespaciais em grande intensidade e rapidez nas cidades. Espaços esses que, mesmo existindo há muito tempo, sofrem grande mudança no sistema capitalista, principalmente pós-Revolução Industrial. Foi uma pauta clássica do capitalismo pós-industrial do século XIX-XX (SANTOS, 2009).

Vários conceitos são abordados no que tange ao planejamento espacial (principalmente a análise de “foco”, já que é vinculado à legitimidade do espaço em realizar ações), bem como o urbano, territorial, regional, que posteriormente teriam outros conceitos, como Ordenamento Territorial (origem da escola francesa, dos anos 1960) e Planejamento Governamental (que, mesmo tendo origem nos anos 1920, é usado principalmente no Brasil pós-1980) (MORAES, 2005).

Silva (1964), no clássico *Uma teoria geral de planejamento*, faz um apanhado de teorias e conceitos que dão base a várias ações governamentais perante a influência inglesa e francesa de planejamento, no que tange à ampla discussão de “intervenção” e “não intervenção” do Estado no cotidiano das pessoas. Quanto aos significados e conceitos – que também são assegurados no sentido *etimológico da palavra* –, Silva (1964, p.133) nos diz que “planejamento é, rigorosamente, um processo, um método de atingir algum resultado escolhido (...) um processo de assegurar continuidade no tempo e coerência intrínseca às diretrizes governamentais referentes àquele setor”. Tais conceitos são coadunados com análise por vários autores, como Wanderley (2008), Rodrigues (2013), Braga (2007), Boullon (2001, 2002) e Becker (2001).

Em outras palavras, o planejamento governamental nasce da necessidade do Estado, em seus legítimos interesses e poderes de ações, sobre o espaço de forma contínua sem necessariamente refletir ações específicas de determinadas ideologias, finalidades ou específicos planos de governos. O planejamento governamental apresenta-se como um plano contínuo de décadas. Dessa forma, ao mesmo tempo que discutimos o mesmo contexto e espacialidade do Ordenamento Territorial, a conceituação se torna complementar, mas, para este artigo,

se torna necessário que fique claro a diferenciação conceitual e metodológica².

Tal conceito é discutido por vários autores franceses que mostram que o “Ordenamento Territorial” parte da intervenção direta do Estado em ações para correção de possíveis “desequilíbrios” regionais e/ou espaciais, como evidencia Oliveira (2007, p. 11): “[...] o ordenamento do território teve a sua origem na planificação econômica tendente à correção dos referidos desequilíbrios”. Sousa (2004) aborda que o planejamento conta com o ordenamento territorial, uma importante ferramenta que irá orientar políticas públicas mais adequadas ao território e à realidade local, sendo necessário, para tanto, entender o território, pois a unidade territorial é a unidade de planejamento do gestor.

Destarte, o conceito de planejamento governamental permeia as principais análises aqui envolvidas no que tange à capacidade de promover as discussões referentes a um “recorte espacial” (seja ele regional ou espacial, *per se*) que foi profundamente e longamente planejado, ordenado e, mediante a articulação de agentes produtores do espaço em suas escalas locais, estaduais, nacionais e federais (além da lógica mundial), realizado (RODRIGUES, 2013).

² “Ordenamento territorial” é um conceito muito complexo, tal como “planejamento” (entre eles, o governamental, aqui principalmente discutido devido à emergente análise do Nordeste brasileiro). Isso porque se remete a várias questões históricas e culturais. O conceito, também abordado pela Geografia, ainda nos anos 1960 pela Geografia francesa, foi “amplamente discutido” por causa da Carta Europeia de Ordenação do Território de 1988, que o conceituava como “a tradução espacial das políticas econômica, social, cultural e ecológica da sociedade. [...] O ordenamento do território deve ter em consideração a existência de múltiplos poderes de decisão, individuais e institucionais que influenciam a organização do espaço, o caráter aleatório de todo o estudo prospectivo, os constrangimentos do mercado, as particularidades dos sistemas administrativos, a diversidade das condições socioeconômicas e ambientais. Deve, no entanto, procurar conciliar estes fatores da forma mais harmoniosa possível (Conselho da Europa, 1988, p. 9 e 10)”.

Em outras palavras, o “ordenamento territorial” é uma das principais ações do “planejamento governamental” que consiste em ser o conjunto de ações que partem das diretrizes e finalidades do governo [Estado] em produção espacial de forma contínua e direta. Harvey (2011) e Lefebvre (1999) questionam os dois conceitos, abordando uma forma da “produção espacial”, ideia esta que é citada/discutida por Santos (1996, 1999, 2003, 2006) para se referir tanto à Economia Espacial como para justificar seus principais conceitos espaciais.

Nesse aspecto, o planejamento espacial é usado como uma estratégia para o desenvolvimento da nova ordem mundial e/ou globalizada no controle das principais empresas multinacionais e das economias mais desenvolvidas.

Em nossos dias o espaço é apropriado ou, ao menos, comandado, segundo leis mundiais. Desde que ele possa encontrar leis de funcionamento na escala das sociedades interessadas, as formas de evolução serão completamente diferentes assim como diversas as possibilidades de planificação. Quando se fala de difusão espacial da economia e seus resultados, muitos imaginam que se trata exclusivamente de desconcentrar os investimentos. O problema essencial é revalorizar os investimentos em função de uma nova estrutura política. Em cada período, o Estado realiza um objetivo e possui uma função própria (SANTOS, 2006, p. 86).

Por isso, apesar das novas formas da mundialização/globalização relevantes para a iniciativa privada, o Estado, que para muitos perde a importância na economia e na sociedade frente ao discurso do neoliberalismo, continua como principal agente produtor do espaço³ e suas dinâmicas socioespaciais

³ Para Souza (2004), desde os anos 1960, com a crise do capitalismo e a necessidade de novos rumos para o desenvolvimento da economia capitalista, a urbanização entra como um mote para as soluções e desafios em anos futuros. O autor cita as reformas urbanas, o planejamento urbano e gestão urbana frente aos desafios dos últimos anos, e em especial, no Brasil. Além de diferenciar planejamento de gestão urbana. Planejamento é vinculado às ações futuras, enquanto a gestão urbana aparece como ações vinculadas ao presente. São as ações que regem a administração de determinadas situações dentro de uma conjuntura com recursos disponíveis. Harvey (2004) cita que o planejamento é a ação estatal para a efetivação de políticas duradouras, enquanto a economia, a gestão urbana entra em um quesito mais local e menos abrangente. Pondera Souza (2004, p. 61) que a reforma urbana é um conjunto de intervenções físicas no espaço urbano, como obras de embelezamento, construção de praças, monumentos, abertura de ruas e avenidas etc. A essência dessa “reforma” paira sobre a transformação material do espaço, negligenciando ou pouco considerando uma mudança efetiva da cidade do ponto de vista social. Os principais objetivos são modernizar, embelezar e organizar a paisagem urbana, tornando-a adequada aos padrões estéticos e de consumo das classes médias e elites urbanas. Representando, assim, uma transformação da sociedade e do espaço, tendo por objetivos melhorar a qualidade de vida da população, elevando o nível da justiça social e democratizando as práticas de gestão e planejamento.

resultantes (SANTOS, 2006). Por isso, distancia-se do planejamento turístico⁴, outro conceito relevante nas discussões sobre as ações espaciais do turismo.

O planejamento espacial caminha também por transformações em suas etapas e singularidades. Milton Santos (2009), ao propor a análise do espaço [e geográfica], a partir da função, forma, estrutura, processo e totalidade, concorda com Araújo (2009, p. 110) na afirmação de que esse espaço é constituído por uma grande variedade de atividades inter-relacionadas, porém fragmentadas.

É dessa forma que o papel do turismo, ante as velhas estruturas de urbanização e metropolização do espaço (leia-se: planejamento espacial e políticas públicas/governamentais), atinge países menos desenvolvidos e, no caso do Brasil, particularmente o Nordeste brasileiro. Em outras palavras, o turismo torna-se vetor do planejamento espacial da região, com divisões inter-regionais.

Possivelmente, é a partir do *planejamento espacial vinculado ao turismo* que poderemos compreender as novas dinâmicas socioespaciais do presente e as que podem ser potenciais no futuro. Contudo, a hipótese de que o *planejamento turístico* isolado é a principal forma urbanizadora de áreas já urbanas ou fora do contexto urbano não pode abranger as dinâmicas estudadas quanto à produção espacial.

Assim, percebe-se que, nos últimos anos, o Nordeste brasileiro sofreu grandes transformações socioespaciais devido, entre outros motivos, ao planejamento governamental em

⁴ “Planejamento turístico” é outro conceito utilizado por um número considerável de geógrafos e principalmente por turismólogos e outros profissionais acadêmicos. Gunn (1994) aborda que o planejamento (na escala regional) é mais abrangente do que local. Assim, a principal razão para se planejar nessa macroescala (regional) é a possibilidade de se alcançar melhor integração do “todo”. Vários autores consideram que o “planejamento turístico” passa por uma escala “baixo-cima” em que o turismo apresenta uma forma diferenciada e isolada de desenvolvimento. Em nossa análise, partimos de que, apesar de o turismo ser uma prática relevante na produção espacial regional-metropolitana-global-local, ela não poderá ser planejada de forma isolada sem outros aspectos. Consideramos que a ótica regional é mais abrangente e hierarquicamente mais relevante na compreensão do espaço do que as áreas ou regiões consideradas turísticas.

suas escalas regionais, metropolitanas, municipais e locais. A articulação das atividades econômicas e sua espacialização/localização vem promovendo várias dinâmicas que formaram a Região Nordeste em seus diversos períodos temporais.

Regionalização, planejamento e turismo no Nordeste brasileiro

No que tange à constituição do Nordeste brasileiro como região, outros conceitos como região, regionalização são relevantes no que podemos intitular de tríade do Nordeste, quanto à junção da atividade turística. Isto, porque a questão é que a constituição de região remonta a um contexto diferente do turismo, refletindo as mais variadas lógicas espaciais do espaço brasileiro, já que

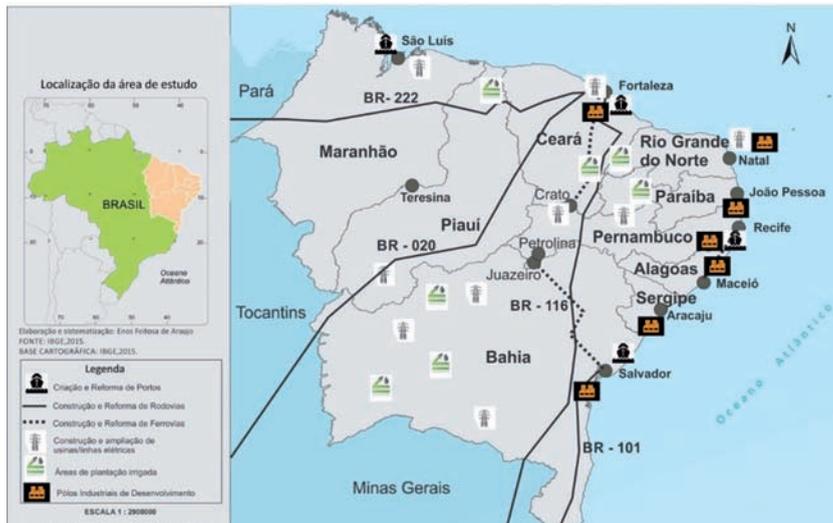
esta emergente fragmentação econômica do Nordeste brasileiro deve-se, antes de tudo, à resposta das ações governamentais diante da situação da região em relação às outras regiões que tinham fluxos econômicos mais intensos, como são os casos do Sudeste pelo café e a industrialização. Desde já, a série de ações vindas do planejamento governamental no Nordeste passam a ser essenciais para a compreensão das dinâmicas socioespaciais da região (ARAÚJO, 2015, p. 97).

Em outras palavras, com as mudanças de atividades econômicas (seja por declínio, troca ou adaptação), as elites locais coadunam com um tipo de ações materiais e imateriais do planejamento governamental nordestino e à região Nordeste, com imagens positivas e negativas, constituindo-se novas atividades econômicas que, entre elas, o turismo litorâneo se tornaria como um desses vetores econômicos (DANTAS *et al.*, 2006).

Com essas ações governamentais oriundas principalmente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), o Nordeste brasileiro recebe uma série de recursos federais que visam priorizar o desenvolvimento econômico no qual a indústria possui um papel diferenciador da economia localizada nas capitais estaduais em um primeiro momento. Tais condutas,

em conjunto a uma crescente urbanização, resultam em distintos índices dos setores econômicos: a agropecuária como atividade coadjuvante, a indústria como força motriz dos investimentos e de emprego, e a terceirização ligada a um crescimento industrial (conforme Mapa 1).

Mapa 1 – Ações governamentais da SUDENE no NE brasileiro (1960-1980).



Fonte: IBGE, 2015.

Se o Nordeste do Brasil possuía nos séculos anteriores uma hierarquia urbana relativamente rígida em que Pernambuco e Bahia tinham o papel de destaque econômico, principalmente devido às rugosidades provenientes da produção da cana-de-açúcar e da pecuária, percebe-se que nos séculos XX e XXI há uma “descentralização econômica” para os demais estados como Ceará e Rio Grande do Norte, além de destaques de alguns polos.

Deve-se, antes de tudo, à execução de um planejamento governamental mais agressivo de escala federal no qual a industrialização modifica profundamente a economia nordestina, colocando novos “centros regionais” – uma nomenclatura do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), classificado, em geral, como as capitais estaduais e cidades médias – em novas dinâmicas urbanas, com novos papéis no posicionamento urbano do Nordeste brasileiro.

Realiza-se, então, uma nova *hierarquia urbana* a partir dos anos 1970-80 que irá se firmar com novos fixos e fluxos nos anos 1990-2000 a partir das ações do planejamento regional nas metrópoles estaduais e centros regionais que se tornaram importantes núcleos polarizadores da economia devido, entre outros motivos, à hegemonia do setor terciário, e o turismo representa papel de ponta dessas dinâmicas. Tal situação deve-se especialmente à ampliação do setor terciário nos estados do Nordeste devido, entre outros fatores, à crise industrial e do planejamento governamental, bem como a adaptação econômica da região perante as novas dinâmicas espaciais, pois,

tanto no âmbito nacional como no global, a tendência à desindustrialização das áreas industriais tradicionais tem sido uma das características principais desse novo modelo. (...) essas tendências estariam sinalizando processos de reorganização do modelo territorial fordista como resultados da redefinição regional do trabalho. Essas mudanças, portanto, não afetaram apenas as áreas mais dinâmicas do país, têm atingido também as demais regiões, como é o caso do Nordeste brasileiro que vinha sendo beneficiado com o processo de desconcentração produtiva, ocorrido nas décadas de 1970 e 1980. A crise e a instabilidade econômica que se acentua na década de 1990 interromperam as transformações que vinham ocorrendo na distribuição regional da indústria brasileira, fazendo com que o processo fosse de certa forma, revertido, ou seja, o processo de desconcentração foi paralisado, voltando à produção a se reconcentrar nas áreas mais dinâmicas do Centro-Sul do país (DANTAS, 2010, p. 74).

Em suma, podemos perceber que: a) há uma tendência crescente das atividades econômicas e sociais de uma região, pela interação/integração dos sistemas de centros urbanos; b) as cidades apresentam uma concentração apreciável de recursos de infraestrutura básica para atrair investimentos; c) a hierarquia urbana fornece elementos para a compreensão da estrutura regional, dos estados e das macrorregiões, subsídios considerados indispensáveis para a compreensão da produção

espacial em uma totalidade (IBGE, 1972), conforme podemos verificar nos Mapas 2 e 3.

Mapa 2 – Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas / 1972.



Fonte: IBGE, 1972.

Com o reconhecimento das Regiões Metropolitanas (RM's) em 1973 pela Lei Complementar 14/73, são criadas oito dessas regiões no Brasil: São Paulo (SP), Belo Horizonte (MG), Porto Alegre (RS), Curitiba (PR), Salvador (BA), Recife (PE), Fortaleza (CE) e Belém (PA). A cidade do Rio de Janeiro teria sua região metropolitana em 1974, com a Lei Complementar 20/74. A decisão da criação das regiões metropolitanas partiu, exclusivamente, das ações do governo federal, implantadas por leis complementares assinadas pelo presidente da República. Tais condutas da escolha das áreas metropolitanas refletiam o cenário sociopolítico dos estados, e no caso da parte técnica-científica, fundamentados nos estudos do IBGE.

Parafraseando Santos (1996) quanto aos dois espaços que se destacam no contexto da urbanização e metropolização: espaços opacos e espaços luminosos. Os primeiros caracterizam-se pela ausência ou precariedade de desenvolvimento econômico (geralmente industrial), este não interligado à rede econômica capitalista; enquanto os segundos detêm técnicas e tecnologias avançadas, de

empresas (geralmente multinacionais, nacionais) e o estado, que têm forte aparato econômico e político para favorecer os fluxos e seus lucros através das dinamicidades urbanas. Afirma ainda Santos (2006, 2008, 2009) que as metrópoles são esses espaços cada vez mais luminosos, obedecendo a uma hierarquia urbana e econômica cada vez mais interligada aos fluxos globais. Se falamos da metrópole, falamos de sua importância perante as outras cidades internacionais, bem como o seu papel em todos os âmbitos espaciais.

Percebe-se que no Nordeste do Brasil há uma dicotomia e uma contradição espacial, características da produção espacial atual metropolitana. Por um lado, temos os estados e cidades da PB, AL e SE como os “espaços opacos” em comparação às maiores metrópoles nordestinas (Salvador, Recife e Fortaleza) que se colocam como os “espaços luminosos”; mas esses mesmos espaços opacos configuram-se em outras lógicas interestaduais.

Detectamos então uma contradição nos processos espaciais envolvidos no período atual da sociedade capitalista contemporânea: a concentração e desconcentração econômica/espacial contínua e articulada simultaneamente. Ao mesmo tempo em que temos a concentração de serviços/decisões em um espaço, temos a desconcentração de alguns tipos de serviços/decisões em outro espaço, que se produzirá como um espaço concentrador em relação a outro e, assim, sucessivamente. Verifica-se, diretamente e/ou indiretamente, a ação da metrópole e dos processos *metropolizadores* que estão envolvidos em sua constituição.

O Nordeste brasileiro, guiado pela industrialização e o início de emergentes atividades econômicas, como a evolução da agropecuária (que podemos chamar de agronegócio), e o turismo nas principais cidades e capitais estaduais, marcou os anos 1970-80 com uma hierarquia urbana-regional concentrada em espaços regionais tradicionais, como Salvador (BA), Recife (PE) e, em segunda classe, Fortaleza (CE), emergente ante a transformação do setor agropecuário ao de comércio e serviços (IBGE, 1972).

Vimos, então, uma mudança relevante no cenário socioeconômico entre 1972 e 1987, no qual Recife (PE) possuía um papel fundamental como metrópole do Nordeste e passa a sofrer um processo de descentralização de poderes e decisões em comparação ao crescimento e fortalecimento de áreas metropolitanas

de Fortaleza (CE), em seu âmbito local-regional, como a ampliação do setor petroquímico e siderúrgico em Salvador (BA) (IBGE, 1987).

Mapa 3 – Regiões de influência das cidades no Nordeste brasileiro / 1987.



Fonte: IBGE, 1987.

No Mapa 4, percebemos o foco no Nordeste brasileiro, a hegemonia das metrópoles de Fortaleza (CE), Recife (PE), Salvador (BA) e o crescimento considerável de Natal (RN). Em um papel secundário dentro dessa graduação hierárquica, João Pessoa (PB) recupera a polarização de Campina Grande (PB) – antes polarizado por Recife (PE) –, e Maceió (AL) consegue consolidar a sua rede urbana estadual.

Por outro lado, Bahia e Ceará obtêm a ampliação de seus novos espaços polarizados, como Itabuna (BA), Ilhéus (BA), Barreiras (BA) e Imperatriz (CE). Ou seja, a rede hierárquica regional nordestina cresce com a proeminência das áreas metropolitanas (sejam elas metrópoles ou capitais estaduais) com a inter-relação entre cidades médias que conquistaram novas dinâmicas e crescimento econômico, como a expansão da área de polarização das próprias metrópoles em escalas regionais, até as inter-regionais, que é abordado pelo IBGE (2008), que é o que se reflete no Mapa 4.

Mapa 4 – Regiões de influência das cidades – Nordeste brasileiro / 2008.



Fonte: IBGE, 2008.

Temos, assim, dois processos de urbanização nordestina: o primeiro, embasado na articulação da ocupação inicial e tradicional do litoral determinado pelas atividades econômicas tradicionais com as novas formas econômicas motivadas pela ampliação de novos fluxos econômicos, como o setor de comércio e serviços (entre eles, o turismo) e a adaptação de novos fluxos industriais; e o segundo, com a interiorização do Nordeste brasileiro, a partir do agronegócio e da ampliação do setor terciário em antigos e novos nós da hierarquia urbana regional.

Em 2018, o IBGE lançou outro documento – *Região de influência das cidades (REGIC)* – que mostra outro período importante do Nordeste brasileiro, visto as consequências emergentes da Copa do Mundo de 2014, que teve interferência nas maiores metrópoles e provocou adaptações nas cidades médias e das menores metrópoles, conforme a crise econômica do país que marca desde 2015 (IPEA, 2019).

Aconteceram mudanças profundas nas metodologias do IBGE no estudo de *Região de influência das cidades*, devido à nova conjuntura espacial, bem como à epistemologia de análise

espacial. Percebe-se, claramente, algumas modificações quanto à influência/polarização nas cidades/metrópoles nordestinas:

- A metrópole de Salvador perde uma relevância maior quanto às capitais de Aracaju (SE) e Maceió (AL), passando a ter maior relevância em seu território, e perdendo importância para Recife (PE) quanto às cidades de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA).
- Natal (RN), João Pessoa (PB), Maceió (AL) e Aracaju (SE), apesar da influência maciça de Fortaleza (CE) e Recife (PE), passam a ter maior importância em seus estados, deixando, assim, de serem polarizadas por essas maiores metrópoles.
- A metrópole de Fortaleza (CE) continua com sua polarização com São Luís (MA) e Teresina (PI), porém perde maiores polarizações com Imperatriz (MA), que recebe maior polarização agora de São Luís (MA), sua capital.

Logo, percebe-se uma descentralização de determinadas áreas, bem como reforço das menores capitais/metrópoles, porém, com a hegemonia das três maiores metrópoles do Nordeste, conforme Mapa 5.

Mapa 5 – Regiões de influência das cidades – Nordeste brasileiro / 2018.



Fonte: IBGE, 2019.

Como dedução dos principais dados do Mapa 5, vimos que a rede hierárquica regional nordestina cresce com a proeminência das áreas metropolitanas (sejam elas metrópoles ou capitais estaduais), com a inter-relação entre cidades médias que conquistaram novas dinâmicas e crescimento econômico, como com a expansão da área de polarização das próprias metrópoles em escalas regionais, até as inter-regionais, rearticulando novas dinâmicas espaciais pelas atividades tradicionais como as atividades terciárias (que se destacam nos últimos anos e, em vários casos, podemos colocar o turismo).

Turismo e vetores econômicos: considerações para os anos 2000 – 2020

Com a expansão da atividade turística, principalmente quanto à dimensão metropolitana no contexto mundial, efetivam-se as mais diversas políticas governamentais (em muitos países) que são projetadas e realizadas. Especificamente, no caso brasileiro, o turismo é priorizado na Região Nordeste, onde os estados propõem planos turísticos, inserindo-os como um *vetor* de desenvolvimento.

Se nos anos 1980-1990 organizavam-se ações estruturais do turismo no Nordeste do Brasil, através dos investimentos (em suas escalas e setores, mas em especial os relacionados à infraestrutura básica) governamentais e da iniciativa privada em várias cidades (em muitos casos, as capitais estaduais e/ou as metrópoles), os anos 2000-2010 assinalam as mudanças e novos rumos do turismo na região.

O planejamento governamental turístico, ao articular-se com outros setores econômicos, capitaneados pela força matriz das metrópoles, potencialmente, nos espaços litorâneos, constrói uma rede de espaços/localidades turísticas nos estados nordestinos, com diferenciações socioespaciais motivadas pelas transformações das atividades.

Parte-se, então, para uma “Geografia do turismo” da região, que se constitui de uma rede de espaços turísticos com características naturais e históricas distintas, porém articuladas, além dos fluxos e fixos diferenciados, com interferências diretas e/ou

indiretas dos investimentos governamentais e iniciativa privada. É essa a essência do turismo no Nordeste brasileiro em suas múltiplas facetas e desigualdades, tanto econômicas como sociais.

Semelhante análise deve-se ao fato de que o turismo e suas dinâmicas são complexas porque envolvem distintos setores econômicos e de atividades articulados, o que aponta para que haja também uma mensuração de dados complementares. Em suma, ao examinarmos a economia turística buscaremos compreender suas dinâmicas na economia e na articulação do planejamento governamental para o desenvolvimento da atividade.

A Tabela 1 apresenta os principais dados econômicos dos estados do Nordeste brasileiro, na qual percebe-se a hegemonia de Bahia, Pernambuco e Ceará (que, juntos, participam de 62,75% do PIB nordestino) com o PIB total de R\$ 598 bilhões, tendo praticamente uma linha divisória entre esses e outros estados (que apresentam menos de 9% do PIB total e quase a metade do valor total do Estado do Ceará, como o caso do Maranhão).

Para compreendermos a hierarquia urbana e suas características espaciais e econômicas no Nordeste brasileiro é necessário colocar em destaque o papel das metrópoles, que concentram os fluxos econômicos, além dos investimentos públicos e privados e, por isso, tornam-se espaços indispensáveis nos contextos estadual/regional/nacional.

Dessa forma, as metrópoles transformaram-se em espaços mais importantes que suas próprias unidades da Federação, de modo que se apresentam como espaços de níveis de interação espacial cada vez mais fluidos, articulados e concomitantes. Os estados que têm as metrópoles – e em alguns casos, regiões metropolitanas que não são metrópoles, como é o caso de Natal (RN) – sofrem as dinâmicas urbanas e econômicas mais fluidas e avançadas diante dos outros estados.

Nesse modelo, elencamos, na região nordestina, alguns territórios que se apresentam numa segunda ordem hierárquica urbana regional, motivada pela falta de infraestrutura e investimentos, concentrações econômicas, entre outras características geralmente metropolitanas. Entre os destacados, temos os estados da Paraíba, Alagoas e Sergipe, que se colocam como áreas nessa situação.

Tabela 1 – Principais dados econômicos dos estados nordestinos – 2020.

Estado	População – habitantes (2020)	Principais cidades Econômicas	PIB (2018) em bilhões R\$	Participação do PIB da região
Bahia	15,0 milhões	Salvador, Camaçari, Feira de Santana, Simões Filho, Vitória da Conquista	268,7	28,2%
Pernambuco	9,6 milhões	Recife, Ipojuca, Cabo de São Agostinho, Caruaru, Jaboatão dos Guararapes	181,5	19,04%
Ceará	9,2 milhões	Fortaleza, Maracanaú, Juazeiro do Norte, São Gonçalo do Amarante, Sobral.	147,9	15,51%
Maranhão	7,1 milhões	São Luís, Imperatriz, Balsas, Acailândia, Timon.	89,5	9,4%
Rio Grande do Norte	3,5 milhões	Natal, Mossoró, Parnamirim, Guamaré, São Gonçalo do Amarante	64,3	6,74%
Paraíba	4,0 milhões	João Pessoa, Campina Grande, Santa Rita, Cabedelo, Bayeux	62,4	6,54%
Alagoas	3,3 milhões	Maceió, Arapiraca, Marechal Deodoro, São Miguel dos Campos, Coruripe	52,8	5,53%
Piauí	3,2 milhões	Teresina, Parnaíba, Picos, Floriano, Uruçuí	45,35	4,75%
Sergipe	2,3 milhões	Aracaju, Canindé de São Francisco, Estância, Itabaiana, Nossa Senhora do Socorro	40,7	4,27%
TOTAL	57,2 milhões	-----	953,15	100%

Fonte: IBGE, 2020.

Entre outras razões, as heranças espaciais (ou como podemos caracterizar em alguns casos de rugosidades espaciais) são os fatores mais preponderantes para a consolidação dessa hierarquia urbana desigual. As áreas dos atuais estados de PB, AL e SE eram espaços vinculados a outras províncias, como Pernambuco e Bahia, por muitos séculos, construindo e concentrando certas elites locais, que seriam predominantes para os futuros passos econômicos e espaciais.

Essas áreas, que se apresentam em sua origem como dependentes de outros setores e centros econômicos, expõem maiores dificuldades em organizar novas articulações econômicas a partir da conjuntura político-administrativa desde a República de 1889 e a Constituição de 1988. A rápida industrialização e urbanização da região nordestina brasileira fez com que os principais espaços econômicos fossem privilegiados para a consolidação de novos fluxos econômicos.

Apesar de apresentarem posições secundárias na hierarquia urbano-econômica do NE brasileiro, Paraíba, Alagoas e Sergipe desempenham funções relevantes na produção espacial da região, solidificando os fluxos e fixos econômicos. Na Tabela 1, mostramos a discrepância entre eles: de um lado, Bahia, Pernambuco e Ceará, com 59% de toda a população nordestina, um total de 63% de toda a riqueza, enquanto os demais estados (seis) representam quase um terço dessa mesma riqueza regional.

O Nordeste brasileiro passa por essas transformações socioespaciais que se ampliam principalmente depois dos anos 1990, com políticas governamentais relacionadas ao turismo e novas formas agropecuárias. As antigas elites e a constituição de novas, assim como a adaptação entre elas, proporcionam à região novos rumos econômicos e, conseqüentemente, espaciais. Temos com isso uma nova articulação dos espaços metropolitanos (além dos periurbanizados, urbanizados) e não metropolitanos vinculados às novas formas/características e rumos das elites nordestinas.

As antigas elites do Nordeste, de caráter fortemente agrário, são levadas a construir acordos e pactos com novos atores urbanos: elite empresarial, funcionários altamente qualificados do serviço público, dentre outros. (...). Demonstra-se, nestes termos, como as elites agrárias locais souberam se perpetuar no governo, dialogando e construindo um projeto de modernização. (...) Da transformação empreendida, chama particular atenção o fortalecimento da lógica urbana *vis-à-vis* a agrária. As cidades desempenham um papel preponderante nesta nova racionalidade, tanto no domínio do fortalecimento das metrópoles nordestinas (litorâneas), como das cidades médias (interioranas). Das duas lógicas de modernização mencionadas acima, a inovadora reside naquela que injeta

recursos maciços dos governos em suas metrópoles e municípios litorâneos, com conseqüente potencialização, delineamento e atendimento das demandas por espaços de lazer, a reverter caracterização exclusiva da região como produtora de alimentos (DANTAS, 2013, p. 67-68).

É nesse contexto de novas lógicas de modernização no Nordeste brasileiro (da produção alimentícia às outras funções) que PI, MA, PB, AL e SE se readaptam e formam novas realidades de fluxos e fixos econômicos nessa complexa rede urbana dispersa com variadas cidades, com formas e heranças espaciais diferenciadas em vários contextos econômicos de desigualdade social e uma articulação diversa e (des)concentradora. Paraíba, Alagoas e Sergipe possuem similaridades, além de serem os menores estados do Nordeste, detêm também as três menores populações, enquanto Piauí e Maranhão apresentam-se como uma transição entre o Nordeste e a Amazônia, com vínculos com Ceará no que tange ao turismo, mesmo possuindo seus espaços e fluxos internos, considerados de pequeno porte, comparados aos Estados do Ceará, Pernambuco e Bahia.

No que tange à Tabela 2, percebemos a participação direta e indireta do turismo nos PIB dos estados, mostrando os fluxos econômicos:

- Os Estados do Ceará, Bahia, Rio Grande do Norte e Paraíba se destacam com 24,1%, 16,2%, 13,6% e 12,9% da participação turística pela emergência do turismo como vetor econômico, principalmente para regiões/municípios litorâneos não metropolitanos, bem como os mais distantes de grandes centros. O imobiliário turístico que pode se coadunar com outras práticas de segunda residência/vilegiatura⁵, uma temática vastamente discutida por Dantas (2014) e Pereira (2013).

⁵ Tulik aponta o que de fato considera como segunda residência: “residência secundária, portanto, é um alojamento turístico particular, utilizado temporariamente nos momentos de lazer, por pessoas que têm domicílio permanente em outro lugar (TULIK, 2001, p. 9)”. Lopes Junior (2015, p. 20) observa que as segundas residências não se restringem ao lazer garantido aos seus proprietários, pois também geram repercussões socioespaciais nos lugares onde estão localizadas. Pode-se dizer que a presença de segundas residências em localidades turísticas possui caráter ambíguo. Nesse contexto, as discussões sobre “veraneio e vilegiatura” são alguns dos conceitos mais complexos na Geografia

- Por outro lado, os Estados de Alagoas e Sergipe, que foram vastamente estudados por Araújo (2015), apresentam, segundo dados do IPEA (2019) e MTUR (2019), que o Estado da Paraíba apresentou um considerável aumento da participação do turismo em seu PIB, na qual a cidade de João Pessoa se apresenta como um importante destino turístico.
- Por fim, os Estados do Maranhão e Piauí, que foram estudados exaustivamente por Araújo (2018,2013) e Matos (2013), se colocam como estados com enclaves turísticos, dos quais podem se destacar os Lençóis Maranhenses e o Delta do Parnaíba. A dinâmica polarizadora do Ceará ainda se apresenta como relevante, como visto no Mapa 5.

Tabela 2 – Participação do turismo⁶ nos PIBs dos estados nordestinos e Brasil (1990-2005).

Estado	1990	1995	2000	2005	2010	2017
Bahia	6,0	8,2	8,9	11,0	18,0	16,2
Ceará	3,0	4,0	7,5	9,8	11,0	24,1
Pernambuco	2,2	3,4	4,7	6,3	8,2	9,3
Rio G. do Norte	0,5	4,0	7,2	9,0	11,0	13,6
Paraíba	3,1	3,6	4,2	4,8	6,0	12,9
Alagoas	4,2	4,9	5,7	6,4	6,9	8,0
Sergipe	4,5	5,2	5,8	6,1	6,8	7,8
Maranhão	1,0	2,6	2,9	4,2	5,0	4,7
Piauí	1,4	1,5	1,8	1,6	3,5	6,6
NORDESTE	4,7	6,8	9,0	9,5	13,4	
BRASIL	3,0	5,1	7,3	8,0	9,0	

Fonte: IBGE (2010), IPEA (2019), MTUR (2019).

do turismo. Pereira (2012, 2013, 2014) e Dantas (2013) contribuem para uma discussão mais profunda. Nesse ponto, o conceito de “urbanização litorânea” (isto é, as práticas marítimas modernas que se apresentam não particulares e/ou singulares, mas de formas cada vez mais integradas,) influencia a produção espacial nos estados nordestinos. O turismo e a vilegiatura (para alguns, chamado apenas de “veraneio”) se apresentam como atividades urbanas e/ou de lazer que promovem produção espacial de diferentes níveis e intensidades, refletindo os agentes espaciais envolvidos, não possuindo um “padrão” tampouco formas específicas. Apenas podemos empreender tendências a partir dos fluxos metropolitanos, que geralmente são os responsáveis pelo início da atividade vilegiaturista nos espaços litorâneos nordestinos.

⁶ Considera as rendas diretas e indiretas, ou seja, toda a cadeia turística, segundo metodologias do MTUR, IBGE e IPEA (2005-2019).

Tal conjuntura também se reflete nos meios de hospedagem, outra temática bastante analisada pelo IPEA (2013), MTUR (2016) e IBGE (2008, 2010, 2017), que mostra claramente a reflexão da urbanização quanto aos meios de hospedagem. Os Estados da Bahia, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte, mais uma vez, concentram a grande parte dos meios de hospedagem, possuindo a porcentagem respectiva de 37,2%, 17%, 14,3% e 9,79% de todos existentes no Nordeste brasileiro. Em outras palavras, os três estados mais importantes do Nordeste brasileiro possuem quase 69% de todos os meios de hospedagem, enquanto os quatro juntos possuem 78,3%, conforme Tabela 3.

Tabela 3 – Meios de hospedagem turística no Nordeste brasileiro por estado.

Estado	Hotéis	Pousadas	Apart-Hotéis/Flats	Albergues/Outros	Total
Bahia	972	1275	48	257	2552
Ceará	307	566	24	265	1162
Pernambuco	315	397	16	250	978
Rio Grande do Norte	173	347	31	118	669
Alagoas	135	243	0	71	449
Paraíba	131	169	8	73	381
Piauí	152	113	0	111	376
Sergipe	83	138	4	60	285
SUBTOTAL	2.268	3.248	131	1.205	6.852
TOTAL	15.005	9.968	589	5.737	31.299

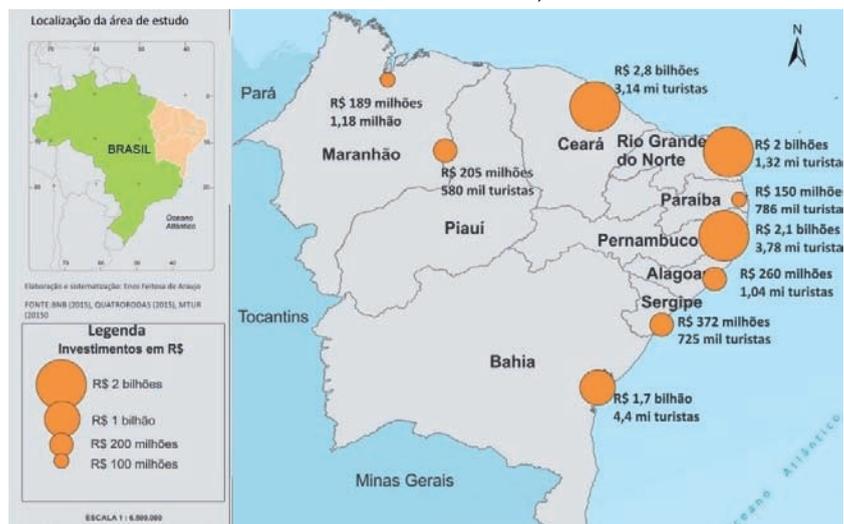
Fonte: IBGE (2008, 2017), IPEA (2013, 2015) e MTUR (2016).

Dessa forma, percebemos a hierarquia urbana e econômica refletir exatamente na lógica turística, bem como o planejamento governamental no que tange à atividade turística. O PRODETUR se apresenta como um dos principais programas financiadores do turismo no Nordeste brasileiro, conforme Tabela 4 a seguir:

Estado	PRODE- TUR I (US\$)	PRODE- TUR II (US\$)	PRODETUR Nacional (US\$)	Total (US\$)
Bahia	215,01	39,0	135,0	389,0
Ceará	142,26	60,0	350,0	552,26
Sergipe	50,75	-	100,0	150,75
Alagoas	43,36	-	75,0	118,36
Pernambuco	41,97	75,0	125,0	241,97
Maranhão	40,94	-	40,0	80,94
Rio Grande do Norte	38,24	21,3	150,0	209,54
Paraíba	32,78	-	38,0	70,78
Piauí	21,12	15,0	50,0	86,12
TOTAL	626,43	210,3	1063,0	1899,7

Assim, percebemos a concentração de recursos do PRODETUR principalmente no Ceará (cerca de US\$ 552 bilhões, ou seja, 29% do total), seguido por Bahia com US\$ 389 bilhões (20,47%), Pernambuco com US\$ 241,97 bilhões (12,74% do total) e Rio Grande do Norte com US\$ 209,54 bilhões (11,03% do todo), que, conjuntamente, concentram 73% de todos os recursos do PRODETUR em suas três fases, reforçando a hierarquia nordestina, conforme mostra o Mapa 6.

Mapa 6 – Investimentos turísticos, meios de hospedagens e fluxos turísticos no NE/2017.



Dessa forma, no que tange à produção espacial turística do Nordeste brasileiro, apresenta-se em nossa análise, fundamentalmente, em três grandes áreas:

- Os Estados do Ceará, Bahia, Rio Grande do Norte e Pernambuco que integram a principal área de maior fluxo turístico, em razão dos maiores investimentos do planejamento governamental, como da articulação das elites nacionais e estaduais e a herança espacial de infraestrutura mais avançada, com à sua economia.
- Os Estados da Paraíba, Alagoas e Sergipe como a área secundária dos fluxos turísticos que, por possuírem infraestrutura básica mais deficiente e ações do planejamento governamental disperso e desigual perante os demais, não conseguem concorrer nos maiores empreendimentos e investimentos governamentais e da iniciativa privada.
- Os Estados de Maranhão e Piauí, que se apresentam de forma mais dispersa do planejamento governamental, determinado, entre outros motivos, pela dependência de outras metrópoles, tanto quanto por possuírem características diferenciadas. Há áreas turísticas em ambos os estados, mas por receberem menores investimentos, o planejamento governamental turístico é disperso e ineficiente. Apesar disso, temos enclaves turísticos como os Lençóis Maranhenses e o Delta do Parnaíba, por exemplo.

Nota-se, exatamente aqui, a lógica da produção espacial turística que coloca localidades como áreas propícias a pertencerem a uma rede turística da região Nordeste. Isso permite uma junção de elites locais/nacionais com as características naturais, vinculadas, no caso de Maranhão à Amazônia. Nessa área intitulada de Meio Norte, o Ceará, através de sua força turística, tenta consolidar uma centralidade perante as ações integradoras do planejamento governamental regional.

Considerações finais

Ao longo das últimas duas décadas, as políticas governamentais turísticas modificaram profundamente as economias de vários municípios como articularam novas redes urbanas e modificaram as estruturas de outras, promovendo uma nova lógica socioespacial no Nordeste brasileiro. Mesmo com as desigualdades socioespaciais existentes na região, o turismo se apresentou como um elo espacial e imagético quase em todos os estados.

De repente, o turismo tornou-se uma atividade econômica que já possuía raízes na produção espacial, bem como na vivência das pessoas. Tais características refletem a hegemonia das elites regionais e locais perante a construção das imagens e cenários políticos nos estados nordestinos. Em outras palavras, o Nordeste brasileiro tornou-se turístico, principalmente pela consolidação de políticas governamentais, bem como pela articulação com a iniciativa privada (CASTRO, 2006).

Mesmo com vários tipos de ações e planos vinculados ao turismo, o PRODETUR/NE não teve a força do planejamento governamental em todas as áreas. Ou seja, temos um planejamento governamental concentrador que reflete a política interna do Nordeste bem como na lógica de âmbito federal.

Com o contexto da Copa do Mundo de 2014, que teve quatro subdesdes no Nordeste brasileiro, os fluxos turísticos tornaram-se contraditórios: concentração e desconcentração, concomitante. Isto é, dinâmica socioespacial articulada, combinada, porém desigual. Assim, o turismo reflete as políticas governamentais em seus âmbitos mais complexos, como as políticas internas da produção do espaço regional nordestino.

Para concluir, e não concluindo, deixamos uma inquietante questão: o que se esperar das novas dinâmicas espaciais e turísticas em um cenário pós-pandemia do Covid-19?

Teremos mais uma complexa teia da rede e hierarquia urbana e metropolitana, no contexto regional do Nordeste brasileiro. Cabem, assim, novas análises e estudos com atualização de variáveis, bem como implementação de novas variáveis para, de fato, compreendermos nosso espaço.

Referências

- ARAUJO, E. F. O turismo na metrópole: as implicações espaciais no litoral de Caucaia (CE). Monografia em Geografia. Departamento de Geografia, Universidade Federal do Ceará (UFC), 2009.
- ARAUJO, L.L.B. A Regionalização do turismo nos estados do Ceará, Piauí e Maranhão a partir do plano de desenvolvimento sustentável da região turística (PDSRT) do meio-norte. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2013b.
- ARAUJO, Luana Lima Bandeira. Turismo regional no litoral do nordeste brasileiro. 2018. 245 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018b.
- _____. Políticas governamentais e metropolização no Nordeste brasileiro: apontamentos espaciais nas cidades de João Pessoa (PB), Maceió (AL) e Aracaju (SE). Tese (doutorado em Geografia), Centro de Ciências/ Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFC, Fortaleza, 2015.
- BECKER, B. K. Políticas e planejamento do turismo no Brasil. *Caderno Virtual de Turismo*, vol. 1, n. 1, Rio de Janeiro, p. 1-7, 2001.
- BOULLÓN, R. *Las actividades turísticas y recreacionales: el hombre como protagonista*. México: Trillas Turismo, 2001.
- _____. Planejamento do espaço turístico. Bauru (SP): EDUSC, 2002.
- BRAGA, D. C. *Planejamento turístico – teoria e prática*. Rio de Janeiro: Campus, 2007.
- CASTRO, I. E. Regionalismo hoje. Do que se trata no Nordeste. In: *Espaços, Tempos, Movimentos*. Recife: Anais Eletrônicos, 2006.
- CRUZ, R. C. A. Políticas de turismo e construção do espaço turístico-litorâneo do Nordeste do Brasil. In: LEMOS, Amália Inês Geraiges de. (Org.) *Turismo: impactos sócio-ambientais*. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 1996, v. 1, p. 263-272.
- DANTAS, E. W. C. Nordeste brasileiro fragmentado: de uma região com bases naturais a uma de fundamentação econômica. In: *Litoral e sertão, natureza e sociedade no nordeste brasileiro*. 1. ed., Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006.
- DANTAS, E. W. C.; FERREIRA, A. L.; CLEMENTINO, M. L. M. *Turismo e imobiliário nas metrópoles*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010.
- DANTAS, E. W. C.; FERREIRA, A. L.; CLEMENTINO, M. L. M. Metropolização turística em região monocultora industrializada. *Mercator*, Fortaleza (*online*), v. 12, p. 65-84, 2013.
- DGOT – Direção-Geral do Ordenamento do Território (1988). Carta Europeia do Ordenamento do Território, Lisboa, SGMPAT.

- GUNN, C. A. *Tourism Planning – Basics, Concepts, Cases*. 3rd. Edition. Washington : Taylor & Francis, 1994.
- HARVEY, D. *O novo imperialismo*. Rio de Janeiro: Loyola, 2004.
- _____. *Condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: Loyola, 2011.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Regiões de influência das cidades*, 1972.
- _____. *Regiões de influência das cidades*, 1987.
- _____. *Regiões de influência das cidades*, 2008.
- _____. *Dados sobre o turismo brasileiro*, 2010.
- _____. *Meios de hospedagem*, 2017.
- _____. *Regiões de influência das cidades*, 2019.
- _____. *Dados de Estados e cidades*, 2020.
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Dados gerais e históricos da economia do Brasil*, 2013.
- _____. *Dados gerais e históricos da economia do Brasil*, 2015.
- _____. *Dados gerais e históricos da economia do Brasil*, 2019.
- KRIPPENDORF, J. *Sociologia do turismo*. São Paulo: Aleph, 2009.
- LEFEBVRE, H. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- LOPES JR., W. M. Turismo de segunda residência na orla do distrito de São Tomé em Campos dos Goytacazes. Rio de Janeiro. *Geografia Ensino & Pesquisa*, vol. 19, n. 1, jan./abr. 2015, p. 27-38.
- MATOS, F.O. Formação e limitações regionais do plano de desenvolvimento sustentável da região turística do Meio Norte (Brasil). Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Departamento de Geografia,
- Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2013.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. *Dados e fatos do turismo*, 2016.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. *Dados e fatos do turismo*, 2019
- MORAES, A.C.R. *Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil: elementos para uma geografia do litoral brasileiro*. São Paulo: Annablume, 2005.
- OLIVEIRA, Fernanda Paula. Direito do Ordenamento do Território. *Cadernos CEDOUA*. Coimbra: Almedina, 2002.
- PEARCE, D. G. *Geografia do turismo: fluxos e regiões no mercado de viagens*. São Paulo: Aleph, 2000.
- PEREIRA, A. Q. A urbanização vai à praia: contribuições da vilegiatura marítima e metropolização no Nordeste do Brasil. Tese (doutorado em Geografia), Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza: UFC, 2012.

_____. Quatro décadas de transformações: a vilegiatura marítima no litoral metropolitano de Fortaleza, Ceará-Brasil. (Quatre Décennies de Transformations: La villégiature maritime sur la côte métropolitaine de Fortaleza, Ceará-Brésil. Four Decades of Transformations: The maritime summer vacation in the metropolitan coast of Fortaleza, Ceará-Brazil). *Confins* (Paris), p. 1-19, 2013.

_____. *A urbanização vai à praia: vilegiatura marítima e metrópole no Nordeste do Brasil*. 1. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2014, 202p.

RODRIGUES, A. M. O espaço urbano e as estratégias de planejamento e produção da cidade. In: *Planejamento urbano no Brasil: conceitos, diálogos conceitos*. Chapecó: Argos, 2013.

SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *Por uma economia política da cidade*. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia à uma geografia crítica*. São Paulo, Hucitec, 2003.

_____. *A natureza do espaço*. São Paulo: Edusp, 2006.

_____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 16. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2008.

SOUZA, M. L. *Mudar a cidade: planejamento urbano e regional*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

SILVA, B. *Uma teoria geral de planejamento*. Rio de Janeiro: FGV, 1964.

TULIK, O. *Turismo e meios de hospedagem: casas de temporada*. São Paulo: Roca, 2001.

WANDERLEY, L. A. Integração nacional e fragmentação regional da indústria de transformação: Sudeste e Nordeste. *Economia política do desenvolvimento*. Maceió, vol. 1, n. 3, p. 113-150, set./dez. 2008.

Turismo regional e mobilidade na zona costeira do Nordeste brasileiro

Luana Lima Bandeira Araújo¹
Fábio de Oliveira Matos²

Considerado um fenômeno típico da sociedade capitalista pós-revolução industrial, o turismo se difundiu pelo mundo sobretudo a partir do século XX, tendo o suporte do desenvolvimento tecnológico dos meios de transporte vindo a contribuir de modo decisivo para a intensificação dos deslocamentos de visitantes, tornando-se uma poderosa ferramenta capaz de transformar o espaço geográfico. O fluxo turístico se estabelece, pois, pela valorização do lugar³ através do incremento de melhorias em infraestrutura e serviços, principalmente aquelas voltadas para a mobilidade e o lazer, introduzidas tanto pelo poder público como pela iniciativa privada.

A perspectiva do turismo como indutor de atividades que dinamizam o espaço não é distinta quando se observa o Nordeste brasileiro na atualidade. Diante das fragilidades do contexto socioespacial existentes nessa região, políticas públicas de diferentes escalas são elaboradas com fins ao crescimento da atividade turística. Desse modo, são propostos planos de desenvolvimento regional com a finalidade do incremento da urbanização turística nordestina, sobretudo no âmbito da zona costeira. Como consequência, a heterogeneidade e complexidade da dinâmica nordestina são frequentemente

¹ Doutora em Geografia (UFC).

² Professor do Instituto de Ciências do Mar (UFC).

³ Para Coriolano (2003, p. 103), “o turismo, assim como outra atividade econômica, não se desenvolve uniformemente nos territórios. Algumas áreas se apresentam mais favoráveis ao desenvolvimento das atividades turísticas que outras, por possuírem fortes atrativos, contudo quando os atrativos naturais não estão presentes, podem ser construídos atrativos artificiais”.

subtraídas nos planos ora desenvolvidos, dando-se ênfase a formas homogêneas de apropriação socioeconômica, com destaque para o turismo de sol e praia.

Cabe notar que a existência de um turismo de base regional no Nordeste brasileiro não é recente, pois muito antes, estados como a Bahia e Pernambuco já apresentavam um evidente desenvolvimento no setor. Contudo, as políticas federais de estímulo ao turismo empreendidas em meados do século XX foram fundantes para a distinção dessa atividade no âmbito nordestino. Fruto desse processo de transformação, tem-se a mudança do arcabouço imagético de um Nordeste até então marcado pelo flagelo da seca e do atraso econômico – ora como determinante, ora como consequência de um pragmatismo político à época –, que passa a incorporar uma nova racionalidade na medida em que tais políticas de turismo traçam uma nova homília para a região, onde a zona costeira emerge como a paisagem da nova “invenção” de um Nordeste turístico.

Visando à exploração das potencialidades paisagísticas do litoral nordestino, foram criadas políticas públicas de estímulo ao turismo para essa região, fomentando a formação de uma infraestrutura de suporte para essa atividade. A exemplo, tem-se, a partir dos anos 1980, a formulação do Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (PRODETUR/NE) I e II, do Programa de Desenvolvimento do Turismo Nacional (PRODETUR/Nacional) ou mesmo do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Essas políticas deram impulso para novas dinâmicas espaciais marcadas pelo aumento do fluxo turístico nacional e internacional, principalmente nas regiões metropolitanas nordestinas (com ênfase para Salvador, Recife e Fortaleza). De tal maneira, as políticas públicas de turismo ora referenciadas também contribuíram para o incremento de fluxo de visitantes em escala regional, visto sobretudo pelo beneficiamento direcionado à infraestrutura do sistema rodoviário e aeroportuário.

Assim, sob uma escala de análise que detalha o Nordeste a partir do recorte das sub-regiões fitogeográficas do Meio-Norte, Sertão e Zona da Mata, o presente trabalho parte do pressuposto da existência de polos turísticos ao longo da zona costeira nordestina

que articulam e dinamizam a região. A seleção pela escala das referidas sub-regiões fitogeográficas se dá por perceber a presença de dinâmicas socioespaciais que lhe são intrínsecas. Na Zona da Mata, nota-se um sistema de estradas cuja densidade histórica resulta numa integração que possibilita maior mobilidade de fluxos turísticos na contemporaneidade. Por outro lado, encontra-se menor faixa de interconexão no Sertão e sobretudo no Meio-Norte, o que vem servir como base para justificar a formulação de um plano de caráter regional envolvendo os estados do Ceará, Piauí e Maranhão (CEPIMA), com a finalidade de fomentar infraestruturas de circulação interestaduais.

Sob esse contexto, apresenta-se o objetivo do presente capítulo: analisar a partir de uma investigação teórica a mobilidade do turismo regional na zona costeira do Nordeste brasileiro. Para tanto, investigou-se o papel das políticas públicas de turismo na execução de projetos de infraestrutura em mobilidade socioespacial, que serviram de base para a formação do turismo de sol e praia em escala regional.

Integração regional e o turismo no Nordeste

O Nordeste brasileiro abrange cerca de 3.400 quilômetros de linha de costa, representando quase 45% de todo o litoral do país, e apresenta diferentes formas de uso e ocupação num contexto de grande diversidade ambiental, com praias, dunas, manguezais, falésias, bancos de corais, dentre outras. Esse extenso litoral, marcado por paisagens ímpares, apresenta diferentes processos de formação econômica. Investimentos empreendidos a partir da segunda metade do século XX em áreas como a indústria, agricultura e serviços, geraram significativas transformações nas redes regionais e urbanas nas cidades nordestinas, principalmente nas grandes metrópoles. Com um díspar contraste socioeconômico, a região ficou marcada à época pelas individualidades estaduais à medida que passou a ser abrangida pela hierarquia urbana inter-regional.

Essas transformações são perceptíveis no Nordeste sobretudo a partir da década de 1980. Com o auxílio das políticas públicas de turismo, em especial o PRODETUR/NE, a região transformou-se em um dos principais destinos turísticos do país,

onde as grandes metrópoles tornaram-se “polos turísticos” e, sob essa nova ótica, intensificaram seus papéis de concentração de infraestruturas urbanas e de serviços, o que as tornaram dinamizadoras da rede de fluxo turístico.

Logo, os diferentes tipos de atrações e fluxos turísticos perpassam pela fragmentação proposta por Manuel Correia de Andrade (1973), com a indicação das regiões fitogeográficas: a Zona da Mata; Agreste e Meio-Norte (de transição); e o Sertão. Tal segmentação vislumbra uma lógica de integração regionalista, revelando um Nordeste turístico diferenciado nas escalas sub-regionais.

O resgate de Andrade (1973) apresenta o conceito de Nordeste como “região de contrastes” e utiliza sua divisão metodológica “natural e geográfica” para remeter à própria densidade temporal dos estados contidos na Zona da Mata (composta pelo litoral leste do Rio Grande do Norte até o sul da Bahia). Afinal, desde o século XVII já se organizava um sistema de circulação viária necessário para a articulação do escoamento da produção açucareira. Enquanto no Sertão (do litoral do Ceará ao litoral oeste do Rio Grande do Norte) e no Meio-Norte (estados do Maranhão e Piauí) **não apresentava um sistema de vias carroçais no sentido paralelo à zona costeira** (DANTAS, 2003; RODRIGUES, 2006; ARAÚJO, 2013; MATOS, 2013).

Apesar de não serem consideradas metrópoles no âmbito da hierarquia da rede urbana brasileira (IBGE, 2007), as cidades de São Luís (MA), João Pessoa (PB), Maceió (AL) e Aracajú (SE) despontam enquanto capitais nordestinas de destaque nos roteiros turísticos nacionais, por estarem localizadas na franja atlântica. Segundo Araújo (2015), as Regiões Metropolitanas de João Pessoa, Maceió e Aracajú têm um papel funcionalista e/ou superficial pela sua “via secundária” na economia e no turismo nordestino.

Nessas capitais, apresentam-se localidades que se enquadram na cultura da valorização do modelo sol/praias, funcionando como dinamizadoras dos fluxos turísticos locais, passando a apresentar intervenções urbanas direcionadas para a promoção do turismo. Tais espaços são lócus essenciais para o entendimento do fluxo do turismo regional e foram eleitas nessa investigação como forma de defender a tese da existência de

um turismo difuso, caracterizado sob uma lógica de articulação interestadual litorânea. Assim, em cada estado pode-se notar um município “nó”, como destacado por Fratucci (2000), que, juntos, estabelecem um território-rede do turismo, demonstrando um importante papel na dinamização do turismo regional.

Tais polos turísticos são capazes de aglomerar grande parte desses fluxos, devido às intervenções e beneficiamentos de políticas governamentais, balizadas em políticas de transporte e mobilidade urbana direcionadas às construções/reformas de vias rodoviárias que articulam localidades turísticas e, conseqüentemente, dinamizam o espaço. Convém salientar que, entre as sub-regiões nordestinas, existem rotas turísticas que as impulsionam (ver Quadro 1) a partir da integração já existente por vias rodoviárias, como é o caso da Zona da Mata, favorecida com o atual processo de duplicação da rodovia federal BR-101, e outra rota criada para solidificar essa integração, como é o caso do Meio-Norte.

Quadro 1 – Rotas turísticas nas regiões fitogeográficas do Nordeste.

ROTAS TURÍSTICAS NAS REGIÕES FITOGEOGRÁFICAS DO NORDESTE		
REGIÃO FITOGEOGRÁFICA	ROTA	ESTADOS E MUNICÍPIOS PARTICIPANTES
MEIO-NORTE	CEPIMA	<i>Maranhão:</i> Barreirinhas, Paulino Neves, Arais, Tutóia e Santo Amaro; <i>Piauí:</i> Ilha Grande, Parnaíba, Luís Correia e Cajueiro da Praia; <i>Ceará:</i> Barroquinha, Camocim, Chaval, Cruz e Jijoca de Jericoacoara.
SERTÃO	Rota das Falésias	<i>Ceará:</i> Aquiraz, Eusébio, Pindoretama, Cascavel, Beberibe, Fortim, Aracati e Icapuí (Rota Turística Costa do Sol Nascente); <i>Rio Grande do Norte:</i> Tibau, Grossos, Areia Branca, Porto do Mangue e Mossoró (Polo Costa Branca).
ZONA DA MATA	Rota 101	Estados beneficiados pela duplicação da BR-101, com ênfase para os seguintes municípios: <i>Rio Grande do Norte:</i> Pipa e Natal; <i>Paraíba:</i> João Pessoa; <i>Pernambuco:</i> Porto de Galinhas e Recife; <i>Alagoas:</i> Maragogi e Maceió.

Fonte: adaptado de Araújo (2018).

No contexto das rotas mencionadas, o Ceará passa a desempenhar importante papel de articulação das atividades de turismo junto aos estados do Piauí e Maranhão, visto que Jericoacoara passa a integrar com Parnaíba (PI) e Barreirinhas (MA) uma rota turística chamada de Rota das Emoções. Assim, o roteiro envolvendo a vila de Jericoacoara, o Delta do Parnaíba e os Lençóis Maranhenses resulta numa reconfiguração espacial de escala sub-regional no âmbito do planejamento turístico, denominado de CEPIMA (abreviatura para Ceará, Piauí e Maranhão).

Na mesma medida, o litoral oeste do Estado do Rio Grande do Norte (RN) e litoral leste do Ceará formam a chamada Rota das Falésias, destacando-se os municípios de Aracati (CE), Tibau (RN), além de Mossoró (RN). Já entre o litoral leste do RN até a Bahia destaca-se a Rota 101, evidenciando os destinos: Praia de Pipa (RN); Tambaú (PB), Porto de Galinhas (PE) e Maragogi (AL). Já os estados de Sergipe e Bahia formam uma quarta dinâmica na região, uma vez que o Estado da Bahia tem grande influência urbana e metropolitana sobre Sergipe.

No litoral oriental do Nordeste evidencia-se a reestruturação espacial, com os sistemas de ação potencialmente modernizados agindo sobre as rugosidades⁴, produzindo, em concomitância, a necessidade permanente de criação de novos objetos. Tais premissas teóricas, segundo Pereira (2012), se explicam pelas mudanças promovidas pelos programas de turistificação⁵ do litoral nordestino. A exemplo dos recentes projetos de integração regional, tem-se o planejado para o CEPIMA, com o intuito de integrar por vias tanto rodoviárias como aeroviárias os três principais polos de atração turística da região (Praia de Jericoacoara, Delta do Parnaíba e Lençóis Maranhenses).

⁴ “Chamemos de rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos” (SANTOS, 2012, p. 140).

⁵ “Entende-se assim por turistificação o processo pelo qual essas potencialidades se circunscrevem a um processo de planejamento, que tem por objetivo convertê-las, material ou simbolicamente, em recursos e produtos substancialmente destinados ao consumo turístico” (BENEVIDES, 2003, p. 47).

Projeto desse porte não acontece na região da Zona da Mata, visto que essa articulação viária já está assentada. Um exemplo que se destaca nessa sub-região é a articulação por vias rodoviárias, principalmente a BR-101, que interliga toda a região pelo litoral e que se beneficia das rugosidades com sistemas e vias que remontam o período de exploração colonial, e que passam a ser remodeladas por duplicações, como a que ocorre na chamada Rota 101. Segundo o Ministério do Turismo (MTur), essa rota tem como principal objetivo fomentar a atividade turística em um percurso de 600 km na Rodovia BR-101, que interliga os estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, passando por destinos conhecidos nacionalmente como Pipa (RN), Porto de Galinhas (PE) e Maragogi (AL), além das capitais Natal, João Pessoa, Recife e Maceió. Tais perspectivas de mobilidade são possíveis de serem melhor percebidas a partir de um olhar sobre os polos turísticos regionais que dinamizam essa atividade no Nordeste.

Mobilidade dos polos turísticos regionais do Nordeste

Na presente seção apresentar-se-á uma síntese dos polos turísticos regionais do Nordeste, de modo a servir como base para o entendimento da dinâmica do turismo inter-regional e o processo de valorização da zona costeira nordestina.

Iniciando com os estados do Maranhão e Piauí, que compõem o Meio-Norte, nota-se na atualidade que ainda é possível vislumbrar as peculiaridades dessa região em comparação às características físico-climáticas dos demais estados nordestinos. No âmbito do desenvolvimento do turismo, esses estados passaram a ter um maior papel enquanto associados com a rota turística envolvendo o polo cearense de Jericoacoara. Dentre os pontos turísticos que possuem um importante destaque no fluxo turístico regional estão Barreirinhas (MA) e Parnaíba (PI), compondo a Rota das Emoções.

Tanto Barreirinhas quanto Parnaíba ganham maior destaque a partir do interesse estatal, fruto do Programa de Regionalização do Turismo (PRT) – Roteiros do Brasil. No

referido programa, a Rota das Emoções surge enquanto uma nova proposta para o turismo regional, resultando numa parceria entre os governos estaduais do Ceará, Piauí e Maranhão, MTur e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Iniciaria daí um projeto-piloto de regionalização turística que buscava consolidar infraestruturas que favorecessem a mobilidade socioespacial entre as zonas costeiras dos três estados envolvidos, bem como ampliar o segmento de serviços.

Atualmente, a Rota das Emoções é composta por 14 municípios, envolvendo quatro unidades de conservação ambiental, a saber: Área de Proteção Ambiental (APA) e o Parque Nacional de Jericoacoara (CE), a APA Delta do Parnaíba (PI) e o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (MA). Dessa forma, Jericoacoara torna-se um eixo-chave para a promoção desse roteiro e, conseqüentemente, viabiliza o fluxo turístico entre o Meio-Norte e o Sertão.

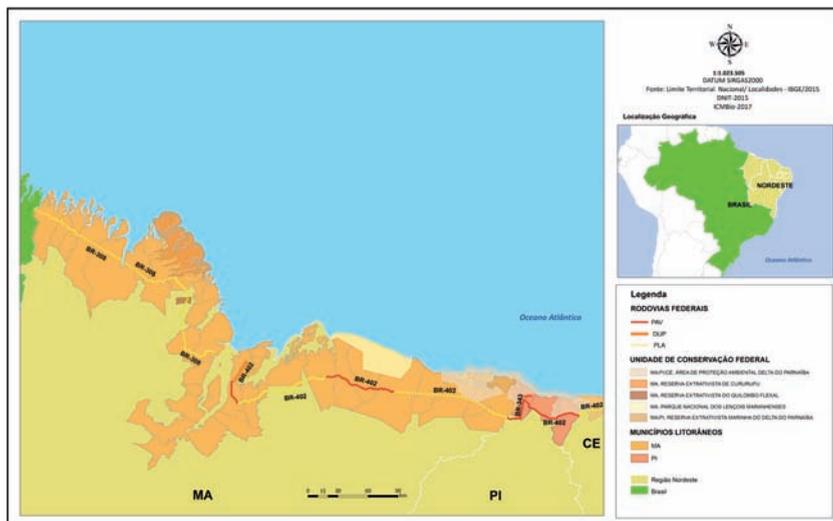
Considerando esses aspectos, políticas de incentivo ao turismo regional são criadas para essa localidade a fim de expandir e valorizar lugares que antes tinham como principais características socioeconômicas as atividades relacionadas à pesca artesanal. Assim, são criados novos acessos para a integração regional, para a construção e reestruturação de vias, contribuindo para uma mobilidade que privilegia o estímulo ao desenvolvimento turístico. Com a Rota das Emoções, os municípios de Barreirinhas e Parnaíba passam a ter maior papel no contexto da atividade turística regional, mesmo que incipientes se relacionados à Jericoacoara. O Ceará, uma vez que apresenta um fluxo de serviços turísticos consolidado, moldado sob uma lógica de investimentos que remetem desde a criação do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Litoral Cearense (PRODETURIS/CE), no final dos anos 1980, mantém-se como o principal polo diversificador do CEPIMA.

Englobando o Meio-Norte e parte do litoral do Sertão, a Rota das Emoções passa a influenciar o fluxo turístico daquela porção do Nordeste. Sob influência desse roteiro, é proposto, em 2009, uma nova política a fim de desenvolver o turismo e promover a integração regional, vindo a ser denominada de Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística

(PDSRT) do Meio-Norte. Fruto da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), formada pelo Ministério da Integração em parceria com o MTur, o PDSRT do Meio-Norte apresenta como principal objetivo promover de forma integrada o desenvolvimento sustentável dos 90 municípios que participam do plano, situados no CEPIMA, tendo como foco a melhoria dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) (BRASIL, 2009; MATOS, 2013).

Assim como previsto na Rota das Emoções, o PDSRT do Meio-Norte aponta como base indutora do desenvolvimento social o incremento de atividades turísticas envolvendo os principais polos receptores de cada estado – Praia de Jericoacoara (CE), Delta do Parnaíba (PI) e Lençóis Maranhenses (MA) –, propondo uma série de ações prioritárias para a construção de infraestrutura que viabilize a integração regional entre aqueles estados, como a construção/reestruturação de vias rodoviárias (ver Figura 1), além de priorizar as ações destinadas ao turismo de sol e praia.

Figura 1 – Malha rodoviária federal na zona costeira do Meio-Norte brasileiro.



Fonte: DNIT (2015). Organizado pelos autores.

Na porção a leste do litoral cearense, o destaque é para o município de Aracati. Como a grande maioria dos municípios

turísticos nordestinos, o fenômeno turístico, no município mencionado, cresceu de forma desordenada, o que ocasionou rápidas e profundas transformações em seu espaço, resultando em conflitos territoriais e em problemáticas de ordem ambiental. Canoa Quebrada, uma das praias mais visitadas de Aracati, também conta com a duplicação do trecho da CE-040 (principal via de acesso às praias do litoral leste cearense), investimento oriundo do PRODETUR/NE como parte do programa “Ceará de Ponta a Ponta”, que foca no desenvolvimento logístico e de estradas naquele estado. A referida duplicação viária também favorece a integração regional do Ceará com o Estado do Rio Grande do Norte, em especial com o seu litoral oeste, representado pelo município de Tibau. Localizado no Polo Costa Branca, o mencionado município possui o turismo como uma das atividades econômicas que mais contribui com o Produto Interno Bruto (PIB) local. Tibau também é favorecida com a duplicação da rodovia estadual CE-040, pois, como fruto dessa obra de infraestrutura, tem-se o incremento na circulação de pessoas e serviços entre o litoral do Ceará e Rio Grande do Norte, fomentando a criação e o fortalecimento de roteiros turísticos, como a Rota das Falésias – que se inicia em Fortaleza, perpassa por Tibau e vai até Ponta do Mangue (RN).

Já o litoral da Zona da Mata, ao contrário do percebido no Meio-Norte, não apresenta políticas de destaque, que objetivassem a integração regional, voltadas à roteirização turística. Isso se dá por conta dos estados que a compõem terem como marca uma via de circulação interestadual que remonta à época colonial (atual BR-101) e que atualmente passa por um processo de reestruturação viária. A mencionada via possui um importante papel para a dinâmica do turismo regional nordestino, tendo em vista que, desde a sua criação, a mesma é elemento basilar para a mobilidade entre os estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

Nesse ínterim, convém destacar que a rodovia federal BR-101 perpassa na atualidade por um processo de duplicação e reestruturação da pista existente, por meio de trabalho realizado pelo Ministério dos Transportes e executado pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). Destarte,

uma nova rota turística é criada, a Rota-101, tendo como principal intuito potencializar o turismo nos estados de Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Num percurso de 600km de extensão. O destaque é dado principalmente para os polos turísticos que margeiam a rede formada pela referida via: Porto de Galinhas (PE), Praia da Pipa (RN) e Maragogi (AL) além das capitais Natal, João Pessoa, Recife e Maceió.

A criação desse roteiro mostra o interesse estatal em promover o turismo litorâneo na região, fomentando polos turísticos que vão além das capitais e da região metropolitana. Essas transformações passam a ser mais claras a partir da criação de políticas governamentais, como o PRODETUR/NE. Doravante a sua consolidação, esses espaços turistificados, como Porto de Galinhas (PE), Praia da Pipa (RN) e Maragogi (AL), passam a apresentar uma nova dinâmica socioespacial pelo fluxo cada vez mais intenso de turistas.

Analisando sob a esfera estadual, a Praia da Pipa⁶ é, junto com Natal, o grande destino turístico do Rio Grande do Norte na atualidade. Localizada a 85km da capital potiguar, no município de Tibau do Sul, Pipa se destaca entre as praias mais conhecidas e visitadas do país. A referida praia vivencia na atualidade significativa dependência da atividade turística, principalmente do turismo estrangeiro.

Na Paraíba, nota-se que não se destaca um polo turístico que concorra com a sua capital, João Pessoa. Dessa forma, a escolha pela Praia de Tambaú, situada na orla pessoense, ocorreu por localizar-se em uma zona com grande número de meios de hospedagem, além de receber o maior fluxo turístico da capital. Nesse contexto, Tambaú apresenta uma intensa ocupação urbana, ocasionada sobretudo por conta da concentração de infraestrutura e serviços na orla marítima. Localizada no litoral norte de João Pessoa, a Praia de Tambaú destaca-se pela construção do Hotel Tropical Tambaú que é considerado um marco na cidade. Na atualidade, o empreendimento se transformou em “símbolo turístico” da Paraíba.

⁶ “A vila recebeu este nome em referência ao formato de uma pedra vista pelos navegadores portugueses. Por sua semelhança com uma pipa (barril), a pedra passou a dar nome à praia que fora chamada de Praia da Pipa” (XAVIER, 2008, p. 57).

Em Pernambuco, Porto de Galinhas (localizado no município de Ipojuca), corresponde a um importante destino turístico daquele estado, juntamente com Recife, Olinda e o arquipélago de Fernando de Noronha. Desde a época do Brasil Colônia, o seu litoral foi um espaço destinado ao capitalismo comercial, principalmente ligado ao setor primário, com o desenvolvimento da pesca, agricultura (predominante a cultura do coco e o cultivo da cana-de-açúcar). O declínio das atividades agrícolas na década de 1970 fez emergir a atividade turística como uma nova opção para o crescimento econômico local.

Já em Alagoas, a Praia de Maragogi é a segunda maior receptora de turistas do estado (TARELLI, 2019), sendo conhecida sobretudo por conta das piscinas naturais, que representam seu principal atrativo turístico. As referidas piscinas são formadas por bancos de corais que integram a APA Costa dos Corais, unidade de conservação marinha, criada em 1997 no âmbito da esfera federal, fruto do reconhecimento da necessidade de conservação e à relevância socioambiental dos ecossistemas recifais. A APA encontra-se situada ao longo de 135km do litoral nordestino, entre o município de Tamandaré, sul do Estado de Pernambuco, até Maceió, capital alagoana, e inserida sob um contexto de formação de uma política de expansão da atividade turística de sol e praia que resultou em alterações espaciais, suscitando questões de ordem social, ambiental e de gerenciamento costeiro (ANDRADE; MATOS, 2018).

Em Sergipe, a Praia de Atalaia está localizada na Região Metropolitana de Aracaju. A exemplo de João Pessoa, com Tambaú (PB), o Estado de Sergipe não apresenta um polo turístico de destaque regional se comparado a sua capital. Partindo-se dessa premissa, a Praia de Atalaia é apontada como uma das mais visitadas da cidade, despontando como o principal polo turístico aracajuano.

Na Bahia, Porto Seguro destaca-se como um dos principais cartões postais do Brasil, localizando-se no território de identidade Costa do Descobrimento, no extremo sul baiano. Seu potencial de atração turística está associado tanto a fatores históricos quanto naturais. Além disso, existe a fácil interconexão viária e aérea do local, sendo articulada através da BR-101 e de

uma zona aérea de intercessão com voos que ligam às principais metrópoles brasileiras.

Assim, as políticas públicas como o PRODETUR/NE I e II, PRODETUR Nacional e o próprio PAC acabam permitindo um maior beneficiamento das atividades turísticas em determinados estados, mesmo de forma desigual. No entanto, é preciso considerar a existência de fatores históricos e políticos nas regiões aqui estudadas, uma vez que contribuíram, ao longo do tempo, para um diferenciado perfil de intercomunicação interestadual. Conclui-se que a infraestrutura projetada, através dos investimentos ordenados dessas políticas, foi essencial para o fortalecimento de uma mobilidade direcionada para a interação regional e, conseqüentemente, possibilitou mudanças do fluxo turístico.

Políticas públicas e o turismo regional

Para a caracterização do espaço litorâneo, fez-se necessário o levantamento das ações executadas por meio do PRODETUR/NE I e II, PRODETUR Nacional e o próprio PAC que, mesmo não sendo um programa pensado para o turismo, contribuiu de modo significativo enquanto plano estratégico de resgate do planejamento e de retomada dos investimentos em setores estruturantes do Nordeste, por meio de investimento público e privado em obras de infraestrutura social, urbana, logística, energética e de saneamento.

Como anteriormente mencionado, no Sertão não existiu um sistema de vias carroçais no sentido paralelo à zona costeira, como ocorria na Zona da Mata, muito menos no Meio-Norte, que atualmente ainda convive com a realidade da falta de estrutura, não só de vias, mas de uma infraestrutura para a atividade turística em si.

Grande parte das vias que percorrem as zonas litorâneas, principalmente no Maranhão, ainda se encontram em processo de planejamento. Em alguns pontos estão em leito natural ou em ordem de implementação. Dentre os motivos para a carência de infraestrutura de mobilidade entre Maranhão e Piauí encontra-se a presença de fatores naturais, como o próprio Parque dos Lençóis Maranhenses, onde a existência de longos campo de dunas impossibilita a materialização de vias de acesso. No ano

de 2016, foi dado início a construção da rodovia estadual MA-315, entre os municípios de Barreirinhas (MA) e Paulino Neves (MA). Mesmo fazendo parte dos investimentos do estado para a Rota das Emoções, essa nova estrada está localizada sobre o ecossistema dunar, resultando em questionamentos ligados à legalidade da instalação do equipamento diante à legislação ambiental brasileira.

Já entre os estados do Ceará e Rio Grande do Norte, grande parte das vias encontram-se com pavimentação asfáltica. Assim, programas como PRODETUR/NE e PAC foram fundamentais para a implementação de infraestrutura viária e aeroviária básica (aeroportos, rodovias, redes de transporte, terminais) criando um sistema de relações que foi capaz de aumentar a circulação de capital, produtos e pessoas, o que conseqüentemente contribuiu para o fluxo turístico no Nordeste. Para Cruz (2000, p. 11), o PRODETUR/NE mesmo sendo uma política de turismo, “faz as vezes” de uma política urbana ao limitar a implantação de infraestrutura urbana em locais considerados relevantes pelos estados nordestinos envolvidos para o desenvolvimento do turismo regional.

Apesar de as políticas serem direcionadas para os estados, nota-se uma concentração de investimentos nas capitais e nos municípios litorâneos, o que intensifica as disparidades de investimento nos estados e um maior desenvolvimento turístico em determinadas regiões. Num comparativo de distribuição desses investimentos nas sub-regiões nordestinas, nota-se que o Meio-Norte ainda se encontra distante de um desenvolvimento da atividade turística se comparado ao Sertão e Zona da Mata.

A roteirização do turismo de sol e praia é fortalecida à medida que esta encontra-se fomentada por investimentos nacionais e internacionais para a sua consolidação, resultando na promoção de equipamentos de recepção e difusão de visitantes. Segundo Dantas e Alves (2016), estabelece-se uma logística vinculada ao aeroporto e articulada às vias litorâneas, instituindo uma racionalidade de ocupação paralela à zona costeira onde as capitais têm um papel de receptora e distribuidora dos fluxos turísticos, instituindo-se, desse modo, uma urbanização linear-fragmentada, que aponta duas dinâmicas diferenciadas:

- I) *Do Nordeste semiárido (Sertão) e do Meio-Norte*, representado na tentativa de constituição de infraestrutura que articule os estados do CEPIMA.
- II) *Do Nordeste úmido (Zona da Mata)*, cuja infraestrutura pretérita, herdada do período colonial, é reforçada, não justificando a implementação de uma política turística específica de articulação entre os estados que a compõem. Assim, a lacuna deixada pela ausência dessas políticas é coberta por recursos provenientes de outros programas, como o PAC. A exemplo disso tem-se os recursos destinados para a ampliação da BR-101, que propiciou o reforço das articulações preexistentes entre Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Sergipe e Alagoas (DANTAS; ALVES, 2016).

Na região Meio-Norte, o fluxo turístico ainda carece de fortalecimento, principalmente quando comparado com estados que possuem os maiores fluxos turísticos do Nordeste, como Bahia, Pernambuco e Ceará. Mesmo possuindo um grande potencial turístico, visto a grande variedade de riquezas naturais, os reduzidos índices de desenvolvimento social atrelados à falta de infraestrutura urbana corroboram para o anacronismo do turismo meio-nortista. Desejando a expansão desse setor, governos locais e federal passaram a instituir planos e projetos com o objetivo de induzir o crescimento turístico, além de investirem em *marketing* institucional que priorizasse o litoral e as demais singularidades naturais da região.

Vale salientar que as capitais São Luís e Teresina configuram-se como principais portões de entrada para os destinos turísticos de seus respectivos estados, tendo assim melhor infraestrutura devido ao recebimento de recursos oriundos de políticas governamentais, que auxiliaram principalmente na área litorânea. Ao contrário dos demais estados do Nordeste, a capital do Piauí, Teresina, é a única que não se encontra situada na zona costeira. A cidade é um importante centro de serviços e de comércio, exercendo um papel de destino com influência sobre os municípios e estados circunvizinhos, reforçando a sua importância como polo impulsor de mobilidade socioespacial

naquela porção do país. Apesar de situar-se distante da linha de costa, as políticas de incentivo ao turismo na capital piauiense, como o PRODETUR/NE, estão vinculadas a investimentos que auxiliam o desenvolvimento do fluxo turístico nos municípios litorâneos, principalmente Luís Correia e Parnaíba. Isso fica evidenciado a partir da construção de vias que provocaram o deslocamento do turista para a zona costeira do estado, como a reestruturação da rodovia federal BR-343, promovendo a ligação entre Teresina e Parnaíba. Além disso, a carência de infraestrutura turística e rede de serviços (como hotéis e restaurantes), bem como de estradas e aeroportos são evidentes, contrastando com as atrações turísticas naturais.

Em comparação com o Maranhão, o Piauí teve um maior destaque em investimentos na sua malha rodoviária através de recursos do PRODETUR/NE I e II. Contudo, em detrimento da histórica relação com o vizinho maranhense – conforme observado anteriormente –, no âmbito regional a proposta de integração é direcionada ao litoral oeste do Ceará, ao buscar compor a Rota das Emoções.

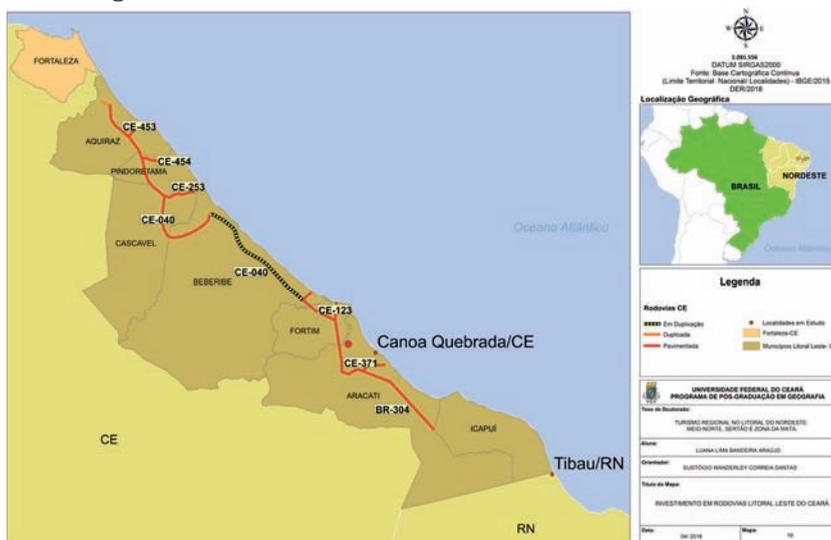
O Ceará, por sua vez, destaca-se enquanto espaço de vanguarda nas políticas de turismo, como é o caso da criação, ainda nos anos 1980, do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Litoral Cearense (PRODETURIS/CE). Contudo, políticas de mobilidade entre Ceará e Piauí que resultem em integração turística foram escassas e pontuais. Mesmo o litoral leste do Ceará sendo, à época do PRODETUR/NE I nos anos 1990, a principal área de expansão do turismo, com destaque para o município de Aracati, por conta da Praia de Canoa Quebrada; os municípios escolhidos para a intervenção do programa se concentravam nas proximidades da região metropolitana de Fortaleza, em seu litoral oeste, denominado Costa do Sol Poente (composto pelos municípios de Itapipoca, Trairi, Paraipaba, Paracuru e São Gonçalo do Amarante). Essa área foi escolhida por possuir maior carência de infraestrutura e pelo seu inegável potencial turístico. Dentre os principais investimentos, a implementação da rodovia estadual CE-085 (Via Estruturante) foi responsável por facilitar o acesso às praias localizadas no litoral oeste. Anterior à construção dessa via

e às suas ramificações, a rodovia federal BR-222 era o principal acesso às praias, influenciando o fluxo turístico local.

A reestruturação da malha rodoviária, auxiliada por programas voltados para o desenvolvimento regional, diversificam a oferta turística no Ceará, principalmente com a melhoria de estradas importantes para a rede estadual, como a CE-085, também conhecida como Via Estruturante (por meio do PRODETUR/NE I e II), e com a conclusão do Aeroporto Regional de Aracati que, pela sua proximidade com Mossoró (RN) – distando 90km – se apresenta como importante polo difusor de passageiros naquela zona limítrofe entre Ceará e Rio Grande do Norte.

A duplicação da rodovia estadual litorânea CE-040 também contribuiu de modo significativo para a dinamização entre aquela porção da zona costeira e a capital, Fortaleza. A referida duplicação gerou maior fluidez no acesso ao litoral leste cearense, resultando num dos principais corredores turísticos do estado. Com investimentos do PRODETUR/NE, as praias que foram beneficiadas com essa expansão rodoviária foram: Presídio, Iguape, Caponga, Águas Belas, Beberibe, Morro Branco, Praia das Fontes, Majorlândia e Canoa Quebrada (ver Figura 2).

Figura 2 – Rodovias estaduais do litoral leste cearense.



Fonte: IBGE (2015); DER (2018). Organizado pelos autores.

No Rio Grande do Norte, os investimentos realizados pelo PRODETUR/NE I foram direcionados principalmente para o setor de mobilidade e transporte, concentrando-se na ampliação e modernização do Aeroporto Internacional Augusto Severo, localizado no município de Parnamirim (RN) e na implantação e melhoramento de rodovias litorâneas de maior fluxo turístico, perfazendo um total de 102,64km de vias construídas e recuperadas. Segundo o relatório do PRODETUR/RN I, dentre os principais melhoramentos da estrutura viária do Polo das Dunas, destacam-se: a duplicação da BR-101 (trecho Natal-Parnamirim), a execução dos acessos às praias do Litoral Norte (Pitangui-Barra do Rio-Via Contendas e Pitangui-Jacumã) e do Litoral Sul (Pium, Pirangi, Tabatinga a Barreta, Via Costeira/RN-063), além da pavimentação, urbanização e iluminação da Praia de Ponta Negra (em Natal).

Todavia, é somente com o PRODETUR Nacional que o alcance dos investimentos em infraestrutura voltados para os municípios da Costa Branca⁷ passam a ser contemplados. A regionalização e interiorização do turismo podem ser notadas pelas aplicações de investimentos federais e estaduais que buscam promover uma nova conjuntura econômica e turística, inserindo não só o Sertão, mas proporcionando também uma lógica regional entre o Meio-Norte e a Zona da Mata. Nesta última, evidencia-se a presença da rodovia federal BR-101, que historicamente já beneficiava a lógica regional por integrar os estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. No entanto, notam-se duas dinâmicas na Zona da Mata: i) a que integra RN, PB, PE e AL com maiores fluxos e rotas turísticas, como a Rota 101; e ii) a dinâmica singular de mobilidade do turismo entre BA e SE, onde tem-se a dinâmica dessa atividade em Sergipe estritamente vinculada à baiana, que desponta como grande receptor turístico nacional e internacional.

Com relação às principais obras de integração regional da Zona da Mata no Rio Grande do Norte, as ações em transporte foram direcionadas para as obras nas rodovias BR-101, RN-313

⁷ Polo Costa Branca: Mossoró, Angicos, Apodi, Areia Branca, Açu, Caiçara do Norte, Carnaubais, Galinhos, Grossos, Guamaré, Itajá, Lajes, Macau, Pendências, Porto do Mangue, São Bento do Norte, São Rafael, Tibau.

e RN-063, com o intuito de expandir o turismo para novas áreas. A maior concentração de investimentos foi na própria capital, Natal, principalmente na Praia de Ponta Negra, além da rodovia estadual RN-063 (Rota do Sol), facilitando o acesso às praias do litoral sul do estado, sobretudo à Praia da Pipa. Outro trecho favorecido foi a recuperação e duplicação da BR-101, ligando Natal a Touros, fruto das ações do PAC.

Já na Paraíba, uma importante ação realizada pelo PRODETUR foi a construção da rodovia estadual PB-008, via que dá acesso às praias do litoral sul da Paraíba, contribuindo para o acelerado processo de valorização em todo o litoral sul do estado (Cabo Branco, Jacumã, Tambaba e Acaú). Com relação ao PRODETUR/NE II, a Paraíba em conjunto com Sergipe, Alagoas e Maranhão não conseguiram empréstimos junto ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para investimentos em mobilidade e infraestrutura. Na ocasião, apenas cinco estados do Nordeste foram contemplados: Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Bahia.

Contudo, é importante ressaltar que no âmbito paraibano a cidade de João Pessoa destaca-se como polo de desenvolvimento econômico e de centralidade das decisões turísticas. Segundo Araújo (2015, p. 296), a sua importância se deve à “concentração de empreendimentos turísticos, seja pelos serviços urbanos e de infraestrutura, que em muitos casos no Nordeste brasileiro, a capital – exclusivamente ela – consegue ter esse papel quanto à articulação turística”. O que faz destacar a Praia de Tambaú como uma das mais importantes para o fluxo turístico estadual.

Em Pernambuco, a aplicação do PRODETUR/NE seguiu a mesma lógica de investimentos empreendidos no Ceará, onde a infraestrutura básica é aplicada em municípios que até então não possuíam uma dinâmica de valorização dos espaços litorâneos. Tais investimentos foram direcionados para o litoral sul (Costa dos Arrecifes) destacando-se a capital, Recife, e Porto de Galinhas.

O município de Ipojuca ganhou novos equipamentos de infraestrutura viária, entre elas a implantação de ciclovia, pista de *cooper* e interseções na rodovia estadual PE-009, no trecho compreendido entre Nossa Senhora do Ó e Vila de

Porto de Galinhas. Além da recuperação da via de acesso à Praia de Maracaípe (Porto de Galinhas), houve também a implantação e pavimentação da PE-051 no trecho Porto de Galinhas-Serrambi.

Em Alagoas, os recursos do PRODETUR/NE denotam uma concentração em Maceió e Maragogi – destinos indutores desse polo. Mesmo Alagoas apresentando dois potenciais polos turísticos (Paraíso das Águas e Polo Costa Dourada), apenas esses dois municípios recebem as ações do programa. Segundo Barbosa (2017, p. 263), esse fato ocorreu “em virtude da ausência de capacidade de endividamento do governo de Alagoas, apenas Maceió recebeu o financiamento do programa, a partir de aprovações do BID”. O destaque dado para Maragogi está no seu potencial para o fluxo turístico regional e internacional, principalmente pela proximidade tanto de Recife (PE) quanto da capital Maceió (AL).

Em Sergipe, a concentração de investimentos, assim como nos demais estados, foi direcionada para a capital Aracaju. Além dos investimentos em saneamento e ampliação do Aeroporto Internacional Santa Maria de Aracaju, a obra de grande destaque foi a via estruturante do litoral de Sergipe, a SE-100 Sul (continuidade da Linha Verde que conecta Sergipe e Bahia), com vistas à interligação do território nordestino.

O Polo Costa dos Coqueirais é estruturado a partir das rodovias federais BR-101, BR-235, e a rodovia estadual SE-100. Essa via estruturante é de grande valor para a concretização do turismo litorâneo em Sergipe, e foi implementada no intuito de auxiliar o fluxo turístico na BR-101 (Linha Verde), em continuação à rodovia estadual BA-099. A referida estrutura rodoviária resulta por contribuir na mobilidade entre Sergipe e Bahia, além de buscar fomentar o fluxo turístico naquela área. No entanto, como afirma Dantas (2010), o turismo de sol e praia de Aracaju ainda continua dependente de Salvador e de investimentos estatais.

Na Bahia, o PRODETUR/NE resultou em investimentos direcionados à realização de obras de infraestrutura urbana e à recuperação de vias, como o trecho Ilhéus-Itacaré, bem como o trecho Porto Seguro-Trancoso, ambos pertencentes

à BA-001; além da construção da ponte sobre o rio Santo Antônio e o acesso viário para o Aeroporto Regional de Valença. Grande parte dos investimentos foram direcionados para Porto Seguro, principalmente com a construção do aeroporto internacional e das rodovias que permitiram maior fluxo, oriundo dos estados de Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, pela Costa do Descobrimento (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2009). O seu extenso litoral, o maior do Brasil (com quase 940km), favoreceu o surgimento de um maior número de polos turísticos nesse estado. A principal proposta para os trechos rodoviários ocorreu ainda no PRODETUR/NE I com a implantação da rodovia estadual BA-001, trecho Itacaré-Camamu. Ainda segundo o Observatório das Metrôpoles (2009), o início do projeto para a implantação dessa rodovia foi conflituoso devido aos futuros efeitos da via na região da Mata Atlântica. Dessa forma, foi criado o Parque Estadual da Serra do Conduru, além da exigência de prestação de recursos para a APA de Itacaré-Serra Grande (ibidem, p. 47).

Além da primeira e segunda fase do PRODETUR/NE, dois programas também foram/são de grande importância para os investimentos turísticos, ao mesmo tempo que promoveram uma dinâmica regional através da implantação de ações de infraestrutura que condicionaram uma rede urbana desigual. Dessa forma, nota-se que o PRODETUR Nacional ou PRODETUR/NE III e o PAC I e II foram fundamentais para promover melhorias de acesso e novos empreendimentos na Zona da Mata.

Conclusão

As observações aqui registradas demonstram o quadro de fragmentação do Nordeste, que teve de lidar com as oligarquias algodoeiristas e pecuaristas, que se aproveitavam do quadro simbólico associando a região a estigmas relacionados à seca e à miséria; e com o interesse de grupos empresariais ligados ao agronegócio e turismo, que viam esse mesmo discurso de indignação como algo positivo para o desenvolvimento de seus negócios.

O desencadeamento da construção de um novo arcabouço imagético para a região, associado à promoção de turismo de sol

e praia, desencadeou uma série de transformações socioespaciais. Os investimentos em infraestrutura básica aproveitada para o desenvolvimento turístico, como no caso do desenvolvimento da malha viária, através do PRODETUR/NE, nos anos 1990, trouxeram à região uma dinâmica turística voltada para a atração de um público de massa. Tanto o PRODETUR/NE I quanto o PRODETUR/NE II estabelecem uma logística de construção de aeroportos e de vias litorâneas paralelas à zona costeira, buscando a concretização de um turismo voltado para o público internacional. No que diz respeito ao PRODETUR Nacional e ao PAC, encontram-se ações de caráter regional, voltadas também a áreas não litorâneas, principalmente na construção e recuperação da estrutura viária.

Observou-se, desse modo, maior esforço para a efetivação e consolidação de fluxos turísticos internacionais, além da atração de investimentos privados. Fatos estes que corroboraram para maior movimentação dos voos *charters* internacionais, principalmente para alguns estados nordestinos, como Bahia, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte.

Contudo, apesar do esforço estatal em consolidar o Nordeste como destino turístico de âmbito internacional, os fluxos representativos desse movimento não ultrapassaram os 10% do volume total (DANTAS; ALVES, 2016). Dessa forma, o fluxo turístico nacional se apresenta reforçado por um movimento de caráter regional significativo, no qual pode-se vislumbrar uma região que não se justifica sob um turismo de massa, mas pautada no rebatimento de um fluxo turístico regional na zona costeira, composta das regiões fitogeográficas: Zona da Mata, Sertão e Meio-Norte

Esses fatores também permitiram perceber a existência de uma dinâmica associada ao turismo difuso litorâneo na região, que possui uma dependência das rodovias. Essas regiões, que no passado tiveram uma dependência maior da Zona da Mata, tendo em vista os fatos de exportação de produtos agrícolas da época colonial, passaram a ter um maior fluxo turístico frente ao Meio-Norte. Logo, pode-se elencar o desenvolvimento de polos turísticos – *Meio-Norte*: Barreirinhas (MA), Parnaíba (PI); *Sertão*: Jericoacoara (CE), Canoa Quebrada (CE), Tibau (RN); *Zona da*

Mata: Pipa (RN), Tambaú (PB), Porto de Galinhas (PE), Maragogi (AL), Atalaia (SE) e Porto Seguro (BA) – capazes de aglomerar grande parte dos fluxos associados ao movimento turístico de caráter regional, que se beneficiaram das intervenções de políticas governamentais a partir de vias rodoviárias articulando essas localidades e dinamizando a região.

Referências

- ANDRADE, J. A. P.; MATOS, F. O. Conflitos territoriais e impactos socioambientais na APA Costa dos Corais em São Miguel dos Milagres, Alagoas. In: XI Encontro de Pesquisa e Pós-Graduação, 2018, Fortaleza. *Revista Encontros Universitários da UFC*. Fortaleza: UFC, 2018.
- ANDRADE, M. C. *A terra e o homem no Nordeste*. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Brasiliense, 1973, 251 p.
- ARAÚJO, E. F. Políticas governamentais e metropolização no Nordeste brasileiro: apontamentos espaciais nas cidades de João Pessoa (PB), Maceió (AL) e Aracaju (SE). 2015. 402 f. Tese (doutorado em Geografia), Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.
- ARAÚJO, L. L. B. A regionalização do turismo nos Estados do Ceará, Piauí e Maranhão a partir do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística (PDSRT) do Meio-Norte. 2013. 143 f. Dissertação (mestrado em Geografia), Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.
- BENEVIDES, I. P. O turismo e seu planejamento governamental no Ceará. In: CORIOLANO, L. N. M. T. (Org.) *O Turismo de inclusão e o desenvolvimento local*. Fortaleza: FUNECE, 2003.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. *Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística do Meio-Norte*. Brasília: MIN, 2009.
- CRUZ, R. C. *Política de turismo e território*. São Paulo: Contexto, 2000.
- DANTAS, E. W. C. Sistema de cidades em terra semiárida. In: ALMEIDA, M. G.; RATTS, A. J. P. (Org.) *Geografia: leituras culturais*. Goiânia: Alternativa, 2003.
- DANTAS, E. W. C.; ALVES, L. S. F. *Nordeste turístico e políticas de ordenamento do território*. 1. ed. Fortaleza: Imprensa Universitária UFC, 2016.
- FRATUCCI, A. C. Os lugares turísticos: territórios do fenômeno turístico. In: *GEOgraphia*, Niterói, n. 4, p. 121-133, 2000.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. *Regiões de influência das cidades*. 2007. Disponível em: <https://bit.ly/2hdLuog>. Acesso em: 17 maio 2020.

MATOS, F. O. Formação e limitações regionais do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística do Meio-Norte (Brasil). 2013. 249 f. Tese (doutorado em Geografia), Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. *Território, coesão social e governança democrática*, 2009. Disponível em: <https://cchla.ufrn.br/rmnatal/territorio-coesao-social-e-governanca-democratica/>. Acesso: 20 março 2020.

PEREIRA, A. Q. A urbanização vai à praia: contribuições da vilegiatura marítima à metropolização do Nordeste do Brasil. 2012. 350 f. Tese (doutorado em Geografia), Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

RODRIGUES, W. N. Dos caminhos de água aos caminhos de ferro: a construção da hegemonia de Natal através das vias de transporte (1820-1920). 2006. 180 f. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: EDUSP, 2012.

TARELLI, T. Em nove meses, CVC injetou mais de R\$750 milhões em Alagoas. *Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo de Alagoas*. Maceió, 2019. Disponível em: <http://www.sedetur.al.gov.br/noticia/item/2493-em-nove-meses-cvc-injetou-mais-de-r-750-milhoes-em-alagoas>. Acesso em: 17 maio 2020.

TRUJILLO, M. T. Algunos retos para las próximas décadas: planificación turística sostenible y perspectiva de género. In: ABELLÁN, C. (Coord.) *Turismo cultural y desarrollo sostenible: análisis de áreas patrimoniales*. Albacete: Editorial Moraleja, 2001.

XAVIER, R. F. As influências do desenvolvimento do turismo nas relações de posse e propriedade da terra na região turística de Pipa, Município de Tibau do Sul, Estado do Rio Grande do Norte. 2008. 103 f. Dissertação (mestrado em Geografia), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

Mitos, discursos e construção das imagens dos paraísos turísticos no litoral

Tiago da Silva Castro¹

Introdução

Há considerável recorrência nas abordagens sobre a atividade turística e respectivos processos decorrentes dela, de se aforar às ações de planejamento a responsabilidade pelas dinâmicas verificadas nas destinações em foco. Mencionado enfoque de pesquisa, apesar de tomar como bases diversas, suntuosas e multiescalares políticas setoriais voltadas à turistificação de parcelas do espaço, acaba por anuviar outro importante processo capaz de dinamizar turisticamente localidades décadas antes da chegada das ações de planejamento: a ação do viajante como agente de turistificação.

Em determinados contextos, pautados por elementos que conferem singularidades às viagens, os processos de dinamização dos espaços turísticos realizam-se de maneiras quase espontâneas, regidas pela ação contínua de agentes produtores e catalisadores das imagens e dos discursos sem qualquer relação com as ações de indução estatais.

Mencionada afirmação se constitui após análise das circunstâncias de turistificação de consideráveis destinos decorrentes do comportamento de navegadores, exploradores, escritores, poetas, religiosos, cientistas e viajantes a partir do século XVII, sobretudo em relação à zona costeira.

Nos séculos seguintes, porções cada vez mais isoladas e distantes do litoral são gradualmente desnudadas às demandas terapêuticas, sanitárias e de lazer à beira-mar. Verifica-se assim,

¹ Doutorando em Geografia.

até o século XX, notáveis mudanças nas motivações das viagens, à medida que se configuram também novas relações e práticas entre a sociedade, a praia e o mar.

Referidas relações se constituem através de contatos e mesclas entre as concepções religiosas sobre o paraíso mítico e a praia, os relatos dos viajantes sobre a suposta existência do paraíso terreal, as diferentes interpretações sobre os elementos componentes do edênico, a gradual análise dessas características pelas diversas áreas do conhecimento científico e o direcionamento de partes do discurso sobre o paraíso pelo *marketing* turístico.

Busca-se assim compreender como se constitui o processo de sacralização da imagem turística da praia, ambiente recoberto de potencialidades paisagísticas *per se*, ao passo em que se analisam as contribuições dos diversos agentes no fortalecimento e na propagação da imagem de paraíso turístico da modernidade.

Considera-se ainda que as ações dos viajantes e turistas são fundamentais na construção histórica de espaços certamente inclusos entre os principais destinos do turismo de sol e praia nas escalas global e nacional. Dessa forma, cabe aqui discutir as práticas embrionárias do turismo, as visões religiosas sobre o paraíso e apropriação desses elementos para fins de valor(iz)ação litorânea e a influência dos discursos e das representações da praia no *marketing* turístico, assim como os significados socialmente difusos da praia e da ideia de paraíso turístico.

A jornada aos litorais distantes

É inegável que o desejo de acessar o paraíso, por devoção ou heroísmo, deve ser uma unanimidade nos anseios de qualquer indivíduo em contato com alguma concepção religiosa. Se não, há ao menos certo alento com a ideia de descansar das infinitas obrigações durante o *post mortem*.

Ao considerar as visões religiosas e seus respectivos livros sagrados, a discussão sobre a existência de um paraíso concebido por vontade divina coexiste junto à presença do ser

humano na superfície terrestre. Com certas variações, esse paraíso desaparece mediante pecado, abre portas mediante atos de bravura e existe numa realidade terrena de difícil acesso, onde a exploração marítima seria a única forma de alcançá-lo.

É sob essa última representação que se pauta a ideia de paraíso terreal e a relação deste com o mar, povoando durante séculos a mente de exploradores, viajantes, religiosos e cientistas. Dantas (2011) ressalta que as zonas de praia europeias e, mais especificamente, na América, tinham como principal funcionalidade receptar as práticas marítimas tradicionais, notadamente as funções portuárias e atividades relacionadas, como transporte de pessoas e mercadorias, realizadas nos centros urbanos, e a pesca artesanal que se constituía junto aos vilarejos de pescadores.

Não havia assim, pelo menos até o século XIX, uma razão que justificasse o uso das zonas de praia para fins recreativos no Ocidente. E muito menos havia algum motivo que impulsionasse a visita às localidades litorâneas mais distantes das aglomerações urbanas.

A mudança constatada em meados dos anos 1800 restringe-se à massificação da viagem turística implementada por Thomas Cook, ao idealizar o uso de ferrovias para transportar fluxos de visitantes cada vez maiores às zonas de praia do sul da Inglaterra e em destinos próximos do Mediterrâneo (WALTON, 2009).

Mas havia outro tipo de viajante menos desejoso de compartilhar viagens com grupos e, algumas vezes, com qualquer outra companhia. Esse viajante demanda novas formas de apreciação da praia, buscando compreender as percepções humanas em relação ao elemento marinho, notadamente afastando-se dos sentimentos ligados ao medo e buscando oportunidades de autoconhecimento.

Corbin (1989) afirma que são os escritores e poetas românticos que estabelecem o que aqui se acredita ser o estágio embrionário da busca pelo paraíso à beira-mar. Partindo em jornadas de transformação às destinos mais isoladas e distantes, há, segundo o autor, a procura pela aventura robinsoniana rumo ao desconhecido.

Ocorre que mediante essa busca, segundo o autor, realiza-se a constituição de um vínculo entre viajante e os elementos litorâneos, onde o mar e a praia deixam de ser apenas paisagem observada à distância e convidam o espectador a estabelecer contatos mais próximos aos elementos e às dinâmicas características das ondas, dos rochedos, das cavernas (CORBIN, 1989).

A busca pelas emoções ainda não experimentadas pelos românticos transforma-se em errância pelas zonas de praia mais distantes e mais desertas. Assim, a descoberta e contemplação de novos destinos e paisagens associam-se às tentativas de reavivar o medo causado pelo mar, assim como os sentimentos de solidão, angústia, sacrifício, adrenalina e aventura.

Ao empreender a procura por tais emoções catalisadoras de inspirações, o viajante arrisca-se em meio aos elementos costeiros, escalando rochedos, navegando por cavernas, mergulhando junto a recifes de corais e banhando-se no mar durante a noite. Ainda, ao rechaçar a segurança das caravanas, o viajante romântico almeja manter vivo o desafio de chegar à destinação em foco (CORBIN, 1989).

A viagem romântica é pautada assim pelo modelo robinsoniano de aventura, que possui como objetivo a conquista de destinos exóticos e distantes, onde os desafios são combustíveis das viagens (CORDEIRO, 2007).

A ideia da jornada rumo ao desconhecido ainda denota a existência de um tipo muito específico de viagens, que têm como fundamento a busca por desafios cada vez maiores aos viajantes, as *frontier travels*² (LAING; CROUCH, 2009).

Os *frontier travellers*, desde os tempos remotos, selecionam os destinos que impuserem os maiores desafios. Assim, mesmo contando com os avanços tecnológicos existentes na atualidade, as viagens possuem como riscos as difíceis condições de acesso, as remotas possibilidades de comunicação e as condições ambientais inóspitas verificadas nos destinos.

²Essas viagens se constituem como frutos de anseios dos viajantes exploradores (*frontier travellers*) por visitar lugares isolados ao redor do mundo, mantendo pouco ou nenhum contato com a sociedade e colocando-se em situações pouco esperadas pelo turista convencional.

Mas, segundo Sharpley (2009), a fronteira (*frontier*) não significa necessariamente locais remotos, mas os limites psicológicos e espirituais. Para os viajantes de fronteira, esse tipo de jornada significa a saída do estado de segurança, o distanciamento das condições previsíveis e a aproximação ao estado momentâneo de perigo, suspense e enfrentamento de um mundo selvagem.

Plog (2001) teoriza sobre a existência desse turista, disposto a realizar tantos esforços numa viagem. Os viajantes, segundo o autor, podem adotar duas posturas (com algumas variações entre elas) durante viagens ao buscar diferentes segmentações turísticas, por exemplo, selecionando destinos já consolidados ou destinos sem qualquer infraestrutura turística, diferentes motivações de viagem e características socioespaciais díspares.

Divididos em tipos psicográficos de comportamento e respectivas personalidades durante o planejamento e execução de suas viagens, os turistas podem ser definidos como aloclétricos (aventureiros) ou psicocêntricos (seguros), como verificado no Quadro 1.

Verifica-se, de acordo com o relato de Corbin (1989) sobre os viajantes românticos, a caracterização dos peregrinos por Sharpley (2009) e a conceituação de Laing e Crouch (2009) sobre os *frontier travellers*, que esses agentes se comportam indubitavelmente dentro da tipologia de viajantes aloclétricos, em busca de destinações próximas do estado edênico, ou natural.

Mas para compreender a ressignificação da praia, há mais um agente a ser caracterizado, que é o caso do mochileiro. De acordo com Hindle, Martin e Nash (2015, p.2), após análise sobre o tema, os mochileiros são viajantes mais preocupados com os contatos culturais nos destinos visitados, realizando maior quantidade de atividades e buscando obter maior contato com a natureza. À vista disso, adquirem maior conhecimento acerca da realidade das localidades visitadas e afastam-se consideravelmente de suas respectivas zonas seguras, estando mais sujeitos a incertezas.

Quadro 1 – Características das viagens dos tipos psicográficos de turistas.

Características	Psicocêntricos (seguros)	Alocêntricos (aventureiros)
Conhecimento sobre o destino	Preferem o que é conhecido.	Preferem os destinos pouco ou nada conhecidos.
Atrativos	Atividades comuns em qualquer local turístico.	Atividades com riscos, antes de outros turistas.
Segmentação	Sol e praia, esportes e relaxamento.	Aventura, cultural e riscos.
Nível de atividade	Baixo nível de atividade.	Alto nível de atividade.
Deslocamento	Deslocamento por via terrestre.	Deslocamento por via aérea.
Hospedagem	Convencionais, com estrutura completa de lazer e alimentação.	Sem grandes exigências, pois permanecem pouco tempo, recorrendo a <i>campings</i> e <i>trailers</i> .
Serviços turísticos	Pacotes completos com atividades programadas.	Maior flexibilidade, planejando apenas com hospedagem e transporte.
Personalidade	Inibidos, inseguros e preocupados com pequenos problemas.	Autoconfiantes, curiosos e veem a viagem como uma expressão de seu caráter explorador.

Fonte: PLOG, 1973, 2001; PEARCE, 2003. Adaptação: CASTRO, 2019.

Para os *backpackers*, de acordo com Laing e Crouch (2009), além dos desafios, são importantes o caminho, os contatos com viajantes semelhantes e as histórias trazidas para casa. Agregando ao tema, Sharpley (2009, p. 245) ressalta que “o mochilão, sendo um rito de passagem, pode de fato proporcionar experiências espirituais significativas, seja através de dificuldades, transformação, enriquecimento ou comunidade”.

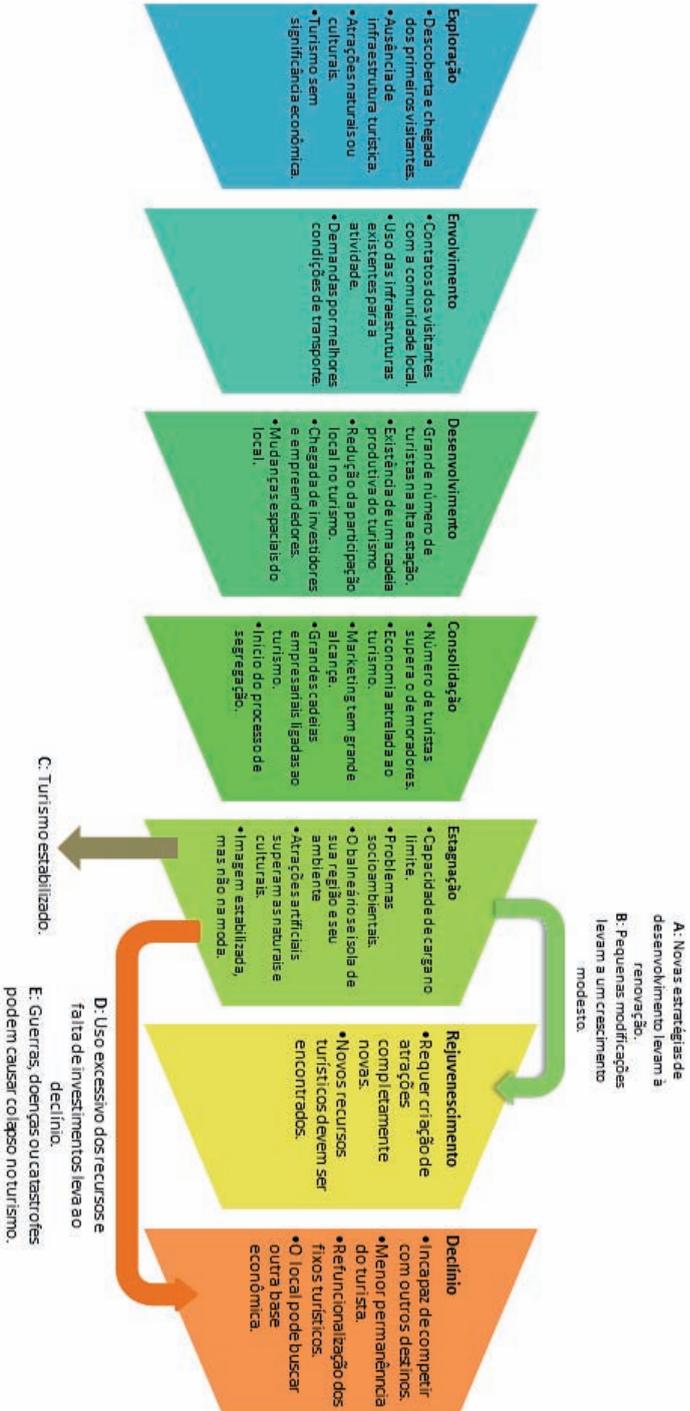
Como representantes da personalidade aloclétrica, os mochileiros pouco se importam com a infraestrutura turística dos destinos visitados. Aliás, é preferível que esse elemento seja rarefeito, possibilitando contato mais significativo com os habitantes locais, menor presença de outros visitantes e maiores disponibilidades de características naturais.

Na busca pela caracterização do paraíso, há predominância de características naturais intocadas, além de pouquíssimo ou nenhum apelo turístico inicial. É importante considerar que, sob o advento da vontade divina, há a inexistência de qualquer planejamento prévio, a possibilidade de diversificação de segmentações turísticas e as possibilidades de renovação turística desses espaços.

Não é errôneo dizer que a dinâmica exposta permite afirmar que o visitante aloclétrico é responsável por dar início a um processo muito específico de transformação de parcelas do espaço em destinações turísticas, o que pode ser verificado através da Figura 1, que mostra o Ciclo de Vida de Área Turística (CVAT), de Butler (1980).

Apesar das críticas ao modelo de Butler, sobretudo pautadas pelas ausências de mensuração de cada estágio, de considerações sobre sazonalidade, sobre as possibilidades de multisegmentação turística dos destinos e sobre destinos de segmentações turísticas especificamente voltadas a pequenos fluxos de visitantes (PIUCHAN, 2018), o mesmo torna-se importante para a compreensão do processo de descoberta (ou exploração) dos destinos turísticos, em especial daqueles aqui chamados de paraísos turísticos.

Ao considerar a zona costeira como principal (mas não única) representação moderna do paraíso, os elementos caracterizadores refletem-se na existência de campos de dunas, cordões de falésias, feições rochosas, relevo montanhoso ou lagunas, vegetação nativa preservada, pouca ou nenhuma ocupação próxima à linha de costa, existência de práticas marítimas tradicionais e relativa dificuldade de acesso ao destino, onde geralmente só é possível chegar por praia ou percorrendo estradas e trilhas muito precárias.



Ainda, os destinos litorâneos em estágio de exploração, de acordo com o CVAT de Butler (1980), não possuem qualquer infraestrutura turística. Destarte, os estágios de descoberta e exploração turística dessas destinações são notadamente realizados por viajantes aloclétricos desejosos por novas paragens em seus históricos de aventuras.

Dentre os exemplos notáveis podemos considerar, na escala nacional: Jericoacoara (CE), Pipa (RN), Carneiros (PE), Maragogi (AL), Trancoso (BA), Ilha do Farol (RJ) e Porto Belo (SC), que têm os processos de exploração inseridos no Quadro 2.

Quadro 2 – Temporalidade e agentes da turistificação de balneários litorâneos no Brasil.

Balneário	Município	Início do processo de turistificação	Agentes de turistificação	Metro-politano ou Não Metro-politano	População do município (est. 2019)
Jericoacoara	Jijoca de Jericoacoara/CE	1970	Turistas (mochileiros)	Não Metro-politano	19.816
Pipa	Tibau do Sul/RN	1970	Turistas (mochileiros e surfistas)	Não Metro-politano	14.180
Carneiros	Tamandaré/PE	1950	Investidores (hotelaria); Turistas (mochileiros e surfistas)	Não Metro-politano	23.388
Maragogi	Maragogi/AL	1970	Turistas (mochileiros)	Não Metro-politano	32.704
Trancoso	Porto Seguro/BA	1970	Turistas (mochileiros)	Não Metro-politano	148.686
Ilha do Farol	Arraial do Cabo/RJ	1950	Turistas (mochileiros)	Não Metro-politano	30.349
Porto Belo	Porto Belo/SC	1960	Turistas (pescadores)	Não Metro-politano	21.388

Fonte: IBGE, 2019; FONTELES, 2005; GONÇALVES, 2014; BRANDÃO, 2013; FIRMINO, 2006; LINS, 2017; SILVA, 2006; COSTA, 2018; PAULINO, 2016; SÉCCA, 2004; VERAS, 2007. Elaboração: CASTRO, 2019.

Considerando a proeminência dos casos ressaltados, é inegável que os turistas alocêntricos sejam os principais agentes iniciáticos da exploração dos paraísos litorâneos. Há ainda predominância de municípios não metropolitanos, o que se justifica pelas características naturais enquanto áreas relativamente distantes dos principais centros urbanos.

Outro fator primordial é a semelhança temporal da turistificação de cada um dos exemplos: todos os balneários acima listados têm estágio de exploração iniciado entre as décadas de 1950 e 1970, e permanecem até a atualidade entre os principais destinos turísticos de sol e praia do país.

A relação entre esses destinos e as características alocêntricas possuem razões de cunho sociológico, econômico e cultural: o mochileiro e suas visões de mundo se constituem como resistência a partir de 1950, período que, nos Estados Unidos, a sociedade preza pela eficiência dos cidadãos e do capitalismo, enquanto o êxito é representado por conquistas materiais.

O posicionamento do mochileiro considera assim fatores sociais, econômicos, políticos e culturais. Socialmente, demandam uma posição de indivíduos dispostos a sair de suas zonas de conforto, enquanto economicamente viajam e desfrutam de novas paisagens sem os mesmos gastos dos turistas convencionais.

Politicamente, valorizam formas alternativas de resolução de problemas modernos, casos da viagem como fuga do modo de vida urbano ou dos métodos de subsistência frente à ineficiência do sistema econômico. E culturalmente, os *backpackers* consideram a viagem como parte de uma construção simbólica de liberdade, descoberta e religiosidade.

Consequentemente, mencionados agentes, ainda que menos numerosos na atualidade, são capazes de influenciar diversas práticas turísticas e, inclusive, formas de gestão dos destinos. Prova disto é a busca, após 50 ou 70 anos do início da turistificação, pela manutenção das características alocêntricas predominantes nos balneários citados, considerando desde a morfologia urbana aos recursos naturais existentes.

Compreende-se assim que, apesar de suas limitações, os viajantes são agentes fundamentais, e talvez os mais efetivos, no

processo de abertura de parcelas distantes e isoladas do litoral às dinâmicas da atividade turística, como ressalta Knafo (1996).

Não é negada aqui a importância dos demais agentes de turistificação, notadamente o Estado e o mercado, nessas dinâmicas, mas ressalta-se que o turista atua, de forma espontânea, da análise inicial, subjetiva e não influenciada pelo mercado, dos lugares que possuem potencial para se tornar destinos turísticos de importância nacional e mesmo internacional.

Conquanto, o alcance desse agente não é tão amplo e, por vezes, demanda a atuação de outros agentes para que o processo de turistificação avance para os demais estágios do CVAT. Mencionados agentes são aqueles responsáveis por expandir os discursos e ressignificar as imagens turísticas dos balneários litorâneos, notadamente os magazines de viagens e, mais recentemente, os usuários como produtores de conteúdo nas redes sociais.

Paraísos impressos e virtuais

Na prática, os viajantes têm parcela de êxito ao iniciar o processo de exploração turística de parcelas isoladas da zona costeira. Contudo, o processo de descoberta não significa um processo de sacralização da praia. Nesse contexto insere-se um agente considerado fundamental na ressignificação das imagens do mar, da praia e das paisagens por estes compostas: a mídia turística.

Atuando em diversos formatos e, por vezes, de forma conjunta ao mercado e aos planejadores, citado agente tem como função publicizar, de forma textual e imagética, os atrativos dos destinos abordados. Ainda, a mídia turística atua tanto na distribuição das imagens e informações sobre lugares e eventos como também na criação de diferentes formas de entretenimento para os leitores e turistas em potencial, modelando descobertas sobre os destinos abordados (LONG; ROBINSON, 2009).

Cabe então considerar como determinadas plataformas de mídia podem influenciar tendências não somente de ressignificação da imagem de destinos, mas também de

movimentos de turistas e práticas marítimas. No ato de editar e publicar matérias turísticas nos meios impressos ou digitais, busca-se ressaltar características qualitativas valorizadas por grande parte da sociedade. De acordo com Rocha (1996), é comum a referência a “valores eternos” nos discursos publicitários e jornalísticos.

No que tange ao uso da palavra paraíso, Aoun (2003) denota que o valor desse termo se constitui através de considerável número de representações ao longo da história, sobretudo míticas, religiosas e históricas. Isso significa dizer que, ao se tratar de uma representação inquestionável daquilo que a humanidade mais valoriza, essa palavra é facilmente compreendida quando adotada num discurso.

Sob esse enfoque, a publicidade turística oferece aos leitores raras oportunidades de desfrutar de destinos que pouquíssimos tiveram a chance de conhecer, seja nos mitos religiosos ou na modernidade. De acordo com Aoun (2003), a atividade turística resgata e materializa a ideia de paraíso através dos discursos utilizados nas respectivas plataformas, sendo assim capaz de promover, quase de forma alquímica, o reencontro do indivíduo com o edênico prometido nas escrituras.

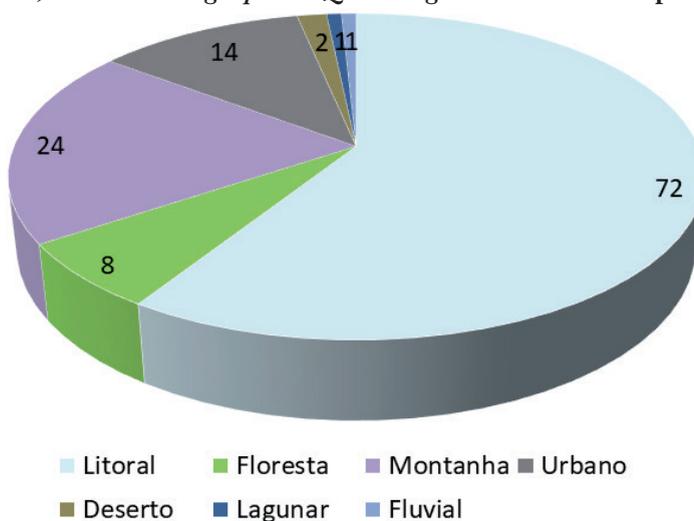
Mas nem todo destino pode e deve ser chamado de paraíso. Isso, aliás, acontece com pequena parcela das localidades turísticas e tende a estar em constante mudança. Contudo, a ânsia de afirmar a bondade divina ao esculpir e os itinerários sacros ao conservar determinada destinação faz com que o uso do termo seja uma constante nos editoriais ligados ao tema.

E esse é o caso dos magazines *National Geographic*, *Go Outside* e *Qual Viagem*³, selecionadas por conta das tiragens de considerável duração (entre 2008 e 2020), da abrangência em relação à escala internacional, e em virtude do compartilhamento de matérias em versões impressas e digitais.

³ Considerando os critérios de inclusão, a revista *Go Outside* teve 30 matérias selecionadas, mesma quantidade considerada para a *National Geographic*, enquanto a *Qual Viagem* teve 62 matérias incluídas, totalizando 122 matérias turísticas com o termo “paraíso”.

Busca-se então compreender qual a representatividade da praia diante do paraíso das matérias dos magazines de turismo e viagens, assim como os elementos definidores dessa representação do edênico na modernidade. Para tanto, o enfoque do levantamento das matérias está nos usos do termo paraíso, no título das matérias, no local apresentado, no tipo de ambiente retratado, nas potencialidades turísticas e no ano de publicação, como ressaltadas na Figura 2.

Figura 2 – Representatividade das paisagens nas matérias da *Go Outside*, *National Geographic* e *Qual Viagem* com o termo “paraíso”.



Fonte: *GO OUTSIDE*, 2020; *NATIONAL GEOGRAPHIC*, 2020; *QUAL VIAGEM*, 2020.
Elaboração: CASTRO, 2019.

Considerando as 122 matérias incluídas no levantamento das três revistas, em cerca de 60% delas o litoral é considerado como a representação mais fiel do paraíso turístico, enquanto as regiões montanhosas (19,6%) e áreas urbanas (11,5%) seguem em segundo e terceiro lugar, respectivamente.

Essa representatividade se deve ao processo ressaltado por Jarratt (2015), de constituição dos ambientes litorâneos como lugar. A utilização do termo *seaside*⁴ denota o conjunto de

⁴Numa tentativa de tradução, o termo significaria algo próximo à maritimidade, abordada por Dantas (2011) ao se referir ao processo de valorização da praia pela sociedade ocidental.

sentimentos e emoções positivos evocados ao contato com o mar, sendo esse elemento suficientemente marcante para os sujeitos que visitam as praias. Ainda, ao analisar as opiniões de visitantes de um balneário inglês, o autor ressalta menções a bem-estar, restauração, espiritualidade, reconexão, nostalgia e infância.

Ao longo da história, a praia sempre foi, segundo Sharpley e Jarratt (2017), o espaço físico onde espiritualidade, mar e sociedade se conectam entre si. Como cita Preston-Whyte (2004), a simbologia que envolve o amanhecer e os banhos de mar durante ritos religiosos dão indícios que a ligação entre oceano e religiões existe há bastante tempo, o que confere aos crentes uma paixão capaz de conferir ao ambiente certa sacralidade.

Nessa conjunção entre força da natureza, condição humana e crença, cria-se uma oportunidade de alcançar uma experiência sublime, capaz de transcender as capacidades humanas. Por consequência, momentos de contemplação dos ambientes litorâneos evocam questões existenciais referentes à vida, à espiritualidade e ao lugar no mundo (JARRATT, 2015). Pode-se afirmar que o contato com o mar, ainda que não seja uma experiência sobre-humana, pode ser visto como evocativo de expansão do pensamento por meio de experiência junto a um dos estados mais dinâmicos da natureza.

O litoral, como principal representação paradisíaca na modernidade, está intimamente ligado à considerável presença de elementos naturais nesse ambiente e à mera lembrança da natureza de outrora. E isso pode ser verificado através dos atrativos ressaltados pelo conjunto das matérias sobre o paraíso turístico dos magazines de viagens, presentes no Quadro 3.

Quadro 3 – Potencialidades do paraíso das revistas *Go Outside*, *National Geographic* e *Qual Viagem*.

Termos	Menções (cada)
Natureza.	69
Esportes de aventura.	24
Sol e Praia.	21
Cultura.	16
Esportes náuticos.	13
Equipamentos turísticos.	10
Arquitetura, relevo.	8
Vida silvestre, ciclismo, mergulho.	7
Praias desertas.	6
Luxo, tranquilidade.	5
Baixas temperaturas.	4
Naturismo, <i>resorts</i> , surfe, vida noturna.	3
Modernidade, cruzeiros, cachoeiras.	2
Gastronomia, Grand Canyon, observação de aves, fiordes, exclusividade, Rota das Emoções, águas calmas, cadeias montanhosas, artesanato, orla, circulação a pé, ambiência litorânea, futebol, LGBT, monumentos históricos, população local, vegetação de frutíferas, golfe, vinícolas, floresta, ilhas, comércio, serviços, patrimônio histórico, geologia marinha, conservação ambiental, biodiversidade, <i>kite</i> surfe, esqui, deserto de sal.	1

Fontes: *GO OUTSIDE*, 2020; *NATIONAL GEOGRAPHIC*, 2020; *QUAL VIAGEM*, 2020.
Elaboração: CASTRO, 2020.

O quadro acima permite uma primeira tentativa de caracterização do paraíso dos magazines de viagens. Com certa exatidão, pode-se afirmar que a natureza é elemento fundamental para o uso do termo paraíso, posto estar presente em mais da metade das 122 matérias incluídas na pesquisa. Referido elemento está indissociavelmente ligado às menções a sol e praia (21), praias desertas (6), relevo (8) e existência de vida silvestre (7), enquanto indiretamente associa-se à realização dos esportes de aventura (24), esportes náuticos (13) e especificamente práticas de mergulho (7).

Esse conjunto de termos denota o fortalecimento, cada vez mais presente nos discursos, da busca por uma natureza primitiva, ressaltando uma fusão entre o pensamento racional e a crença mitológica. Essas representações envolvem tanto o mito do paraíso intocado, repleto de paz e beleza como também o ideal de espaço natural constituído por processos ecológicos e ambientais em total equilíbrio (DIEGUES, 2001).

Outra importante característica do paraíso dos magazines é o contato com os patrimônios culturais e modos de vida dos destinos visitados, com 16 menções. Nesse contexto, é fundamental compreender que a ideia de patrimônio cultural como atrativo relaciona-se à demanda pelo contato com realidades díspares das vividas pelos visitantes. Sobre essa questão, Poulot (2009) ressalta que há constante busca pela valorização do que se considera patrimônio com objetivo de permitir a transmissão de valores estéticos, modos de vida, bens arquitetônicos e habilidades humanas.

Existem ainda atrativos que, apesar de importantes, denotam mais sobre a segmentação turística dos paraísos do que sobre características gerais a serem consideradas. São eles os equipamentos turísticos (10), os serviços de luxo (5) e as possibilidades de realização de ciclismo (7).

Numa tentativa de caracterizar o paraíso das revistas, pode-se conceituá-lo como destino litorâneo dotado de patrimônio natural relativamente preservado que simula a natureza primitiva, ensejando contatos através de esportes náuticos e de aventura. Nesse edênico, o turista ainda pode buscar o contato com as vivências dos residentes, ao passo que usufrui de serviços de elevado padrão, permitindo descanso efetivos e repletos de regalias.

Permite-se assim a compreensão das características valorizadas ao longo da construção dos signos turísticos permeados pelos símbolos sacralizados, não significando que o conteúdo dos magazines possa ser tratado como dogma, posto sua natureza essencialmente publicitária. Mas sua importância não deve ser minimizada, posto ser uma das primeiras plataformas especificamente turística. Essa importância pode

ser verificada nas palavras de um repórter sobre o impacto de suas reportagens sobre Belize e a chegada do turismo de massa anos depois (*GO OUTSIDE*, 2014):

Não que eu pudesse tomar para mim todos os créditos do que acontecera em Belize. Mais cedo ou mais tarde, o lugar seria descoberto pelas massas. Mas, como eu disse para Alex durante nosso voo de São Francisco, nos EUA, até Ciudad de Belice: ‘As palavras podem ser poderosas – até mesmo as palavras idiotas de uma revista de viagem’.

Mas os magazines de turismo não são os únicos meios de propagação da imagem dos destinos na atualidade. Existem ainda outros veículos capazes de propagar de forma mais efetiva as imagens turísticas dos destinos, sobretudo por conta do alcance atual da Internet.

A partir de meados dos anos 2000⁵, através do advento da criação de redes sociais e *sites* capazes de colocar em evidência fotos, vídeos e textos, além de possibilitar que os usuários possam produzir seus próprios conteúdos e classificá-los através de etiquetas (*tags*), estabelecem-se condições efetivas para a transformação do turista em instrumento propagador das imagens turísticas.

E não foram apenas os usuários que se beneficiaram com o mencionado processo, mas também parte das mídias convencionais de turismo. Exemplo disso são as revistas que contam com parceiros criadores de conteúdo ou, numa terminologia mais comum, *vloggers*⁶ de viagem.

Os relatos dos criadores de conteúdo e mesmo dos consumidores nas redes sociais, por conta da abrangência e acessibilidade atuais, têm se constituído em elementos importantes nos imaginários coletivos sobre viagens. Por estarem na posição de consumidores, mencionados agentes

⁵ O *site* de *streaming* de vídeos YouTube foi criado em 2005, enquanto o *microblog* Twitter foi criado em 2006 e o aplicativo de fotos e vídeos para dispositivos móveis Instagram foi criado em 2010.

⁶ Numa tradução direta, o *vlog* ou *video log* trata-se de um registro em vídeo, que pode tratar de viagens, moda, cotidiano, cosméticos, estilo etc.

realizam o uso dos diversos serviços turísticos, ressaltando características e observações que podem tornar a experiência mais agradável.

É possível entender que pelo valor das opiniões e influência da imagética nas esferas comerciais e publicitárias, *digital influencers* e usuários de redes sociais tenham considerável importância na atual dinâmica turística. Isto é, as peças publicitárias, anteriormente estreladas por celebridades da televisão, do cinema e dos esportes, tornaram-se investimentos menores e mais carregados pela opinião de consumidores.

Sobre essa questão, ressaltam Gretzel e Fesenmaier (2009) que, diferentemente dos relatos orais e presenciais sobre as viagens, a publicação desses relatos e a respectiva imagética em plataformas *online*, realizada por turistas, ganha importância por conta da identificação da audiência, das maiores possibilidades de propagação e das ferramentas de interatividade disponíveis.

A atual interatividade, a instantaneidade da difusão do conteúdo produzido e a possibilidade de classificação temática através das etiquetas, são condições que explicam o crescimento na quantidade de acessos e dos consequentes espectadores de mencionadas plataformas nos últimos anos.

Apesar da importância adquirida pelo YouTube nos últimos anos, em virtude da entrada de criadores de conteúdo mundialmente famosos e da monetização de parceiros ativos na plataforma, o levantamento e análise de metadados (folksonomia) do Instagram permite compreender a visão de milhões de usuários convencionais sobre o paraíso através do processo de categorização de imagens.

Assim, procedeu-se à análise da amostra de 385 postagens⁷ mais recentes no Instagram, com o uso da *hashtag* “paraíso”, buscando verificar dados como ambiente representado na postagem, tela que é demonstrada pela Figura 3.

⁷ Cálculo amostral realizado através do *site* <https://pt.surveymonkey.com/mp/sample-size-calculator/>, com população total de 1,4 milhão de postagens, 95% de confiança e 5% de margem de erro.

Figura 3 – Página de busca por *hashtags* no Instagram.



Fonte: INSTAGRAM, 2020.

Na busca por compreender qual ambiente ou situação melhor representa a evocação do paraíso para os usuários, um aspecto chama atenção: a considerável atuação de empreendimentos turísticos, agentes imobiliários e páginas de divulgação de municípios ou localidades. Mencionado aspecto denota importante característica da plataforma, pois ao possibilitar que os usuários marquem publicações com até 30 etiquetas, ou *hashtags*, agiliza a busca de produtos e serviços por clientes em potencial.

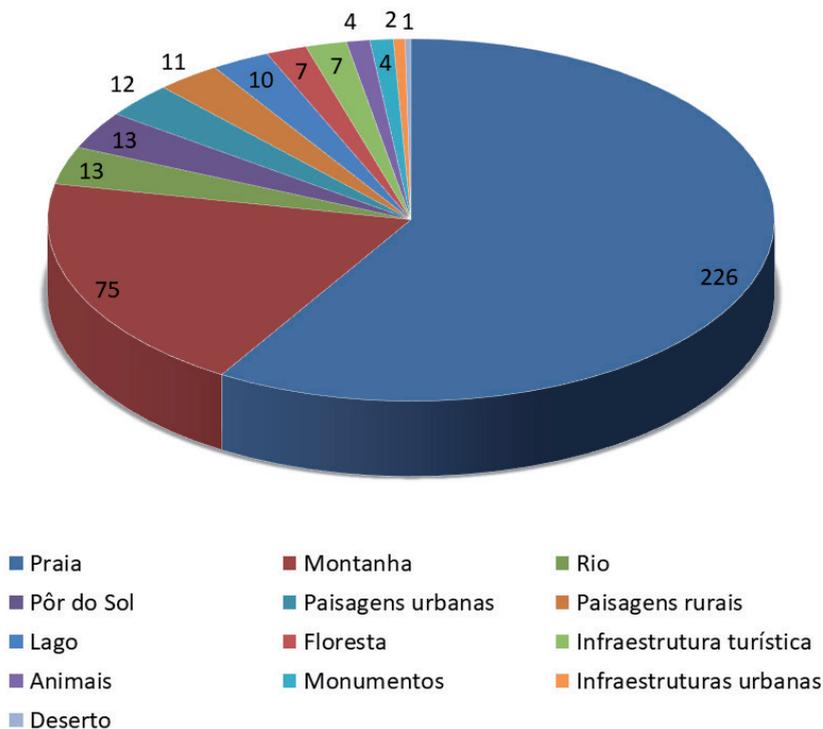
Por exemplo, um usuário que deseje saber sobre esportes náuticos em Ubatuba (SP), pode simplesmente inserir na busca do aplicativo a *hashtag* #mergulhoubatuba para receber as postagens de pessoas e empresas que realizem esse tipo de atividade ou prestem esse serviço.

Outra questão relativa ao uso do termo “paraíso” é que ao associar determinada paisagem ou empreendimento a um valor eterno, almeja-se criar qualidades que estão além das características materiais do que está anunciado. Assim, não se oferece apenas uma hospedagem ou uma residência à beira-mar, mas sim o usufruto temporário das benesses do edênico ou o título de propriedade de parcela do paraíso.

Quanto ao objetivo do levantamento, cabem algumas importantes considerações. A grafia do termo e acentuação são as mesmas em português e espanhol, havendo assim emprego deste por brasileiros, portugueses e espanhóis. Portanto a mencionada amostra não denota grandes tendências em relação a destinações específicas. No que tange à representatividade dos ambientes retratados como paraíso para os usuários, segue tendência próxima daquela ressaltada nos magazines, dados verificados na Figura 4.

A praia, paisagem e ambiência que, nas leituras religiosas, visões dos viajantes alocêntricos e magazines é vista como representação mais fiel ao edênico moderno, assume importante papel também na plataforma de compartilhamento de fotos, correspondendo a 58,7% das postagens. Em seguida, regiões montanhosas representam 19,5% do total, seguindo o mesmo padrão verificado nas revistas e denotando o importante significado da visita a pontos de elevada altimetria e amenidades climáticas.

Figura 4 – Análise de metadados com a hashtag “paraíso” no Instagram.



Fonte: INSTAGRAM, 2020. Elaboração: CASTRO, 2020.

Mencionado quantitativo, além de reafirmar a ideia da praia como representação mais fiel de paraíso turístico na atualidade para os usuários do Instagram, possibilita, juntamente às análises aqui empreendidas, formular outras assertivas sobre as características do paraíso turístico litorâneo.

Dentre as 226 paisagens categorizadas como litorâneas, 56,6% (128) enfatizam as características naturais, com recorrência de faixas de praia, costões rochosos, águas cristalinas, vegetação de restinga, falésias, coqueirais, enseadas e ilhas. Constata-se assim que a presença da natureza nos destinos é fator preponderante para os usuários da plataforma.

Outro importante aspecto são as referências à realização das práticas marítimas nas praias e no mar, que totalizam 12% das postagens. Ao tratar da realização de esportes

náuticos e atividades de lazer, ressaltam banhos de mar, trilhas, passeios de quadriciclos, navegação, *Stand Up Paddle* (SUP), surfe, voos de parapente, *rapel*, *mountain bike*, cavalgadas e mergulho.

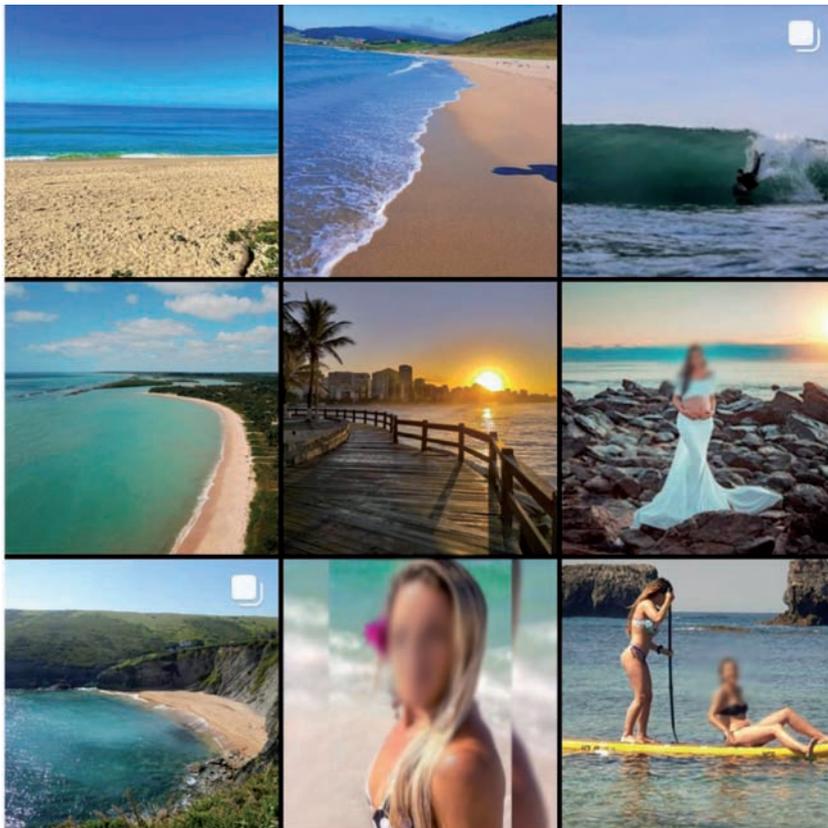
Mencionadas atividades não apenas ressaltam a variedade de atividades possíveis nos destinos, mas também ratificam a busca do viajante por realizar atividades diversas nos destinos visitados, recorrendo a esportes náuticos, esportes de aventura e atividades de lazer que possibilitem um contato mais intenso com o paraíso turístico em questão.

Em oposição, apenas sete postagens salientam processos de ocupação nas zonas de praia, o que significa apenas 3,1% das paisagens categorizadas como praia. Isso denota que apesar da importância dos aspectos urbanos nos destinos turísticos, não são eles que especificamente importam no que tange à caracterização de um modelo de paraíso turístico moderno. A Figura 5 demonstra parte das postagens categorizadas como praia.

Há ainda outros aspectos que poderiam ser analisados, como a presença do corpo feminino e a relação da usuária com a exposição na plataforma, alguns equipamentos turísticos em profunda associação com o mar, caso dos hotéis nas Maldivas e Cancún, e as infraestruturas frutos de urbanismos turísticos, como pontes, *piers*, bangalôs, passarelas e escadarias.

Contudo, para fins de análise sobre a construção do imaginário moderno sobre o paraíso turistificado, bem como na busca de compreender a representatividade da praia como exemplo maior desse espaço constantemente evocado como divino, a amostra considerada dá indícios da importância dos ambientes litorâneos, dos discursos e práticas voltados à valorização da beira-mar.

Figura 5 – Postagens categorizadas como paisagens litorâneas com a hashtag “paraíso”.



Fonte: INSTAGRAM, 2020.

Considerações finais

Ao analisar as leituras religiosas, os relatos dos viajantes e os discursos publicitários sobre o litoral, constata-se um caminho, não muito claro e evidente, que parte das concepções sobre o mito do paraíso divinamente concebido, percorre as mentes e anseios dos exploradores, escritores e viajantes para desembocar no uso, aparentemente indiscriminado, do termo como qualificador de destinos turísticos.

Contudo, após breve análise aqui empreendida, o mencionado caminho do termo e também dos diferentes significados é mediado pela constante busca daquilo que há muito

foi prometido aos seres humanos: um local destinado ao descanso e usufruto das benesses. O paradisíaco, antes destino dos eleitos para o merecido sossego após a morte, agora materializa-se, através de discursos e *slogans*, em destinações que efetivamente existem para reprodução e são cada vez mais expostas nas redes sociais.

E esse edênico, doravante turistificado e reafirmado em vídeos, fotos e relatos dos atuantes exploradores, reaparece em diversas partes do mundo em forma de praia, com natureza abundante que memora a de outrora, convida à realização de inúmeras práticas esportivas e de lazer, assim como permite também que os ideais de descanso, hospitalidade e seletividade sejam levados a níveis nunca vistos sequer nos livros sagrados.

Como verificado através dos levantamentos aqui empreendidos, há estável consonância histórica entre os diversos sujeitos e discursos responsáveis pelo processo de sacralização da paisagem litorânea. Religiosos, poetas, exploradores, mochileiros, editores de revistas e os usuários de redes sociais têm muito mais em comum do que se pode imaginar: todos contribuíram e assim continuam a fazê-lo, de diferentes formas e alguns com certos graus de secularização, para que os ambientes litorâneos tornem-se cada vez mais sacralizados.

Após esta breve análise, não soa mais tão estranho que *outdoors* e placas de sinalização turística em diversos espaços litorâneos indiquem de forma tão fácil o caminho até o paraíso. Trata-se de discursos que conferem qualidades aos destinos, que ressaltam com apenas uma palavra a importância de suas características naturais, culturais, urbanas e, sobretudo, turísticas.

Sim, o paraíso terreal moderno tem seu preço, mais ainda, tem valores que ressaltam a importância do turista como agente de turistificação, a construção das imagens turísticas, a morfologia urbana dos destinos, as práticas marítimas estabelecidas, as condições de acesso e de preservação ambiental dos destinos, processos que ainda devem motivar questionamentos futuros na busca pela compreensão de um termo que mesmo historicamente valorizado, ainda parece permanecer tão restrito à visão religiosa.

Referências

- AOUN, Sabáh. *A procura do paraíso no universo do turismo*. Campinas (SP): Papirus, 2003.
- BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. Paraísos sob controle: indícios de reclusão e contenção territoriais pela prática turística no litoral sul de Pernambuco (Brasil). *Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Sociais*, Recife, v. 2, n. 2, p. 121-137, 2013.
- BUTLER, Richard. The concept of a tourist area cycle of evolution: implications for management of resources. *Canadian Geographer*, v. 24, p. 5-12, 1980 (2008).
- CORBIN, Alain. *O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- CORDEIRO, Maria João Alfaiate Correia. Olhares alemães: Portugal na literatura turística contemporânea – guias de viagem e artigos de imprensa (1980-2006). 2007. Tese (doutorado em Estudos Alemães), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2007.
- COSTA, Juliana Carneiro da. A multiterritorialidade dos trabalhadores do turismo de Arraial do Cabo (RJ). 155 p. 2018. Dissertação (mestrado em Turismo), Programa de Pós-Graduação em Turismo, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói/RJ, 2018.
- DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. *Mar à vista: um estudo da maritimidade em Fortaleza*. Fortaleza: UFC Edições, 2011.
- DIEGUES, Antonio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 2008.
- FIRMINO, Fabiana dos Santos. Dinâmica do turismo na zona costeira nordestina: questões conflitantes do desenvolvimento turístico da praia dos Carneiros – Tamandaré/PE. 2006. 201 f. Dissertação (mestrado em Gestão e Políticas Ambientais), Programa de Pós-Graduação em Gestão e Políticas Ambientais, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.
- FONTELES, José Osmar. Reconstrução de territórios e identidade: um olhar sobre Jericoacoara – Ceará. *Mercator*, Fortaleza, n. 8, p. 47-54, 2005.
- GONÇALVES, Salete. A dimensão sociocultural do processo de territorialização turística em Tibau do Sul/RN. *Revista Brasileira de Estudos do Lazer*. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 115-132, 2014.
- GRETZEL, Ulrike; FESENMEIER, Daniel. Information technology: shaping the past, present, and future of tourism. In: JAMAL, Tazim; ROBINSON, Mike (Orgs.) *The SAGE handbook of tourism studies*. London: SAGE, 2009, p. 558-580.
- HINDLE, Natalie; MARTIN, Andrew; NASH, Robert. Tourism development and the backpacker market in Highland Scotland. *Tourism and hospitality research*, v. 0, ed. 0, p. 1-15, 2015.

JARRATT, David. Seaside: a sense of place and space at a british seaside resort. In: ELKINGTON, S.; GAMMON, S. *Landscapes of leisure: space, place and identity*. Basingstoke: Palgrave MacMillan, 2015, p. 147-164.

JARRATT, David; SHARPLEY, Richard. Tourists at the seaside: exploring the spiritual dimension. *Tourist Studies*, v. 17, ed. 4, p. 349-368, 2017.

KNAFOU, Remy. Turismo e território. Por uma abordagem científica do turismo. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.) *Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: HUCITEC, 1996, p. 62-74.

LAING, Jennifer; CROUCH, Geoffrey. Lone wolves? Isolation and solitude within the frontier travel experience. *Geografiska Annaler, Series B, Human Geography* 91, ed. 4, p. 325-342, 2009.

LINS, Antonio de Padua Gomes D'Almeida. Turismo e meio ambiente: o esgotamento sanitário do município de Maragogi, Alagoas. 2017. 208 f. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017.

LONG, Philip; ROBINSON, Mike. Tourism, popular culture and the media. In: JAMAL, Tazim; ROBINSON, Mike (Orgs.). *The SAGE Handbook of Tourism Studies*. London: SAGE, 2009, p. 98-114.

PAULINO, Priscila. Os impactos socioculturais do turismo nas comunidades receptoras: um estudo na cidade de Arraial do Cabo. 14 f. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso – Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora/MG, 2016.

PEARCE, Douglas. *Geografia do turismo: fluxos e regiões no mercado de viagens*. São Paulo: Aleph, 2003.

PIUCHAN, Manisa. Plog's and Butler's models: a critical review of psychographic tourist typology and the tourist area life cycle. *Turizam*. Novi Sad, v. 22, ed. 3, p. 95-106, 2018.

PLOG, Stanley. Why destination areas rise and fall in popularity: an update of a Cornell Quarterly Classic. *Cornell Hotel and Restaurant Administration Quarterly*. Ithaca, v. 42, ed. 3, p. 13-24, 2001.

POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio do Ocidente*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PRESTON-WHYTE, Robert. The beach as a liminal space. In: LEW, C.; HALL, M.; WILLIAMS, A.M. *A companion to tourism*. Malden: Blackwell, 2004, p. 349-359.

ROCHA, Everardo. *Magia e capitalismo: um estudo antropológico da publicidade*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

SÉCCA, Flávia Deucher. Porto Belo (SC) e suas peculiaridades socioespaciais frente ao desenvolvimento turístico regional. 160 f. 2004.

Dissertação (mestrado em Turismo e Hotelaria), Curso de Pós-Graduação em Turismo e Hotelaria, Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, 2004.

SHARPLEY, Richard. Tourism, religion and spirituality. In: JAMAL, Tazim; ROBINSON, Mike (Orgs.) *The SAGE handbook of tourism studies*. London: SAGE, 2009, p. 237-253.

SILVA, Leonardo Thompson da. Cultura, turismo e identidade local: impactos socioculturais sobre a comunidade receptora de turismo – Trancoso, Porto Seguro (BA). 2006. 160 f. Dissertação (mestrado em Cultura e Turismo), Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Ilhéus (BA), 2006.

VERAS, Daniela Vicente. A sustentabilidade da produção artesanal nos municípios catarinenses da península de Porto Belo – SC. 181 f. 2007. Dissertação (mestrado em Ciência e Tecnologia Ambiental), Centro de Ciências Tecnológicas, da Terra e do Mar, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí/SC, 2007.

WALTON, John. Histories of tourism. In: JAMAL, Tazim; ROBINSON, Mike (Orgs.) *The SAGE handbook of tourism studies*. London: SAGE, 2009, p. 115-129.

SEGUNDA PARTE
Lazeres, impactos e vulnerabilidades

Turismo, desenvolvimento e vulnerabilidade social na região Nordeste¹

Marília Natacha de Freitas Silva²

Antonio Aledo³

Eustógio Wanderley Correia Dantas⁴

Introdução

Na segunda metade do século XX, o mundo foi marcado por importantes mudanças sociopolíticas. Dentre as diversas alterações nos modos de produção e nas relações de trabalho, destaca-se o crescimento do setor terciário, tendo o turismo recebido o maior destaque, tornando-se rapidamente uma fonte de negócios e uma megaindústria global (JAFARI, 2005). Para muitos autores e gestores públicos e privados o fenômeno do turismo torna-se fundamental no processo de desenvolvimento local – principalmente nos países da América Latina, que passam a recorrer a financiamentos para impulsionar o turismo em prol do desenvolvimento (BRYDEN, 1973; DE KADT, 1979; BROHMAN, 1996; TELFER, 2002).

Essa associação entre turismo e desenvolvimento é feita tomando como pressuposto que a atividade tem potencial para promover o crescimento econômico através da geração de emprego e renda e do seu efeito multiplicador da receita

¹ Este trabalho faz parte de um projeto realizado em parceria entre o Instituto Universitario de Investigaciones Turísticas (IUIT)/Universidad de Alicante e o Departamento de Geografía/Universidade Federal do Ceará. A pesquisa foi financiada pela Agência Brasileira de Apoio e Avaliação da Educação de Pós-Graduação (CAPES).

² Prof.^a Dr.^a. Colaboradora Honorífica Departamento de Sociologia I – Universidad de Alicante.

³ Prof. Dr. Catedrático Departamento de Sociologia I – Universidad de Alicante

⁴ Prof. Dr. Titular Departamento de Geografía – Universidade Federal do Ceará.

gerada (BRITTON, 1982; DURBARRY, 2004). No Brasil, especificamente no Nordeste – uma região histórica e socialmente subdesenvolvida – as expectativas de crescimento induzido pelo turismo foram particularmente fortes, incluindo incentivos excepcionais na zona litorânea para o seu desenvolvimento (CRUZ, 2005; DANTAS, 2007; ARAÚJO, 2013; SILVA, 2013).

Depois de 40 anos de investimentos públicos e privados e do processo de turistificação nos territórios dessa região, cabe analisar e revisar o grau de desenvolvimento alcançado por esses territórios através das atividades turísticas. Portanto, o primeiro **problema** que se tenta resolver neste trabalho é revisar se o turismo foi capaz de cumprir as promessas de desenvolvimento no Nordeste, reconhecendo a importância das dimensões sociais e do desenvolvimento da escala humana (MAX-NEEF et al., 1994; SEN, 1999; 2003). Dessa forma, o objetivo deste trabalho centra-se em testar se o turismo é de fato motor de desenvolvimento humano e se esses indivíduos e grupos locais se sentem beneficiados por ele.

Não há dúvida de que o binômio turismo/desenvolvimento é constante no discurso e mesmo no planejamento – por exemplo, Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR/NE) –, mas carece de medição e avaliação (ALEDO, 2016; SILVA; 2019). É justamente nessa carência em que esta pesquisa se inspira. Portanto, o segundo **problema** – de natureza metodológica e prática – que a pesquisa tenta resolver é: como analisar, medir e avaliar o desenvolvimento dos territórios, por meio de uma abordagem empírica e replicável que forneça uma informação densa e de qualidade, para facilitar o processo de formulação de políticas públicas.

Nessa linha, pretende-se neste trabalho propor um quadro conceitual e metodológico para avaliação dos territórios turísticos a partir da inserção do enfoque da Vulnerabilidade Social. Com essa premissa, desenhamos o quadro “Ativos, Vulnerabilidade, Estrutura de Oportunidades e Turismo” (AVEOT), utilizando o potencial teórico, conceitual e metodológico do enfoque da Vulnerabilidade Social (SILVA, 2019). O quadro AVEOT foi inspirado em alguns aspectos da Abordagem das Capacitações de Amartya Sen e da Vulnerabilidade Social desenvolvido por Moser (1998) e Kaztman (2000).

Aspecto teórico-metodológico

Apesar dos avanços dos estudos do turismo, a análise dessa atividade, assim como o seu desenvolvimento ainda não consegue desamarra-se dos objetivos e interesses do mercado e do Estado. Por isso, pesquisadores como Jafari (2005) e Nogués-Pedregal (2009), chamam atenção sobre o papel do turismo na atualidade de recobrar sua própria voz pública; atuar com decisão; prever os acontecimentos (tanto positivos quanto negativos); formular opções; ter alternativas à sua disposição e, ademais, poder influir e incluso canalizar os acontecimentos antes que se produzam.

Um fenômeno tão complexo como o turismo não pode ser analisado e interpretado a partir dos efeitos ou impactos, mas da sua capacidade transformadora dos lugares e territórios. Ademais, para compreender a relação entre turismo e desenvolvimento, cabe centrar-se não apenas nas estruturas de poder (Estado e Mercado), mas também deve-se levar em conta o conjunto de indivíduos e/ou grupos que compõem uma sociedade, pois esse conjunto não é uma forma homogênea, ao contrário, é uma massa heterogênea e segmentada socialmente (GIDDENS, 1989).

Acreditamos que uma parte desses déficits podem ser solucionados com a inclusão do enfoque da vulnerabilidade à avaliação dos territórios turísticos. Com o enfoque da vulnerabilidade se analisam as causas profundas e estruturais dos efeitos do turismo. Quer dizer, introduz-se a tensão entre as estruturas de oportunidades e a agência humana ao levar em conta as estratégias de indivíduos e famílias de aproveitar ou serem afetados pelas forças estruturais que influenciam na sua capacidade de acesso aos recursos para melhorar seu bem-estar. Grosso modo, a análise da vulnerabilidade reconhece o papel ativo das populações locais no processo de adaptação ao fenômeno turístico, assim como sua capacidade de influenciá-lo (ALEDO, 2016).

Nessa linha, pretende-se, neste trabalho propor um marco conceitual, metodológico e prático para analisar, medir e avaliar empiricamente o desenvolvimento humano e local em comunidades a partir da inserção do enfoque da vulnerabilidade social. A partir dessa reflexão, portanto, e inspirado em alguns aspectos da Abordagem das Capacitações de Amartya Sen, do *Assets and vulnerability* de Moser (1998) e do *Activos, Vulnerabilidad*

y *Estructuras de Oportunidades (AVEO)* de Kaztman (2000), foi criado o quadro metodológico *assets vulnerability, structure of opportunities and tourism (AVEOT)*. A proposta era elaborar um quadro conceitual e metodológico capaz de auxiliar na identificação, na avaliação, no planejamento e no gerenciamento das questões sociais associadas ao desenvolvimento do turismo em qualquer comunidade que tenha uma relação econômica direta com o turismo, baseando-se nos efeitos desiguais do turismo sobre a capacidade das famílias de alcançar melhor qualidade de vida ou bem impedir sua deterioração.

Além do marco teórico-conceitual principal, foi realizado um *survey* sobre os principais trabalhos metodológicos relacionadas diretamente com o enfoque da vulnerabilidade social – reconhecidos internacional e nacionalmente –, para a identificação e seleção de variáveis e questões sociais associadas ao conceito de desenvolvimento humano e bem-estar social (IDHM⁵; IVS⁶; QI-MCS⁷, DNIT⁸ etc.). Também foi realizada uma análise de natureza exploratória a partir de entrevistas em profundidade com especialistas, *stakeholders* e diferentes grupos em comunidades turísticas e em diferentes períodos (entre 2014 e 2017), com o objetivo de identificar e selecionar as principais questões sociais importantes para a leitura dos cenários turísticos. O modelo também foi discutido com colegas acadêmicos expertos em turismo e apresentado em algumas conferências internacionais, melhorando-o progressivamente a partir do *feedback*.

O quadro metodológico nos permite um duplo avanço: a) teórico: a inserção da vulnerabilidade oferece um olhar mais complexo com ênfase na distribuição desigual das oportunidades e dos impactos, assim como uma visão alternativa sobre o conceito de desenvolvimento – a partir da inserção de dimensões sociais; e b) metodológico e prático: em termos gerais, o quadro é uma ferramenta de comunicação que garante, de um lado, um processo de conscientização dos indivíduos sobre sua condição de vulnerabilidade social, e do outro, informação densa e de

⁵ Índice de Desenvolvimento Humano (PNUD).

⁶ Índice de Vulnerabilidade Social (IPEA).

⁷ Questionário Integrado para Medir Capital Social (GROOTAERT, 2003).

⁸ Pesquisa Básica de *Vulnerabilidade Socioeconômica* (DNIT).

qualidade para o aprimoramento nos desenhos de políticas públicas para maximizar os efeitos positivos do turismo sobre os diferentes grupos e comunidades.

Procedimento metodológico e aplicado

Avaliar o desenvolvimento dos territórios e as condições de vida da população não é uma tarefa fácil e, por isso, é delicado determinar um protocolo metodológico estrito e único. Nesse sentido, buscamos elaborar diferentes propostas metodológicas para avaliar o desenvolvimento turístico no Nordeste e nas comunidades de Jericoacoara e Pipa, a partir das variáveis (físicas, humanas e sociais) defendidas no quadro AVEOT. Apresentaremos dois exemplos-práticos de como avaliar a relação turismo/desenvolvimento e vulnerabilidade social com diferentes dados (secundários e primários) e em diferentes escalas (macro e micro).

A metodologia-prática 1 foi desenhada para avaliar o desenvolvimento em territórios turísticos a partir da análise sobre as estruturas de oportunidades em escala macrossocial. Para ilustrar a nossa proposta, o marco territorial de referência em que se desenvolve nossa proposta é Brasil e Nordeste, sendo as unidades espaciais operacionais os 5.570 municípios do país (turísticos e não turísticos do Brasil).

O objetivo desse exemplo-prático é testar estatisticamente a existência (ou não) de uma dependência significativa entre o turismo (no Brasil e Nordeste) e os níveis de desenvolvimento humano e vulnerabilidade social (nas suas diferentes dimensões: (educação, renda, capital humano, trabalho e renda e infraestrutura urbana). Foi necessário primeiramente um levantamento de dados secundários em documentos oficiais do governo: a) dados sobre o grau de desenvolvimento humano do Brasil e regiões (IDHM/PNUD, 2000; 2010); b) dados sobre a vulnerabilidade social do Brasil e regiões (IVS/IPEA, 2000; 2010); e c) seleção de territórios turísticos do país: Destinos Indutores do Turismo (DIT's), Roteiro Turísticos Regionais (RTR's), e municípios litorâneos (MTur., 2007). Finalmente foi realizado um cruzamento das informações (turismo, desenvolvimento e vulnerabilidade) através de uma análise estatística descritiva

de referência cruzada e testes Qui-quadrado de Pearson para a realização de provas de hipóteses para amostras independentes.

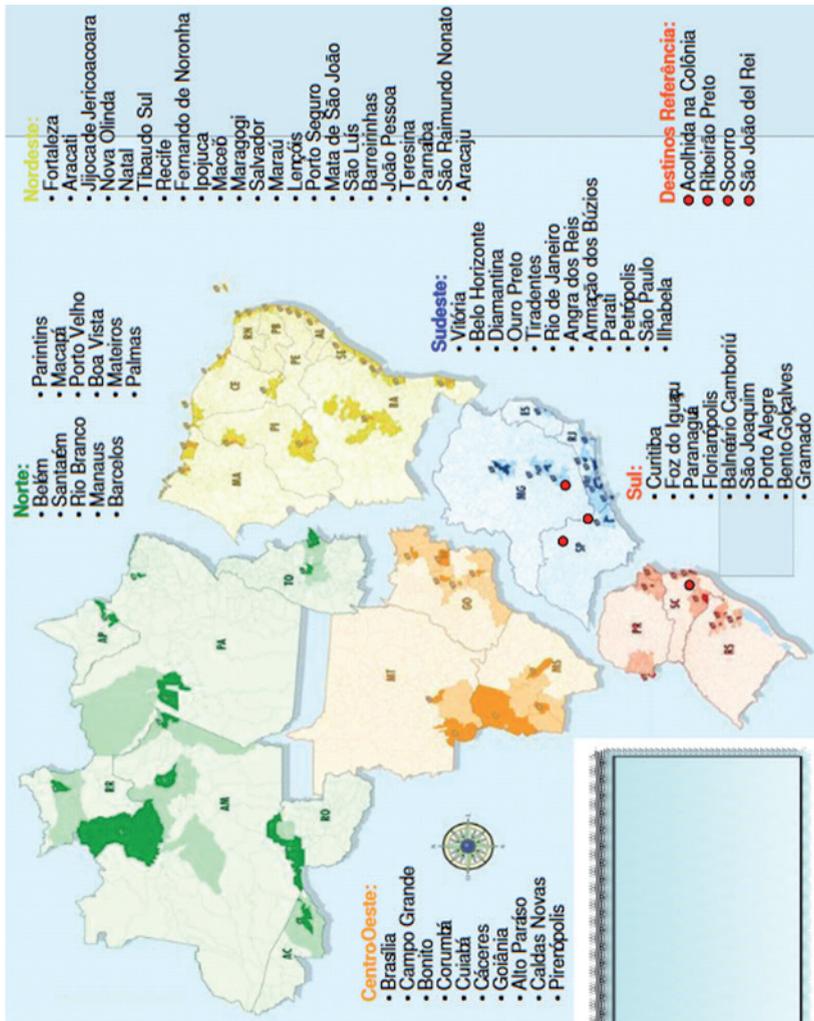
A metodologia-prática 2 foi desenhada para avaliar o desenvolvimento de comunidades turísticas em uma escala microsocial, a partir da identificação da existência (ou não) de situações concretas ou potenciais de vulnerabilidade e pobreza. Para isso foi elaborado um *índice de vulnerabilidade social para comunidades turísticas (IVScT)*, que pode ser facilmente replicado a outras comunidades turísticas. Para a aplicação do IVScT, estabeleceu-se como marco territorial os municípios de Jijoca de Jericoacoara e Tibau do Sul (ambos destinos Indutores do Turismo/DIT's), e as unidades espaciais operacionais são as comunidades turísticas de Jericoacoara e Pipa.

Turismo e desenvolvimento: uma relação incerta

Um componente comum do discurso positivo sobre a atividade do turismo está associado à ideia que ele pode contribuir para o desenvolvimento nas diferentes nações receptoras de fluxo. Esse discurso midiático e favorável ao crescimento do turismo como motor de desenvolvimento das economias de terceiro mundo ganhou força e tomou escala internacional, o que levou ao Brasil e mais especificamente aos governadores da Região Nordeste assumirem esse discurso na prática. A possibilidade de a Região Nordeste tornar-se polo de atração turística é retratada inicialmente através dos investimentos direcionados a tal segmento pelo PRODETUR I (DANTAS, 2010) e posteriormente pelo PRODETUR II, PRODETUR Nacional e PAC (SILVA; DANTAS, 2018).

A política de turismo que foi implementada especificamente no Nordeste nos anos 1990 (PRODETUR/NE), como uma política alternativa e secundária para o desenvolvimento da região, torna-se, no pós-2000, uma atividade econômica nacional, expandindo-se entre as diferentes regiões e interiorizando-se para os diferentes territórios do Brasil (SILVA et al., 2017). Atualmente o país possui 65 Destinos Indutores do Turismo – entre eles, Jericoacoara e Pipa – que fazem parte de 59 Roteiros Turísticos Regionais (RTR's), abarcando um total de 740 municípios em todas as unidades da Federação (MTur, 2007/ Figura 1).

Figura 1 – Mapa de localização dos DIT's e RTR's do Brasil.



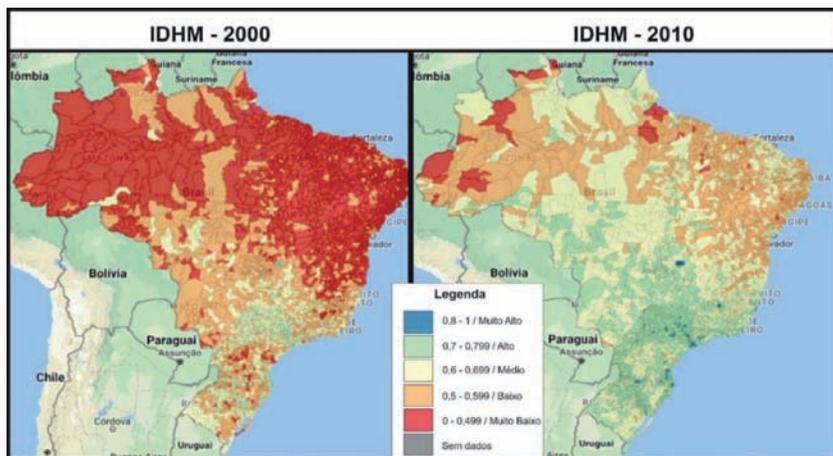
Fonte: MTur. (2007). Elaboração e organização (SILVA, M. N. F; SILVA, R. B.).

Não cabe dúvida sobre o crescimento do turismo e das atividades turísticas e imobiliárias no Brasil e regiões, nas últimas décadas. São vários os trabalhos que se esforçam em identificar os investimentos públicos e privados e, conseqüentemente, as transformações socioespaciais ocorridas nos diferentes territórios para adaptar-se à nova demanda. Entretanto, pouco sabemos ao certo sobre a relação entre o crescimento do turismo e o desenvolvimento dos

territórios. Quer dizer, o turismo foi capaz de cumprir as promessas de desenvolvimento no Brasil e mais especificamente na Região Nordeste? São os territórios turísticos desenvolvidos?

Conforme o IDHM do Brasil, é possível ver como os níveis de desenvolvimento melhoraram ao longo de 10 anos (Figura 2). A mudança é bastante nítida nas regiões e nos territórios do país. É possível observar como os territórios que se encontravam com nível muito baixo (em vermelho) nos anos 2000 têm uma melhora uma década depois. No Centro-Sul desaparecem aqueles municípios com as piores taxas de desenvolvimento. A Região Centro-Sul, que nos anos 2000 possuía majoritariamente níveis baixos (0,5 – 0,599) de desenvolvimento, tem seu cenário transformado radicalmente em 10 anos, alcançando níveis médio (0,6 – 0,699) e alto (0,7 – 0,799). No Norte e no Nordeste poucos municípios persistem com níveis muito baixos de desenvolvimento.

Figura 2 – Comparativa entre o IDHM (2000) e IDHM (2010).



Fonte: Atlas IDHM realizado pelo PNUD, com dados do IBGE (2000; 2010).

Não existe dúvida sobre a melhoria dos níveis de desenvolvimento humano nos municípios brasileiros entre os Censos de 2000 e 2010, sobretudo no Centro-Sul. O que cabe analisar ou comprovar é se existe (ou não) relação entre os melhores níveis de desenvolvimento humano (IDHM) alcançados pela maioria dos municípios brasileiros e o crescimento do turismo, sobretudo para

aqueles municípios da Região Nordeste. Quer dizer, é o turismo o “motor” de desenvolvimento do Brasil e mais especificamente da Região Nordeste? São os territórios turísticos os mais desenvolvidos ou menos vulneráveis no Brasil e em suas respectivas regiões?

Analisando a tabulação cruzada (análise de contingência de duas variáveis) entre os 65 municípios DIT's e o IDHM, podemos ver que tanto os não DIT's quanto os DIT's possuem taxas similares em relação ao IDHM. Dos 65 (100%) DIT's, 47 (72,3%) possuem o grau de desenvolvimento entre médio e muito alto. Em relação aos municípios não DIT's, dos 5.500 (100%), encontramos 4.119 (74,9%). Podemos dizer, grosso modo, que os não DIT's são mais desenvolvidos do que os DIT's devido ao resultado encontrado. Diante do resultado, cabe se perguntar se existe alguma relação de dependência entre ambas as variáveis (Quadro 1). Quadro 1: Tabulação cruzada DIT's * IDHM (2010) – Brasil.

Quadro 1 – Tabulação cruzada DIT's * IDHM (2010) – Brasil.

		IDHM – 2010		Total	
		não ⁶	sim ⁷		
(DIT's)	não	Contagem	1381	4119	5500
		% em (DIT's)	25,1%	74,9%	100,0%
		% em IDHM – 2010	98,7%	98,9%	98,8%
		% do Total	24,8%	74,0%	98,8%
	sim	Contagem	18	47	65
		% em (DIT's)	27,7%	72,3%	100,0%
		% em IDHM – 2010	1,3%	1,1%	1,2%
		% do Total	0,3%	0,8%	1,2%
Total	Contagem	1399	4166	5565	
	% do Total	25,1%	74,9%	100,0%	

Fonte: IDHM (2010); MTur (2007). Elaboração própria. Realizada com SPSS.

Conforme o Qui-quadrado realizado com as duas variáveis, chegamos ao resultado de significância assintótica (bilateral) de valor $0,633 > 0,05$, portanto é possível dizer que não existe uma relação de dependência ou associação significativa entre as duas

⁹ Não = Baixo e muito baixo nível de desenvolvimento humano.

¹⁰ Sim = Médio, alto e muito alto nível de desenvolvimento.

variáveis. Quer dizer, estatisticamente não existe uma relação de dependência entre os territórios turísticos (DIT's) e o IDHM.

Quadro 2 – Resultado do Teste Qui-quadrado.

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)	Sig exata (2 lados)	Sig exata (1 lado)
Qui-quadrado de Pearson	,228 ^a	1	,633		
Correção de continuidade ^b	,111	1	,739		
Nº de Casos Válidos	5565				

Fonte: IDHM (2010); MTur (2007). Elaboração própria. Realizada com SPSS.

Conforme Quadro 3, dos 731 (100%) dos RTR's do Brasil, 562 (76,9%) deles se encontram com o grau de desenvolvimento humano entre médio e muito alto. Enquanto isso, dos 4.834 municípios não RTR's (100%), 3.604 (74,6%) deles são desenvolvidos. Segundo dados relativos, existe uma porcentagem maior de RTR's (76,9%) com melhores índices de desenvolvimento (entre médio e muito alto) em comparação com os territórios não turísticos (74,6%).

Quadro 3 – Tabulação cruzada RTR's * IDHM (2010) – Brasil.

		IDHM – 2010		Total	
		não	sim		
RTR's	não	Contagem	1230	3604	4834
		% em RTR's	25,4%	74,6%	100,0%
		% em IDHM – 2010	87,9%	86,5%	86,9%
		% do Total	22,1%	64,8%	86,9%
	sim	Contagem	169	562	731
		% em RTR's	23,1%	76,9%	100,0%
		% em IDHM – 2010	12,1%	13,5%	13,1%
		% do Total	3,0%	10,1%	13,1%
Total		Contagem	1399	4166	5565
		% do Total	25,1%	74,9%	100,0%

Fonte: IDHM (2010); MTur (2007). Elaboração própria. Realizada com SPSS.

Entretanto, conforme o valor de Qui-quadrado de $0,177 > 0,05$, é possível comprovar que a hipótese de associação entre as variáveis é nula. Quer dizer, apesar de existir uma porcentagem maior de RTR's com melhores índices de desenvolvidos ($76,9 - 74,6\% = 2,3\%$) em comparação àqueles municípios que não são RTR's, o resultado do Qui-quadrado mostra que não há associação bilateral entre aqueles territórios turísticos e o resultado do Índice de Desenvolvimento Humano, ou seja, as variáveis são independentes.

Quadro 4 – Teste Qui-quadrado.

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)	Sig exata (2 lados)	Sig exata (1 lado)
Qui-quadrado de Pearson	1,825 ^a	1	,177		
Correção de continuidade ^b	1,704	1	,192		
Nº de Casos Válidos	5565				

Fonte: IDHM (2010); MTur (2007). Elaboração própria. Realizada com SPSS.

Se realizarmos a análise de contingência entre os 214 RTR's da Região Nordeste e o resultado do IDHM, adicionando a variável estados do Nordeste, é possível comprovar que os RTR's dos diferentes estados dessa região tampouco são mais desenvolvidos do que os municípios não turísticos. Conforme Quadro 5, é possível observar que, dos nove estados do Nordeste, em apenas três estados (Maranhão, Paraíba e Pernambuco) os RTR's aparecem mais desenvolvidos do que os não RTR's. Nos demais estados, os municípios não turísticos possuem maior porcentagem de municípios com melhores índices de desenvolvimento humano se comparados com aqueles que são RTR's.

Quadro 5 – Tabulação cruzada RTR's * IDHM (2010) * Estados (NE).

Estados (NE)				IDHM (2010)		Total
				não	sim	
Alagoas	RTR's	não	Contagem % em RTR's	76 _a 85,4%	13 _a 14,6%	89 100,0%
		sim	Contagem % em RTR's	12 _a 92,3%	1 _a 7,7%	13 100,0%
Bahia	RTR's	não	Contagem % em RTR's	219 _a 62,9%	129 _a 37,1%	348 100,0%
		sim	Contagem % em RTR's	44 _a 63,8%	25 _a 36,2%	69 100,0%
Ceará	RTR's	não	Contagem % em RTR's	42 _a 26,4%	117 _a 73,6%	159 100,0%
		sim	Contagem % em RTR's	7 _a 28,0%	18 _a 72,0%	25 100,0%
Maranhão	RTR's	não	Contagem % em RTR's	152 _a 73,1%	56 _a 26,9%	208 100,0%
		sim	Contagem % em RTR's	6 _a 66,7%	3 _a 33,3%	9 100,0%
Paraíba	RTR's	não	Contagem % em RTR's	144 _a 69,2%	64 _a 30,8%	208 100,0%
		sim	Contagem % em RTR's	8 _a 53,3%	7 _a 46,7%	15 100,0%
Pernambuco	RTR's	não	Contagem % em RTR's	101 _a 58,4%	72 _a 41,6%	173 100,0%
		sim	Contagem % em RTR's	7 _a 58,3%	5 _a 41,7%	12 100,0%
Piauí	RTR's	não	Contagem % em RTR's	151 _a 80,7%	36 _a 19,3%	187 100,0%
		sim	Contagem % em RTR's	31 _a 83,8%	6 _a 16,2%	37 100,0%
Rio Grande do Norte	RTR's	não	Contagem % em RTR's	59 _a 40,4%	87 _a 59,6%	146 100,0%
		sim	Contagem % em RTR's	11 _a 52,4%	10 _a 47,6%	21 100,0%
Sergipe	RTR's	não	Contagem % em RTR's	33 _a 53,2%	29 _a 46,8%	62 100,0%
		sim	Contagem % em RTR's	10 _a 76,9%	3 _a 23,1%	13 100,0%

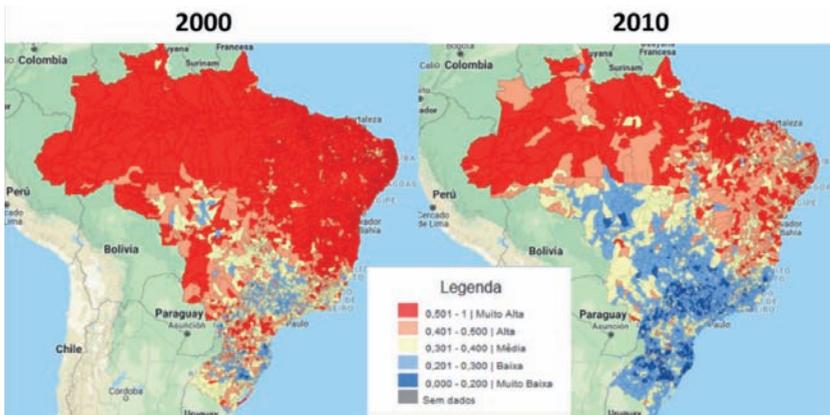
Fonte: IDHM (2010); MTur (2007). Elaboração própria. Realizada com SPSS.

Em termos gerais, ao observar a relação entre os níveis de desenvolvimento humano (IDHM) e os territórios turísticos e não turísticos, a partir das análises estatísticas descritivas de referência cruzada, foi possível constatar que os municípios que apresentam os índices mais baixos de desenvolvimento humano de todos os municípios do Brasil (5.568) são os municípios turísticos – sejam os DIT's ou os RTR's. Portanto, **os territórios turísticos não são os mais desenvolvidos.** Em outras palavras, não cabe dúvidas que houve um crescimento do turismo no Brasil e, mais especificamente, na Região Nordeste, mas não necessariamente houve um desenvolvimento em escala humana sobre os territórios, refletindo-se muito pouco sobre as dimensões sociais (renda, educação e longevidade).

Na continuidade, é possível fazer uma breve análise sobre a relação turismo e vulnerabilidade social no Brasil. Conforme Figura 3, é possível observar uma diminuição considerável do grau de vulnerabilidade social nos diferentes territórios brasileiros entre os Censos de 2000 e 2010. A Região Centro-Sul foi protagonista quanto à diminuição da vulnerabilidade social, alcançando níveis de baixa e muito baixa vulnerabilidade social na maioria dos seus municípios. O cenário de vulnerabilidade do Norte-Nordeste também sofreu uma diminuição, entretanto de menor peso se compararmos com o resultado encontrado para o Centro-Sul. O IVS do Norte-Nordeste caiu de muita alta vulnerabilidade (Censo 2000) para alta vulnerabilidade e alguns poucos casos para média vulnerabilidade (Censo 2010).

Não cabe dúvida que o cenário de vulnerabilidade social se modificou no Brasil entre os censos de 2000 e 2010, mas existe alguma relação de dependência significativa entre o crescimento do turismo e a diminuição da vulnerabilidade social, principalmente naqueles municípios da região Nordeste? São os territórios turísticos menos vulneráveis do que aqueles territórios não turísticos?

Figura 3 – Comparação entre IVS (2000) versus IVS (2010).



Fonte: IVS (2000; 2010), elaborado a partir dos dados censitários do IBGE.

Conforme quadro de contingência entre as variáveis RTR's, IVS e Macrorregiões (Centro-Sul e Norte-Nordeste), podemos observar os seguintes resultados (Quadro 6): primeiramente, que a porcentagem de municípios com alta e muito alta vulnerabilidade social, sejam eles não RTR's ou RTR's no Centro-Sul, é similar (7,2% e 5,4%); quer dizer que existe uma pequena parcela de municípios na Região Centro-Sul com nível alto de vulnerabilidade social, sejam aqueles territórios turísticos, sejam não turísticos. Na Região Norte-Nordeste, a porcentagem de territórios com alta e muito alta vulnerabilidade é alta. É possível observar que 78% dos não RTR's e 77,6% dos RTR's possuem níveis entre alto e muito alto grau de vulnerabilidade social.

Em termos gerais, não existe uma diferença considerável entre os níveis de vulnerabilidade social entre aqueles municípios turísticos ou não turísticos se observarmos os resultados para cada Macrorregião por separado. Entretanto, quando fazemos a comparação entre aqueles municípios turísticos e os não turísticos, segundo sua localização (Centro-Sul ou Norte-Nordeste), o resultado é no mínimo alarmante. Enquanto no Centro-Sul podemos encontrar apenas 7% dos municípios (turísticos e não turísticos) com alta e muito alta vulnerabilidade social, na Macrorregião Norte-Nordeste, 77,9% dos municípios (turísticos ou não turísticos) se encontram em uma situação de alta ou muito alta vulnerabilidade social.

Quadro 6 – Tabulação cruzada RTR' * IVS – 2010 * Macrorregiões.

Macrorregiões			IVS – 2010		Total	
			não ³	sim ⁴		
Centro-Sul	RTR's	não	Contagem	2652	207	2859
			% em RTR's	92,8%	7,2%	100,0%
	sim	Contagem	438	25	463	
		% em RTR's	94,6%	5,4%	100,0%	
Total		Contagem	3090	232	3322	
		% em RTR's	93,0%	7,0%	100,0%	
Norte-Nordeste	RTR's	não	Contagem	435	1540	1975
			% em RTR's	22,0%	78,0%	100,0%
	sim	Contagem	60	208	268	
		% em RTR's	22,4%	77,6%	100,0%	
Total		Contagem	495	1748	2243	
		% em RTR's	22,1%	77,9%	100,0%	

Fonte: (IVS, 2010); MTur (2007). Elaboração própria. Realizada com SPSS.

Ao observar a relação entre os níveis de vulnerabilidade social (IVS) e os territórios turísticos e não turísticos segundo sua localização regional (Centro-Sul ou Norte-Nordeste), foi possível constatar que os municípios que apresentam os índices mais altos de vulnerabilidade social são aqueles municípios (turísticos e não turísticos) localizados na Região do Norte-Nordeste e, em contraposição, os municípios que apresentam os índices mais baixos de vulnerabilidade social são aqueles municípios (turísticos ou não turísticos) localizados na Região Centro-Sul. Em termos gerais, apesar da considerável melhora nos níveis de desenvolvimento econômicos da Região Norte-Nordeste, as desigualdades macrorregionais no Brasil – historicamente e socialmente construídos – persistem no tempo, o que determina os altos níveis de vulnerabilidade social na quase totalidade dos municípios da Região Nordeste.

¹¹ Muito baixa, baixa e média vulnerabilidade social.

¹² Alta e muito alta vulnerabilidade social.

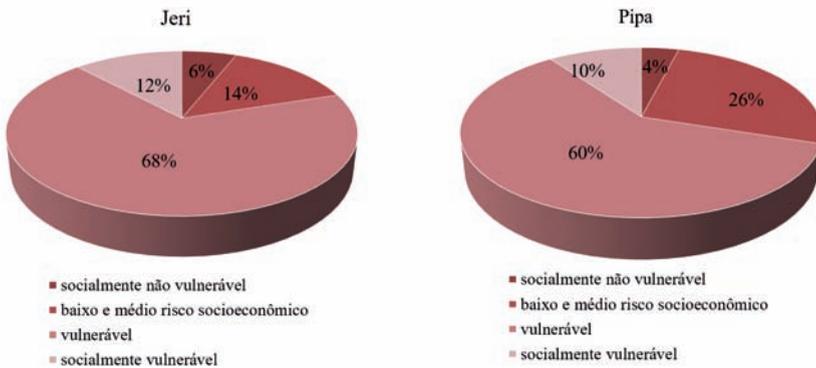
Em resumo, nessa Grande Região, o crescimento econômico (acima da média nacional), na primeira década do século XXI, não se desdobrou em uma melhoria na qualidade de vida dessa sociedade na mesma proporção (GONÇALVES, 2017). Em se tratando dos territórios turísticos do Nordeste, apesar da reestruturação econômica e da inserção de atividades modernas nos diferentes municípios, ainda é vigente o modelo de desenvolvimento hegemônico e desigual promovido pela elite local e fomentado pelas políticas públicas de turismo (PRODETUR). Conseqüentemente, esse modelo de desenvolvimento, adaptado às necessidades da elite local e do mercado, apenas reforça e agrava as injustiças históricas e sociais do Nordeste, o que reflete no fraco desempenho social da região (CORIOLANO, 2006; DANTAS, 2007).

E como os baixos níveis de desenvolvimento e o alto grau de vulnerabilidade social da Região Nordeste afetam os cenários e as situações de vulnerabilidade social em escala microssocial? São as comunidades de Jericoacoara e Pipa desenvolvidas? O modelo de desenvolvimento se reflete sobre as condições objetivas de vida das famílias dessas comunidades?

Desenvolvimento humano ou desenvolvimento do turismo?

Com a aplicação do IVScT elaborado e aplicado nas comunidades de Jericoacoara e Pipa é possível conhecer a realidade quanto ao cenário de vulnerabilidade social dessas comunidades e, conseqüentemente, as situações/tipologias de vulnerabilidade social em que se encontram os chefes e domicílios de Jeri e Pipa. Nesse sentido, destacamos as situações de vulnerabilidade social encontradas: são elas (Gráfico 1):

Gráfico 1 – IVScT em Jericoacoara e Pipa.



Fonte: SILVA (2019).

- Domicílio socialmente não vulnerável: essas seriam as famílias/domicílios que não são vulneráveis por conta do alto nível de ingresso (renda). Essas famílias possuem uma renda bruta de mais de 10 salários mínimos/R\$ 9.370 e uma renda *per capita* familiar acima de R\$ 970.

De acordo com o Gráfico 1, esses grupos são uma minoria: apenas 6% e 4% dos domicílios de Jericoacoara e Pipa, respectivamente, se encontram entre o grupo socialmente não vulnerável.

- Domicílio com baixo e/ou médio risco de vulnerabilidade: nessa tipologia se encontram aquelas famílias não vulneráveis. Nesse grupo estão as famílias que não possuem um nível alto de ingressos mensais (como o caso dos socialmente não vulneráveis), entretanto possuem uma alta quantidade e qualidade de recursos físico, humano e social, suficientes para cobrir as necessidades materiais e não materiais de existência. Conforme Gráfico 1, apenas 14% e 26% das famílias de Jericoacoara e Pipa, respectivamente, se encontram nessa situação.
- Domicílio vulnerável: são aquelas famílias que não são pobres (financeiramente), mas que possuem uma baixa capacidade adaptativa ou de resposta diante das mudanças e crises socioeconômicas ou ameaças naturais.

Conforme Gráfico 1, é nesse grupo que se concentra a maioria dos domicílios de Jeri (68%) e Pipa (60%). Quer dizer, a maioria dos domicílios de Jeri e Pipa possui uma incapacidade ou fragilidade material ou moral em aproveitar as oportunidades disponíveis para melhorar sua situação de bem-estar ou de impedir a sua deterioração frente aos riscos produzidos pelo contexto econômico-social.

- Domicílio socialmente vulnerável: são as famílias que passam automaticamente (valores compulsórios) ao grupo de vulnerabilidade por conta da baixa renda *per capita* e/ou por receber ajuda social do governo (exemplo: Bolsa Família). Esse grupo se destaca por famílias que já estão em estado de extrema pobreza, que possuem uma renda *per capita* familiar menor que R\$ 85,00. A principal característica das famílias inseridas nesse grupo é a insuficiência de ingressos para cobrir as necessidades materiais e não imateriais de existência. Apesar de ser uma minoria (12% Jeri e 10% Pipa), é o grupo mais preocupante, porque seus membros vivem em situações de extrema pobreza ou pobreza crônica (estrutural).

Como foi possível avaliar, o problema estrutural e historicamente vivenciado na Região Nordeste (escala macrossocial) afeta diretamente seus territórios, sejam eles turísticos ou não turísticos (escala microssocial). Por sua vez, esse problema estrutural de escala macrossocial afeta a capacidade de resposta dos indivíduos (alta vulnerabilidade social), produzindo e reproduzindo cenários de vulnerabilidade social, inviabilizando o processo de desenvolvimento das comunidades, dos municípios e, conseqüentemente, da Região Nordeste (de local ao regional).

Conclusão

O turismo aparece, em meados do século XX, em inúmeros discursos de gestores públicos e privados, como o possível passaporte para o tão sonhado desenvolvimento, principalmente para aqueles países do chamado Terceiro Mundo. No Brasil,

esse discurso foi viabilizado sobretudo nos estados nordestinos e financiados por empréstimos internacionais milionários (através do BID) e posto em marcha pelas políticas de turismo (PRODETUR). Entretanto, depois de mais de quatro décadas de políticas de turismo, endividamentos dos estados e reconfiguração dos espaços litorâneos, existem poucas informações ou conhecimento sobre os verdadeiros “ganhos” adquiridos pelo turismo. Foi justamente nessa carência onde esta pesquisa se inspirou.

Com as metodologias-práticas elaboradas desde o quadro AVEOT, esta pesquisa contribuiu para uma aproximação empírica sobre os conceitos de turismo, desenvolvimento e vulnerabilidade social. Com uma análise em escala macrossocial, realizada com dados secundários entre as variáveis do IDHM, IVS e os territórios turísticos do Brasil, não foi possível encontrar resultados contundentes que comprovassem a existência de relação associativa ou significativa bilateral entre turismo e desenvolvimento.

Em relação aos resultados encontrados com o IVScT, foi possível observar que o modelo de desenvolvimento do turismo adotado não está beneficiando ou se refletindo no bem-estar social do coletivo dos moradores em escala microssocial. Em termos gerais, é possível destacar que: 1) a relação turismo e desenvolvimento é incerta; 2) a alta vulnerabilidade e o baixo nível de desenvolvimento encontrado no nível macrossocial (Região Nordeste) se reflete em escala microssocial; e 3) apesar do crescimento econômico ocorrido nas comunidades de Jeri e Pipa, esse desenvolvimento não se refletiu em condições objetivas de vida entre a maioria das famílias dessas comunidades, nas quais a maioria das famílias se encontra entre as situações de “vulnerabilidade” e “socialmente vulnerável”.

A grande relevância deste trabalho tem relação com a construção de um marco conceitual e metodológico empírico que ajuda a avançar a ciência turística e atuar sobre o bem-estar das pessoas, especialmente as mais vulneráveis. Por isso o marco conceitual e metodológico AVEOT é um ponto de partida útil para qualquer projeto, investigação ou diagnóstico social para mapeamento de um contexto local. A linguagem do *framework* é simples e acessível, permitindo que seja usada por todos

os especialistas sociais e metodologicamente pode ser usada para apoiar todas as fases de desenvolvimento de projetos ou investigação: incluindo definição das variáveis, coleta de dados, diagnósticos, desenvolvimento de planos de gestão, formulação de indicadores de monitoramento e elaboração de revisões sociais.

Em resumo, o quadro teórico e metodológico pode garantir, de um lado, um processo de conscientização dos indivíduos e grupos sobre os cenários e as situações de vulnerabilidade social existente e, do outro, proporcionar informação densa e de qualidade para o processo de desenho de políticas públicas orientadas a maximizar os efeitos positivos do turismo sobre os diferentes grupos locais nas comunidades tradicionais – em estágio recente de desenvolvimento turístico – e, do outro, amenizar os efeitos negativos do turismo sobre os destinos já consolidados.

Referências

- ALEDO, A. Turismo residencial y vulnerabilidad en el interior del Levante español. In: GASCÓN, J.; CAÑADA, E. (Org.) Turismo residencial y gentrificación rural. *PASOS, RTPC & Foro de Turismo Responsable*, Tenerife, p. 37-69, 2016.
- ARAÚJO, E. F. As políticas públicas do turismo na Região Nordeste: novas ações do governo estadual cearense. *Revista Geografia em Atos*, n. 13, v. 1, p. 22-35, 2013.
- BRITTON, S. The Political Economy of Tourism in the Third World. *Annals of tourism research*, v. 9, n. 2, p. 331-358, 1982.
- BROHMAN, J. New directions in tourism for third world development. *Annals of tourism research*, v. 23, n. 1, p. 48-70, 1996.
- BRYDEN, J. M. *Tourism and development: a case study of the Commonwealth Caribbean*. New York : Cambridge University Press, 1973, 236p.
- CORIOLOANO, L. N. M. T. Epistemologia da análise do discurso no turismo. *Caderno Virtual de Turismo*, v. 5, n. 2, 2006.
- CRUZ, R. de C. A. da. Políticas públicas de turismo no Brasil: território usado, território negligenciado. *Geosul*, Florianópolis, v. 20, n. 40, p. 27-43, 2005.
- DANTAS, E. W. C. Imaginário social nordestino e políticas de desenvolvimento do turismo no Nordeste brasileiro. *GEOUSP: Espaço e Tempo (online)*, n. 22, p. 9-30, 2007.
- DANTAS, E. W. C. Programa de desenvolvimento do turismo no Nordeste brasileiro (1995 a 2005): Prodetur-NE, o divisor de águas. In. *Turismo e*

imobiliário nas metrópoles. DANTAS, E. W. C. (Orgs.) 1. ed. v. 1, Rio de Janeiro: Letra Capital, p. 35-44, 2010.

DE KADT, E. Social Planning for Tourism in the Development Countries. *Annals of tourism research*, v. 6, n. 1, p. 36-48, 1979.

DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (2013): “Pesquisa básica de vulnerabilidade socioeconômica”. Disponível em: [http://www.dnit.gov.br/download /planejamento-e-pesquisa/desapropriacao-e-reassentamento/lanexo-pesquisa-basica-de-vulnerabilidade-socioeconomica-para.pdf](http://www.dnit.gov.br/download/planejamento-e-pesquisa/desapropriacao-e-reassentamento/lanexo-pesquisa-basica-de-vulnerabilidade-socioeconomica-para.pdf). Acesso em: 13/11/2018.

DURBARRY, R. Tourism and economic growth: the case of Mauritius. *Tourism Economics*, 10(4), p. 389-401, 2004.

GIDDENS, A. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GONÇALVES, Hugo Feitosa. Turismo e Desenvolvimento no Nordeste brasileiro nos anos 2000. *Qualitas Revista Eletrônica*. v. 18, n. 3, setembro/dezembro, 2017.

GROOTAERT, C.; NARAYAN, D.; JONES, V. N.; WOOLCOCK, M. *Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS)*. Banco Mundial. Grupo Temático sobre Capital Social, 2003. Disponível em: <<https://pdfs.semanticschola.org/78c0/5e2cf57a2c39dec080a3b0b43c232069c769.pdf>>. Acesso em: 08/03/2017.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros (IVS)*. Brasília: Ipea, 2010. <Disponível em: <https://goo.gl/iDo84e>>. Acesso em: 12/9/2016.

_____. *Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros (IVS)*. Brasília: Ipea, 2000. <Disponível em: <https://goo.gl/iDo84e>>. Acesso em: 12/9/2016.

JAFARI, J. El turismo como disciplina científica. *Política y sociedad*, v. 42, n. 1, p. 39-56, 2005.

KAZTMAN, R. Notas sobre la medición de la vulnerabilidad social. *BID-Banco Mundial-CEPAL-IDEA*, v. 5, p. 275-301, 2000.

MAX-NEEF, Manfred; ELIZALDE, Antonio; HOPENHAYN, Martín. *Desarrollo a escala humana: conceptos, aplicaciones y algunas reflexiones*. Em base a la edición de development dialogue (1986). Barcelona: Icaria Antrazyt, 146p, 1994.

MOSER, C. The asset vulnerability framework: reassessing urban poverty reduction strategies. *World development*, 1998.

MTUR - Ministério do Turismo. Coordenação Geral de regionalização. *Programa de Regionalização do turismo - Roteiros do Brasil: Ação municipal para regionalização do turismo*. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Brasília: Departamento de Estruturação, articulação e ordenação turística, 2007.

NOGUÉS-PEDREGAL, A. M. Genealogía de la difícil relación entre antropología social y turismo. *PASOS. Revista de turismo y patrimonio cultural*, 7, 1, 2009.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; FJP – Fundação João Pinheiro. *O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro (IDHM)*. Brasília: PNUD, IPEA, FJP. (Série Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil), 2000.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; FJP – Fundação João Pinheiro. *O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro (IDHM)*. Brasília: PNUD, IPEA, FJP. (Série Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil), 2010.

SEN, A. Development as capability expansion. In : SAKIKI, F.; KUMAR, A. K. S. *Readings in human development: concepts, measures and policies for a development paradigm*. Oxford University Press, p. 3-16, 2003.

_____. *Development as freedom*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

SILVA, M. N. F. O imobiliário-turístico no Nordeste brasileiro: o turismo residencial e a macroubanização turística a partir da expansão e expressão dos *resorts* no litoral. Dissertação (Departamento de Geografia), Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, p. 144, 2013.

SILVA, M. N. F.; DANTAS, E. W. C. Prodetur y el capital inmobiliario en el Nordeste: Bahia, Pernambuco, Rio Grande del Norte y Ceará. In: MAZÓN, Tomás (Ed.) *Turismo residencial. Nuevos estilos de vida: de turistas a residentes*. Sant Vicent del Raspeig: Publicacions de la Universitat d'Alacant. ISBN 978-84-1302-011-2, p. 243-262, 2018.

SILVA, M. N. F. Turismo e desenvolvimento: uma proposta para a medição e avaliação da vulnerabilidade social nos territórios turísticos. Tese (doutorado em Turismo e Geografia), Instituto Universitário de Investigaciones Turísticas (IUIT), Universidad de Alicante, Departamento de Geografia, Universidade Federal do Ceará, p. 610, 2019.

SILVA, M. N. F.; DASILVA, M. M. N.; DESOUZASILVA, N. G. Interiorização, regionalização e internacionalização do turismo no Nordeste. In. *A cidade e o urbano, contribuição da Geografia: que teorias para este século?* Anais do XV Encontro Nacional do SIMPURB. Salvador: SIMPURB, 2017.

TELFER, David J. et al. The evolution of tourism and development theory. *Tourism and development: concepts and issues*, p. 35-80, 2002.

Dinâmicas imobiliárias e complexos turísticos no Nordeste do Brasil

Gabriela Bento¹
Nayrisson Prado²
Frederico Nascimento³

Introdução

Este ensaio é representativo de pesquisas em conjunto realizadas nos interstícios do Laboratório de Planejamento Urbano e Regional (LAPUR) do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Investigações que se debruçam na temática de valorização/especulação dos espaços litorâneos das principais metrópoles nordestinas, que nos últimos 30 anos sofrem substanciais transmutações no tecido urbano-litorâneo, em detrimento de atividades ligadas ao mar e ao marítimo.

Delimita-se esforço em conjunto, trabalhando em rede numa tentativa de compreender nuances que eclodem nos espaços litorâneos do Nordeste, em especial na década de 1990, que apresentam movimento simbiótico entre esfera pública e privada que injetam razoáveis investimentos para ampliação, aprimoramento, “modernização” de infraestrutura rodoviária, de acessos, aeroportos, saneamento básico, *marketing*, informação, capacitação de mão de obra e inserção de ampla cadeia hoteleira, os complexos turísticos e/ou residenciais. Transmutações que ocorrem nas zonas de praia em detrimento do divisor de águas que foi o PRODETUR/NE.

O trabalho investigativo-qualitativo divide-se em seis tópicos representativos, a contar com introdução, conclusão e referências. No primeiro tópico, tem-se uma tentativa lefebvriana regressiva-progressiva de colocar em tela situação adversa

¹ Doutoranda em Geografia da Universidade Federal do Ceará.

² Doutorando em Geografia da Universidade Federal do Ceará.

³ Doutorando em Geografia da Universidade Federal do Ceará.

histórica vivenciada pelo Nordeste, que obscurece imagem negativa de “região problema” castigada pelos efeitos climáticos e sazonalidade das políticas públicas que durante muito tempo fica imersa na imagem da pobreza, fome e seca, mas que agora se apresenta sob os auspícios da modernização do território e do setor econômico, pautada não mais em atividades tradicionais e sim no agronegócio (frutas e grãos) e no turismo litorâneo. Este último passa a se territorializar nas zonas de praia de forma multifacetada, em especial por meio da construção de inúmeros complexos turísticos, que gradativamente alteram a estética da paisagem litorânea.

No segundo tópico, abordam-se as diversas tipologias hoteleiras ofertadas, como *resorts*, hotéis, pousadas, *flats*, condomínios. Dessa forma, apresentam-se diversificadas formas de hospedagens e lazeres que se concentram no litoral. Mostram-se características estéticas e de serviços fornecidos pelos complexos que nutrem filosofia do exclusivismo do turista ou vilegiaturistas. Isso ocorre para que eles não procurem outros espaços, tendo em vista que esses simulacros – por atenderem público seletivo –, se apresentam como verdadeiras “fortalezas de lazer autossuficientes”, buscando realizar todos os desejos de consumo e lazer no próprio empreendimento.

No terceiro tópico, aborda-se uma breve discussão sobre a valorização fundiária e a implantação de megaempreendimentos do setor turístico-imobiliário. Busca-se uma análise introdutória na tentativa de compreender como as zonas de praia metropolitanas do Nordeste ganharam grande valoração e rentabilidade para os grandes grupos econômicos e, conseqüentemente, como seus desdobramentos impactam na produção do espaço urbano.

Nordeste brasileiro: de “região problema” à irrupção dos Complexos Turísticos Litorâneos.

O Nordeste brasileiro destaca-se quando se fala em turismo litorâneo, realidade efetivada por meio de concepções internas (população autóctone) convencida de uma vocação natural da região para a atividade e concepções externas difundidas por grandes mídias de televisão, redes sociais que propagam imagem

positiva. Esse fato tem suas raízes em situação histórica adversa, longe dos holofotes dos grandes empreendimentos de lazer e serviços modernos.

Trata-se da maior sub-região do Nordeste, o sertão, de clima semiárido, vegetação xerófitas, solos rasos e pedregosos, das irregularidades pluviométricas anuais. É nesse espaço que se vislumbra a população castigada pelos efeitos climáticos e sazonalidade das políticas públicas, realidade que se apresenta no cotidiano difícil do sertanejo que nos remete a Euclides da Cunha, que dizia em seu clássico *Os sertões* que “todo sertanejo (a) é um forte”.

A paisagem nordestina composta por quatro sub-regiões – Zona da Mata, Sertão, Agreste e Meio-norte –, durante séculos teve a fome, pobreza e seca como única imagem associada a uma área classificada de “região problema”. No entanto, uma nova interpretação dos setores econômicos surge sob os auspícios dos mesmos elementos físico-naturais do Nordeste. Obscurecem-se as características hostis, agora notabilizadas pela beleza da paisagem semiárida, onde se vislumbram os benefícios do sol e do ar. Ressignifica-se a natureza; o sol, anteriormente tido como símbolo da calamidade e da seca, é transmutado para imagem benéfica e atraente, o desenvolvimento do agronegócio e o turismo litorâneo (ARAGÃO, 2006).

O turismo quebra paradigmas, gradualmente se torna um dos principais vetores de mudanças na percepção do que vem a ser Nordeste; apaga-se imagem da seca e emerge a de região das possibilidades. Inicia-se, de fato, o processo de modernização do território e das atividades econômicas, pautadas não mais em atividades tradicionais e/ou na indústria.

Segundo Castro (1996, p. 297), observa-se no Nordeste um duplo discurso relacionado à natureza semiárida. Um mais antigo, atribui à natureza as dificuldades que explicam os problemas socioeconômicos. Apontam-se que esses são impostos pelo clima como uma das causas fundantes da problemática vivida na região. Outro discurso, mais recente, aponta a escassez pluviométrica como benéfica, pois dificulta a proliferação de pragas, e tem na grande extensão dos solos

enorme potencial para a agricultura irrigada de caráter empresarial, o agronegócio, que recentemente inseriram semiárido e cerrado nordestino nos circuitos produtivos da agropecuária globalizada, tornando-os reconhecidamente partícipes nos processos de (re)produção dos espaços agrícolas nacionais.

Para Dantas (2013, p. 67), a reflexão que envolve o semiárido é retomada, suas virtualidades são evidenciadas no surgimento de dois Nordeste. Essa nova imagem fundante é pautada no agronegócio e no turismo, variáveis inovadoras que produzem novos meios de desenvolvimento regional, pois esse foi o discurso que proporcionou nova dinâmica econômica que garantiria maiores investimentos públicos e privados.

Esse novo quadro simbólico do Nordeste é construído e consolidado com o advento das políticas públicas e privadas que se voltam para o desenvolvimento do turismo e inserção de Complexos Turísticos que pontilham o litoral. O PRODETUR/NE foi umas das principais políticas adotadas na região, dando suporte em infraestruturas de acesso (rodovias e aeroportos), saneamento básico, informação e *marketing*, capacitação de mão de obra, um verdadeiro divisor de águas. Para Pereira, Dantas e Gomes (2016, p. 24), os volumes razoáveis de investimento incorporaram as zonas de praia à lógica de valorização turística, tendo como destaque as principais metrópoles nordestinas que se transformam em verdadeiros pontos de recepção/distribuição dos fluxos turísticos.

No Quadro 1 é possível observar os polos turísticos nordestinos contemplados no PRODETUR I e II, assim como extensão litorânea dos estados, quantidade de municípios litorâneos e quantos receberam investimentos para serem inseridos na dinâmica do turismo.

Quadro 1 – Polos turísticos nordestinos contemplados pelo PRODETUR I e II.

Estado	Polo turístico contemplado/ Prodetur I	Polo Turístico Contemplado/ Prodetur II	Extensão litorânea do estado	N° de municípios litorâneos	N° de municípios litorâneos contemplados pelo PRODETUR/NE
Bahia	Chapada Diamantina, Salvador e entorno, Litoral Sul, Costa do Descobrimento	Salvador e Entorno	932 km	35	34
Maranhão	Polo Maranhão/São Luís	São Luís e Entorno	640 km	25	1
Ceará	Polo Costa do Sol	Polo Costa do Sol	573 km	20	7
Rio Grande do Norte	Polo Costa das Dunas	Polo Costa das Dunas	410 km	23	6
Alagoas	Polo Costa Dourada, Paraíso das Águas	Polo Costa dos Corais	239 km	15	8
Pernambuco	Polo Costa dos Arrecifes	Polo Costa dos Arrecifes	187 km	14	7
Sergipe	Polo Costa dos Coqueirais	Polo Costa dos Coqueirais	163 km	7	5
Paraíba	Polo Costa das Piscinas	Polo Costa das Piscinas	117 km	10	9
Piauí	Polo Costa do Delta	Polo Costa do Delta	66 km	4	4

Fonte: Ministério do Turismo (MTUR), 2015; BARBOSA, L. M., 2017; Banco do Nordeste (BNB), 2005; Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), 1990. Organizado por RODRIGUES, F. N. e DANTAS, E. W. C., 2018.

Dessa forma, é possível observar papel preponderante do poder público diante da propulsão do turismo, agente fundamental na alocação de infraestruturas, recursos e incentivos fiscais, que contribui na atração de novos equipamentos nas zonas de praia. Os megaempreendimentos alocados no Nordeste voltam-se integralmente às demandas do turismo. A vilegiatura marítima passa a ser reformulada e incorporada à dinâmica, englobando gradualmente vilegiaturistas estrangeiros e nacionais (DANTAS; ALVES, 2016). Segundo Pereira (2014), já nos anos 2000, a construção e comercialização de domicílios de uso ocasional obteve como foco o mercado internacional, dando continuidade à vilegiatura marítima, sobretudo no tecido urbano-litorâneo das metrópoles nordestinas.

Nota-se injeção de investimentos oriundos de países europeus, como Espanha e Portugal, que, segundo Demajorovic, Laterza e Kondo (2009), ocorrem devido à soma de dois fatores: saturação e desgaste dos atrativos naturais do continente homônimo, que abre possibilidades para se investir em destinos além-mar ibérico. Com os investimentos desses países direcionados ao imobiliário-turístico brasileiro, podem-se compreender interesses, influência das diversas tipologias hoteleiras, requinte e luxuosos simulacros construídos no litoral nordestino.

Nesse sentido, os complexos turísticos que se instalam na região são equipamentos que constituem cenário do imobiliário-turístico. Esses fixos utilizam-se da filosofia do “isolamento” do turista, daquilo que o cerceia, numa tentativa de obscurecer o cotidiano estafante de trabalho que se deixou para trás ao embarcar em um mundo de “fantasias”. O visitante mergulha num espaço onde os funcionários estão prontos a servir, tendo como objetivos centrais a satisfação plena e organizada.

Trabalha-se o imaginário das pessoas, promete-se a concretização dos sonhos de consumo e lazer, efetivados num cenário onde a natureza é artificializada numa tentativa de se (re) produzir a paisagem natural que circunda esses empreendimentos. Tecnicam-se as paisagens dos espaços idílicos litorâneos que se apresentam como componentes essenciais na difusão do *marketing* turístico desses fixos; a ideia central é manter os turistas nesses simulacros o maior tempo possível.

A maioria dos gastos é realizada no interior do complexo, sem necessidade de consumo em outros espaços; cai por terra a concepção de desenvolvimento local, pois na maioria das vezes as comunidades litorâneas não são contempladas e nem partícipes do processo de turistificação/valorização do espaço litorâneo; pelo contrário, são impactadas em seus modos de vida pela atividade turística.

Esses complexos fixam-se em área de amplo interesse fundiário e consolidam-se como destinos turísticos, apresentam inúmeros serviços para atender usuários em sua plenitude. O perfil dos visitantes é de pessoas que optaram por permanecer a maior parte dos dias nas instalações do megaempreendimento. Os turistas que escolhem essa modalidade caracterizam-se pelo hábito de viagens constantes, possuem alto poder aquisitivo, estão em busca de paz, tranquilidade, relaxamento, que acreditam serem alcançadas na política de isolamento, requinte e seletividade propagada pelo megaempreendimento, que apresenta opção de refúgio por tempo determinado das contradições e dificuldades do cotidiano (LEHN; TEOTÔNIO, 2003).

Arrisca-se dizer que diante do cenário pandêmico de 2020, que nos apresenta um (in)explicável mundo novo⁴, o setor imobiliário-turístico pode se fortalecer ainda mais, tendo em vista possuir capital para investir na segurança dos hóspedes, ser espaço seletivo frequentado por pessoas de alto poder aquisitivo (seletividade) e por possuir filosofia de isolamento do turista dentro das dependências do complexo. Difunde-se assim nova concepção de turismo pautada na biossegurança, numa tentativa de barrar o viajante (in)esperado, o Covid-19.

O surgimento dos megaempreendimentos está diretamente relacionado à expansão recente do turismo no período pós-Segunda Guerra Mundial. A difusão deu-se na década de 1970, período do desenvolvimento turístico da América Central, com destaque para as Antilhas, ilhas do Caribe, tendo papel preponderante a rede Super Clubs na Jamaica, responsável pela introdução da modalidade. No Brasil, o ano de 1989 foi pedra angular na inserção dessa tipologia, tendo destaque a inauguração do Transamérica da Ilha de Comandatuba (BA),

⁴ Ideia baseada no romance de Aldous Huxley: *Admirável Mundo Novo*.

Club Med de Mangaratiba (RJ) e o Salinas de Maragogi (AL). O Transamérica foi responsável pela introdução de *resorts* destino no país; gerou-se ampla expectativa em relação à implementação desses fixos turísticos, sobretudo no Nordeste, que se apresentava com condições para (re)produzir o sucesso ocorrido no Caribe (ROSA; TAVARES, 2005).

A Região Nordeste, para Barbosa e Coriolano (2016, p. 260), é a porção do território que mais valoriza os espaços litorâneos, apresentando verdadeiro apelo midiático para o binômio sol e praia, atrelado ao clima tropical. Segundo as pesquisadoras, observam-se melhores infraestruturas nesses espaços, com objetivo de atender demandas oriundas do crescimento do mercado imobiliário-turístico, para que dessa forma facilite as redes de serviços turísticos que se infiltram nas metrópoles brasileiras e em pontos específicos, potencializando o crescimento da atividade. Os principais atrativos turísticos nordestinos são os condicionantes ambientais, sobretudo o litoral, que se apresenta como principal chamariz, tornando-se dessa forma foco para ação política do PRODETUR/NE; os 3.000 quilômetros de praias aparecem em destaque na mídia nacional e internacional.

Essa realidade deve-se às mudanças na conjuntura macroeconômica do país e no campo de infraestrutura, construção e ampliação de aeroportos, estradas e saneamento, que levam a emergir infinidade de projetos de hotéis de lazer que se concentram no Nordeste, muitos considerados como *megaresorts*, como é o caso dos projetos turísticos construídos nos municípios de Aquiraz (CE), Pitanguí (RN) e Sauípe (BA). O BSH Internacional (2008, p. 9) aponta que esse tipo de empreendimento eclode nos anos 2000, sendo favorecidos por alguns condicionantes que são as belezas naturais e clima intertropical; estabilização da economia brasileira com o Plano Real, infraestrutura de apoio proporcionada pelo PRODETUR/NE; incentivos financeiros e fiscais dos governos federais e estaduais em investimentos e maior acesso de turistas à região; apoio ao turismo e hotelaria e acesso aéreo com disponibilidade de voos internacionais, sem escalas para o Ocidente (Europa).

De acordo com Paiva (2013, p. 8), a ascensão desses megaempreendimentos ocasiona segregação socioespacial na

maioria dos casos. No Nordeste vislumbra-se “confinamento espacial”, negando-se dessa forma o lugar e a comunidade onde se fixam. No que diz respeito à oferta de empregos, essa é restrita e direciona-se a serviços de menor importância. Há ainda a problemática de sazonalidade em baixas temporadas. Algumas vagas de emprego são efêmeras, pois existe oscilação nos fluxos de pessoas e de capital entre períodos de baixa e alta estação. Há que se ressaltar que, muitas vezes, os empreendimentos procuram força de trabalho em municípios vizinhos e não contratam mão de obra local, alegando falta de capacitação.

Nesse contexto, observa-se que a zona costeira possui ricas paisagens exploradas pelo governo, empresários, especuladores e imobiliário-turístico. O território controlado pelo Estado apresenta-se como espaço político, de dominação e poder; controlam-se dessa forma a sociedade e os interesses. Para Santos (2000, p. 38), “o território é a base e a condição para a simbiose, produto de uma luta criadora de uma desordem, momentânea ou duradoura, da qual se beneficiam, apenas, os portadores das técnicas hegemônicas”. Segundo Haesbaert (2009, p. 133), o território surge a partir de uma tentativa, seja por meio de indivíduos ou grupos específicos, que têm por objetivo atingir, influenciar ou controlar pessoas; observam-se fenômenos e relacionamentos por meio da delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica.

Dessa forma, percebem-se políticas públicas e privadas que se unem para defender interesses que se voltam para o turismo, direcionam-se as atenções para áreas geográficas litorâneas específicas do Nordeste, criando assim políticas de turismo. Para Coriolano *et al.* (2009, p. 77), “as políticas de turismo fazem parte de sistemas logísticos globais sob o comando de corporações e bancos internacionais que se propõem à lógica local, estadual redirecionando-as para interesses globais embora guardem relativas especificidades regionais”.

Nota-se infiltração de grupos regionais consolidados, assim como a presença de empresários internacionais (portugueses, espanhóis, italianos) que investem maciçamente em diversas tipologias hoteleiras. Esses empresários estão à procura de oportunidades, aumento da rentabilidade nos negócios,

benefícios fiscais e financeiros ofertados pelo Estado, levando-os a crer na potencialidade e viabilidade da economia nordestina, assim como bom desempenho nos investimentos realizados. Observam-se no litoral inúmeras contradições: fragmentação do espaço em loteamentos, valorização do solo, vendas de terra, especulação imobiliária, diluição de comunidades, conflitos fundiários, assuntos a serem abordados nos próximos tópicos deste ensaio.

Os atributos e repercussões dos Complexos Turísticos Residenciais no litoral metropolitano do Nordeste brasileiro.

Outras tipologias imobiliárias surgem e são ofertadas, como os *resorts*, hotéis, condohóteis, *flats* e condomínios. Assim, uma nova forma de empreendimento emerge no litoral, conseguindo incorporar uma diversidade de tipologias imobiliárias, formas de hospedagens e lazer. Essas são características dos complexos turísticos, que representam um misto de incorporações turísticas que abrangem desde a forma de hospedagem, lazer, tipos de serviços até as diversas formas de aquisição de imóveis, ou seja, conseguem abarcar todos os atributos necessários para que o turista ou vilegiatista não procure outro lugar, senão uma “fortaleza de lazer autossuficiente”, ilhada perante o entorno, idealizada como paraíso e reproduzida a fim de atender a uma clientela de alto poder aquisitivo e extremamente exigente.

Em diversas partes do mundo os complexos turísticos têm várias facetas, seguindo as tendências dos segmentos do turismo segundo os aspectos dos destinos (praia, campo, neve), aspectos culturais (religioso, educacional paleontológico), de urbanização do destino (metrópoles, rural, ecoturismo), ou mesmo de motivação (sol e mar, termal, desportivo). Logo, é comum observar a nomenclatura associada a diversos segmentos, porém todos com a mesma alusão de um empreendimento de grande porte que agrega diversas atividades dentro de uma mesma gestão. Não nos cabe compará-las ou definir um conceito único, pois a complexidade que esse termo assume perante cada segmento é única e virginal.

A nomenclatura aqui exteriorizada de Complexos Turísticos Residenciais é a expressão máxima dessa modernidade no setor turístico do Nordeste brasileiro, grandemente influenciada pelas atividades e investimentos dos grupos imobiliários espanhóis, que adensam o processo de turistificação do litoral. Esses megaempreendimentos têm ganhado adesão de diversas cadeias hoteleiras renomadas internacionalmente, optando por sua instalação e desfrutando das possibilidades de acesso aos vários equipamentos de lazer e a diminuição dos efeitos da sazonalidade. Como exemplo dessas adesões, temos o hotel estrelado Dom Pedro Laguna, no complexo Aquiraz Riviera (CE); o Sheraton Hotel & Resorts, no Reserva do Paiva (PE); e os próprios *resorts* do Iberostar, circunscritos em seu complexo na Bahia. É esperada maior conexão dos próximos empreendimentos a serem instalados, qualificando as vantagens de instalação dentro de suas paragens.

No detalhamento de sua dinâmica interna e na relação entre o complexo e os turistas, tem-se como fator-chave a agregação de diversos tipos de empreendimentos já mencionados e ampliam-se as opções de segundas residências, sejam elas multifamiliares ou unifamiliares, o que acaba por atingir um público com objetivos diversos, desde um turista de massa atraído por alguns dias de hospedagem, até um vilegiatista que exige serviços exclusivos e planos de permanência por temporadas no local. Não podemos esquecer-nos das terras de reserva colocadas à venda no formato de loteamentos, prática bastante conjugada na consolidação de alguns *masters plans*, que, na conseqüente valorização dos lotes, atraem os interesses dos investidores. Na perspectiva dos equipamentos de lazer e entretenimento – como o golfe, esportes náuticos, os *spa's*, salões de eventos, entre outros –, são os fatores que também diminuem a sazonalidade turística dos empreendimentos, uma saída movida pela sobrevivência no mercado.

Logo, o litoral de médias e pequenas cidades metropolitanas, em função do turismo, passa a incorporar práticas cada vez mais complexas, que antes eram próprias dos grandes centros urbanos e atualmente incorporam empreendimentos como verdadeiras cidadelas fortificadas. Logicamente é essa tônica

que se alastra pelo litoral e se torna predominante em alguns espaços metropolitanos durante a primeira década deste século.

Como exemplo, tem-se o primeiro complexo turístico de referência para o Nordeste, Complexo Turístico Costa do Sauipe, que nasceu em um contexto diferente dos complexos mais recentes, porém convergem em características semelhantes quanto à variedade de empreendimentos, equipamentos turísticos e seu porte avantajado na polarização de fluxos de turistas. Ele tornou-se referência aos demais e tem sua origem no litoral do município de Mata de São João (BA), a 76 quilômetros da capital, Salvador. Possui em sua composição cinco *resorts*, seis pousadas, campo de golfe, quadra de tênis, piscina, lojas e restaurantes, além de atrair diversos eventos nacionais e internacionais de cunho esportivo, político e financeiro.

Com efeito, muitos desses empreendimentos surgiram formulando uma nova dinâmica no litoral das metrópoles da região Nordeste. Nos estudos de Silva (2016), são caracterizados alguns deles que evidenciam a dinâmica de forma mais intensa dentro da nova lógica de urbanização litorânea, sendo eles: o Complexo Turístico Iberostar, no município de Mata de São João (BA); Aquiraz Riviera, no município de Aquiraz (CE); e o Reserva do Paiva, no município de Cabo de Santo Agostinho (PE). Através da avaliação desses megaempreendimentos foi possível notar algumas evidências importantes no trato referente à produção do espaço urbano, que são apresentados no Quadro 2.

Quadro 2 – Características comuns aos Complexos Turísticos Residenciais do Nordeste brasileiro.

Áreas Totais	Posição Geográfica	Meios e formas de acesso ao empreendimento	Nível de abertura com o entorno
Mais de 100 hectares	Litoral	Aeroporto – Internacional	Fechada (muro, portaria e circulação restrita)
	Áreas adquiridas (glebas)		Semiaberta (portaria e circulação restrita)
	Áreas de expansão urbana	Rodovias – principais e secundárias	Aberta (portaria)
	Região Metropolitana		

Unidades de Aquisição	Unidades de Hospedagem	Unidades de lazer	Nível de integração dos equipamentos
Loteamentos	Hotéis	Golfe	Alta (acesso a todos os serviços e estruturas das unidades de aquisição, hospedagem e lazer)
Und. Unifamiliares	<i>Resorts</i>	Centro de eventos	Média (acesso a somente duas unidades)
Und. Multifamiliares	Locação de segundas residências	Esportes náuticos	
		SPA's	Baixa (acesso somente a uma unidade)
		Clubes	

Perfil do Público Alvo	Capital Investidor	Tipos de serviços	Tipos de hospedagem
Classes A e B	Independente (nacional)	<i>All inclusive</i>	Integral
Ensino Superior	Misto	<i>Pay per use</i>	<i>Timeshare</i>
Empresários, concursados e aposentados.	Rede (Internacional)		Fracionado
Adultos e idosos			Administrado

Fonte: adaptado pelo autor, SILVA (2016).

O rebatimento dessas características sobre um espaço munido de condições precárias de renda, habitação e infraestrutura (saneamento básico), segundo Silva (2016), aprofundam ainda mais as manifestações segregadoras do espaço geográfico. Assim, salientam-se as fraturas do tecido urbano produzidas pelos planos urbanísticos desses empreendimentos, que se restringem ao interior dos complexos, atendendo as suas necessidades e desconsiderando o seu entorno, obtendo como consequência a diversidade paisagística segregadora (PEREIRA; DANTAS; GOMES, 2016).

O estado e os municípios terão papel fundamental para a atração e concentração desses empreendimentos, tendo em vista os benefícios destacados nos discursos que justificam suas instalações como geração de renda, novos empregos, capacitação da mão de obra e circulação de capital mais expressiva, entre outros aspectos. Porém, esses ganhos são muitas vezes cerceados

pelos muros dos empreendimentos ou deveras seletivos no espaço de entorno, o que gera novamente um embate emblemático sobre a segregação socioespacial e socioeconômica.

Essa é a crônica que leva a uma aceleração do processo de urbanização segregadora do litoral. Os complexos turísticos, dentro da lógica de urbanização, são fundamentais para a explanação dessa nova fase do processo de expansão urbana no litoral do Nordeste brasileiro, pois têm o potencial para explicar de forma consistente as possibilidades de supressão de outros espaços que não sejam urbanos e de atrair um fluxo migratório do campo, o chamado êxodo rural, através do fomento de novos equipamentos, serviços e empregos posicionados como oportunidades. Porém, a cidade é um corpo metabólico em que a ação de um membro desencadeia uma reação correspondente a sua proporção. Logo, se esses empreendimentos, como membros urbanos, agem sem planejamento, coordenação ou empatia com o entorno, os efeitos segregatórios tendem a ser acentuados, tornando-os corpos em colapso.

Quando nos remetemos à nova morfologia urbana influenciada por essa dinâmica turístico-imobiliária, percebe-se um nítido desnível estrutural, onde porções do espaço não acompanham a evolução e desenvolvimento de outras porções da cidade. Dentro do planejamento urbano, é papel do Estado intervir nessas dinâmicas, porém as tentativas de reversão são desproporcionais às mudanças causadas no espaço. Certamente, as estruturas e formas nitidamente expressas na morfologia urbana do litoral atualmente não sejam exímios exemplos de um planejamento urbano integrado e participativo.

Para alcançar tamanha envergadura e um complexo de serviços e atrações, esses empreendimentos tiveram que atravessar um período crítico da economia mundial, a crise de 2008. Muitos desses imobiliários – anunciados quatro a três anos antes da crise – não conseguiram superar a depressão econômica, pois muitos estavam estritamente ligados aos investimentos internacionais, já abalados. Para Dantas e Alves (2016), esses movimentos obtiveram certa diminuição dos volumes de investimento, retomando em 2010 com baixos fluxos, impactando principalmente o imobiliário-turístico de Rio Grande do Norte e Ceará.

Muitos desses empreendimentos tiveram que reinventar-se, adaptando-se às dinâmicas do mercado nacional/regional para poderem se recolocar sem grandes prejuízos financeiros. A exemplo disso, é fato que os primeiros complexos turísticos, visando atender às necessidades dos turistas estrangeiros, tinham em seu planejamento os grandes campos de golfe que, com a crise mundial de 2008, a necessidade de barateamento dos projetos, redirecionamento ao mercado nacional e a baixa adesão dos brasileiros ao esporte, parte desses campos de golfe deixaram de existir para dar espaço a novos empreendimentos que atendessem às demandas desse turista brasileiro. Isso é constatado quando citamos o exemplo do Complexo Costa do Sauipe.

Com esses redimensionamentos e novo crescimento pós-crise, os empreendimentos conseguiram manter forte valorização e atratividade de seu imobiliário e fluxos turísticos no contexto das demandas nacionais. Isto porque, após a deflagrada crise de 2008, segundo nota da ZAP Imóveis ao Portal G1 (2016), o Brasil permaneceu com uma economia estável, melhora na empregabilidade, renda, confiança do consumidor e expansão do crédito, pressionando ainda mais a valorização dos imóveis. A mesma nota afirma que após a crise a valorização imobiliária brasileira cresceu 121% nos cinco anos seguintes, porém entre os anos de 2013 e 2015, mesmo com forte investimento devido à Copa do Mundo de 2014, o mercado imobiliário deu sinais de instabilidade. Período em que o Brasil começou a sofrer uma retração da sua economia, diminuição do número de empregos, e o crédito agravado pela crise política brasileira.

Embora esse cenário se apresente de uma forma generalizada no país, é necessário analisar de forma mais detalhada como essa dinâmica tem afetado em grande medida o litoral nordestino e os Complexos Turísticos Residenciais, em especial agora, no cenário da pandemia do Covid-19, quando a atividade turística sofre fortes impactos com a redução de viagens, fluxos de pessoas, diminuição do tráfego aéreo, cancelamento de hospedagem e até falência de setores da cadeia produtiva do turismo. Esses danos são apontados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2020), quadro que, segundo a instituição, só será revertido em 2023.

Empreendimentos turísticos e a produção do espaço nas metrópoles nordestinas: um breve debate sobre a questão fundiária.

É fato que o cenário econômico, político e social do Nordeste brasileiro passou por intensas transformações nas últimas décadas. Essas mudanças vinculam-se, principalmente, ao processo de metropolização da região e seus desdobramentos na produção do espaço urbano. Diante desse contexto, alguns vetores de desenvolvimento merecem destaque: a atividade turística e a vilegiatura marítima. Ambos aparecem como elementos-chave para entender o processo de urbanização litorânea e da metropolização turística.

Logo, o imbricamento dessas dinâmicas do imobiliário-turístico e os vetores de expansão urbana, impulsionadas pelas rodovias federais e estaduais, evidenciam o processo de urbanização paralela à linha de praia.

Essas transformações são inerentes aos processos de globalização e metropolização e, dessa forma, inserem-se em uma interescalearidade de agentes e produtos espaciais. Diante disso, alguns agentes produtores do espaço ganham notoriedade, como o Estado e a iniciativa privada (com ênfase no setor imobiliário). Essa relação ocorre, muitas vezes, com a iniciativa do Estado, por meio de uma política pública, induzindo a ação privada à promoção de transformações no espaço.

Diante disso, é impossível negar o destaque do capital imobiliário no desenvolvimento das grandes metrópoles, com grande crescente no Nordeste brasileiro. Nesse cenário visualizam-se os interesses econômicos dos diversos agentes produtores e como eles transformam o espaço em uma mercadoria estratégica de grande acumulação de capital.

Nessa lógica, percebe-se que as mudanças realizadas pelos agentes criam formas espaciais que são uma materialização desse processo, tendo como principal desdobramento os megaprojetos imobiliários e suas diferenciações. As condições naturais (praias, águas quentes, sol em quase todo o ano) junto às políticas públicas de turismo têm atraído a implantação de empreendimentos nacionais e internacionais, tendo destaque aqui: Complexo

Turístico Aquiraz Riviera (Aquiraz, Ceará); CIRS⁵ Reserva do Paiva (Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco); e Complexo Costa do Sauipe (Mata de São João, Bahia), como mencionados em tópico anterior.

Para Barbosa (2016, p. 62), o crescimento desses empreendimentos no Nordeste indica o movimento presente no processo de produção e valorização socioespacial. É um dos elementos explorados pelos promotores imobiliários para obterem ganhos com a produção do espaço. O espaço apresenta-se como arena privilegiada do processo de acumulação urbana, permeado por diversas contradições.

Percebe-se, assim, que diante desses três megaempreendimentos imobiliários há um projeto de valorização urbana que é ainda mais favorável ao capital nas zonas de praia, como é possível visualizar através dos padrões ocupacionais das cidades litorâneas brasileiras. O principal questionamento aqui abordado é: como e quando a questão fundiária passou a ser valorizada por grandes grupos no viés turístico e do lazer?

Ao longo das décadas, os espaços litorâneos metropolitanos se configuravam como uma reserva de valor que foi sendo integrada aos núcleos urbanos através da valorização das práticas marítimas modernas e disseminação do turismo. O que se percebe por trás dos três complexos turístico-imobiliários aqui citados, é a expansão de grupos industriais para patrimoniais. Dessa forma, os empreendimentos apresentam-se como a consolidação dos patrimônios, muito além da própria terra.

A partir disso compreende-se a ação dos grupos investidores dos megaempreendimentos nordestinos e sua teia de interesses. No CIRS Reserva do Paiva, a propriedade da terra é da família Brennand (hoje representada por dois grupos: Grupo Ricardo Brennand⁶ e Grupo Cornélio Brennand⁷) e que até a década de 1980 serviu como reserva de valor para se transformar em um loteamento à beira-mar. O Grupo Brennand criou o loteamento com o objetivo de extrair rendas fundiárias a partir da conversão desses espaços – antes desvalorizados – em áreas urbanas, mas

⁵ Denominação para complexo imobiliário, residencial e de serviços.

⁶ Apresenta-se como Terrenos e Construções RG.

⁷ Apresenta-se como Terrenos e Construções S.A.

que não obteve o alcance esperado e, por isso, encerrou as vendas do projeto. Somente no final da década de 1990 e início dos anos 2000 é que o espaço ganhou representatividade para a concepção de um megaprojeto na região: o Complexo Reserva do Paiva.

Não muito diferente do caso de Recife, na Região Metropolitana de Fortaleza, o Complexo Aquiraz Riviera também se apresentou como forte reserva de valor. As terras pertencentes ao empresário cearense Ivens Dias (Grupo M. Dias Branco) ganharam representatividade nos anos 2000, com o projeto composto por cearenses e portugueses: Ceará Investment Fund – Fundo Turístico Imobiliário –, Grupo Hoteleiro Dom Pedro e Solverde (divisão de turismo do grupo Industrial Violas com a concessão dos Cassinos do Algarve, Portugal).

Já no caso baiano de maior representatividade, o Complexo Costa do Sauipe foi idealizado e concebido pela Odebrecht junto à Previ⁸ e, desde sua origem já se apresentava como pioneiro no Nordeste. Diferentemente dos outros projetos no que concerne à propriedade da terra, mas similar na acumulação patrimonial, foi adquirido recentemente pelo grupo Aviva Algar FLC que também é proprietário do Rio Quente *Resorts*, em Goiás.

Diante desse contexto podemos compreender a importância da marca ou grupo familiar na venda desses projetos. Além disso, há forte influência de incorporadoras nos projetos, como a Odebrecht, presente no CIRS Reserva do Paiva e também no Costa do Sauipe. Acrescenta-se a esse cenário a valorização fundiária vinculada a zonas de praia e a migração de grupos de outros setores em virtude disso.

Esse cenário aponta para variáveis interessantes sobre a relação entre o crescimento desses empreendimentos imobiliários nas zonas de praia nordestinas e a valorização fundiária como capital patrimonial para grandes grupos de outros setores. Assim, compreende-se que a produção do espaço urbano litorâneo metropolitano apresenta-se como uma mercadoria de grande valor: de reserva, de troca e de fluxo de capital.

⁸ Grupo de Previdência Privada do Banco do Brasil.

Como desdobramento principal desse processo, temos a criação de áreas exclusivas dotadas de serviços e valorização imobiliária, próximas a núcleos urbanos e com formas e tipologias específicas e inerentes aos fenômenos da globalização e metropolização do espaço.

Essa dinâmica expressa uma particularidade interessante ao analisarmos a escolha dos espaços para a implantação dos empreendimentos. No Nordeste, os megaempreendimentos citados neste trabalho localizam-se nas regiões metropolitanas e indicam fortemente o papel da metrópole como indutora de fixos e fluxos. Diferentemente do que ocorre nas regiões Sul e Sudeste do país, a metrópole ainda concentra os polos receptores e núcleos de serviços.

Outro elemento a ser acrescentado a esse contexto é que, apesar de estarem localizados nas regiões metropolitanas, esses novos empreendimentos expressam intrinsecamente a relação de diversas escalas, traduzindo em suas tipologias um pouco dos padrões urbanísticos de outros países e seu forte poder atrativo.

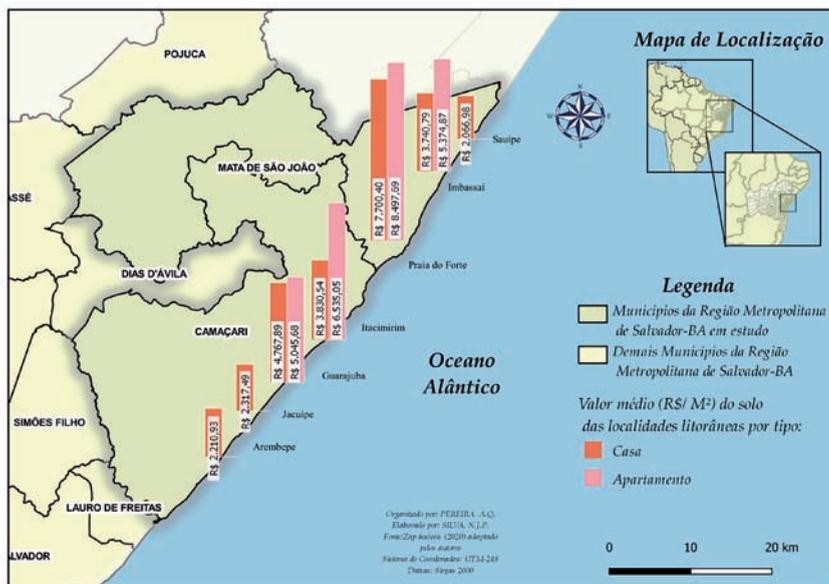
Para os grandes grupos econômicos, essa relação com as tendências mundiais de equipamentos turísticos de alto padrão reforça a dimensão que esses megaprojetos possuem na captação de incorporadores, investidores e clientes. É um ponto-chave a ser avaliado na migração de grupos econômicos de outras áreas para o setor turístico-imobiliário: a criação de um capital patrimonial, valorização fundiária, adequação ao mercado e rentabilidade em longo prazo.

Como exemplos de rentabilidade em longo prazo desse perfil de empreendimento em outras regiões do país temos: Riviera de São Lourenço, no litoral norte de São Paulo e Jurerê Internacional, em Florianópolis. Atualmente, já são consolidados – tanto na dimensão ocupacional quanto na captação de usuários, mas só atingiram esse patamar após décadas do lançamento. Ambos demonstram que equipamentos desse porte exigem estratégias de mercado (para lançamento de novos empreendimentos ou etapas) e valorização em longo prazo (para consumidor e investidor).

A valorização das zonas de praia nordestinas por grandes grupos econômicos aponta muitas variáveis interessantes de análise, dentre elas o baixo adensamento e os diferentes usos de solo em uma mesma área. O baixo adensamento retrata um aumento no valor do imóvel e, conseqüentemente, maior valorização. Já a possibilidade de diferentes usos permite atingir interesses de vários consumidores.

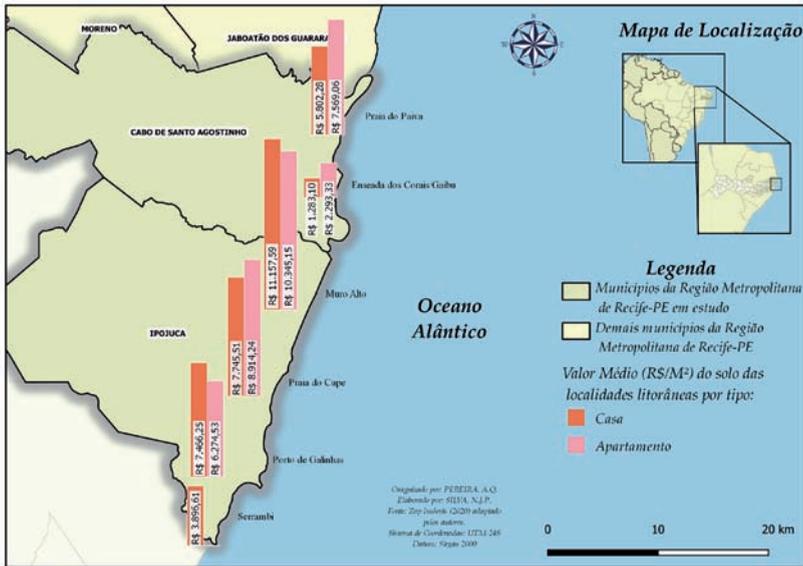
Os mapas abaixo representam dados de valorização do metro quadrado no litoral metropolitano de Salvador, Recife e Fortaleza, respectivamente, durante o ano de 2020, especificamente até o mês de abril. Eles expressam uma análise comparativa entre o preço do metro quadrado de casas e apartamentos e suas respectivas localidades.

Mapa 1 – Valor médio (R\$/m²) do solo das principais localidades litorâneas por tipo, dos municípios da Região Metropolitana de Salvador (Camaçari e Mata de São João).



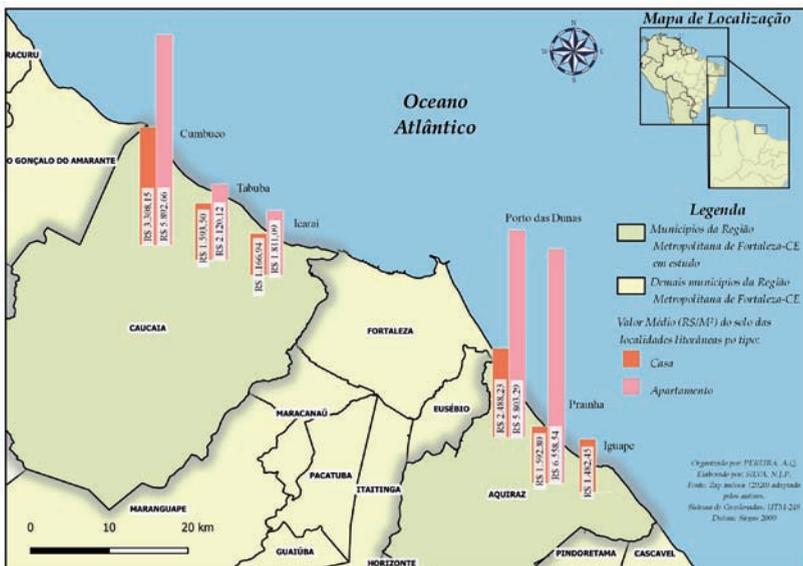
Fonte: ZAP Imóveis (2020). Elaboração: autores.

Mapa 2 – Valor médio (R\$/m²) do solo das principais localidades litorâneas por tipo, dos municípios da Região Metropolitana de Recife (Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca).



Fonte: ZAP Imóveis (2020). Elaboração: autores.

Mapa 3 – Valor médio (R\$/m²) do solo das principais localidades litorâneas por tipo, dos municípios da Região Metropolitana de Fortaleza (Caucaia e Aquiraz).



Fonte: ZAP Imóveis (2020). Elaboração: autores.

Como é possível perceber, na Bahia, no município de Mata de São João, a Praia do Forte concentra a maior valorização do litoral norte metropolitano. Uma localidade com grande fluxo do lazer litorâneo e com intensas transformações no que concerne aos atrativos do imobiliário-turístico. Da mesma forma, podemos perceber a valorização no litoral sul de Pernambuco, notadamente em Muro Alto, no município de Ipojuca. A Praia do Paiva aparece com grande precificação imobiliária, decorrente da implantação do Complexo Reserva do Paiva e suas opções residenciais à beira-mar, tanto na tipologia de casa quanto de apartamento.

No cenário cearense, observa-se a valorização no município de Aquiraz, as localidades do Porto das Dunas e da Prainha (nesta, concentra-se a valorização do metro quadrado dos apartamentos, decorrentes dos últimos equipamentos instalados) – onde se encontram, respectivamente, o Beach Park e os empreendimentos Golf Ville, Mandara Kauai e o Riviera Beach Place. No município de Caucaia, na Praia do Cumbuco, percebe-se a valoração do espaço com a presença do Vila Galé, VG Sun, Wai Wai Eco Residence Club e da Rede Carmel de hotéis.

Percebe-se nos mapas que alguns espaços litorâneos metropolitanos são privilegiados, dotados de maior valorização e de forte poder atrativo de incorporadores. É o que ocorre no espaço do litoral norte metropolitano de Salvador (BA), com maior dinâmica no município de Camaçari (especificamente em Guarajuba), que detém forte coesão de condomínios residenciais de luxo e *resorts* de expressão como o Vila Galé Marés. No mesmo município, Itacimirim é uma das localidades praianas que está obtendo forte expansão e valorização, corroborada por entre as duas principais localidades turísticas do litoral norte (Guarajuba e Praia do Forte). No Município de Mata de São João é notável a concentração de fluxos e infraestruturas no entorno da Praia do Forte, embora Imbassaí tenha atraído alguns importantes empreendimentos nos últimos anos.

No litoral de proximidade com a metrópole Fortaleza, no Ceará, os municípios de Aquiraz e Caucaia são destaques quanto à atração de fluxos turísticos no estado. Em Caucaia é expressiva a concentração de imobiliários turísticos e seus fluxos na localidade

de Cumbuco, deixando as demais localidades mais aquém em relação à atração e incorporação de novos empreendimentos. Em Aquiraz é possível notar Porto das Dunas já consolidada e valorizada, porém saturada, com fortes tendências de expansão a sua localidade vizinha, Prainha, que tem se valorizado muito em ambas as categorias (casas e apartamentos).

Esse processo no litoral sul metropolitano de Recife tem sido empreendido com intensidade nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Cabo de Santo Agostinho, graças ao advento do Reserva do Paiva, tem atraído forte fluxo turístico e imobiliário, além de investimentos público-privados em suas infraestruturas, o que revela sua forte valorização. O município de Ipojuca (PE) foi o único município de grande fluxo do imobiliário turístico metropolitano do Nordeste brasileiro que obteve forte valorização do metro quadrado de seus imóveis em praticamente todo seu litoral nas duas tipologias, sobretudo em Muro Alto, Porto de Galinhas e Praia do Cupe. Vale ressaltar que a localidade de Muro Alto foi uma das localidades estudadas com maior expressão na valoração de seus imóveis, chegando a uma média da tipologia casa avaliada em R\$ 1.973.814,13 e na tipologia apartamento uma média de R\$ 819.394,11.

Uma das principais motivações para a valorização do solo na RMR⁹ e na RMF¹⁰ está na instalação de vários *resorts*, hotéis e residenciais de alto padrão, que atraem fluxo de turistas e veranistas de todo o mundo. Acrescenta-se as demandas advindas da proximidade com a capital do estado e no atendimento das demandas de primeira e segunda moradia provenientes do Complexo Industrial Portuário de Suape, em Pernambuco, na localidade de Muro Alto, Ipojuca, e do Complexo Industrial Portuário do Pecém, no Ceará, na localidade de Cumbuco, Caucaia.

Esse processo de valorização dos espaços reafirmam a justificativa de grupos econômicos de outros setores estarem investindo no imobiliário-turístico de alto padrão e nas zonas de praias metropolitanas, firmando-se como um forte indutor

⁹ Região Metropolitana de Recife.

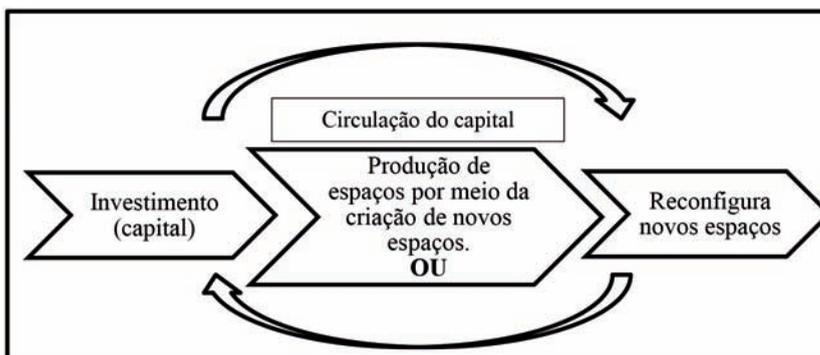
¹⁰ Região Metropolitana de Fortaleza.

de transformações do mesmo. Os metamorfismos que ocorrem no mercado imobiliário têm grandes desdobramentos no solo urbano e, por isso, a relação entre os grupos econômicos e os produtores imobiliários torna-se cada vez mais lucrativa.

Os agentes produtores do espaço – notadamente os proprietários fundiários e os promotores imobiliários – têm forte participação nos circuitos econômicos e no mercado financeiro, com influência direta na expansão das cidades e na produção do espaço urbano. Nesse contexto, em muitos casos, é comum o proprietário fundiário ser também proprietário de um grupo econômico, o que fortalece sua valorização e seu patrimônio. Assim, como explica Barbosa (2016, p. 30), o espaço se torna intercambiável através do parcelamento do solo (lotes, quadras, prédios) e possui, quase sempre, a anuência e a participação direta do Estado.

Dessa forma, entende-se que o capital e/ou seus interesses possuem ação direta na produção espacial e isso acontece em virtude das grandes áreas urbanas desempenharem importante papel no processo de reprodução do capital. Atualmente, além das grandes áreas urbanas, enquadram-se nessa dinâmica as áreas litorâneas metropolitanas como espaços de supervalorização. Os principais responsáveis por esse processo e seus desdobramentos no espaço vinculam-se aos incorporadores e às financiadoras (notadamente os bancos) e os grandes proprietários de terra. (Figura 1).

Figura 1 – Breve representação sobre a circulação do capital.



Fonte: Barbosa (2014). Elaboração: CUNHA (2020).

A circulação do capital, representada na figura acima, demonstra que o setor imobiliário apresenta-se como uma variável fundamental para a produção e reprodução do espaço urbano, sendo a cidade uma grande esfera de interesses e produtos imobiliários. Da mesma forma, os grandes empreendimentos se enquadram nesse contexto, pois utilizam seu capital na criação de novos espaços (lançamentos internos) ou na reconfiguração dos usos (como as mudanças nos projetos iniciais dos grandes complexos, atendendo à demanda do mercado e gerando nova valorização).

O produto desses megaprojetos imobiliários é a criação de espaços exclusivos, dotados de diferentes usos e funções, com baixo adensamento e tidos como raridades. Agrega-se aos empreendimentos um conjunto de valores inerentes às novas práticas de lazer e consumo. Assim, tanto para os grupos econômicos quanto para os consumidores, a criação desses empreendimentos expressa tanto o processo de expansão urbana quanto o de acumulação do capital.

Nesse contexto, compreende-se que os grupos econômicos de outros segmentos acabaram por encontrar no imobiliário-turístico uma forma de investimento e opção mais segura nos períodos de recessão. Pois, nos períodos de crise há garantia de capital patrimonial e, nos períodos de expansão e crescimento econômico há captação de investimentos e estímulo aos demais setores.

Nos complexos imobiliários há uma teia de agentes econômicos voltados à produção do espaço urbano que possuem grande influência no mercado e na precificação dos imóveis. Assim, percebe-se uma rede de articuladores que tornam esse segmento como um dos mais rentáveis na cadeia econômica e como um dos principais indutores de produção do espaço. Nessa rede, a relação é composta por proprietários fundiários, promotores imobiliários, agências financiadoras (responsáveis pelas linhas de crédito de incorporação e venda) e o Estado.

Compreende-se que o crescimento dos investimentos de grupos econômicos de outros setores no imobiliário-turístico confirma a capacidade que esses empreendimentos possuem na produção de novos espaços de consumo e lazer, além da captação

de investidores e consumidores. Assim, acrescenta-se a valoração fundiária e a rentabilidade em longo prazo, pois é no imobiliário que ocorre a materialização da acumulação capitalista dos outros setores da economia.

Considerações finais

O presente trabalho apresentou o processo de crescimento dos megaempreendimentos turísticos no litoral nordestino que, nas últimas décadas, destaca-se pelas inúmeras praias e consolidação do turismo litorâneo. Vislumbra-se situação adversa entre uma região que nutria imaginário histórico perverso da seca e semiaridez, mas que agora se mostra de forma moderna e atraente por meio do turismo de sol e praia. É no litoral que observamos os principais desdobramentos da inserção do imobiliário-turístico moderno. Vale ressaltar que o novo cenário catalizador de investimentos só se consolidou por meio do advento de políticas públicas e privadas.

Vislumbram-se também variadas tipologias hoteleiras que se fixam nesse espaço como os *resorts*, *condoresorts*, *condo-hotel*, *flats*, condomínios fechados. Além disso, fica evidente o quão dinâmico é o retorno financeiro que esses equipamentos proporcionam aos empreendedores em detrimento dos diversificados tipos de serviços fornecidos em seu interior, responsáveis pela atração dos mais diferentes tipos de visitantes.

Compreende-se que a implantação dos megaprojetos turísticos que se instalam no litoral metropolitano nordestino materializa as mutações da morfologia dos empreendimentos frente aos desafios do mercado. Esse processo se dá sob as reformulações da estrutura, mudança do público alvo (essencialmente nacional) e os diversos impactos de segregação espacial com seu entorno.

A produção do espaço litorâneo metropolitano do Nordeste abrange diversos agentes e escalas, tendo como destaque algumas variáveis: a questão fundiária e a incorporação imobiliária. Nesse contexto, observa-se que o turismo e a vilegiatura marítima são elementos-chave para entender dois processos: o de urbanização paralela à linha de costa e o da metropolização turística.

Notam-se diversos empreendimentos que pontilham o litoral nordestino e a expansão de grupos econômicos de outros setores para o mercado imobiliário. Isso faz com que esses empreendimentos se apresentem como capital patrimonial, gerando uma fonte de investimento e rentabilidade para além da propriedade da terra. Nesse sentido, tem-se a valorização fundiária como grande aliada do mercado imobiliário no litoral metropolitano e na produção do espaço urbano.

Por fim, entende-se que o capital e/ou seus interesses possuem ação direta na produção espacial e isso acontece em virtude das grandes áreas urbanas desempenharem importante papel no processo de reprodução do capital. Dessa forma, compreendemos que o setor imobiliário ganhou notoriedade nas últimas décadas e tem se firmado como um forte indutor de transformações no espaço. Assim como ocorre para os grupos econômicos quanto para os consumidores, a criação desses empreendimentos expressa tanto o processo de expansão urbana quanto o de acumulação do capital.

Referências

ARAGÃO, Raimundo Freitas. Das práticas marítimas modernas à elaboração da imagem turística de Fortaleza (Ceará). 2005. 132 f. Dissertação (mestrado em Geografia), Faculdade de Geografia, Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, 2005.

BARBOSA, Luciana Maciel. Políticas territoriais de turismo: concepções e impactos do PRODETUR no Nordeste Brasileiro. 2017. 278 f. Tese (doutorado em Geografia), Faculdade de Geografia, Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, 2017.

BARBOSA, Luciana Maciel; CORIOLANO, Luzia Neide. Políticas territoriais de turismo no Nordeste: o PRODETUR como estratégia acadêmica. *Geosaberes*, Fortaleza, v. 6, n. 3, p. 255-277, fev. 2016.

BNB – Banco do Nordeste do Brasil. *Relatório Final de Projeto: PRODETUR/NE I*. Brasília: BNB, 2005, 69 p.

BNB – Banco do Nordeste do Brasil. *Relatório Anual – 2005*. Brasília: Gabinete da Presidência, 2005, 41 p.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Rio Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, 468 p.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. et al. *Arranjos produtivos locais do turismo comunitário: atores e cenários em mudança*. Fortaleza: Ed. UECE, 2009, 307 p.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. [Edição especial]. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016, 597 p.

DANTAS, Eustógio W C. Metropolização turística em região monocultora industrializada. *Mercator* (revista de Geografia da UFC), Fortaleza, v. 12, n. 2, p. 65-84, 30 set. 2013.

DEMAJOROVIC, J.; LATERZA, B. L.; KONDO, A. L. Complexos Turísticos Residenciais: uma análise do crescimento do turismo residencial no Mediterrâneo espanhol e no litoral nordestino e seus impactos socioambientais. In: *Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração*, 23 setembro 2009, São Paulo; Rio de Janeiro: ANPAD, 2009.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; ALVES, Larissa da Silva Ferreira. *Nordeste turístico e políticas de ordenamento do território*. Fortaleza: Edições UFC, 2016, 84 p.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (Brasil). Impacto Econômico do Covid-19: propostas para o turismo brasileiro. In: FGV (CE). *Impacto Econômico do Covid-19: propostas para o turismo brasileiro*. [S. l.], 2020. Disponível em: https://fgvprojetos.fgv.br/sites/fgvprojetos.fgv.br/files/01.covid19_impactoeconomico_v09_compressed_1.pdf. Acesso em: 15 maio 2020.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidades*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, 395 p.

INTERNATIONAL, Travel Research – Division of BSH. *Investimentos no Brasil: hotéis e resorts*. São Paulo: BSH Internacional, 2008, 36 p.

LEHN, Silvana; CASTRO, Norida Teotônio. *A fruição do lazer em resorts: aspectos simbólicos-imaginários que possibilitam e mantêm a modalidade de prestação de serviços*. 2005. Disponível em: <<https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/93-a-fruicao-do-lazer.pdf>>. Acesso em: 2 de fevereiro de 2016.

MTUR, Ministério do Turismo. *Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR: Documento Referencial*. Brasília: MTur, 2015, 62 p.

PEREIRA, Alexandre Queiroz; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; GOMES, Iara Rafaela. *Lazer na praia: segunda residência e imobiliário turístico no Nordeste*. Fortaleza: Edições UFC, 2016, 103 p.

PAIVA, Ricardo Alexandre; VARGAS, Heliana Comim. *O lugar dos resorts no processo de “urbanização turística” da Região Metropolitana de Fortaleza*. IV Colóquio Internacional Sobre o Comércio e a Cidade: uma Relação de Origem, Uberlândia, v. 1, n. 1, p.1-17, março 2013.

ROSA, Sérgio Eduardo Silveira da; TAVARES, Marina Mendes. *A recente expansão dos resorts no Brasil*. Rio de Janeiro: BNDES Editorial, 2005, 20 p.

SANTOS, Milton. *Território e sociedade: entrevista com Milton Santos*. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000, 127 p.

SILVA, N. D. J. P. D. Dinâmica socioespacial dos complexos turísticos residenciais nas metrópoles nordestinas. 2016. 1 v. Dissertação (mestrado em Geografia), Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/28731>. Acesso em: 20 março 2020.

ZAP IMÓVEIS. “O auge e a queda do mercado imobiliário em uma década: setor vive incerteza da economia, mas existem perspectivas de melhoras”. *Portal G1*, 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/especial-publicitario/zap/imoveis/noticia/2016/04/o-auge-e-queda-do-mercado-imobiliario-em-uma-decada.html>. Acesso em: 26 abril 2020.

Da proteção às estratégias de gestão turística
nos sítios patrimonializados litorâneos do
Noroeste europeu: estudo sobre Deux Caps
e Marais Salants de Guérande (França),
Chaussée des Géants (Reino Unido) e
Mar dos Walden (Dinamarca)¹

Vincent Andreu-Boussut²

Caroline Rufin-Soler³

Xavier Michel⁴

Elodie Salin⁵

Céline Chadenas⁶

Vincent Herbert⁷

Introdução

No Noroeste da Europa, as costas são um destino turístico desde pelo menos o final do século XVIII (CORBIN, 1988). A procura por banhos de mar se espalhou amplamente até hoje, inventando gradualmente muitas estações balneárias, lugares privilegiados para receber turistas. Em estreita conexão com esse desenvolvimento à

¹ Tradução do texto: professor doutor Bertrand R. G. Cozic, Universidade Federal de Pernambuco.

² *Maître de conférences en géographie*, UMR ESO 6590 CNRS, Le Mans Université, vincent.andreu-boussut@univ-lemans.fr

³ *Maître de conférences en géographie*, Laboratoire TVES, Université du Littoral Côte d'Opale, caroline.rufin-soler@univ-littoral.fr

⁴ *Maître de conférences en géographie*, UMR ESO 6590 CNRS, Université de Caen Normandie, xavier.michel@unicaen.fr

⁵ *Maître de conférences en géographie*, UMR ESO 6590 CNRS, Le Mans Université, elodie.salin@univ-lemans.fr

⁶ *Maître de conférences en géographie*, UMR LETG 6554 CNRS, Université de Nantes, celine.chadenas@univ-nantes.fr

⁷ *Professeur de géographie*, Laboratoire TVES, Université du Littoral Côte d'Opale, vhlittoral@orange.fr

beira-mar, alguns locais naturais também surgiram como lugares a serem visitados a partir das estações e até mesmo como argumentos para o *marketing* turístico dos territórios. Entre eles, mencionemos, por exemplo, a reserva do Zwin, próxima ao balneário belga de Knokke-Le-Zoute, ou a baía de Somme, na costa da qual a cidade turística de Saint-Valéry se desenvolveu. Alguns desses lugares se tornaram pontos turísticos de destaque desde que incorporaram os valores mais altos para os visitantes turísticos (PIRIOU, 2011) por razões estéticas ou recreativas. Em estreita correlação com esse processo de *mise en tourisme*, esses sítios naturais puderam ser investidos com um novo valor patrimonial, no sentido de “o que é suposto valer a pena transmitir (...), para encontrar valor no presente (...)” (LÉVY e LUSSAULT, 2003). Tal qualificação vai obviamente além da noção atual de patrimônio que pode ser transmitida de geração em geração, pois implica consequências materiais para lugares ou espaços geográficos (HARVEY, 2008) de acordo com pelo menos duas modalidades complementares de ação pública: conservação e valorização (BÉNOS e MILIAN, 2013). A conservação deve garantir a integridade e a durabilidade dos locais, com um perímetro de proteção legal, por exemplo, ancorando um projeto de conservação do patrimônio no território, enquanto a valorização visa produzir desenvolvimento territorial para os habitantes ou visitantes com base em elementos patrimoniais.

Paralelamente a sua invenção, esses pontos patrimoniais trazem assim uma profunda contradição entre proteção e desenvolvimento, e sua gestão é particularmente dividida entre o aumento de seu apelo turístico e numerosas injunções para melhor conservação (MEUR-FÉREC, 2007). Embora o objetivo aqui não seja estudar os impactos do turismo sobre o patrimônio ou lutar contra a proteção do patrimônio em nome do livre acesso dos turistas, posturas já amplamente presentes na literatura, o objetivo aqui é identificar as diferentes formas de proteção e conservação desses sítios patrimoniais, bem como o surgimento de novas práticas de gestão (canalizando ou limitando o número de visitantes, criando zonas tranquilas,

novas mediações patrimoniais...) que estão surgindo nos campos do turismo sustentável e da engenharia ecológica e cultural. É também uma questão de entender os contextos nos quais eles são implementados (papel dos pioneiros, estruturas teóricas, circulação internacional de “modelos” via redes de atores etc.) e sua recepção pelo público, dentro de um sistema de atores que se tornou relativamente complexo ao longo dos últimos 40 anos.

Este capítulo explora assim as ligações entre a proteção do patrimônio e a inovação na gestão do turismo, com base em uma investigação realizada em quatro *hotspots* patrimoniais⁸: os pântanos salgados de Guérande e os Dois Cabos, na França; a Via dos Gigantes, na Irlanda do Norte, no Reino Unido; e a parte dinamarquesa do Mar dos Wadden (Figura 1). Grandes pântanos que ainda são produtivos para a produção de sal ou agricultura, lodaçais, maciços dunares, ilhas de barreira, pontos esculpidos em falésias de basalto ou calcário ou falésias de arenito e argila: a coleção de ambientes naturais que contém reflete a diversidade dos ambientes costeiros do Noroeste europeu, a construção de seus valores patrimoniais (paisagens, biodiversidade, geologia etc.) e suas questões de conservação em relação ao seu uso turístico. A metodologia de pesquisa aqui utilizada combina abordagens empíricas, sistêmicas e comparativas e exige tanto dados qualitativos (entrevistas realizadas com os diversos interessados⁹: gerentes de *site*, habitantes, visitantes, profissionais de turismo etc.) quanto dados quantitativos (questionários¹⁰ realizados entre os visitantes do sítio etc.).

⁸ Os resultados e análises apresentados aqui foram coletados a partir do programa de pesquisa Coast (Coastal Heritage and Sustainable Tourism), financiado entre 2015 e 2017 pelo Programa Urbanismo Construção Arquitetura (PUCA) do Ministério Francês da Ecologia.

⁹ Em torno de 30 entrevistas foram realizadas em cada *hotspot*.

¹⁰ 201 questionários foram coletados com os visitantes dos quatro *hotspots*.

Figura 1 – Os quatro sítios patrimoniais na escala do Noroeste da Europa.



Como primeiro passo, propomos, portanto, explorar a diversidade dos tipos de políticas e ferramentas utilizadas para proteger esses sítios patrimoniais e garantir sua gestão diária. Embora os sistemas de atores que estruturam o gerenciamento desses locais possam ser descritos como um meio de organização frequentemente complexo, é claro que um ou mais gerentes, cujo *status* pode ser particularmente variado, desempenham um papel central. A compreensão da natureza e organização desses gestores permite então compreender o progresso feito em termos de governança patrimonial na escala dos territórios locais e a gestão de todas as questões de conservação que dizem respeito aos locais. Em segundo lugar, propomos uma leitura analítica das medidas de gestão que são implantadas nesses quatro contextos para garantir um equilíbrio entre proteção e frequência turística. As inovações propostas para administrar grandes fluxos de visitantes e garantir maior sustentabilidade do desenvolvimento turístico devem, portanto, ser entendidas à luz dos regimes de proteção e gestão dos locais. Finalmente,

em uma etapa final, trata-se de ir além da análise dessas estratégias de gestão de visitantes para entender tanto sua gênese – onde se evoca o papel da circulação internacional e nacional de experimentos e modelos no turismo sustentável – quanto a recepção pelo público de visitantes e habitantes. As questões da participação dos visitantes na gestão (como parte da governança) e do acesso de todos aos *sites* são centrais aqui. Para começar, propomos o seguinte quadro de leitura para explicar os termos utilizados neste capítulo (Quadro 1).

Quadro 1 – Definição dos conceitos de proteção, gestão e governança.

Conceito	Definição usada	Auteur mobilisé
Proteção	Termo genérico que designa qualquer sítio de tamanho variável que se beneficie de uma ou mais medidas de proteção destinadas a garantir sua preservação a longo prazo (regulamentos, disposições contratuais, regras de posse da terra etc.). Proteção de espécies e ecossistemas pouco ou nada modificados pelas atividades humanas, assim como toda a biodiversidade, como bem patrimonial e não como bem de consumo renovável, ao contrário da conservação.	Bioret et al., 2009 Triplet, 2020
Gestão	O conceito de gestão deve ser entendido como o conjunto de ações com impacto sobre o espaço e incluindo tanto as operações de desenvolvimento quanto as de proteção dos ambientes naturais. Componente da conservação que se destina a controlar, direcionar ou manipular as populações vegetais ou animais e seus <i>habitats</i> (estratégia de manejo ativo) a fim de aumentar, diminuir ou estabilizar uma população. Esse termo abrange muitos campos e muitas especialidades, todas igualmente importantes para garantir a boa saúde dos ambientes naturais.	Miossec, 1993 Triplet, 2020
Governança	A governança é uma forma de desenvolver e implementar uma ação pública que se baseia em levar em conta a pluralidade de atores e em um processo coletivo de negociação e legitimação social.	Triplet, 2020

Proteção e gestão de sítios patrimoniais: sistemas de ação complexos e evolutivos

Os regimes de proteção e as abordagens de gestão variam muito entre os quatro locais e a complexidade no nível local às vezes é significativa. O Quadro 2 fornece um resumo de algumas das características salientes: tipo de proteção (regulatória, fundiária ou contratual), *status* internacional ou classificação nacional, natureza do gerente etc.

Quadro 2 – Regimes de proteção e organização da gestão dos quatro locais.

		Via dos Gigantes	Mar dos Wadden	Pântanos salgados de Guérande	Dois Cabos
Tipo de proteção	Regulamentar	- Reserva Natural - Area of Outstanding Natural Beauty	Reserva Natural	Sítio tombado Lei 1930	Sítio tombado Lei 1930
	Contratual	Natura 2000	Natura 2000	Natura 2000	- Natura 2000 - Parc naturel régional des Caps et Marais d'Opale
	Fundiaria	National Trust		- Conservatório do Litoral Associações de proteção da natureza	- Conservatório do Litoral - Espaços naturais sensíveis
Estatuto Internacional ou classificação nacional	Patrimônio Mundial	x	x		
	Convenção de Ramsar		x	x	
	Sítio muito importante				X

		Via dos Gigantes	Mar dos Wadden	Pântanos salgados de Guérande	Dois Cabos
Tamanho do site	Perímetro regulamentar de referência	4.200 ha (Causeway Coast AONB)	1.466 km ² (Parque nacional)	3.694,8 ha (Site classificado)	7.500 ha (GSF)
	Site Ramsar		1.510,8 km ²	5 042 ha	
	Site Unesco	239,4 ha	1.238,7 km ²		
Frequência anual		1 milhão de visitantes	4,5 millions de nuitées	1,6 milhões de pernoites	1,1 milhões de pernoites
Tipo de gestão	Ator público		- Vadehavet National Park - Vadehavet Nature and Wildlife Reserve	- Cap Atlantique (pour Natura 2000)	- Conselho departamental du Pas-de-Calais - Eden 62
	Ator Privado	- National Trust - Causeway Coast and Glens Heritage Trust		- Cooperativa Le Guérandais - Paludiers independantes	
Vínculo do gestor fundiário	Proprietário	National Trust		- Paludiers produtores	X
	Não proprietário		x	- Cap Atlantique - Paludiers produtores	X

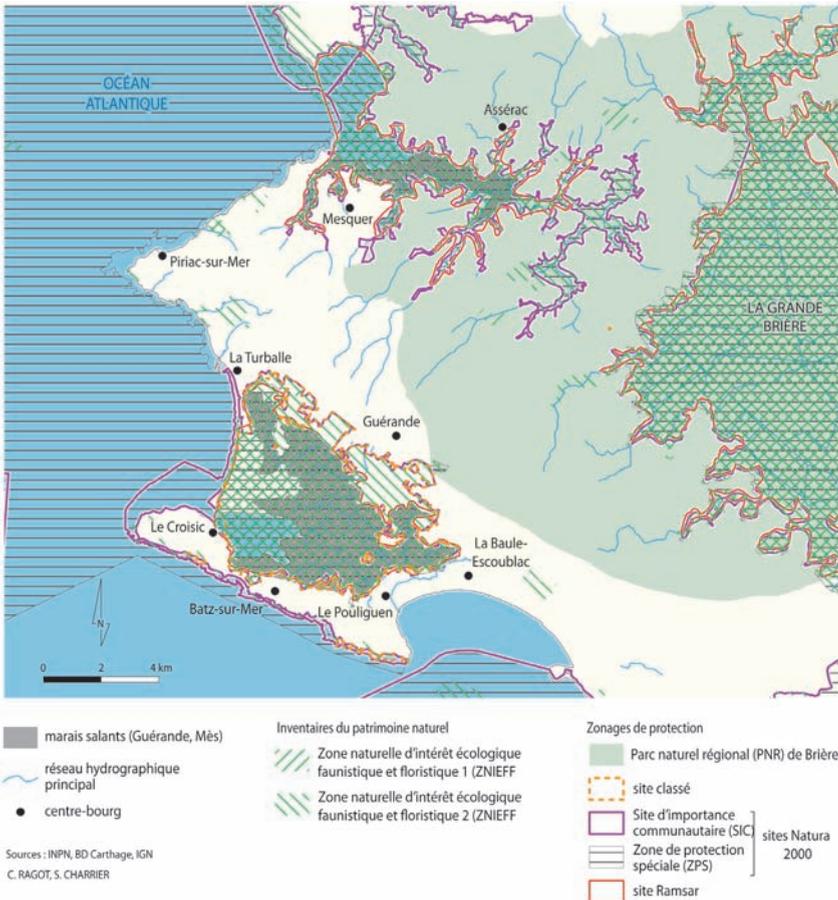
Duas categorias de proteção: áreas estritamente protegidas e paisagens patrimoniais

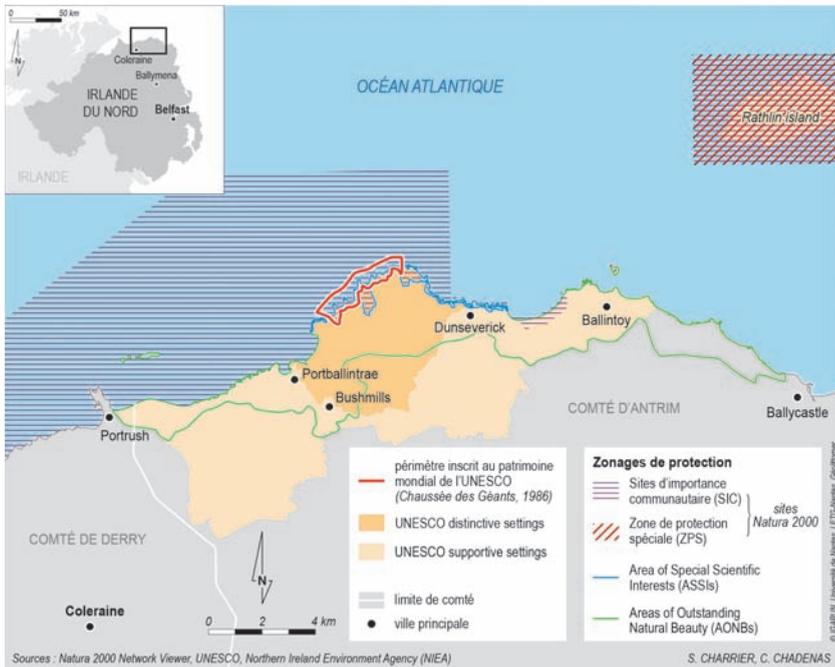
Os locais estudados aqui estão divididos em dois tipos de regimes de proteção. O primeiro regime de proteção se enquadra nas categorias mais estritas de áreas protegidas da International Union for Conservation of Nature (IUCN)¹¹, da categoria I à categoria IV, e diz respeito à Via dos Gigantes e ao Mar dos Wadden. Assim, a Via da Causa do Gigante é protegida como uma reserva natural com proteção de terras (National Trust) e proteção contratual (Natura 2000), de modo que se enquadra principalmente na categoria III de monumentos naturais da IUCN, embora o local em si faça parte de uma Área de Beleza Natural Excepcional (AONB) mais ampla ao longo de toda a zona costeira (Figura 4), que, por sua vez, se enquadra mais na categoria V de paisagens/paisagens protegidas. O Mar dos Wadden é protegido como uma reserva natural, parte da qual se enquadra na categoria I (áreas silvestres) e parte da qual se enquadra na categoria II (parques nacionais). Essa reserva natural também é combinada com um parque nacional que cobre uma área maior (Figura 2) e tem um regime de proteção muito menos rigoroso do que a categoria tradicional de parques nacionais, conforme definido pela União Internacional para Conservação da

¹¹ A UICN define seis categorias de áreas protegidas em todo o mundo. A Categoria I diz respeito às Reservas Naturais Estritas, que são áreas protegidas administradas principalmente para fins científicos, e as Áreas Silvestres, que são áreas protegidas administradas principalmente para a proteção de recursos silvestres. A Categoria II diz respeito aos Parques Nacionais, que são áreas protegidas administradas principalmente para proteger ecossistemas para fins recreativos. A Categoria III diz respeito aos Monumentos Naturais, que são áreas protegidas gerenciadas principalmente para preservar características naturais específicas. A Categoria IV diz respeito às Áreas de Manejo de *Habitat* ou Espécies, que são áreas protegidas manejadas principalmente para fins de conservação com intervenção de manejo. A Categoria V diz respeito a Paisagens Protegidas ou *Seascapes*, que são áreas protegidas administradas principalmente para a conservação da paisagem/paisagem marinha e para fins recreativos. E finalmente, a Categoria VI diz respeito às Áreas Protegidas de Recursos Naturais Gerenciados, que são áreas protegidas gerenciadas principalmente para o uso sustentável dos ecossistemas naturais.

Natureza (UICN). Fora da reserva natural, parte do perímetro do parque nacional corresponde à categoria IV (*habitat* e áreas de manejo de espécies), enquanto a maior parte do território provavelmente será assimilada às categorias V e VI (paisagens protegidas ou paisagens marinhas e áreas protegidas de recursos naturais manejados).

Figura 2 – Medidas de proteção implantadas nos quatro sítios patrimoniais.





O segundo regime de proteção diz mais respeito às medidas de conservação da paisagem ou dos recursos naturais, correspondendo às categorias V (paisagens protegidas/*seascapes*) e VI (áreas protegidas de recursos naturais manejados) da UICN. Trata-se particularmente do caso dos Dois Cabos e dos pântanos salgados de Guérande, onde a proteção se preocupa mais com a qualidade da paisagem e onde a conservação envolve regularmente a intervenção em ambientes naturais. Os Dois Cabos são, portanto, primeiramente protegidos pela classificação sob a Lei de 1930¹² (categoria V), mesmo que o local seja ocasionalmente intercalado com terras adquiridas pelo Conservatoire du Littoral ou pelo Departamento (regularmente, mais propriamente, categoria IV) (Figura 2). Para a grande maioria de seu perímetro, os pântanos salgados de Guérande também são protegidos pela classificação da Lei de 1930 (Figura 2), mas a paisagem protegida é obviamente produzida pela lógica da produção

¹² A Lei de 2 de maio de 1930 é dedicada à proteção de monumentos naturais e sítios de caráter artístico, histórico, científico, lendário ou pitoresco.

de sal, que requer trabalho constante dos trabalhadores do sal, o que se enquadra essencialmente na categoria VI. Em ambos os casos, as intervenções sobre a paisagem, mesmo as menores, estão sujeitas à autorização da autoridade regional com passagem pela comissão do local.

No centro da gestão de sítios patrimoniais: gestores com estatutos diferentes

Embora nos quatro sítios estudados aqui, um grande número de atores pode estar envolvido na gestão, atestando a existência de um complexo meio organizacional comum no mundo da conservação do patrimônio, independentemente do país considerado, certos atores têm, no entanto, o papel central de “gestor”, no sentido de que são geralmente confiados pelos Estados a implementação da política de proteção na escala do sítio patrimonial. No entanto, esses gerentes podem ter *status* relativamente diferentes de um local para outro.

Gerentes que podem ser proprietários dos sítios

Uma grande distinção deve ser feita entre locais cujos gerentes são proprietários de uma grande parte (pelo menos) do perímetro do local, que são em sua maioria atores privados (National Trust for the Chaussée des Géants, “*Paludiers*” ou trabalhadores dos pântanos salgados independentes ou cooperantes para os pântanos salgados de Guérande), e locais cujos gerentes são públicos e não possuem títulos de posse de terra específicos. Neste último caso, a situação é na verdade um pouco mais complexa porque os administradores intervêm em locais cujos perímetros podem conter uma proporção significativa de propriedade pública, mas onde a propriedade privada não está ausente de forma alguma. Por exemplo, no Mar dos Wadden, 99% do território da reserva é de propriedade pública do Estado, sendo o restante dividido entre os municípios em 0,1% e a propriedade privada em 0,9%. Além do perímetro da reserva, os limites do parque nacional dinamarquês incluem propriedades municipais, mas também muitas propriedades privadas. O mesmo se aplica aos Dois Cabos, cujo perímetro contém propriedade privada (para uso

agrícola em particular) e propriedade pública adquirida pelo Conservatório do Litoral e pelo Departamento (entidade institucional entre a Região e o Município na França) a respeito de Áreas Naturais Sensíveis. Finalmente, fica claro que quanto mais restritos forem os perímetros dos locais (Giant's Causeway, Guérande Salt Marshes), mais provável é que os administradores aqui também sejam proprietários do terreno, dando-lhes maior liberdade de ação. É inegável que essa característica dos gestores tem uma implicação bastante imediata na própria existência e funcionamento da governança local. Quanto mais os gerentes possuírem e controlarem diretamente as terras (aliado a seu estatuto privado¹³), mais difícil será para a ideia de governança local existir. É o caso dos pântanos salgados de Guérande, que também têm a característica adicional de ser uma área produtiva, sendo os proprietários-produtores os principais, se não os únicos, gerentes do local. Embora seja comum questionar a desvinculação do Estado na gestão de sítios patrimoniais, os sítios estudados aqui não permitem que isso seja corroborado. No que diz respeito à sua gestão, não há aqui nenhuma tendência para o crescimento do papel dos atores privados. Quando os atores privados têm um papel importante, ele é o resultado de um legado histórico e de um contexto sociocultural e econômico. Por outro lado, o papel crescente das autoridades locais e regionais pode ser observado, particularmente no caso de Dois Cabos. Outros *sites* na França estão seguindo o mesmo exemplo. Na Baía de Somme, é a autoridade local que tem um forte papel, o Sindicato misto Baía de Somme/Grand Littoral Picard, sendo

¹³ Por uma questão de brevidade, consideramos o National Trust e o Causeway Coast e Glens Heritage Trust aqui como atores privados, para distingui-los dos órgãos públicos (para o Parque Nacional Dinamarquês) ou das autoridades locais (para os Dois Cabos). No entanto, tanto pelo fato de realizarem em grande parte missões públicas quanto por estarem sob um direito particular, o das instituições de caridade, seu *status* poderia ser considerado como uma forma de hibridismo entre o público e o privado. Este é ainda mais o caso do Causeway Coast and Glens Heritage Trust, que é uma parceria entre os setores público, privado e voluntário na gestão e valorização do patrimônio em três áreas de Beleza Natural em Oustanding, na Irlanda do Norte.

o gerente e o principal decisor em seu território de atuação, operador Natura 2000, gerente do Grand Site de France e da reserva natural, que é, no entanto, uma reserva nacional.

Gerentes que compartilham a gestão do site: da gestão compartilhada à cogestão

Um terceiro fator de distinção entre os quatro locais deve ser procurado no número de gerentes e nas modalidades de gestão compartilhada na escala do perímetro do local (perímetros da Unesco, perímetros de locais classificados ou GSF para o caso francês). Finalmente, nenhum *site* aqui é gerenciado por um único ator; esta situação só existia na realidade para a Via dos Gigantes até 2012. Para três dos sítios, há dois gerentes cada uma, por razões diferentes, e para as salinas de Guérande, há tantos gerentes quanto proprietários na escala do sítio, mas com um ator principal, a cooperativa de quase 200 trabalhadores do sal (“*Paludiers*”). A administração está, portanto, sujeita à arbitragem entre os gerentes no nível do local. É claro que pode continuar sendo uma simples divisão espacial, com cada gerente cumprindo sua missão dentro dos perímetros administrativos pelos quais é responsável. A gestão do *site* é então compartilhada entre vários atores que serão responsáveis por parte dele, como é o caso dos pântanos salgados de Guérande. No entanto, a situação pode ir além quando um único plano de gestão na escala do local coordena as responsabilidades e os meios administrativos e/ou financeiros dos gerentes. Nesse caso, o compartilhamento é mais avançado, mesmo que seja recente em alguns casos, e leva a várias formas de cogestão. No Mar dos Wadden, o plano de manejo do parque nacional integra o território da reserva natural e da vida selvagem e deixa a responsabilidade de regulamentação a esta última. Para a Via dos Gigantes, o plano de gerenciamento implementado para o local pelo Trust Nacional é coordenado pelo Causeway Coast e Glens Heritage Trust, que é responsável pela organização do gerenciamento de toda a área da Causeway Coast de Beleza Natural Excepcional. Para os Dois Cabos, o Departamento Pas-de-Calais compartilha a administração do local com o

Eden 62 (um sindicato misto criado pelo Departamento), mais especificamente encarregado da administração das áreas naturais adquiridas pelo Conservatório do Litoral e pelo Departamento. Embora a administração pareça, assim, estar se tornando mais complexa no nível do local, ela na verdade reflete uma melhoria na governança territorial local. Os contextos locais estão, portanto, particularmente evoluindo. Esta evolução para maior complexidade se deve principalmente ao tamanho dos locais (quanto maior o perímetro, mais complexa a gestão em termos de partes interessadas), às regulamentações nacionais em termos de governança e às ferramentas de proteção implementadas em nível local. Para os pântanos salgados de Guérande, a única gestão global do local é realizada pela Cap Atlantique no âmbito da Natura 2000 e, portanto, a gestão da biodiversidade dentro da estrutura impulsionada pela Europa. Entretanto, é claro que essa primeira etapa exige maior compartilhamento da gestão do local com os trabalhadores do sal em temas mais amplos, com a Natura 2000 proporcionando uma experiência inicial de gestão compartilhada.

Vários perfis de gestores: atores patrimoniais, atores territoriais, atores primários etc.

Uma última distinção pode ser efetuada sobre a “natureza” dos administradores, conforme se trate de atores cuja existência está diretamente ligada à administração do local (ou eles foram criados precisamente com o objetivo de garantir a administração do local, ou eles são um ator acostumado e especializado nesse tipo de missão), atores responsáveis pela administração do território no qual o local está incluído, ou atores tradicionais de produção primária que estão na origem da existência material do local de patrimônio. Assim, é possível qualificar os gerentes que estão no primeiro caso como atores patrimoniais. Este é o caso do Parque Nacional do Mar dos Wadden e da Reserva Natural, que foram criados para administrar as duas áreas protegidas. É também o caso do National Trust, cuja agência local foi criada para administrar a Giant’s Causeway, mas cuja

estrutura-mãe é um agente especializado em escala nacional na gestão do patrimônio cultural e natural, assim como o Causeway Coast e Glens Heritage Trust, responsável pela valorização do patrimônio em maior escala do que a Via dos Gigantes, a das três AONBs na Irlanda do Norte. Através da gestão da Causeway Coast AONB, o Causeway Coast e o Glens Heritage Trust assumiu o lugar do Trust Nacional na escala da Causeway Coast, fazendo da Via dos Gigantes um dos elementos de uma visita a essa linha costeira. Os gerentes no segundo caso são atores territoriais cuja gestão dos locais é apenas uma de suas missões. Este é o caso do Departamento Pas-de-Calais ou Eden 62 para os Dois Cabos, ou Cap Atlantique para os pântanos salgados de Guérande. Finalmente, no terceiro caso, os gerentes são os principais atores, como os trabalhadores do sal em Guérande, sejam eles membros ou não da cooperativa. A gestão do *site* não é sua missão principal, que é a da produção e venda de sal. No entanto, podemos ver como sua posição pode mudar quando se beneficiam, por exemplo, dos contratos Natura 2000 em favor de medidas de gestão da biodiversidade. A missão patrimonial está, portanto, sendo integrada por esses atores primários, bem como pelos atores territoriais.

A abertura da gestão de sítios patrimoniais à governança territorial

As práticas de gestão finalmente parecem ser muito dependentes da capacidade dos gerentes dos sítios em trabalhar dentro da estrutura de sistemas de ação abertos a numerosos atores em nível local em particular (governança multiatores) ou em outras escalas territoriais (governança multinível ou multiescala). Esta situação varia muito de um local para outro e a tabela a seguir fornece uma síntese rápida (Figura 3).

Quadro 3 – Modalidades e formas de governança patrimonial nos quatro sítios.

	Via dos Gigantes	Mar dos Wadden	Pântanos salgados de Guérande	Dois Cabos
Órgão de governança local	Steering-group du WHS	- National Park Board - National Park Council	- Comité diretor Natura 2000 - Cooperativa Le Guérandais (salinas exploradas)	- Comité diretor Grand Site de France
Data de início	2012	2010		2001
Liderança da governança local	Causeway Coast and Glens Heritage Trust	Parque nacional	- Cap Atlantique - Cooperativa Le Guérandais (gestão das Águas e das Salinas)	- Conselho departamental do Pas-de-Calais - Prefeito (representante do governo no Departamento, não se trata de “prefeito” de Município como no Brasil) do Pas-de-Calais
Objetivo da governança	Gestão da biodiversidade			x
	Gestão completa do sítio	X	x	
Governança multiescala	Principais atores locais		x	x
	Integração atores multiescalares	X		
Governança multiautores	Participação coletividades locais	X	x (National Park Board)	x (Cap Atlantique)
	Participação moradores-cidadãos		x (National Park Council)	
	Participação atores privados do turismo		x (National Park council)	x (guias privados em alguns casos)

De modo geral, embora haja uma injunção à governança (muitas vezes emanada de atores nacionais na forma administrativa e regulatória e/ou de atores internacionais na forma de recomendações), a prática dos *sites* apresenta resultados diversificados. No entanto, as situações locais permanecem muito distantes em suas práticas do que poderia ser descrito como “governança de papel”, que existiria de um ponto de vista administrativo ou regulatório sem uma real implementação operacional, como às vezes acontece com as áreas protegidas em países do Sul. Por outro lado, às vezes é mais uma governança institucional (Via dos Gigantes, Dois Cabos) do que uma governança local, incluindo a diversidade de atores locais envolvidos nos sistemas de ação (Mar dos Wadden). Deve-se observar, portanto, que os quatro sítios têm pelo menos uma governança do patrimônio local induzida pela implementação dos sítios Natura 2000 (para os quais os comitês diretores na França fornecem um órgão de governança inicial) ou pela inscrição na Lista do Patrimônio Mundial, o que normalmente requer a criação de um comitê de gestão. O termo governança patrimonial, portanto, refere-se aqui à existência (ou não) de governança relativa a toda a gestão e intervenções (tanto sobre questões de conservação, como sobre questões de desenvolvimento socioeconômico e sobre questões de usos sociais) relativas ao local dentro de seu perímetro considerado como um espaço patrimonial.

Nos quatro locais, a governança está, portanto, na prática, em estágios muito diferentes. Geralmente parece ser mais avançado quando os gerentes são autoridades locais ou organizações estatais, em vez de proprietários públicos ou especialmente privados. Neste último caso, a missão de compartilhar publicamente as decisões que lhes são então exigidas permanece delicada em vista de seus possíveis imperativos econômicos. A governança também está mais avançada quando os atores internacionais têm uma posição importante nos sistemas de ação e apoiam os gerentes nessa direção. Por outro lado, parece mais restrito em locais com os territórios mais limitados (e onde a posição dominante

dos gerentes no sistema de ação é mais fácil de estabelecer) e em locais que são áreas de produção primária significativa (pântanos salgados de Guérande, mesmo que o Mar dos Wadden testemunhe o contrário). Portanto, também é claro que os acordos de governança e a maneira como eles funcionam continuam sendo determinados pelo *status* do gerente e suas obrigações regulamentares e administrativas nessa área. Os órgãos de governança são ainda mais abertos e funcionam mais facilmente quando são criados em conjunto com o regime de proteção legal de referência que designa ou cria gestores *ad hoc* para o patrimônio, como é o caso do Mar dos Wadden. Por outro lado, as tentativas de abertura da governança que são feitas *a posteriori* à designação e afirmação dos papéis do gerente parecem ser mais difíceis, como mostra o exemplo da Via dos Gigantes. Resta o caso particular francês onde, até agora, a criação de um local classificado sob a Lei de 1930 não foi acompanhada pela designação de seu gerente. Consequentemente, nesses casos específicos, a governança dos sítios patrimoniais só poderia existir se eles fossem objeto de uma operação “Grand Site” ou se fossem designados no âmbito da Natura 2000. Neste último caso, os comitês de direção assim criados, no entanto, só se encarregam de sua dimensão ecológica da biodiversidade. No Mar dos Wadden, a governança patrimonial parece ter sido construída localmente no âmbito de uma rede de interessados em interpretação (Wadden Sea Interpreter Forum), mesmo antes da criação do parque nacional, que foi capaz de capitalizar essa rede, reunindo muitos dos interessados socioeconômicos do território. Os mecanismos de governança do parque nacional, através de sua diretoria (National Park Board) e seu conselho consultivo (National Park Council), vão ainda mais longe, pois incluem cidadãos, além de representantes eleitos das autoridades locais, todos os representantes dos usuários e também um grande número de interessados no turismo privado e público do território. A governança assim criada não é institucional, mas muito mais participativa. Nesse caso, o papel das personalidades responsáveis pelos órgãos de administração pode ser bastante decisivo, como o diretor

do Parque Nacional do Mar dos Wadden dinamarquês, que vem do mundo do turismo e não do mundo da ecologia, e o presidente de seu conselho de administração, que não é ecóloga, mas uma especialista universitária em turismo. Pelo contrário, nos pântanos de Guérande, a governança parece estar restrita ao mundo dos produtores de sal (distribuição e promoção do sal) e exclui todos os outros atores do *site* (em particular usuários, habitantes e atores do turismo não ligados ao mundo do sal). É evidente que, nesse exemplo em particular, melhor governança só poderia ser alcançada se ela não fosse confiada aos produtores do sal, mas às autoridades locais para facilitar a inclusão dos outros atores locais do pântano. Finalmente, para os Dois Cabos e para a Via dos Gigantes, a governança patrimonial está em uma situação intermediária de abertura. Embora de 1961 a 2012 o National Trust estivesse gerenciando o sítio irlandês sozinho, a recente nomeação de um comitê diretor dedicado à gestão do sítio do Patrimônio Mundial tornou possível abrir a governança às autoridades locais e aos interessados científicos, mesmo que os interessados socioeconômicos no turismo, os habitantes e os usuários ainda estejam excluídos do processo. Lendo a implementação de ferramentas de governança na escala desses quatro sítios patrimoniais, ainda há um paradoxo. Para os locais mais frequentados, que são os mais caros de manter, embora seja possível lamentar a falta de envolvimento financeiro dos atores do turismo que, no entanto, se beneficiam dele e os conflitos ocasionais com os habitantes (particularmente no que diz respeito às escolhas de aprimoramento e gestão, ou mesmo de restrição de usos), os mecanismos de governança só muito raramente os integram.

Visões próximas às questões de proteção do local

Além de algumas questões altamente contextualizadas (como a exploração dos recursos naturais marinhos no Mar dos Wadden), os gestores dos quatro sítios patrimoniais identificam, no entanto, os mesmos tipos de questões de proteção (Quadro 4). Já deve ser observado que a visita

excessiva por turistas não é considerada como uma questão para a proteção do patrimônio como tal. É antes de tudo a questão da mudança global que parece cristalizar todas as preocupações, seja em geral a elevação do nível do mar, o risco de submersão marinha (para o Mar dos Wadden e os pântanos salgados de Guérande) ou os riscos de erosão (para o Mar dos Wadden e os Dois Cabos), que estão ligados a ele. As questões de proteção então dizem respeito principalmente à questão das dinâmicas das paisagens. A urbanização é, portanto, apontada para a Via dos Gigantes e para os Dois Cabos, lembrando-nos da responsabilidade das autoridades locais – nos Planos Locais de Urbanismo (PLU), na França – e a possibilidade de negociação com elas. No caso da Via dos Gigantes, o perímetro do Patrimônio Mundial da UNESCO não inclui uma zona tampão, que por enquanto não foi possível negociar com a autoridade local no âmbito da Área de Beleza Natural Excepcional. Esta é, portanto, uma dificuldade para fazer uma política de proteção, conservação e valorização do patrimônio coerente com a lógica de planejamento do uso da terra que, às vezes, escapa em parte aos gestores. Entre os quatro sítios, dois deles estão, por exemplo, preocupados com um projeto de campo de golfe na vizinhança imediata do local. Se o projeto do campo de golfe em Runkerry está por enquanto abandonado perto do Via dos Gigantes, este não é o caso do campo de golfe em Sangatte que é aceito ao leste do Grand Site de France de Dois Cabos. No caso de Guérande, a questão em jogo diz respeito a transformações paisagísticas muito mais sutis em grande escala, mas igualmente importantes, que se relacionam com a evolução da topografia do pântano causada pela mecanização da manutenção, que às vezes também tende a fazer desaparecer alguns pequenos elementos patrimoniais (formas de diques, cunhas...), e com a dinâmica de florestamento em curso na periferia do pântano em conexão com o declínio agrícola.

Quadro 4 – Síntese das questões de proteção do patrimônio na escala dos quatro locais.

Types d'enjeux	Via dos Gigantes	Mar dos Wadden	Pântanos salgados de Guérande	Dois Cabos
Mudança Global	Aumento do nível do mar	Submersão marina, erosão, aumento do nível do mar	Submersão marina, erosão, aumento do nível do mar	Erosão, aumento do nível do mar
Poluições	Projeto de exploração de Petróleo e Gás		Riscos de poluição	
Paisagens	Urbanização descontrolada na l'AONB e ausência de zona tampão WHS (projeto de golfe em Runkerry)		Evolução da paisagem das salinas ligado à mecanização	Urbanização crescente das aldeias, projeto de golfe em Sangatte, declínio agrícola
Ecológicos / biológicos		Práticas recreativas responsáveis pela perturbação da fauna		Perda das continuidades ecológicas, perturbação dos <i>habitats</i> das espécies (notadamente no topo dos penhascos)
Recursos naturais		Exploração dos recursos naturais		

Uma questão importante também está relacionada com os riscos de poluição por petróleo. Os pântanos salgados de Guérande já lidaram com a poluição causada pelo naufrágio do Erika, enquanto que o Giant's Causeway arrisca a instalação de uma plataforma de petróleo e gás ao largo da costa. Finalmente, apenas dois gerentes de sítio apontam para a perturbação da fauna e dos *habitats* causada pelo tráfego turístico no topo das falésias para os Dois Cabos e pela multiplicação e desenvolvimento de usos recreativos no Mar dos Wadden.

Métodos e estratégias de gestão pública em sítios patrimoniais

Uma atratividade turística estratégica, mas raramente assumida pelos gerentes

As medidas e estratégias de gestão pública devem antes de tudo ser avaliadas de acordo com as posturas dos atores envolvidos na gestão dos locais em relação aos fluxos turísticos e ao turismo em geral. Embora todos os gestores mencionem a importância da frequência turística dos locais pelos quais são responsáveis, muito poucos deles consideram que esses fluxos são “supervisitados”, o que obviamente poderia justificar estratégias limitadoras que estão longe de estar na agenda. Na maioria dos locais (fora da Via dos Gigantes), as ações empreendidas são mais orientadas para uma coabitação entre a conservação do patrimônio natural (aves e focas no Mar dos Wadden, frágeis ecossistemas de gramados para Dois Cabos...) e a recepção do público. No caso dos pântanos salgados de Guérande, a estratégia visa uma coabitação entre usos tradicionais, muitas vezes considerados como “patrimônio”, e o acolhimento do público em lugares muito específicos (Terra do Sal e os dois museus de Batz-sur-Mer e Saillé). Essa questão “clássica” é muito menos enfatizada para a Via dos Gigantes, que gerentes e instituições de turismo públicas e privadas consideram, ao contrário, como a locomotiva do turismo na Irlanda do Norte. Essas diferenças de posição não são entendidas em termos da fragilidade do meio ambiente natural (o contexto ecológico da Via dos Gigantes pode ser facilmente comparado ao de Dois Cabos), mas sim em termos da contribuição do patrimônio para o desenvolvimento local e territorial. A Via dos Gigantes é, portanto, o mais antigo local visitado dos quatro estudados aqui, aquele para o qual o fluxo de visitantes foi o mais maciço no início da história e, ao mesmo tempo, o local cujo território é o mais periférico em escala europeia e onde as questões de desenvolvimento territorial são historicamente problemáticas. A inclusão na Lista do Patrimônio Mundial da

UNESCO também é considerada positiva, particularmente como um fator de atração para os visitantes internacionais. Para os outros três *sites*, o reconhecimento internacional (Unesco ou Ramsar) e os rótulos (Grand Site de France...) não são considerados com o mesmo interesse, seja porque os gerentes não consideram seu papel realmente atraente para os visitantes (o que foi confirmado por nossas pesquisas através de entrevistas e questionários com o público visitante), ou porque os gerentes nem sempre desejam claramente torná-los mais conhecidos. No entanto, enquanto a parte dinamarquesa do Mar dos Wadden só foi protegida como parque nacional desde 2010 e inscrita como Patrimônio Mundial desde 2014, houve um crescimento recente de um público internacional ao qual o local não estava acostumado. Assim, os franceses, espanhóis, italianos ou noruegueses começam timidamente a aparecer entre o público tradicional dinamarquês e alemão.

Capacidade de carga: um conceito familiar, mas raramente implementado

Enquanto a maioria dos gerentes expressa preocupação com os impactos do número de turistas, apenas Terra do Sal nos pântanos salgados de Guérande implementa uma capacidade de carga definida ali no limiar das visitas atuais de cerca de 80 mil visitantes/ano. Além disso, isto é limitado pela capacidade da estrutura de acomodar visitantes e sua capacidade de manter uma experiência de visita de qualidade, e não por considerações ecológicas. Além disso, a natureza sazonal do número de visitantes é um entrave ao desenvolvimento, dada a capacidade da estrutura. Acolher mais visitantes, 100 mil por exemplo, certamente significa receber mais 20 mil visitantes no período de verão, o que é impossível no atual estado de coisas.

Em todos os locais, a capacidade de carga é considerada metodologicamente muito difícil de avaliar, devido à falta de dados, mas especialmente devido à grande variabilidade de usos, cujos impactos não podem ser julgados de maneira equivalente. Para a Via dos Gigantes, o National Trust

considera até mesmo que de qualquer forma não pode aplicar medidas relativas à capacidade de carga do local, em particular porque a estrada de acesso às “pedras” é pública e, portanto, não permite sua intervenção. Por outro lado, o centro de visitantes desempenha um papel definido na regulação dos fluxos, retendo os visitantes por vários períodos de tempo, suavizando assim ligeiramente os picos no número de visitantes e reduzindo o influxo de visitantes para as pedras de basalto. Portanto, as estratégias de gestão tendem a contornar essa dificuldade, concentrando-se na defesa das áreas mais ecologicamente (Dois Cabos, Mar dos Wadden) ou socioeconomicamente frágeis (pântanos salgados de Guérande). No entanto, eles tentam reduzir a pressão sobre essas áreas frágeis, oferecendo outras possibilidades de visitas. No Mar dos Wadden, o parque nacional também está em processo de negociação de um Código de Boas Práticas que permitiria evitar perturbar a vida selvagem, respeitando as distâncias de aproximação dependendo dos animais, da estação do ano e do tipo de uso.

Cobrança por serviços de mediação patrimonial e não pelo acesso aos sítios

Para todos os sítios, a regulamentação do acesso ao sítio através do pagamento de taxas de entrada continua a ser um assunto delicado, uma vez que o público geralmente não lhe é muito favorável, especialmente para as populações vizinhas. É relativamente aceite em Guérande, na medida em que os visitantes que não estão familiarizados com o local compreendem a natureza privada do pântano e os visitantes que estão familiarizados com o local podem improvisar visitas livres quando os trabalhadores do sal são tolerantes. A questão parece ser mais controversa para a Via dos Gigantes porque o National Trust, o proprietário do local, desenvolveu uma instalação de recepção público (sinalização e parques de estacionamento) que lhe permite cobrar uma taxa de entrada ao centro de interpretação, embora a estrada de acesso às “pedras”, o principal destino, seja pública e acessível a todos (Figura 3). O fato de o acesso ser gratuito para os membros

do National Trust e para os habitantes do distrito permite-lhe, no entanto, afirmar a garantia de acesso a todos, ainda que os habitantes sejam muito poucos a serem informados sobre isso. Apesar dessas situações, os visitantes da Via dos Gigantes continuam muito mais inclinados a pagar uma taxa de entrada para visitar o local do que nos outros três locais, refletindo o hábito relativo do público anglo-saxônico de pagar pelo acesso aos locais naturais mais emblemáticos. Mais paradoxalmente, porém, estão menos inclinados a pagar por estacionamento quando o pagam com a sua taxa de entrada ao centro de interpretação.

No entanto, todos ainda acreditam que o pagamento dos visitantes permitiria financiar operações de gestão e, sobretudo, apoiar uma forma de desenvolvimento local, sem que isso estivesse explícito em termos objetivos. Converte-se então a ideia de que é mais legítimo cobrar pelos serviços aos visitantes (serviços de interpretação e mediação patrimonial em áreas de recepção dedicadas, serviços de guias profissionais, serviços de estacionamento para os locais mais densamente frequentados etc.) em vez de se implementar o acesso pago aos locais. A partir daí, é possível observar uma multiplicidade de situações no nível local. Por um lado, alguns gestores de sítios procuram diretamente uma forma de autofinanciamento e/ou uma forma de rentabilidade através da implementação de modelos de desenvolvimento mais comerciais, enquanto outros gestores optam por gerir o acolhimento do público (desenvolvendo os sítios em particular através de trilhas), deixando a outros intervenientes privados e/ou públicos a prestação de serviços remunerados aos visitantes, considerando que a sua tarefa é encorajar o desenvolvimento local do turismo em todo o território em vez de orquestrar inteiramente um controle direto. O número de intervenientes responsáveis por esses serviços e o número de sítios de interpretação varia muito de um sítio para outro, dependendo tanto dessa estratégia e postura como da dimensão do sítio patrimonial. Do ponto de vista mais comercial, a Via dos Gigantes constitui obviamente o exemplo mais bem sucedido. O modelo comercial

do National Trust está bem comprovado e a comercialização do *site* está bem encaminhada. O preço da entrada permanece elevado mas o serviço prestado é de muito boa qualidade (o que explica a sua nomeação como Melhor Atração Patrimonial do Reino Unido em 2016): vasto centro de visitantes com arquitetura de alta qualidade, parque de estacionamento bem integrado na paisagem, loja diversificada (lembranças, produtos gastronômicos, livros...), interpretação do patrimônio com vários temas para todos os visitantes, projeção de documentários em vídeo, guia áudio disponível ao longo do percurso em muitas línguas, visitas guiadas regulares... O mesmo tipo de instalações encontra-se em Terra do Sal para os pântanos de Guérande, mas a interpretação do patrimônio é partilhada com o Museu dos pântanos de Batz-sur-mer e com a Maison des paludiers de Saillé, cuja atividade é mais museológica, embora esta última também organize visitas guiadas no local em colaboração com a Liga para a Proteção das Aves. De uma perspectiva de desenvolvimento local e territorial, o Mar dos Wadden e Dois Cabos fornecem exemplos opostos. Na Dinamarca, o parque nacional não oferece serviços aos visitantes, mas acompanha os agentes turísticos cuja missão é fazê-lo, nomeadamente através da participação na estrutura de colaboração do Wadden Sea Interpreter Forum, que reúne 15 estruturas independentes de interpretação e orientação do patrimônio no seu território. Para Dois Cabos, a ideia é mais ou menos a mesma, uma vez que a Maison des Deux Caps desempenha o papel de intermediário entre os visitantes e todos os atores privados (guias, lojas...) e públicos (gabinetes de turismo em particular, associações locais como “Le charme de Wimereux”), que desenvolvem serviços turísticos, mesmo que as suas ligações ainda hoje sejam tênues.

Figura 3 – Uma nova organização de recepção pública para orientar os visitantes para o centro de interpretação e acesso pago à Via dos Gigantes.



Fotos: Justine Thomas e Xavier Michel.

Práticas de gestão da saturação heterogêneas: entre a concentração e a dispersão dos fluxos de visitantes

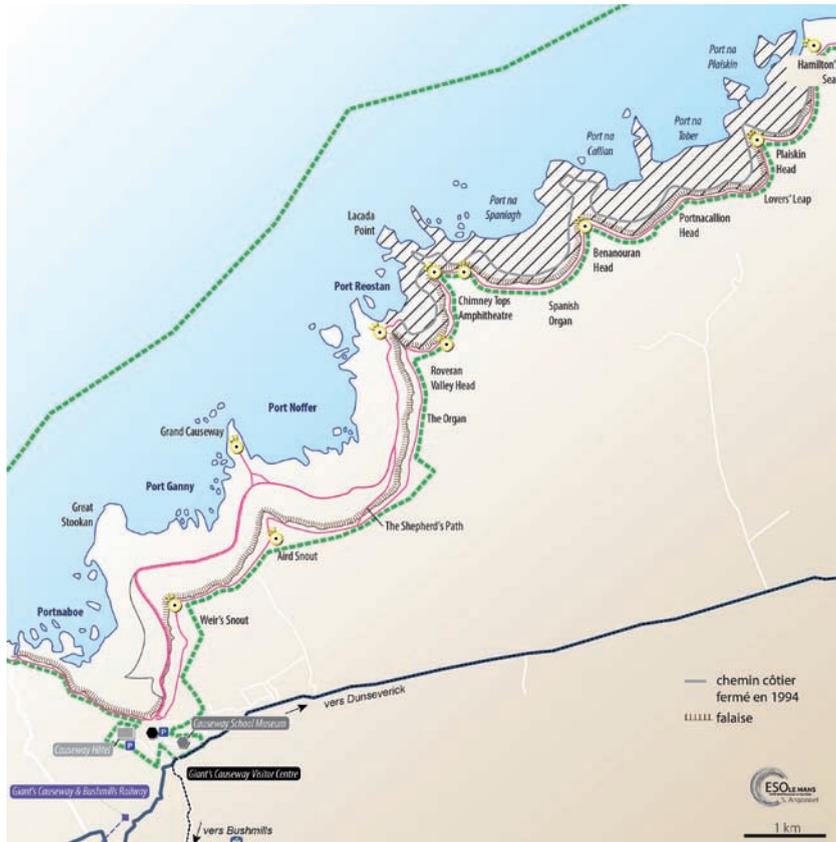
Nos quatro sítios, a análise das práticas de gestão do atendimento público revela finalmente a sua forte contextualização. Se o elevado número de visitantes gerar fortes impactos tanto no patrimônio como na experiência do visitante, a escolha dos instrumentos de gestão

do fluxo depende sobretudo do estado do terreno, dos espaços e da dimensão do sítio patrimonial. As práticas de gestão do fluxo são assim organizadas num largo espectro, desde a concentração de visitantes num ou vários pontos de interesse, o que permite a concentração dos impactos dos visitantes e a defesa do resto do local – método do pote de mel (DEPRAZ, 2008) – até à propagação dos visitantes sobre todo o local, o que reduz a pressão dos visitantes (um método que poderia então ser descrito como dispersão) (Figura 4).

Em Guérande, onde os pântanos são principalmente propriedade privada e explorados por salineiros, a cooperativa Les Salines de Guérande, o principal gestor do local, criou assim a sua filial Terra de Sal em 2006 para controlar e organizar visitas ao pântano. Os visitantes concentram-se assim do centro de interpretação em duas salinas dedicadas exclusivamente a visitas guiadas, enquanto todo o pântano permanece fechado ao público, mesmo que a rara difusão de visitantes noutros locais possa ser tolerada. Por outro lado, o vasto território do Mar dos Wadden favorece um fluxo de visitantes muito mais difuso, acentuado pela lei dinamarquesa que garante o livre acesso de todos às margens e áreas naturais. Embora exista um sistema de zoneamento regulamentar que garante zonas tranquilas para as aves no âmbito de uma reserva natural, o parque nacional favorece no entanto a manutenção de numerosas atividades de lazer natural em vastas áreas delimitadas em consulta com os frequentadores. A fim de minimizar os impactos na vida selvagem, está atualmente a desenvolver um código de boa conduta (por exemplo, para definir distâncias de aproximação para evitar perturbar a vida selvagem). Em Dois Cabos, como na Via dos Gigantes, as escolhas são a meio caminho entre a concentração e a difusão dos fluxos. A canalização dos visitantes ao longo de trilhas desenvolvidas e marcadas, dos quais por vezes não é possível sair (como em Cap Gris-Nez), permite concentrar os impactos a fim de os gerir mais facilmente, garantindo ao mesmo tempo condições máximas de segurança para o público. Em ambos os casos, os gestores apoiam, através das suas instalações de recepção pública, a difusão dos visitantes fora dos locais altos do seu perímetro de intervenção (o perímetro do Grand Site de France para Dois Cabos, o perímetro da Área de Beleza Natural de Outstanding da Causeway Coast para a Via dos Gigantes). A situação continua mais avançada para a Vias dos Gigantes, onde o sítio

do Patrimônio Mundial desempenhou o papel de locomotiva para muitos outros lugares altos que inicialmente eram menos conhecidos e agora são frequentados (Ponte Carrick-a-Rede), um fenômeno amplificado pela cobertura midiática dos sítios de filmagem da série *Game of Thrones* (sítios de Dark Hedges, Castelo de Dunluce etc.).

Figura 4 – Estratégias de gestão do fluxo de visitantes nos quatro locais.



Périmètres de protection / gestion

- site classé des marais de Guérande
- patrimoine mondial de l'Unesco de la Chaussée des Géants
- Parc national de la mer des Wadden

Aménagements d'accès au site

- Vélos**
- 🚲 location de vélo
- piste cyclable
- service payant de transport collectif (hippomobile, train touristique, navette électrique)
- Train**
- ligne touristique
- ligne classique
- gare
- route panoramique automobile

Aménagements de canalisation du public

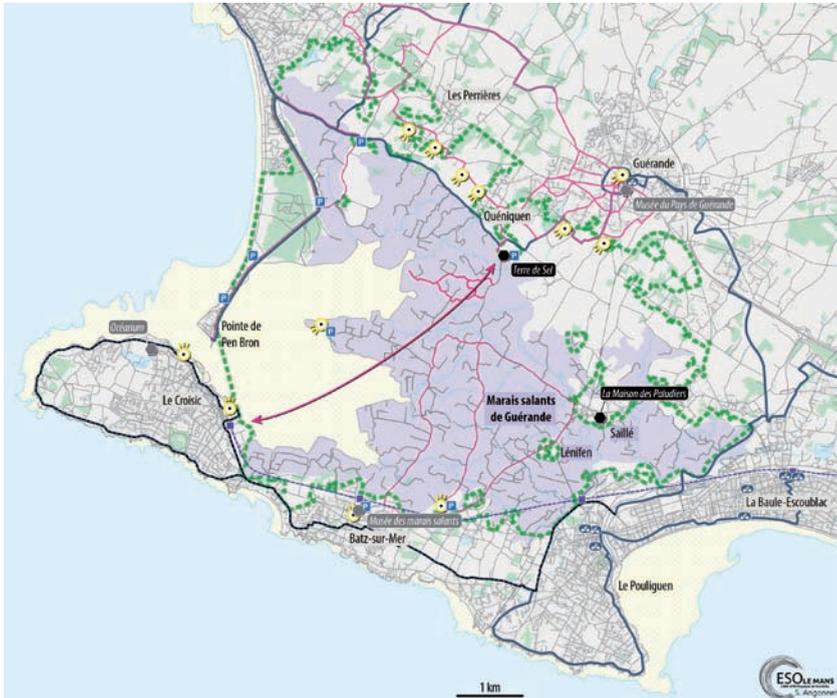
- Parcours pédestre
- balisé
- guidé

Parking

- 🅐 gratuit
- 🅑 payant
- 👁 point de vue
- ▨ espace mis en défens
- ▲ spot de pratique de sports de nature
- ▨ zone de pratique de sports de nature

Aménagements dédiés à l'interprétation patrimoniale

- centre d'accueil des visiteurs
- musée



Périmètres de protection / gestion

- site classé des marais de Guérande
- patrimoine mondial de l'Unesco de la Chaussée des Géants
- Parc national de la mer des Wadden

Aménagements d'accès au site

- Vélos**
- 🚲 location de vélo
 - piste cyclable
 - service payant de transport collectif (hippomobile, train touristique, navette électrique)
- Train**
- ligne touristique
 - ligne classique
 - gare
 - route panoramique automobile

Aménagements de canalisation du public

- Parcours pédestre**
- balisé
 - guidé
- Parking**
- gratuit
 - payant
 - 👁 point de vue
 - ▨ espace mis en défens
 - ▲ spot de pratique de sports de nature
 - ▤ zone de pratique de sports de nature

Aménagements dédiés à l'interprétation patrimoniale

- centre d'accueil des visiteurs
- musée



Périmètres de protection / gestion

- site classé des marais de Guérande
patrimoine mondial de l'Unesco de la Chaussée des Géants
Parc national de la mer des Wadden

Aménagements d'accès au site

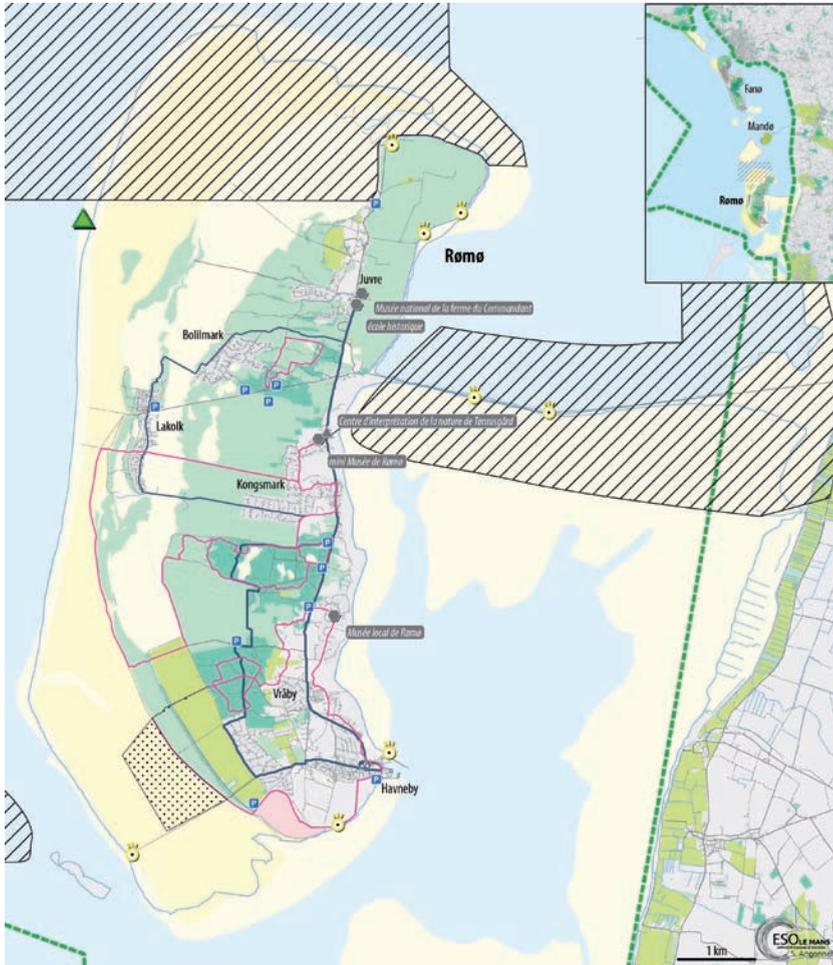
- Vélos**
 - 🚲 location de vélo
 - piste cyclable
 - service payant de transport collectif
(hippomobile, train touristique, navette électrique)
- Train**
 - ligne touristique
 - ligne classique
 - gare
 - route panoramique automobile

Aménagements de canalisation du public

- Parcours pédestre**
 - balisé
 - guidé
- Parking**
 - 🅐 gratuit
 - 🅑 payant
 - 👁 point de vue
 - ▨ espace mis en défens
 - ▲ spot de pratique de sports de nature
 - ▤ zone de pratique de sports de nature

Aménagements dédiés à l'interprétation patrimoniale

- centre d'accueil des visiteurs
- musée



Périmètres de protection / gestion

- site classé des marais de Guérande patrimoine mondial de l'Unesco de la Chaussée des Géants
- Parc national de la mer des Wadden

Aménagements d'accès du site

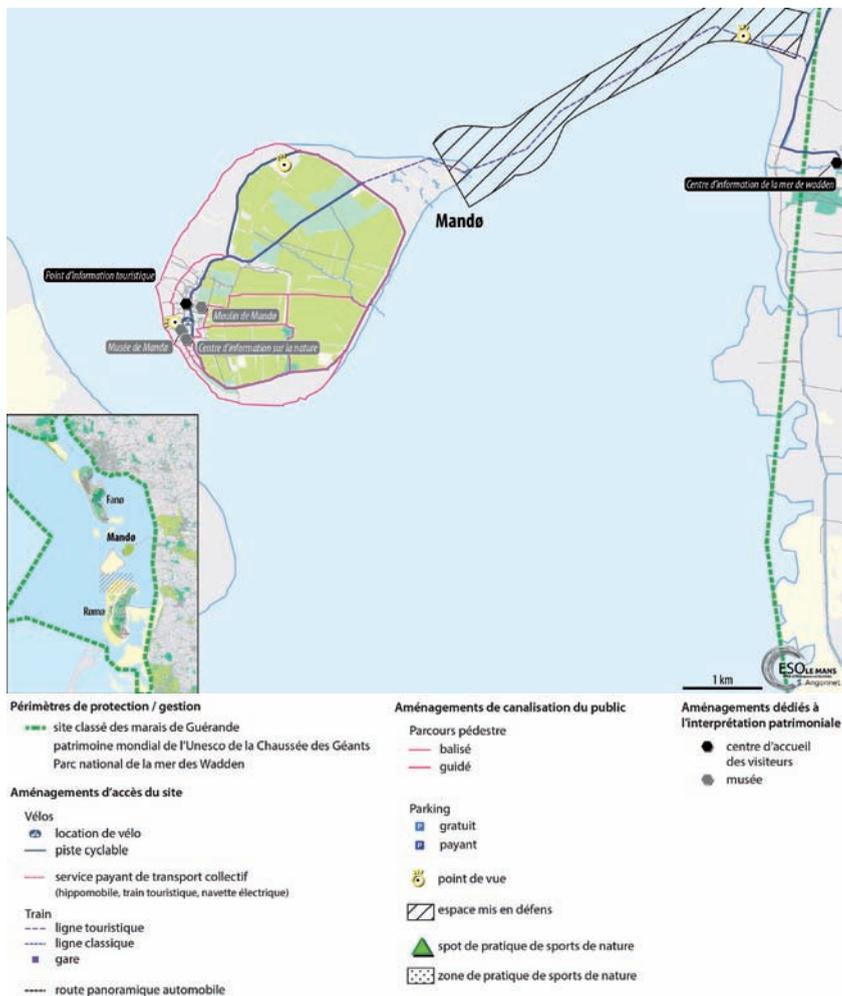
- Vélos**
- 🚲 location de vélo
 - 🚲 piste cyclable
 - 🚲 service payant de transport collectif (hippomobile, train touristique, navette électrique)
- Train**
- 🚆 ligne touristique
 - 🚆 ligne classique
 - 🚆 gare
 - 🚆 route panoramique automobile

Aménagements de canalisation du public

- Parcours pédestre**
- balisé
 - guidé
- Parking**
- 🅐 gratuit
 - 🅑 payant
 - 👁 point de vue
 - 🚧 espace mis en défens
 - 🏔 spot de pratique de sports de nature
 - 🏖 zone de pratique de sports de nature

Aménagements dédiés à l'interprétation patrimoniale

- centre d'accueil des visiteurs
- musée



Nos picos diários e sazonais de visitas, nem todos os sítios têm os mesmos pensamentos. A Via dos Gigantes é o único sítio para o qual os gestores têm uma estratégia para limitar o número máximo de visitantes durante o dia (geralmente a meio do dia), desenvolvendo uma comunicação adequada, promovendo o valor do adiamento das visitas de manhã cedo ou ao fim da tarde para tirar melhor partido do sítio em maior solidão, ou desenvolvendo eventos regulares, particularmente à noite. No que respeita à sazonalidade, nem todos os sítios têm as mesmas restrições ou os mesmos contextos. O Causeway Coast and Glens Heritage Trust

concentra-se mais no prolongamento do tempo passado perto do local do que no prolongamento de uma estação específica. Os outros três locais, por outro lado, estão preocupados com a forte sazonalidade de verão e optam regularmente por uma política de organização de eventos como: o Festival do Mar dos Wadden, no Mar dos Wadden; o Festival de Arte Slack Dois Cabos, para Dois Cabos; ou os festivais medievais em Guérande. Novas práticas turísticas como o Oyster Safari, agora muito popular no norte da Europa, tornam possível combinar turismo de natureza e turismo gastronômico, acolhendo novos públicos no outono e no inverno. Embora a grande maioria dos intervenientes no turismo e gestores de sítios sejam a favor da “dessazonalização”, as opiniões divergem ligeiramente no Mar dos Wadden, onde os conservacionistas da natureza também apelam a um período de descanso e calma para a vida selvagem como contraponto à estação do verão.

Em busca de modos de transporte mais sustentáveis

A observação dos esforços dos gestores de sítios de património no sentido de maior sustentabilidade dos modos de transporte requer duas escalas de análise. A primeira escala é a da inscrição do local num território maior, que pode corresponder a um destino turístico, tal como a península de Guérande para as salinas de Guérande ou a costa de Antrim para os visitantes irlandeses ou britânicos da Via dos Gigantes, mas que pode ser a Irlanda como um todo para os visitantes internacionais, o sul da Jutlândia para a parte dinamarquesa do Mar dos Wadden etc. A essa escala, deve notar-se que as viagens de automóvel individuais são muito predominantes. O transporte público existente é essencialmente dedicado a um serviço residencial e não turístico, e permanece em alguns casos muito pouco desenvolvido (Mar dos Wadden, Via dos Gigantes etc.). Há duas razões recorrentes para essa situação: em primeiro lugar, uma dificuldade em controlar o modo de transporte utilizado pelos visitantes e, em segundo lugar, uma dificuldade institucional e organizacional em influenciar as escolhas de transporte público orquestradas pelas autoridades públicas. Por um lado, parece que os visitantes permanecem

muito ligados ao carro particular durante o período de férias, especialmente porque é extremamente necessário para todas as viagens familiares em particular. De fato, como se poderia visitar o sul da Jutlândia durante 15 dias, mesmo que o Parque Nacional do Mar dos Wadden fosse bem servido por transportes públicos eficientes? Por que utilizar os transportes públicos para visitar a Via dos Gigantes, quando a República da Irlanda se orgulha do interesse de viajar de carro pela Via do Atlântico Ocidental? E, por outro lado, continua a ser difícil para os gestores de sítios ter controle sobre as redes de transportes públicos, com algumas exceções. Assim, o sítio Dois Cabos beneficia-se da política de transportes da Região de Hauts de France, que favorece o acesso aos seus destinos costeiros durante o verão a 2 euros por viagem de ida e volta de TER “terra-mar”, quatro fins de semana em julho e agosto, o que permite favorecer o acesso por trem à chegada a Dunkerque, Calais, Wimereux ou Boulogne-sur-mer. Por outro lado, os gestores da Via dos Gigantes contornam a dificuldade porque a reputação do sítio permite organizar serviços por empresas privadas de empilhadores (que podem ser elas próprias mobilizadas por agências receptivas), compensando assim o serviço público. Mais anedoticamente, o sítio irlandês também beneficia-se de um legado histórico do turismo vitoriano, uma vez que um trem do patrimônio o serve a partir da cidade vizinha de Bushmills durante o verão. A política tarifária do National Trust é também uma estratégia marginal para encorajar a mobilidade suave, uma vez que a taxa de entrada é reduzida para os visitantes que vêm a pé, de bicicleta ou em transportes públicos. Mais geralmente, é dada especial atenção ao fornecimento de ciclovias ao longo de toda a costa, seja para o Mar dos Wadden (onde esse serviço é mais avançado, com a Rota da Costa Oeste ou a Rota Panorâmica) ou para Dois Cabos (onde uma primeira seção acabou de ser entregue), mais raramente para caminhadas (Via dos Gigantes).

A segunda escala é a do próprio sítio, e as áreas desempenham obviamente um papel importante. Para o sítio menor da Via dos Gigantes, é feito um esforço especial para as pessoas com mobilidade reduzida graças a um veículo

elétrico, cujo bilhete não está incluído na taxa de entrada. Nos outros três locais, está a ser considerada a possibilidade de desenvolver a bicicleta. Vários “dias suaves” foram assim implementados nos pântanos salgados de Guérande, onde as estradas que atravessavam os pântanos eram então reservadas apenas para caminhantes, ciclistas e veículos utilizados pelos trabalhadores do sal. Essa fase de teste – que mostra aqui a convergência dos interesses dos trabalhadores do sal, que procuram maior liberdade de circulação, especialmente no verão, quando as estradas estão muito ocupadas, e os da indústria do turismo – é susceptível de conduzir a um maior desenvolvimento no futuro se o projeto Opération Grand Site for novamente selecionado. A experiência reservaria então as estradas também para os condutores de empilhadeiras. Por seu lado, a Maison des Deux Caps está a desenvolver uma política de incentivo à mobilidade suave, fornecendo um serviço de aluguel de bicicletas e bicicletas assistidas eletricamente, e alguns intervenientes no GSF têm agora a ideia de organizar “dias sem carros”, favorecendo a bicicleta e as caminhadas, mas exigindo também trens das estações da Société Nationale des Chemins de fer Français (SNCF) mais próximas e instalações específicas de recepção no local. Em suma, particularmente ao nível dos sítios franceses, existe um desejo de tornar os sítios totalmente compatíveis com a mobilidade suave, mas na prática isso parece estar longe da realidade.

Para além das estratégias de gestão do público:
circulação de modelos de turismo sustentável e
visões diferenciadas dos visitantes

Circulação de experiências e produção de modelos no campo do turismo sustentável

Escolhas pragmáticas enraizadas em contextos locais, os instrumentos de gestão utilizados podem ocasionalmente inspirar-se em experiências exemplares quando os gestores mobilizam as redes profissionais das quais fazem parte. Nesse

sentido, a rede dos Grands Sites de France é muito eficaz à escala francesa, sendo o Pointe du Raz e o Cap Fréhel modelos para os gestores em Dois Cabos. A rede de sítios do Patrimônio Mundial parece menos decisiva, para além do Mar dos Wadden, cujos gestores encontram na Grande Barreira de Corais ou na Costa Jurássica modelos relevantes de códigos de boa conduta para a utilização de atividades de lazer da natureza. Para além das redes profissionais, os gestores mobilizam experiências de todo o mundo quando são conduzidas sobre temas semelhantes ou próximos dos objetos patrimoniais pelos quais são responsáveis. A promoção do chá no Sri Lanka ou *ylang ylang* em Madagáscar inspira Terra de Sal em Guérande, bem como os Geoparques para a Causeway Coast e Glens Heritage Trust para a Via dos Gigantes, que também implementou o conceito de economuseu e integrou essa rede baseada no Québec.

Deve-se notar que em alguns casos os instrumentos inventados podem ocasionalmente tornar-se modelos à escala nacional ou internacional. Na Via dos Gigantes e em toda a costa de Antrim, uma estreita parceria com os atores socioeconômicos do turismo permitiu assim implementar uma política de *clusters* temáticos e geográficos ligando o sítio a outros pontos de interesse locais (produção de *whisky* em Bushmills...) com o objetivo de prolongar as estadias turísticas na zona. Para o Mar dos Wadden, para além de ter mesmo inventado um novo tipo de parque nacional, não regulador e ancorado na dinâmica socioeconômica local, um programa de educação patrimonial chamado MyWaddenSea, dedicado a todos os níveis escolares, foi extensivamente testado em nível local e amplamente divulgado à escala dos parques nacionais dinamarqueses, à escala do Mar dos Wadden (na Alemanha e na Holanda), e hoje em dia em nível internacional (como na Polinésia Francesa).

Quadro 5 – Circulação de modelos de gestão turística nos quatro sítios patrimoniais.

	Redes profissionais	Modelos adotados	Modelos produzidos
Via dos Gigantes	<ul style="list-style-type: none"> - Papel fraco da rede WHS. - Rede do National Trust. - Rede dos Heritage Trusts. 	<ul style="list-style-type: none"> - Economuseus (marca do Québec): Europa do Norte, Canadá... - Geoparque (Canadá, Noruega, Islândia, Rússia). - Rota litoral (modelo irlandês do Wild Atlantic Way). 	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Clusters</i> em parceria com os atores socioeconômicos do turismo (Bushmills...).
Mar dos Wadden	<ul style="list-style-type: none"> - Papel crescente da rede WHS. - Cooperação <i>flyway est-atlantique</i> (Parque Nacional do Banc d'Arguin, Mauritanie...). 	<ul style="list-style-type: none"> - Código de boa conduta dos usos recreativos dos litorais e marinhos (Grande Barreira de Coral, Jurassic Coast). - Evento de arte contemporâneo natureza/cultura (Wadden Sea Festival, desde 2014) 	<ul style="list-style-type: none"> - Programa de educação MyWaddenSea: difusão em torno (Alemanha, Holanda), nos parques nacionais da Dinamarca, e na Polinésia Francesa. - Invenção do modelo do parque nacional dinamarquês (Lei 2006). - turismo gastronômico: Oyster Safári...
Pântanos salgados de Guérande	<ul style="list-style-type: none"> - Recusa da rede de Grands Sites de France. - Rede dos Pântanos salgados do arco Atlântico 	<ul style="list-style-type: none"> - Turismo de <i>terroir</i> e gastronômico (pimenta d'Espelette, chá em Sri Lanka, <i>ylang ylang</i> em Madagáscar...). 	<ul style="list-style-type: none"> - Na ideia: <i>paludier d'un jour</i>. - Sal de Guérande Label rouge.
Dois Cabos	<ul style="list-style-type: none"> Rede de Grands Sites de France 	<ul style="list-style-type: none"> - Erquy-cap Fréhel - Pointe du Raz - Gâvres-Quiberon - Landes: ciclovias 	

Relação dos visitantes com a governação

Sem voltar aos mecanismos de governança implementados nos quatro sítios e ao lugar que raramente dão aos habitantes (Mar dos Wadden), aos usuários (Mar dos Wadden) e aos visitantes turísticos (apenas indiretamente através de certos

interventores públicos e privados do turismo), é interessante aqui compreender o ponto de vista e a relação dos próprios visitantes com a governança. À escala dos sítios como um todo, 58% dos visitantes interrogados (201 indivíduos) disseram ser contra a ideia de participar em mecanismos de governança. As razões regularmente citadas são, como esperado, tanto o fato de se sentirem pouco preocupados com a gestão de um sítio que a maioria deles está a descobrir pela primeira vez (mesmo que a maioria deles seja a favor da ideia de comunicar o seu nível de satisfação, em particular na Via dos Gigantes ou em Dois Cabos) e a dificuldade de imaginar um sistema que lhes permita dar uma opinião, mesmo que a sua visita ao sítio seja rápida e temporária. Por outro lado, é impossível ignorar o fato de 42% deles se declararem favoráveis. Os visitantes a favor de uma abordagem mais participativa são, além disso, a maioria nos pântanos salgados de Guérande e continuam a ser importantes para o Mar dos Wadden. A integração dos visitantes turísticos na governança local parece, portanto, ser um problema, particularmente nesses dois sítios de zonas húmidas. Embora os turistas continuem relutantes em solicitar esse envolvimento, este não é obviamente o caso dos habitantes locais que, para os quatro sítios, geralmente solicitam mais participação. Para os residentes secundários, a posição é mais mista, dependendo em particular da ancoragem no território local e da regularidade das estadias.

Acesso ao sítio do patrimônio para todos: questões e conflitos

É evidente que o acesso aos sítios é uma questão tanto para os gestores como para os visitantes, cujas posturas dependem muito do estatuto da terra e das estratégias dos gestores, e em grande parte também dos contextos socioculturais e econômicos locais. Um vasto espectro de situações pode ser observado entre uma grande liberdade de acesso dada no Mar dos Wadden, tanto espacial (nomeadamente o acesso às praias de carro, curiosamente pouco debatido no nível local) como sem direito específico de entrada, e o acesso totalmente (ou quase) sob controle nas salinas de Guérande, ambos espaciais, reduzidos à salina de Terra de

Sal, com uma taxa de entrada paga. Entre esses dois extremos, a Via dos Gigantes aplica o modelo de direitos de acesso pagos, experimentado e testado na maioria dos sítios pertencentes ao National Trust, mesmo que a estrada principal permaneça ambigualmente pública, e opera uma restrição espacial das rotas dos visitantes através de uma forte canalização, justificada tanto do ponto de vista ecológico como do ponto de vista da segurança dos visitantes. Para Dois Cabos, a situação é semelhante à da Via dos Gigantes do ponto de vista espacial, sendo a canalização por trilhas muito forte (especialmente no Cap Gris-Nez), e começa hoje uma reflexão sobre o fim do livre acesso e o desejo de maior participação financeira dos visitantes, especialmente através da ideia de estacionamento pago (em linha com o que é feito no Pointe du Raz, Mont Saint-Michel...). Os contextos locais justificam obviamente essas posturas e escolhas. No Mar dos Wadden, a regulamentação dinamarquesa garante o acesso de todos e em total liberdade às áreas naturais e à linha costeira, mesmo que a reserva natural limite esse acesso em áreas de tranquilidade para a vida selvagem, que no entanto geralmente permanecem longe da linha costeira. Os dois gestores estão no entanto concentrados na utilização de atividades de lazer baseadas na natureza, que, com o acordo dos representantes dos utilizadores, a maioria dos quais são entusiastas por esportes, estão sujeitas a um zoneamento relativamente restrito (exceto talvez para canoagem e caiaque). A caça está também sujeita a uma limitação muito limitada após longas e amargas negociações iniciadas nos anos 1980. No caso das salinas de Guérande, o caráter privado da terra e a dificuldade de conciliar o trabalho dos salineiros com a visita anárquica explica o posicionamento da cooperativa e especialmente o da sua filial Terra de Sal. No caso da Via dos Gigantes, a necessidade de autofinanciamento do National Trust explica em grande parte as suas escolhas, ainda mais no contexto de um sistema de interpretação do patrimônio tão sofisticado quanto necessário para ser capaz de financiar e manter. Para Dois Cabos, a fragilidade ecológica dos ambientes naturais dos penhascos, que são particularmente sensíveis à frequência de público, bem como a necessidade de garantir a segurança dos caminhos, informam, por sua vez, a escolha da canalização.

Perante a dificuldade de implementar os desenvolvimentos necessários apoiados principalmente por subsídios públicos, a procura de uma participação mínima dos visitantes, os principais beneficiários da qualidade do acolhimento do sítio, também se justifica facilmente. Face a essas situações, deve notar-se que o público permanece relativamente dócil e compreensivo. Todos os visitantes reunidos nesta investigação declaram assim um forte sentimento de liberdade de visita, apesar das poucas restrições impostas pelos gestores (esse sentimento permanece ligeiramente menos forte para os pântanos salgados de Guérande). A canalização das rotas dos visitantes é geralmente bem compreendida, mesmo que nem sempre seja sistematicamente respeitada, especialmente nos pântanos de Guérande, onde os visitantes turísticos expressam um respeito relativamente forte pela propriedade privada e pelo trabalho dos trabalhadores do sal. Fora da Chaussée des Géants, 74% dos visitantes interrogados (151 indivíduos) continuam no entanto hostis a um direito de acesso aos sítios pagadores. A proporção é muito maior para os dois locais franceses e, paradoxalmente, para os pântanos salgados de Guérande, onde os visitantes pagam a sua visita guiada e o acesso ao centro de interpretação e aos seus pântanos salgados em Terra de Sal. Para a Via dos Gigantes, por outro lado, a maioria dos visitantes é favorável ao pagamento de uma taxa de entrada, que pode ser explicada tanto pela qualidade do serviço de acolhimento prestado, pelo hábito do modelo aplicado em quase todo o lado pelo National Trust (para os públicos nacionais) e, portanto, por uma forma de aceitação tácita (que envolve também a compra de um cartão anual de membro), como pela importância do público internacional que aceita esse tipo de medida mais no estrangeiro durante as suas férias do que no seu próprio país. Os visitantes nos quatro locais expressam também uma atitude amplamente negativa em relação ao estacionamento pago, com 70,5% dos 201 indivíduos inquiridos a dizerem-se contra o estacionamento pago, mas existem grandes diferenças na situação local. Enquanto para os sítios franceses o público é geralmente mais favorável aos parques de estacionamento pagos do que às entradas pagas (o que explica a maior regularidade dessa escolha para os gestores de outros sítios na França), o contrário é verdadeiro para a Via dos

Gigantes, onde os visitantes estão menos inclinados a pagar por um serviço de estacionamento (mesmo aqui novamente, o bilhete de entrada no local pode incluir estacionamento, que é muito caro e problemático para um visitante que não deseja visitar o centro de visitantes), bem como no Mar dos Wadden, onde o público é muito desfavorável (88%), em grande parte porque as viagens de carro são frequentemente necessárias, dada a dimensão da área, incluindo para o acesso a certas praias. Contraintuitivamente, a esmagadora maioria dos visitantes de sítios franceses dizem, no entanto, compreender a necessidade desse tipo de medidas e explicar para que é que o dinheiro recolhido poderia ser utilizado. Este não é o caso nem no Mar dos Wadden nem na Via dos Gigantes, onde apenas 46% dos entrevistados responderam favoravelmente a essa pergunta. Resta encontrar aqui uma explicação sobre a eficácia das medidas de sensibilização realizadas em cada local, uma vez que o Centro de Interpretação da Via dos Gigantes está no entanto a fazer um esforço para explicar o trabalho de gestão do Trust Nacional em relação à história do turismo no local, que é objeto de uma bela e divertida reconstrução. Para os habitantes, e em menor medida para os residentes secundários, a visão do acesso aos sítios é, por outro lado, particularmente diferente da dos turistas. Para os pântanos de Guérande, os habitantes (especialmente os novos habitantes, que aqui poderiam ser descritos como neorrurais) e os residentes secundários expressam o seu descontentamento com os trabalhadores do sal em Guérande, que são acusados de sobreprivatizar o pântano. Esse é também o caso dos visitantes que utilizam o pântano para a observação da natureza. O mesmo sentimento prevalece na Via dos Gigantes contra o National Trust, localmente conhecido como “National No Trust” ou “National Mistruss”, acusado de ter tomado conta do local e de tê-lo comercializado perigosamente. Em Dois Cabos ou no Mar dos Wadden, esses conflitos não são expressos, tanto mais que mesmo que os habitantes e residentes secundários permaneçam ligados a uma certa liberdade de acesso e prática no local, permanecem pouco constrangidos pelos gestores. No Mar dos Wadden, contudo, alguns habitantes continuam a questionar a inscrição do Mar dos Wadden na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO e os riscos de sobrecomercialização do patrimônio que pressupõem,

obviamente sem serem frontalmente hostis a ele. Esses conflitos não deixam de redefinir as noções de propriedade privada e de propriedade pública quando o patrimônio é considerado como propriedade comum, embora o seu estatuto fundiário permaneça privado (o caso da propriedade do National Trust ou dos trabalhadores do sal).

Conclusão

Propor uma análise da forma como o equilíbrio entre proteção e frequentações turísticas é pensado e trabalhado em quatro sítios patrimoniais localizados em três países diferentes, com diferentes modos de organização, contextos regulamentares e situações socio-culturais não é uma tarefa fácil. A coleção de sítios aqui proposta também permanece limitada a fim de conseguir uma síntese cuja ambição poderia ser oferecer um panorama das questões de gestão turística em sítios do patrimônio no Noroeste da Europa. A síntese aqui proposta é, portanto, válida apenas para os quatro sítios estudados, mesmo que ocasionalmente possam ser notadas semelhanças com outros sítios desenvolvidos na literatura (para a costa alemã do Mar dos Wadden, ver em particular Krauss, 2006).

Os quatro sítios estudados, que são importantes *hotspots* do patrimônio e do turismo, mostram que existem elementos invariantes para além das diferenças na gestão de audiências e modos de governação. O valor patrimonial dos sítios permanece assim muito dependente do ponto de vista turístico e o seu carácter excepcional está intimamente ligado aos seus usos turísticos (LAZZAROTTI, 2011, 2003). Embora todos os sítios tenham níveis elevados de visitantes, não parece haver qualquer tensão entre visitantes turísticos e habitantes, e os conflitos expressos ou latentes parecem estar mais relacionados com a questão do acesso ao patrimônio para todos. Encontramos assim sistematicamente:

(a) Uma abertura/fechamento dialético de espaços aos visitantes à escala do próprio sítio ou dentro do seu perímetro máximo de proteção. Esta questão é regularmente conflituosa e opõe-se aos gestores, aos habitantes e residentes secundários, essencialmente no caso dos pântanos de Guérande ou do Via dos

Gigantes. Neste último exemplo, o debate remonta pelo menos ao século XIX, embora tenha sido seriamente renovado desde a construção do novo centro de visitantes em 2012.

- (b) Posturas muito distintas de concentração de fluxos de visitantes ou fragmentação/dispersão de fluxos. O Mar dos Wadden é o exemplo mais bem sucedido de dispersão de fluxos de visitantes, enquanto os pântanos salgados de Guérande são o caso de um maior controle e concentração de visitantes. No caso da Via dos Gigantes, essa questão é particularmente entre o National Trust – cuja estratégia é encorajar a utilização dos sítios que possui, mesmo que isso signifique ter de gerir a saturação – e o Causeway Coast e Glens Heritage Trust, cujo trabalho visa desconcentrar os fluxos do sítio em benefício de toda a região costeira.
- (c) Debates sobre a própria definição de objetos patrimoniais, dado que as escolhas de conservação e/ou interpretação podem divergir ou contradizer-se para sítios que são complexos do ponto de vista patrimonial. Em termos mais gerais, a maioria dos gestores considera os seus sítios como paisagens culturais, o que é particularmente evidente nas suas escolhas de gestão e políticas de valorização do patrimônio. Assim, fornecem uma síntese das questões patrimoniais à escala dos sítios pelos quais são responsáveis.

Embora a amostra de sítios seja demasiado pequena para identificar exaustivamente fatores que explicariam sistematicamente a implementação de uma inovação na gestão de visitantes e turismo sustentável, é no entanto possível identificar alguns elementos contextuais que parecem estar favorecendo essa perspectiva aqui. A existência e implementação de uma governação local aberta parece ser o primeiro fator necessário. Sem retirar legitimidade ao gestor para intervir no sítio, permite alargar os valores dados ao patrimônio, considerar melhor o território em que o sítio está inserido e debater as questões de abertura/encerramento do sítio. Embora na França os gestores de áreas protegidas sejam regidos pelo contexto regulamentar para construir essa governação no seio de conselhos de administração ou comitês de gestão, muitas

vezes permanece em grande parte institucional. A Irlanda do Norte mostra que os gestores por vezes não são os atores mais apropriados para construir esse diálogo. Outro ator territorial pode então assumir e organizar a governança em nível local, porque o seu âmbito de intervenção é mais amplo do que apenas o sítio patrimonial e beneficia-se de um hábito de trabalhar em rede/parceria. Além disso, a inovação no desenvolvimento do turismo na costa de Antrim depende, em última análise, da qualidade das ligações com o patrimônio privado e os interventores do turismo, defendendo a sua melhor integração nos mecanismos de gestão do patrimônio. Isso também é demonstrado pela gestão operada pelo Parque Nacional do Mar dos Wadden dinamarquês, cuja grande originalidade é a implantação de um mecanismo de governação que integra os intervenientes públicos e privados do turismo, bem como representantes dos utilizadores do sítio, em toda a sua diversidade, e cidadãos não eleitos que vêm reforçar a integração das comunidades locais para além das representações habituais das autoridades locais eleitas. Um segundo elemento de contexto é a crise econômica e/ou sociopolítica. Em ambos os casos, as crises têm sido momentos de profundo questionamento e transformação dos atores locais na origem de novas fases de “pós-crise” de redesenvolvimento turístico. Na Irlanda do Norte, foi depois dos problemas na Irlanda do Norte (dos anos 1970 a 1998) que foi criado o Causeway Coast and Glens Heritage Trust, permitindo uma abertura gradual da governança do sítio e o início de uma reorientação dos fluxos turísticos. Para as salinas de Guérande, que estavam em declínio na década de 1970 e ameaçados por projetos de desenvolvimento costeiro e recreativo, o seu renascimento com a chegada de novos salineiros de fora da área iniciará um processo de valorização do patrimônio e novas práticas turísticas. Um último elemento contextual é o do reconhecimento no nível do sítio (pelos gestores) dos direitos de acesso ou de utilização pública do patrimônio (ou do espaço patrimonial) que transcendem o estatuto de terra privada do sítio. Pois nos pântanos salgados de Guérande, embora alguns gestores de pântanos salgados possam ser tentados a encerrar os locais ao abrigo da lei de propriedade, a questão permanece se o patrimônio não pertence também, no final, ao público visitante. Sem o público, ainda existe patrimônio?

Referências

- BÉNOS, R.; MILIAN, J. «Conservation, valorisation, labellisation: la mise en patrimoine des hauts-lieux pyrénéens et les recompositions de l'action territoriale». *Vertigo – la revue électronique en sciences de l'environnement* [En ligne], Hors-série 16 juin 2013, mis en ligne le 30 mai 2013. URL: <http://vertigo.revues.org/13631>.
- BIORET, F. ; ESTÈVE, R. ; STURBOIS, A. *Dictionnaire de la protection de la nature*. Ed. Presses universitaires de Rennes, 2009, 537 p.
- CORBIN, A. *Le Territoire du vide: l'Occident et le désir du rivage, 1750-1840*. Paris: Ed. Flammarion, coll. «Champs», n. 218, 1988, 407 p.
- DEPRAZ, S. *Géographie des espaces naturels protégés: genèse, principes et enjeux territoriaux*. Paris: Ed. Armand Colin, coll. «U. Géographie», 2008, 320 p.
- HARVEY, D. C. The history of heritage. In: GRAHAM, B.; HOWARD, P. (Eds.) *The Ashgate Research Companion to Heritage and Identity*. Ed. Ashgate, Aldershot, p. 19-36, 2008.
- KRAUSS, W. The Natural and Cultural Landscape Heritage of Northern Friesland. In: OLWIG, K. R.; LOWENTHAL, D. (Dir.). *The Nature of Cultural Heritage and the Culture of Natural Heritage, Northern Perspectives on a Contested Patrimony*. London/New York: Ed. Routledge, p. 37-50, 2006.
- LAZZAROTTI, O. Tourisme et patrimoine: ad augusta per angustia. *Annales de Géographie*, n. 629, janvier-février, p. 91-110, 2003.
- LAZZAROTTI, O. *Tourisme et patrimoine*. Histoires, lieux, acteurs, enjeux. Paris : Ed. Belin, Coll. Belin Sup Tourisme, 2011, 272 p.
- LUSSAULT, M. Identité spatiale. In: LÉVY, J.; LUSSAULT, M. (Dir.) *Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés*. Paris: Ed. Belin, p. 480-481, 2003.
- MEUR-FÉREC, C. Entre surfréquentation et sanctuarisation des espaces littoraux de nature. *L'Espace géographique*, tome 36, n. 1, p. 41-50, 2007.
- MIOSSEC, A. La gestion de la nature littorale en France atlantique – étude comparative (Royaume-Uni, Pays-Bas, Espagne et États-Unis). Thèse de doctorat ès Lettres, Université de Bretagne Occidentale, 3 tomes, 1993.
- PIRIOU, Jérôme. Le haut-lieu touristique: un cadre d'analyse de l'excellence d'une destination. *Téoros*, v. 30, n. 1, 2011, p. 25-32. <https://doi.org/10.7202/1012105ar>.
- TRIPLET, P. *Dictionnaire encyclopédique de la diversité biologique et de la conservation de la nature*. Sixième édition, 2020, 1.216 p.

TERCEIRA PARTE
Vilegiatura e segunda residência,
no campo, na praia

Segundas residências, lazer e urbanização litorânea na região metropolitana de Fortaleza (CE), Brasil

Edson Oliveira de Paula¹
Bruno Rodrigues da Silveira²

Introdução

A sociedade tem vivido uma espécie de romance com o mar. Essa relação se intensificou na segunda metade do século XX, sobretudo em decorrência de reconfigurações simbólicas resultantes de demandas socioeconômicas e de avanços no campo da técnica (DANTAS, 2014). Os espaços litorâneos, hoje, inspiram poetas e romances, representam cartões postais e fonte de renda, tornando-se alvo de desejo, símbolo de *status* (DANTAS, 2015) e consumo nas sociedades ocidentais.

Quem nunca desejou morar na praia? Essas representações têm conduzido a sociedade a uma corrida em direção ao mar (URBAIN, 1996). Nesse quadro, o lazer e as atividades econômicas ligadas a ele ganharam posição de destaque, principalmente a partir da segunda metade do século passado. A difusão do turismo de massas (BOYER, 2008), o crescimento da “indústria” hoteleira e a intensificação da vilegiatura³ marítima reforçam esse interesse pelo mar.

¹ Doutorando no programa de pós-graduação em Geografia pela Universidade Federal do Ceará.

² Professor no Instituto Federal Baiano, doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal da Bahia.

³ O termo vilegiatura é utilizado como substituto ao termo veraneio. A substituição tem como ponto central o fato de que morar ocasionalmente em uma segunda residência não está atrelado a uma condição sazonal específica, mas é resultado de múltiplos fatores (férias, fins de semana, festas e reuniões familiares etc.).

No Brasil, desenvolveu-se dinâmica de incorporação e adaptação de maritimidade (DANTAS, 2010), sem que houvesse assimilação ou transposição diretas. Nesse contexto, a popularização de práticas marítimas modernas, tais como a vilegiatura marítima e os banhos de mar e sol pelas elites locais, firmou as bases para a instalação do turismo litorâneo no território brasileiro, sobretudo nas regiões metropolitanas em estados nordestinos.

A captação desse nicho do mercado imobiliário, disponibilidade de recursos e a construção de imóveis com finalidade à realização de atividades de lazer resultaram em uma “febre” de segundas residências para as classes média e abastada das sedes metropolitanas do Nordeste, fortalecendo o sonho de possuir uma “casa de praia” ou uma “casa de veraneio” (como se popularizou).

Diversas ações viabilizaram a prática do turismo, programas como: PRODETUR NE I, PRODETUR NE II, PRODETUR NACIONAL, Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e Programa Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT) implementaram ações na direção de um novo planejamento territorial (ARAÚJO, 2016). Expansão da malha viária (Costa Dourada, em Pernambuco; Costas do Sol Nascente e Ponte, no Ceará; e Costa das Dunas, no Rio Grande do Norte etc.), requalificação de patrimônio histórico, criação de áreas de proteção ambiental, construção e ampliação de aeroportos – Fortaleza (CE), Salvador (BA), Ilhéus (BA), Porto Seguro (BA), Recife (PE) e São Gonçalo do Amarante (RN) –, provimento de saneamento básico, bem como qualificação funcional de gestores e servidores são exemplos de setores que receberam investimentos (BNB, 2010, 2005a, 2005b) (PAC, 2010).

Como corolário das ações empreendidas pelo Estado, o Nordeste percebeu acelerado processo de urbanização litorânea (PEREIRA; GOMES, 2018). Hotéis, pousadas, *flats*, condomínios, *resorts* e residências secundárias foram instalados de forma descontínua ao longo da costa, compondo um verdadeiro mosaico urbano em contínua ampliação. Se até os anos 1980 esse movimento derivou de demandas por espaços de lazer nas circunvizinhanças da sede metropolitana, atualmente ele avança rumo a outros pontos da costa (PEREIRA, 2017), viabilizado pela implementação de infraestrutura viária.

Nesse quadro, discutir-se-á três movimentos: um de ampliação e transbordamento da lógica de urbanização pelo lazer nas adjacências dos núcleos metropolitanos, no qual discutiremos a distribuição de segundas residências a partir de Fortaleza; o segundo representa o processo de refuncionalização de áreas anteriormente dimensionadas para/pelo lazer, que passaram a ser incorporadas ao tecido urbano da metrópole e atender à necessidade de residências permanentes (SILVEIRA, 2013); o terceiro, remonta a um processo de diversificação de uso vinculado à lógica de locação de imóveis por período de curta duração através do Airbnb.

Em termos metodológicos, empreendeu-se: (i) a análise de dados dos Censos de 2000 e 2010 (IBGE) acerca do avanço do número de segundas residências na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF); (ii) entrevistas semiestruturadas com porteiros e proprietários de domicílios em Icarai, Caucaia (CE), como meio de compreender as transformações no perfil de moradores (ocasionais em permanentes) na localidade praiana; (iii) por fim, com base em dados do Airbnb, identificar nova dinâmica econômica e vetor de expansão do lazer litorâneo na Região Metropolitana de Fortaleza.

Urbanização litorânea e lazer na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF)

Ao longo da década de 1970, descortinava-se franca ampliação da vilegiatura marítima através da construção de segundas residências junto à linha de costa, sobretudo em Fortaleza, Caucaia e Aquiraz. Esse movimento foi captado pelo Censo demográfico de 1980: a capital despontava com o total de 1.476 residências secundárias, seguida de perto por Caucaia, com 1.192 e Aquiraz, com 1.128. Esses dados ajudam a ilustrar a expressão desse fenômeno. Os municípios de Fortaleza, Caucaia e Aquiraz apresentavam respectivamente 29,62%, 23,92% e 22,64% do total dos imóveis destinados ao uso ocasional na Região Metropolitana de Fortaleza. Juntos, eles reuniam 76,18% do total das residências secundárias (IBGE, 1980).

Já em 1991 (Tabela 1), o volume de segundas residências progredia a passos largos. Fortaleza passou a registrar 4.112, seguida por Caucaia, com 3.877 e Aquiraz, com 2.657. Isso representou ampliação de 178,59%, 225,25% e 135,55%, respectivamente (IBGE, 1991). São Gonçalo do Amarante e Cascavel (situados a oeste e a leste de Fortaleza, respectivamente) notificaram sensível acréscimo no número de domicílios de uso ocasional. O primeiro município saiu de 256 residências secundárias, em 1980, para a marca de 1.197, em números absolutos, com aumento de 367,58% no período. O segundo, ao seu turno, suplantou os 176 domicílios de uso ocasionais, em 1980 para atingir 1.018 unidades, apresentando crescimento de 478,40%, em 1991 (IBGE, 1991).

Tabela 1 – Evolução do número de segundas residências na Região Metropolitana de Fortaleza – 1980-1991.

Município	Segundas Residências 1980	Participação %	Segundas Residências 1991	Participação %	Crescimento %
Aquiraz	1 128	22,64	2 657	17,11	135,55
Cascavel	176	3,53	1 018	6,56	478,41
Caucaia	1 192	23,92	3 877	24,96	225,25
Fortaleza	1 476	29,62	4 112	26,48	178,59
São Gonçalo do Amarante	256	5,14	1 197	7,71	367,58
Mun. litorâneos	4 228	84,85	12 861	82,81	204,19
Mun. não litorâneos	755	15,15	2 669	17,19	253,51
TOTAL	4 983	100,00	15 530	100,00	211,66

Fonte: IBGE (1980; 1991). Elaborado pelos autores (2020).

Nova pesquisa realizada pelo IBGE, por ocasião do censo de 2000, corroborou com o panorama de ampliação do número de imóveis utilizados ocasionalmente. Fortaleza continuou despontando absoluta com o total de 7.942 residências secundárias, representando 29,90% do universo analisado na RMF (Tabela 2). Isso equivale a dizer que houve

acrécimo da ordem de 3.830 unidades ou 93,14%. Assim, o acréscimo no número de imóveis de uso ocasional na capital, em 2000, praticamente dobrou, uma vez que saiu de 4.112 em 1991, para 7.942.

Caucaia ampliou sua participação em números absolutos para 6.540, denotando acréscimo de 68,69% ou 2.663 unidades de domicílios de uso ocasional no interstício entre 1991 e 2000 (Tabela 2). Nesse período, Caucaia passou por uma série de questões, tais como: o avanço do mar, em virtude de mudanças nos padrões de aporte de sedimentos e a consequente degradação da linha de costa (CLAUDINO-SALES; CARVALHO, 2014) promovidos e/ou ampliados por intervenções humanas; e a construção da ponte da Barra do Ceará, que facilitou o acesso ao município metropolitano não apenas a turistas e vilegiaturistas, mas possibilitou também a realização de ocupações populares de grupos desfavorecidos nas localidades caucaieiras mais próximas a Fortaleza. Esses fatores se refletiram na popularização da vilegiatura e até em um relativo barateamento dos imóveis, uma vez que, parte dos antigos moradores ocasionais se transferiram para localidades mais distantes como Tabuba, Cumbuco ou até outros municípios.

Aquiraz registrou crescimento de 70,72% (ou 1.879 novas segundas residências) entre 1991 e 2000 (Tabela 2). Localidades como Prainha, Japão, Iguape etc., popularizaram-se em um processo mais ou menos parecido como o ocorrido em parte de Caucaia. Entretanto, quem adquiriu imóvel em localidades como Presídio e Porto das Dunas investiu ainda mais em diferenciação social e, em certa medida, um relativo distanciamento social da convivência com grupos menos abastados, uma vez que os preços praticados em lotes e residências se tornaram cada vez mais impeditivos à aquisição de imóveis nessas localidades.

São Gonçalo do Amarante, no mesmo período, obteve crescimento expressivo (Tabela 2). Se, em 1991, o município dispunha de 1.197 residências secundárias, em 2000, esse número alcançou a marca de 1.822, computando acréscimo de 625 novas unidades em números absolutos (ou 52,21%). As localidades de Pecém e Taíba foram as principais responsáveis por esses

números. Em 1997, o governo estadual inaugurou o complexo industrial e portuário do Pecém, com capacidade superior à do Porto do Mucuripe; o Porto do Pecém se tornou o principal porto do estado. Nos anos seguintes houve expressiva ampliação do processo de urbanização no município, não apenas em virtude da lógica do lazer que se fortaleceu (vilegiatura marítima, turismo litorâneo, esportes náuticos etc.), mas também em decorrência de demandas oriundas da lógica do trabalho vinculadas ao complexo industrial-portuário.

Com aumento de 625 segundas residências (ou 61,39%) em relação ao período anterior, Cascavel alcançou a marca de 1.643 residências secundárias no ano 2000. Fato impactante é que o progressivo avanço do mar causou intensa erosão sobre as zonas de praia e pós-praia, reduzindo ainda mais a distância entre os imóveis edificadas à beira-mar e a linha de maré. Isso implicou na destruição de grande parte do calçadão na localidade de Caponga e de alguns imóveis mais próximos ao mar.

Meireles (2008) afirma que a praia de Caponga foi mais uma na lista de localidades assoladas com a erosão. Localidades como Parajuru, Morro Branco e das Fontes, em Beberibe; Iguape, em Aquiraz; Dois Coqueiros, Pacheco, Iparana e Icaraí, em Caucaia; Pecém, em São Gonçalo do Amarante; Paracuru, no município homônimo; Lagoinha, em Paraipaba; e Mundaú, em Trairi, completavam a lista naquele momento (MEIRELES, 2014).

De modo geral, a diferença em termos de concentração de residências secundárias entre municípios metropolitanos litorâneos e não litorâneos se tornou ainda maior. Os primeiros saltaram de 12.861 para 22.483 (74,82% ou 9.622), enquanto os não litorâneos saíram de 2.669 para 4.081, (acrécimo de 52,90%). Tal dado só reafirmou a lógica de concentração de imóveis dessa natureza no litoral metropolitano.

Tabela 2 – Evolução do número de segundas residências na Região Metropolitana de Fortaleza – 1980-1991.

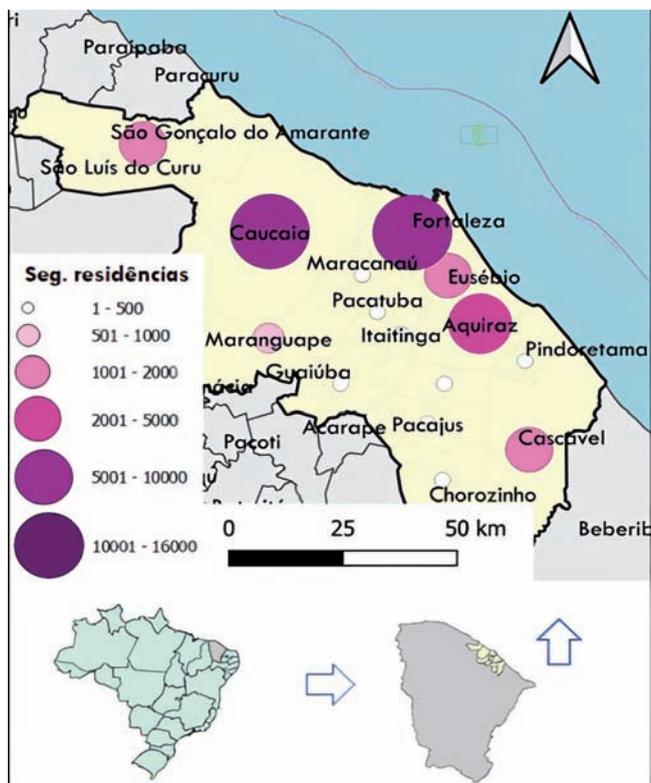
Município	Segundas Residências 1991	%	Segundas Residências 2000	%	Crescimento %
Aquiraz	2 657	17,08	4 536	17,08	70,72
Cascavel	1 018	6,19	1 643	6,19	61,39
Caucaia	3 877	24,62	6 540	24,62	68,69
Fortaleza	4 112	29,90	7 942	29,90	93,14
São Gonçalo do Amarante	1 197	6,86	1 822	6,86	52,21
Mun. litorâneos	12 861	84,64	22 483	84,64	74,82
Mun. não litorâneos	2 669	15,36	4 081	15,36	52,90
TOTAL	15 530	100,00	26 564	100,00	71,05

Fonte: IBGE, 1991; 2000. Elaborado pelos autores (2020).

Em 2000 (Figura 1), Fortaleza e Caucaia figuravam com os maiores montantes, Aquiraz vinha em seguida. Entre os municípios metropolitanos, São Gonçalo do Amarante e Cascavel se destacaram na sequência. Outra alteração no mapa (Figura 1) ocorreu a oeste com o crescimento experimentado por Paracuru, que passou de 906 para 1.377 domicílios de uso ocasional no período.

Contribuiu para esse quadro o empenho do governo estadual, em parceria com o governo federal e instituições como o Banco do Nordeste (BNB) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no sentido de elaborar políticas públicas de estruturação urbana tais como o PRODETUR-NE I, promovendo conjunto de investimentos no intuito de viabilizar um planejamento turístico (ARAÚJO, 2015).

Figura 1 – Distribuição de segundas residências na Região Metropolitana de Fortaleza – 2000.



Fonte: IBGE, 2000. Elaborado pelos autores (2020).

É evidente que não apenas o turismo se beneficiou com esses programas e ações do Estado, o mercado imobiliário ficou ainda mais aquecido, sobretudo nos municípios litorâneos e metropolitanos mais próximos. Se em 2000 os dados exprimiam forte crescimento no número de domicílios de uso ocasional, em 2010 houve salto ainda mais expressivo (Tabela 3). Fortaleza, que já detinha o maior volume, vê seu total quase dobrar em 10 anos, passando de 7.942 para 15.029, totalizando 7.087 novos registros (ou 89,23%). Deve-se destacar também o aumento em sua participação frente ao total percebido pela Região Metropolitana de Fortaleza. Em 2000, Fortaleza representava 29,90% de todas as segundas residências da RMF; em 2010, essa cifra subiu para 38,35%.

Aciracaz, ao seu turno, passou a ocupar o segundo lugar em termos de concentração, com 6.534 novas unidades (acrécimo

de 44,05% ou 1.998, em números absolutos). Contribuíram para essa situação um conjunto de novos empreendimentos privados inaugurados ao longo da década. Destaque para inúmeros *resorts* como Aquaville Resort & Hotel, Beach Park Acqua Resort, Beach Park Living, entre outros (SILVA, 2013).

São Gonçalo do Amarante, por sua vez, em 2010 chegou ao marco de 2.566 residências secundárias, contra as 1.822 de 2000 (Tabela 4). Considera-se que o município poderia ter computado ainda mais casos, mas, de acordo com moradores e comerciantes locais, parte dos imóveis destinados à vilegiatura, assim como alguns hotéis e pousadas passaram a ser requisitados como moradia para trabalhadores do Porto do Pecém, o que sem dúvida não freou o ímpeto de expansão, mas possivelmente impediu aumento mais significativo nos números. Nesses termos, o crescimento foi da ordem de 744 novas unidades (40,83%).

Cascavel também apresentou crescimento relevante (931 novos imóveis), totalizando 55,66%. Caponga, além de abrigar colônia de pescadores, abrange também grande número de segundas residências; junto com Águas Belas (localidade contígua) registravam 1.469 segundas residências, em 2010.

Tabela 3 – Evolução do número de segundas residências na Região Metropolitana de Fortaleza – 2000-2010⁴.

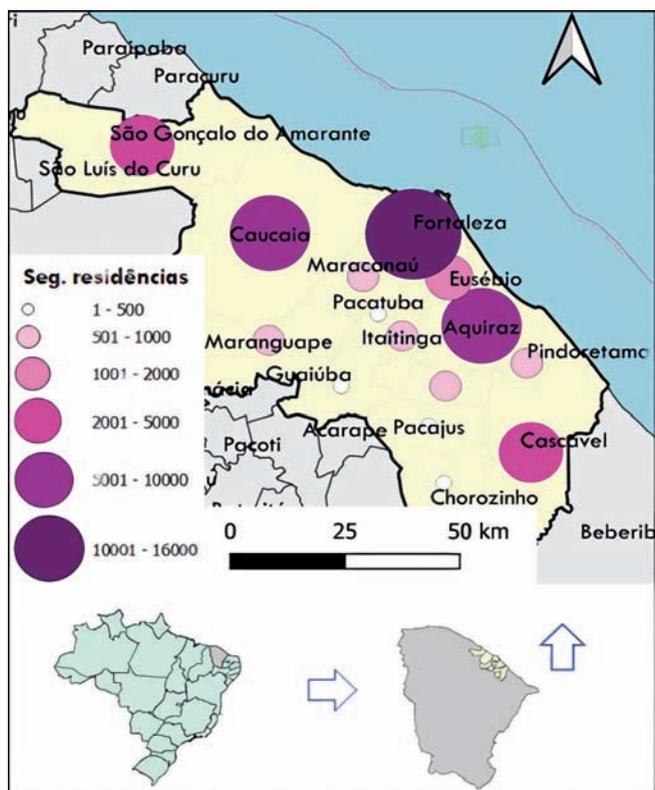
Município	Segundas Residências 2000	Participação %	Segundas Residências 2010	Participação %	Crescimento %
Aquiraz	4 536	17,08	6 534	16,67	44,05
Cascavel	1 643	6,19	2 574	6,57	56,66
Caucaia	6 540	24,62	6 009	15,33	-8,12
Fortaleza	7 942	29,90	15 029	38,35	89,23
São Gonçalo do Amarante	1 822	6,86	2 566	6,55	40,83
Mun. litorâneos	22 483	84,64	32 712	83,48	45,50
Mun. não litorâneos	4 081	15,36	6 473	16,52	58,61
TOTAL	26 564	100,00	39 185	100,00	47,51

Fonte: IBGE, 2000; 2010. Elaborado pelos autores (2020).

⁴Tomar-se-á como base para análise acerca das segundas residências apenas os municípios que integravam a RMF na data do censo de 2010. Paracuru, Paraipaba e Trairi não serão considerados nessa fase do estudo, de modo a evitar inferências acerca de dinâmicas e relações com a capital que talvez não existissem na ocasião.

Ao observar o mapa (Figura 2) percebe-se ainda forte concentração de residências secundárias na capital e nos municípios litorâneos imediatamente próximos. Em seguida, identifica-se dispersão desse fluxo em direção ao litoral leste com Cascavel, Beberibe e Aquiraz como maiores representantes; a oeste, destaca-se São Gonçalo do Amarante.

Figura 2 - Distribuição de segundas residências nos municípios litorâneos do Ceará - 2000.



Fonte: IBGE, 2010. Elaborado pelos autores (2020).

Credita-se o aumento dos números vislumbrados na Tabela 3, sobretudo ao sucesso na execução do planejamento estatal ao longo de toda a década (2000-2010); e às ações empreendidas pela iniciativa privada na construção de empreendimentos imobiliários (condomínios, hotéis, *resorts*, “condhoteis”, “condoresorts” etc.) em uma miscelânea de

complexos residenciais que aliam estrutura hoteleira a residências secundárias (SILVA, 2018).

Apesar de esses imóveis terem sido, em sua maioria, dimensionados para atender às demandas turísticas, muitos se tornaram domicílios de uso ocasional, usados por uma família como meio de lazer em período específico; e alugado, em sistema de *pool*, durante o restante do ano como forma de investimento (DANTAS; ALVES, 2016).

Esse processo de metropolização litorânea (PEREIRA; DANTAS; GOMES, 2016) adicionou novo tempero às dinâmicas de produção espacial voltadas ao lazer. A imbricação entre mercado imobiliário e práticas marítimas modernas (vilegiatura marítima e turismo litorâneo) deu origem ao imobiliário turístico no Nordeste brasileiro (FERREIRA; SILVA, 2010). Este, ao seu turno, foi responsável pelo número crescente de empreendimentos no limiar entre as funções de residência permanente, estada ocasional e alojamento turístico hoteleiro e extra-hoteleiro. Grandes incorporadoras, agentes imobiliários, grupos de investidores nacionais e internacionais fomentaram esse mercado (SILVA, 2015).

Nesse cenário, as obras de estruturação do litoral cearense continuaram sendo realizadas em virtude da mobilização de recursos pelo PRODETUR Nacional, pelo PAC, a partir de 2007, pelo PNOT, entre outros programas e ações mais recentes que auxiliaram na consolidação do turismo litorâneo na região metropolitana e da vilegiatura marítima em escalas nacionais e internacionais.

Outro elemento notável, nesse momento, era o incremento de demandas de estrangeiros, sobretudo oriundos de países europeus (italianos, espanhóis, portugueses, alemães, entre outros). Observava-se, portanto, que a vilegiatura marítima na Região Metropolitana de Fortaleza não mais se limitava aos vilegiaturistas autóctones, mas prendia-se a reescalonamento do fenômeno, conferindo caráter alóctone, mediante ampliação e modernização do Aeroporto Pinto Martins (elevado à categoria internacional), a proximidade da Europa, a realização de voos *charters*, as melhorias no sistema de transporte rodoviário, entre outros fatores foram decisivos para tal realidade (DANTAS,

2015). Mais recentemente, o *hub* aéreo sediado em Fortaleza possibilita inserção ainda maior nos circuitos turísticos mundiais, facilitando traslado, sobretudo entre o Brasil e a Europa, tornando a capital cearense um nó com ainda maior relevância na rede urbana global.

Reconfigurações nos espaços litorâneos

Incorporação de segundas residências ao tecido urbano por demandas de residência permanente

O município de Caucaia, como referido em pesquisas anteriores (IBGE, 1980; 1991; 2000), mostrou-se inserido em lógica de valorização dos espaços litorâneos seja vinculada ao avanço das práticas marítimas modernas, seja pelo crescimento no número de habitantes permanentes. Desse modo, a grande concentração urbana no seu litoral reflete, de um lado, ocupação de vilegiaturistas e, por outro, demandas de habitação permanente. Nota-se que o processo de urbanização litorânea de Caucaia torna-se mais intenso em localidades mais próximas a Fortaleza – destaque para Iparana, Pacheco e Icaraí.

A localidade de Icaraí pode exemplificar essa situação: em cadastro realizado pela Secretaria de Saúde do município havia 2.787 habitantes atendidos pelos agentes de Saúde no ano de 2010, representando 831 famílias. A quantidade de imóveis no local era de 4.769 em edificações e 1.698 em terrenos, no total de 6.467 imóveis, dos quais 4.603 são residências e 161 comércios e serviços, cinco deles ligados à agropecuária.

Ao analisar a proporção de segundas residências em relação às primeiras residências, percebe-se que Caucaia obteve diminuição nos índices de proporção de segundas residências frente ao número de domicílios permanentes ocupados entre os anos 2000 e 2010 (Tabela 4).

Tabela 4 – Proporção de segundas residências em relação a residências permanentes nos Censos de 1980, 1991, 2000 e 2010 dos municípios litorâneos metropolitanos da RMF.

Municípios	1980	1991	2000	2010
Aquiraz	12,8%	27%	32,1%	33,1%
S. Gonçalo	5,4%	19,3%	21,6%	21,3%
Cascavel	1,9%	10,2%	11,9%	13,6%
Caucaia	6,8%	10,9%	10,9%	6,7%
Fortaleza	0,5%	1%	1,5%	2,1%

Fonte: IBGE (2010).

Os dados do Censo de 2010 revelam processo de transformação de residências secundárias em permanentes no município de Caucaia, com queda de 4,2% na proporção de segundas residências em relação ao total de municípios. Em termos absolutos, houve redução de 531 residências secundárias (IBGE, 2010). Fato curioso, uma vez que os demais municípios analisados obtiveram algum crescimento, ainda que modesto.

Considera-se, desse modo, o início dos anos 2000 como o período em que se constata uma transição na área do Icaraí. Segundo relatos de corretores imobiliários, ocorreu nesse período um declínio na procura dos imóveis de vilegiatura marítima por conta da forte erosão na praia e surgiu um aquecimento nas vendas dos apartamentos para moradia. É óbvio que essa divisão temporal apresentada não é algo preciso e rígido, mas é uma forma didática de periodização, constatada através de pesquisa direta realizada com moradores e corretores imobiliários acerca do Icaraí.

Outro dado que ajuda a ilustrar esse fenômeno é representado pelo fluxo migratório (IBGE, 2000). Caucaia registrou entrada de 21.841 habitantes e a saída de apenas 3.270, em 2000. Os corretores de imóveis localizados na praia de Icaraí confirmaram o declínio da procura de imóveis para segunda residência nos anos posteriores a 2000 e um aquecimento de venda de imóveis para moradia permanente, por intermédio de financiamento bancário (Caixa Econômica Federal/Minha Casa, Minha Vida):

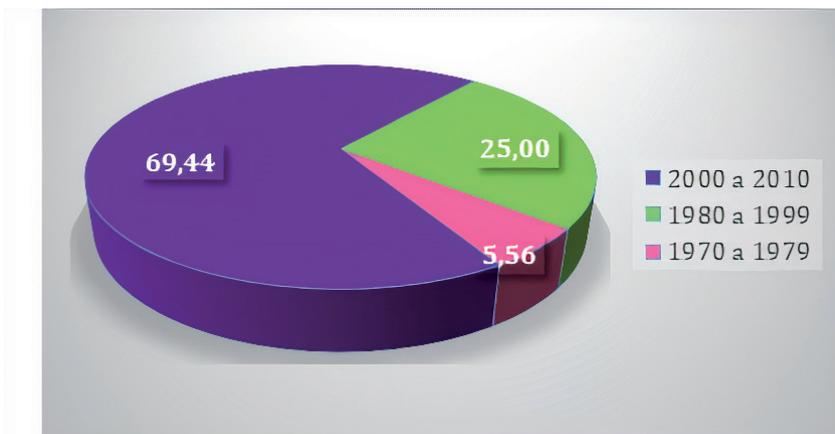
Corretor 1 – O período de melhor venda foi de 1996 a 2000. Tínhamos 12 construtoras e hoje temos só uma. Hoje o mercado está aquecido por causa do financiamento.

Corretor 2 – O período de melhor venda de imóveis foi entre 1998 e 2000. Mas hoje voltou a ter mais procura. Mas nem todos os imóveis atendem à exigência da Caixa Econômica. Tem muitos imóveis para financiamento. A procura aumentou, porque os imóveis em Fortaleza ficaram muito caros.

Corretor 3 – Hoje, 90% das vendas de residências em Icarai são para moradia.

Segundo os corretores imobiliários, o ano de 2001 foi o marco na venda de imóveis em Icarai para moradores permanentes e da baixa procura pelo turismo e pelos moradores ocasionais. Em pesquisa de campo realizada com cerca 40 moradores na praia de Icarai, constatou-se que quase 70% dos entrevistados mudaram para a localidade entre os anos de 2000 e 2010.

Figura 3 – Mudança de moradores entrevistados entre 1970 e 2000.



Fonte: Pesquisa direta. Elaborado pelos autores (2020).

A maioria dos entrevistados é oriunda de Fortaleza, mas constam ainda pessoas vindas de outros estados. Muitos são aposentados. Entre as vantagens encontradas pelos moradores que tornam o Icarai um bom local para residir estão: a facilidade

de acesso à capital, ao centro de Caucaia e ao Porto de Pecém. Uma vez que a localidade se encontra próxima ao mar, torna-se ambiente propício ao usufruto do lazer tanto por moradores locais quanto por vilegiaturistas (SILVEIRA, 2011).

Percebe-se padrão de ocupação em termos de finalidade concernentes às décadas de 1980 a 2000. Condomínios dotados de grande infraestrutura e planejados para o lazer, inaugurados ao longo da década de 1980 (Super Quadra Klim, Super Quadra Morada do Sol, Brisa do Mar, Panorama Privé, Santa Isabel, Super Quadra Village e Ypacaraí) ainda mantêm ligação clara com os propósitos aos quais foram designados (Tabela 6). Por outro lado, os condomínios mais recentes apresentam cada vez mais moradores permanentes.

Percebe-se que o número de moradores permanentes que residem nos condomínios construídos até 1985, 1990 e 1995 representam, respectivamente, 16,66%, 17,70% e 15,70%. Contudo, entre 1996 e 2000 essa cifra sofre alterações significativas (acréscimo de 4,5%). O mesmo ocorre com mais intensidade entre 2000 e 2006 (6,7%). É interessante notar que existe uma linha crescente de ocupação dos apartamentos à medida que os anos passam. Pode-se afirmar, desse modo, que os condomínios construídos no último período analisado atendem uma parcela cada vez maior da população em busca de morar na praia de forma permanente.

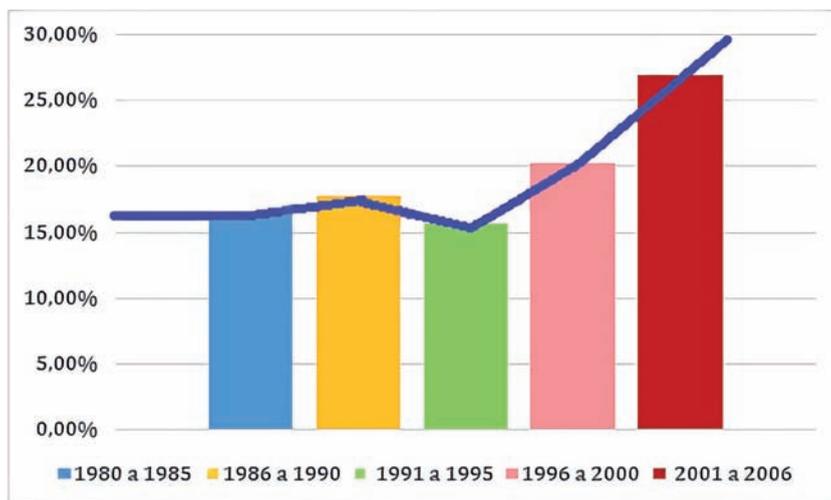
Tabela 5 – Relação da quantidade de apartamentos e quantidade de moradores permanentes.

Ano de Inauguração	Nº de aptos	Moradores Permanentes	Representação (%)
De 1980 a 1985	631	105	16,60%
De 1986 a 1990	389	69	17,70%
De 1991 a 1995	178	28	15,70%
De 1996 a 2000	456	92	20,20%
De 2001 a 2006	160	43	26,90%
Total	1814	337	18,90%

Fonte: Pesquisa direta. Elaborado pelos autores.

A Figura 4 representa a dinâmica estudada e aponta tendência expressa pelos corretores imobiliários. Observa-se no gráfico, linha crescente de apartamentos ocupados por moradores permanentes animados pelas linhas de crédito bancário disponibilizadas naquele momento em virtude do programa federal Minha Casa, Minha Vida. Identifica-se, por um lado, fenômeno de intensa concentração de residências secundárias (a localidade de Icarai sozinha concentra 2.278 domicílios de uso ocasional, cerca de 38% do total de Caucaia); por outro lado, crescimento de domicílios permanentes ainda maior (Tabela 7) (IBGE, 2010).

Figura 4 – Evolução número de moradores permanentes por condomínio inaugurado – 1980-2006.



Fonte: Pesquisa direta. Elaborado pelos autores (2020).

Ao analisar os dados (Tabela 7), nota-se com facilidade forte crescimento entre 2000 e 2010. Todas as localidades litorâneas em Caucaia apresentaram crescimento expressivo em termos percentuais: Iparana (142,95%), Icarai (254,31%), Tabuba (331,48%), Pacheco (383,43%), Cumbuco (711,81%). Apenas Cauípe destoou das demais (com apenas 25,25%). Em números absolutos, total destaque para Icarai, com 4.664 novos domicílios permanentes.

Tabela 6 – Domicílios particulares permanentes – 2000-2010.

Localidades litorâneas	2000	Participação (%)	2010	Participação (%)	Crescimento (%)	Crescimento (N°.abs.)
Icaraí	1.834	47,30%	6.498	49,90%	254,31	4664
Iparana	915	23,60%	2.223	17,10%	142,95	1308
Tabuba	413	10,70%	1.782	13,70%	331,48	1369
Cumbuco	144	3,70%	1.169	9,00%	711,81	1025
Pacheco	175	4,50%	846	6,50%	383,43	671
Cauípe	396	10,20%	496	3,80%	25,25	100
Total	3.877	100%	13.014	100%	235,67	9137

Fonte: IBGE (2000; 2010).

Tal realidade desvelada pelos números, se aproxima de estudos que relatam processos semelhantes em inúmeras localidades da Europa (URRY, 2001). No Brasil, análises científicas demonstram a transformação dos domicílios de vilegiatura em permanentes em municípios metropolitanos da Grande São Paulo (TULIK, 2001) e na cidade de Santos (SEABRA, 1979).

Airbnb: de segundas residências a alojamentos turísticos?

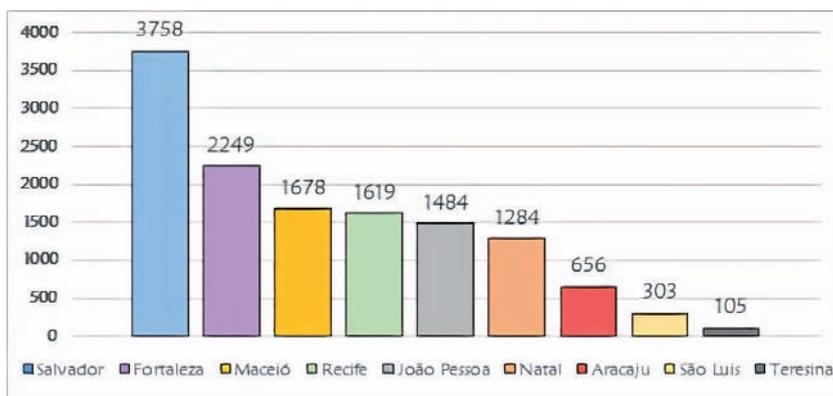
É verdade que alguns proprietários de segundas residências alugavam seus imóveis quando não gozavam de estadia. É também comum encontrar em localidades litorâneas placas de “aluga-se para fins de semana” (em outras, “*for rent*”). Pereira (2014) já observava esse fenômeno. Contudo, deve-se considerar movimento de intensa transformação da sociedade ocorrido na última década. Por um lado, houve maior acesso aos meios de comunicação em rede em função da massificação do uso da Internet através do 3G e 4G (redes móveis), da banda larga e, mais recentemente, da fibra ótica. Por outro, intensificou-se o consumo de produtos e serviços comercializados por *sites*, aplicativos e/ou plataformas. Nesse panorama, ganharam força as chamadas economias de plataforma (MORAES, 2016), economias do compartilhamento (ZANATTA, 2017) ou *sharing economy*

(BENKLER, 2006), onde Booking, Tripadvisor, HomeAway e Airbnb são expressões desse fenômeno no campo da locação de imóveis por curta temporada em seus respectivos nichos. O Airbnb será utilizado como exemplo na análise em questão.

Três elementos são explorados na estratégia de difusão do Airbnb: (i) a relação estabelecida entre anfitrião e visitante; (ii) a geração de ganhos econômicos para ambas as partes; e (iii) a segurança das transações, garantidas pelo *feedback* dos usuários e pela garantia do dinheiro ao visitante quando a transação não ocorrer em conformidade ao combinado (AIRBNB, 2019a). O Airbnb emergiu como novidade atraente. Muitos promotores imobiliários, proprietários de imóveis e agentes turísticos aproveitaram essa onda.

No litoral nordestino surgiram inúmeras ofertas de imóveis e alojamentos para locação por curto período, principalmente nas sedes metropolitanas e nos municípios litorâneos vizinhos. No Ceará (Figura 5), essa lógica tomou corpo. Fortaleza representa atualmente a segunda maior concentração de ofertas de imóveis na região – atrás apenas de Salvador.

Figura 5 – Ofertas de imóveis e quartos listados no Airbnb nas capitais nordestinas – 2020.

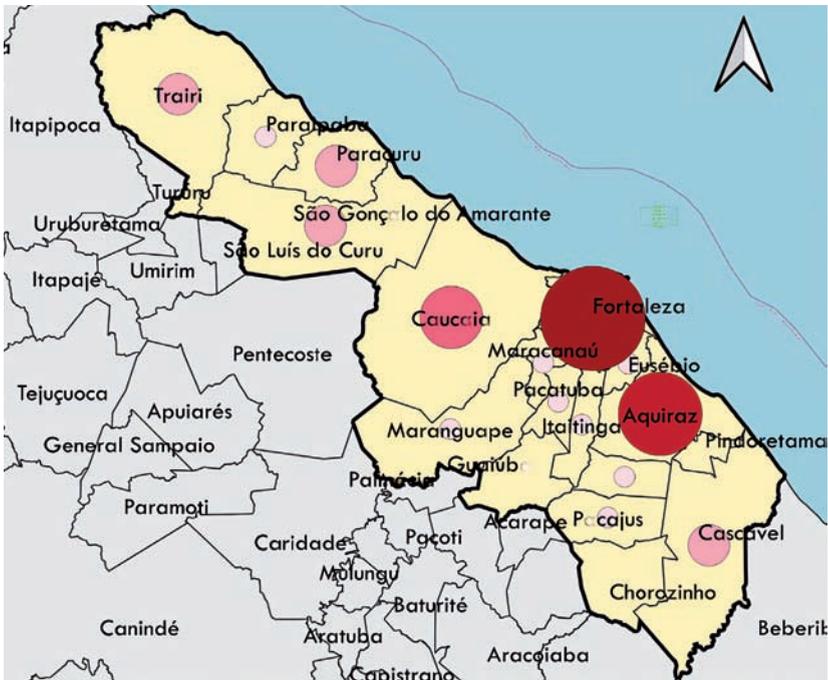


Fonte: AIRDNA, 2020. Elaborado pelos autores (2020).

Na Região Metropolitana de Fortaleza ocorre a seguinte distribuição em termos de ofertas (Figura 6): Fortaleza detém 2.249; Aquiraz vem a seguir com 931; Caucaia apresenta 446; Trairi, na sequência, com 139; São Gonçalo do Amarante com 110;

Paracuru figura na lista com 74; Cascavel denota 62 ofertas; Paraipaba é o município litorâneo e metropolitano com menor índice (apenas 10). Quanto aos municípios metropolitanos não litorâneos (Maracanaú, Eusébio, Horizonte, Pacatuba, Maranguape, Itaitinga, Pacajus, Chorozinho, Guaiuba e Pindoretama) contabilizam juntos apenas 44 ofertas. Tal fato torna evidente a centralidade dos municípios litorâneos na difusão desse fenômeno.

Figura 6 – Ofertas de imóveis e quartos listados no Airbnb na RMF – 2020.



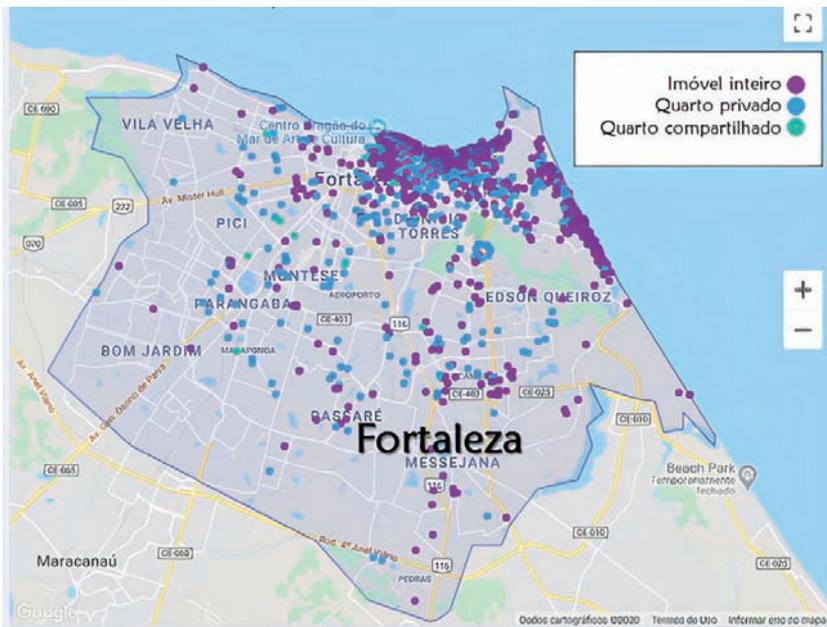
Fonte: AIRDNA, 2020. Elaborado pelos autores (2020).

O elevado número de imóveis disponíveis para locação na capital coaduna com o fenômeno da distribuição de segundas residências na Região Metropolitana de Fortaleza. Esse fato pode ser comprovado à medida que se analisa a composição da oferta de imóveis listados na plataforma. Um dado reforça esse entendimento: a maior parcela das ofertas (74,26%) representa imóveis inteiros, o que nos permite presumir a re-

levância das segundas residências nesse novo mercado de locação de imóveis.

Apesar da existência de ofertas dispersas ao longo de quase todas as áreas no interior da cidade, é possível identificar zona de maior número de imóveis. Cada ponto no mapa representa a oferta de um imóvel. Bairros como Meireles, Praia de Iracema, Aldeota, Mucuripe e Praia do Futuro abrigam maior concentração de ofertas na capital cearense (Figura 7). Detalhe importante para compreender o quadro em análise (Figura 7): os pontos em roxo representam imóveis inteiros no Airbnb; os pontos em cor azul são ofertas de quartos privados; já os poucos pontos verdes na imagem demonstram as ofertas de quartos compartilhados.

Figura 7 – Ofertas de imóveis listados no Airbnb em Fortaleza – 2020.



Fonte: AIRDNA, 2020.

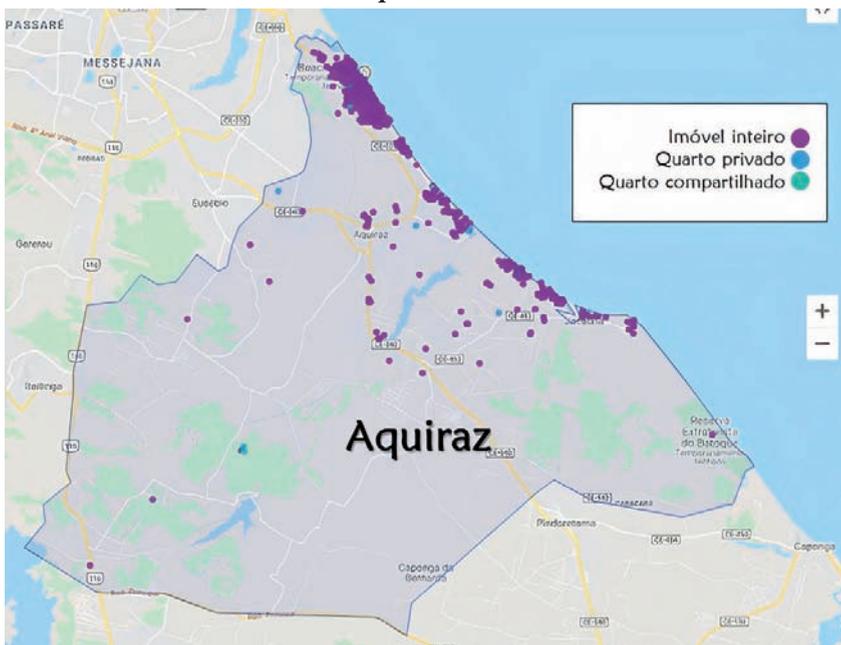
Fato curioso é que a área central conta com pouquíssimas ofertas de imóveis. Esse dado é representativo da baixa representatividade turística do centro em virtude da prevalência da atividade comercial durante o dia e do

consequente esvaziamento à noite, da baixa oferta de atrativos turísticos e atividades de lazer no centro de Fortaleza, sobretudo no período noturno, assim como por conta da insegurança.

Em Aquiraz (Figura 8), o padrão de dispersão assume dinâmica semelhante. Localidades litorâneas como Porto das Dunas, Prainha, Presídio e Iguape apresentam a maior parte das ofertas. O centro de Aquiraz, assim como o centro de Fortaleza, não dispõem de muitas ofertas – dado o relativo distanciamento em relação ao litoral, não se tornam alvos preferenciais de grande fluxo de visitantes.

É digno de destaque a proporção de segundas residências na plataforma: 95,81% das ofertas são imóveis inteiros; enquanto quartos privativos somam apenas 4,08%; no que se refere aos quartos compartilhados, estes são apenas 0,11% do panorama em análise. Tal distribuição reforça o foco nas residências secundárias.

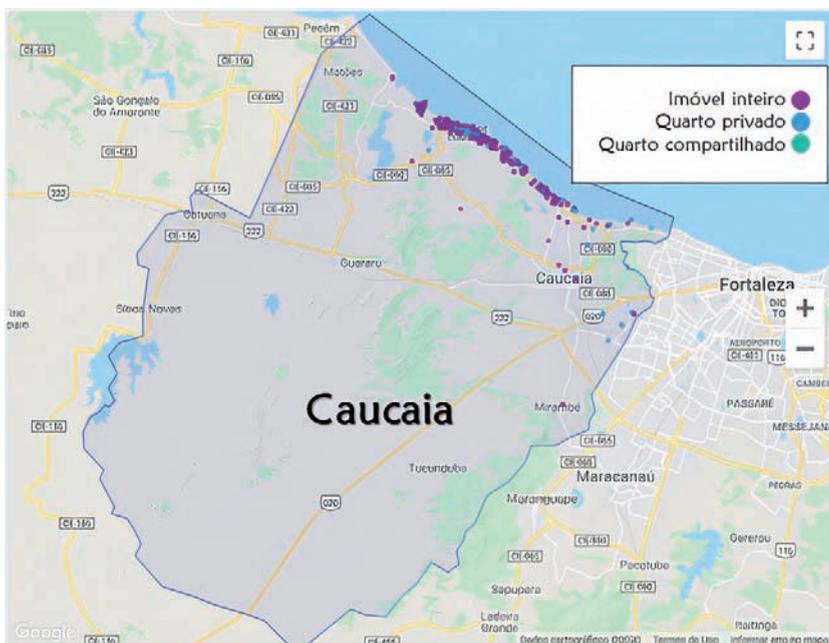
Figura 8 – Ofertas de imóveis listados no Airbnb em Aquiraz – 2020.



Fonte: AIRDNA, 2020. Adaptado pelos autores (2020).

O mesmo fenômeno pode ser observado com facilidade em Caucaia. Localidades como Cumbuco, Tabuba e Icará concentram o maior montante. Em termos de composição, torna-se clara a preponderância das residências secundárias (78,25%). Quartos privados notabilizam 20,18%; e quartos compartilhados apenas 1,57%. Ao observar com atenção a Figura 9, é possível perceber que a área central também conta com pouquíssimas ofertas de imóveis, indicando, mais uma vez, que os espaços litorâneos possuem dinâmicas próprias e ainda mais relevantes no aspecto em discussão.

Figura 9 – Ofertas de imóveis listados no Airbnb em Caucaia – 2020.

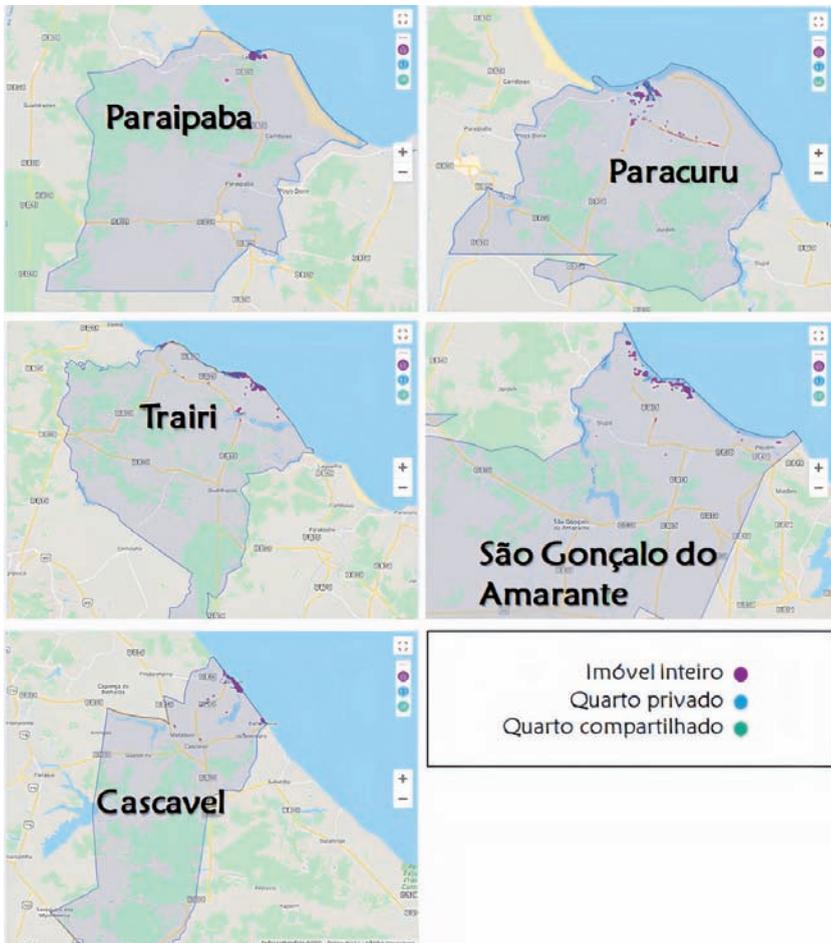


Fonte: AIRDNA, 2020. Adaptado pelos autores (2020).

Ainda que em menor proporção, os demais municípios litorâneos (São Gonçalo do Amarante, Paracuru, Paraipaba, Trairi e Cascavel) seguem o mesmo perfil de concentração junto à zona costeira, sobretudo nas áreas mais próximas ao mar (Figura 10). No litoral oeste: Paracuru abriga a maior parte das ofertas em sua sede (situada à beira-mar); em São Gonçalo do

Amarante, Taíba se destaca como principal área receptora – Pecém apresenta pontos rarefeitos –; em Trairi, as ofertas estão distribuídas entre Guajiru, Flexeiras e Mundaú; Paraipaba tem na localidade de Lagoinha seu único representante, que apresenta os menores números entre os metropolitanos litorâneos (apenas 10 ofertas listadas no Airbnb na data da escrita deste trabalho). No litoral leste: os imóveis ofertados em Cascavel localizam-se, sobretudo, em Caponga/Águas Belas e Barra Nova.

Figura 10 – Ofertas de imóveis listados no Airbnb em Paraipaba, Paracuru, Trairi, S.G. do Amarante e Cascavel – 2020.



Fonte: AIRDNA, 2020. Adaptado pelos autores (2020).

Ainda é cedo para avaliar os efeitos do Airbnb no litoral cearense⁵. Mas se é verdade que hoje cada vez mais pessoas oferecem estadia a baixo custo através da plataforma e estimulam um maior fluxo de viajantes, é também evidente que uma série de dúvidas pairam sobre o desenvolvimento dessa atividade. Estudos realizados em outros contextos apontam para sérios problemas, uma vez que pesa sobre essa modalidade de transação o imperativo da flexibilidade, responsável pela desregulamentação e pelo negligenciamento de aspectos contratuais e tributários (SCHOR, 2014). Ademais, os preços praticados são relativamente mais baixos do que os praticados pela hotelaria tradicional, uma vez que não pagam os impostos e taxas exigidas de hotéis e pousadas. Mais do que isso, muitas casas e apartamentos projetados para o lazer dispõem, por vezes, de maior área interna, maior número de cômodos, descontos sobre o valor da estadia, serviços agregados, condições especiais oferecidas pelo anfitrião etc. Em alguns casos, explora-se inclusive o aspecto idílico mediante “mergulho” na realidade local como meio de diferenciação na estadia.

Em linhas gerais, a queixa central dos donos de empreendimentos hoteleiros se fundamenta na suposta concorrência desleal. Assim, esse fenômeno teria possibilitado o surgimento de “hotéis ilegais” (TAVOLARI, 2017).

Essa situação lança desafio aos gestores públicos: seja pela necessidade de exercer seu papel de árbitro nas relações estabelecidas pela população em seu território, seja pelo desejo de auferir receita e regulamentar a atuação do Airbnb. A situação é complexa. A empresa celebra parcerias com governos locais e enfrenta verdadeiras guerras legislativas e judiciais ao redor do mundo. Fortaleza foi palco de disputa entre a “indústria hoteleira” e a plataforma: uma emenda ao Projeto de Lei Municipal n° 44/2017 (aprovado na Câmara Municipal, no final de 2017, e sancionado pelo prefeito no início de 2018) obrigou a plataforma a pagar 5% de Imposto Sobre Serviço (ISS) (OPOVO, 2017).

Em janeiro de 2019, a empresa estabeleceu acordo de cooperação com a Secretaria de Turismo do Estado do Ceará (SETUR-

⁵ Infelizmente, em função da pandemia de Covid-19 as pesquisas em campo foram adiadas para o segundo semestre de 2020, em virtude da necessidade de isolamento social.

CE) para compartilhar informações sobre origem, volume de hóspedes, tempo médio de estadia etc. (AIRBNB, 2019), embora essas informações não estejam abertas ao público.

Em 2020, a pandemia do novo coronavírus afetou diretamente as atividades do Airbnb em todo o mundo. Nos primeiros meses da doença a empresa demitiu cerca de 1.900 trabalhadores (corte estimado em 25% do total de funcionários) (AIRBNBa). Brian Chesky, diretor e fundador do Airbnb, declarou: “Demoramos 12 anos para construir o negócio do Airbnb e perdemos quase tudo em questão de quatro a seis semanas” (AIRBNBb). Em junho, precisou adquirir empréstimo de 1 bilhão de dólares para renegociar dívidas e equilibrar as contas.

A pandemia repercutiu não apenas no âmbito interno da empresa, mas também fez surgir efeitos em todas as escalas. As taxas de ocupação, as taxas médias diárias e as receitas percebidas na Região Metropolitana de Fortaleza foram afetadas diante da necessidade de isolamento social em decorrência do flagelo da doença e por determinação do governo estadual. A Figura 11 ilustra parte dos problemas apresentados.

Figura 11 – Histórico recente sobre taxas médias diárias, taxas de ocupação e receitas médias na Região Metropolitana de Fortaleza.



Fonte: AIRDNA, 2020. Adaptado pelos autores (2020).

O recorte analisado remonta ao final de 2019 e se estende até meados de 2020. É natural haver redução de ganhos após períodos de alta estação como final e início de ano, correspondentes às férias escolares. Entretanto, a quase completa paralisação das atividades, o regime de *lock down*, adotado por Fortaleza e outros municípios, a criação de barreiras sanitárias etc. são motivos mais do que suficientes para uma queda ainda mais acentuada.

Apesar de tudo, Fortaleza, Aquiraz e Caucaia tiveram as maiores taxas de ocupação. Apesar de tudo: a capital registrou em média 50%; Aquiraz e Caucaia 29% cada. Trairi, São Gonçalo e Cascavel, alcançaram a marca de 23%; Paracuru computou 19% de sua capacidade; e Paraipaba teve apenas 17% de procura. Uma vez que a ocupação caiu, as taxas de médias diárias e a própria receita, inevitavelmente, caíram vertiginosamente. A maioria dos municípios percebeu tendência de melhora nos números a partir de junho ou julho. Paraipaba foi a exceção a essa recuperação gradual, sobretudo por conta de restrições municipais criadas para limitar a circulação de pessoas, mas também pela baixa oferta de imóveis na plataforma.

De modo geral, com o retorno das atividades e o fim dos embargos estaduais e municipais a tendência é de retomada no número de viagens e locações em toda a Região Metropolitana de Fortaleza.

Considerações finais

A vilegiatura marítima representou vetor de urbanização dos espaços litorâneos cearenses. Ao longo da década de 1970, esse processo se manifestou, sobretudo, nos municípios litorâneos mais próximos à metrópole. A vilegiatura marítima atuou como fator ativo nesse movimento. Localidades litorâneas de Caucaia (Iparana, Icaraí, Tabuba, Cumbuco etc.) e Aquiraz (Prainha, Iguape, Japão etc.) foram intensamente ocupadas por vilegiaturistas.

Nas décadas seguintes, essa lógica de ocupação do solo ligada ao lazer (com destaque para a vilegiatura marítima) se consolidou acompanhando o litoral cearense de forma descontínua. Destacaram-se bairros e localidades com grande número de residências secundárias: Meireles e Mucuripe (Fortaleza), Porto

das Dunas, Iguape e Presídio (Aquiraz), Iparana, Icaraí, Tabuba e Cumbuco (Caucaia).

Nesse cenário, os espaços litorâneos se tornaram progressivamente alvo de dinâmicas de valorização e/ou desvalorização atreladas ao provimento de serviços e equipamentos urbanos, à ação da iniciativa privada através do mercado imobiliário, eventualmente, ao aumento da violência e da criminalidade, a processos naturais (avanço do mar, erosão etc.).

A valorização dos espaços litorâneos motivada pelo lazer marítimo implicou em transformações espaciais. O aumento das segundas residências se mostrou como um relevante fator de urbanização. Nessa esteira, os processos de fragmentação e reconfiguração locais mostraram ser possível movimento de incorporação ao tecido urbano de segundas residências em moradia permanente.

A localidade metropolitana de Icaraí (Caucaia) ilustra esse quadro ao concentrar a maior quantidade de segundas residências de Caucaia. Ao contrapor a proporção de segundas residências e residências permanentes, percebe-se que Caucaia apresentou redução nos números de segundas residências e ampliação no número de domicílios permanentes entre 2000 e 2010.

Dados do Censo 2010 desvelam clara tendência de conversão de segundas residências em domicílio de uso permanentes em Caucaia. O início dos anos 2000 é considerado por imobiliárias e corretores como marco dessa transição no Icaraí. Resta saber se o próximo Censo Demográfico confirmará avanço, estagnação ou recuo dessa tendência ou de novas configurações do espaço litorâneo e metropolitano, uma vez que grande parte dos incentivos governamentais no campo das políticas de habitação foram sendo limados pelos últimos governos.

Paralelamente, nova dinâmica ganhou força na última década. A emergência de um mercado de locação de imóveis centrado em curtas estadias, através de aplicativos (Airbnb, Booking, Trivago etc.), consolidou na Região Metropolitana de Fortaleza essa economia de plataforma. Fortaleza, Aquiraz e Caucaia gozaram de mais ofertas de imóveis, uma vez que possuem maior volume de segundas residências. Nesses termos,

é possível concluir que o Airbnb se tornou uma fonte de renda para proprietários de segundas residências.

Por outro lado, a quase paralisação total do mundo por conta da pandemia de Covid-19 causou enorme impacto ao mercado turístico, resultando em estagnação dos meios de hospedagem. O Airbnb sofreu duros baques em suas finanças, precisando recorrer a empréstimo e renegociações de dívidas. Esses efeitos também foram sentidos em nível local com fortes quedas nas taxas de ocupação, na média de recebimento diários e nas receitas de modo geral. Contudo, com a reabertura do comércio, o retorno da maioria das atividades econômicas e o fim dos embargos governamentais à circulação de pessoas, o mercado dá sinais de recuperação.

Referências

AIRBNBa. Airbnb em crise com o coronavírus: “Levamos 12 anos para construir a empresa e perdemos quase tudo em semanas”. *BBC*, São Paulo, jun. 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-53192512>>. Acesso em: 29 junho 2020.

AIRBNBb. Airbnb anuncia empréstimo de US\$1 bilhão. *AIRBNB Newsroom*. Disponível em: <<https://news.airbnb.com/br/airbnb-anuncia-emprestimo-de-us-1-bilhao>>. Acesso em: 20 maio 2020.

_____. Airbnb firma acordo com a Secretaria de Turismo do Ceará para apoiar turismo na região. *AIRBNB Newsroom*. 30 janeiro 2019. Disponível em: <<https://news.airbnb.com/br/airbnb-firma-acordo-com-a-secretaria-de-turismo-do-ceara-para-apoiar-turismo-na-regiao>>. Acesso em: 20 abril 2019.

ARAÚJO, E. F. Entre o litoral e o urbano: o turismo litorâneo na Região Metropolitana de Fortaleza. In: GONÇALVES, T. E. (Org.) *Urbanização e metropolização: cenários espaciais da metrópole Fortaleza*, Ceará. 1. ed. Recife: Imprima, 2016, v. 1, p. 11-32.

_____. O papel do turismo e das políticas governamentais na regionalização do Nordeste Brasileiro. *Geosaberes*, v. 6, p. 346-359, 2015.

BENKLER, Y. *The Wealth of Networks – How Social Production Transforms Markets and Freedom*. New Haven: Yale University Press, 2006.

BNB, BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. *Relatório Final do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste II*, 2010. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/PRODETUR/prodetur_ne2/gerados/apresentacao.asp>. Acesso em: 8 setembro 2018.

_____. *Relatório final do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – Fase I (Prodetur NE I)*. Brasília, 2005a.

_____. *Introdução ao relatório final do PRODETUR/NE*. Brasília, 2005b.

_____. *Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – Fase II* (Prodetur NE II). Fortaleza: BNB, 2002.

BOYER, M. *Les villegiatures Du XVIe au XXIe siecle: panorama du tourisme sédentaire*. Paris: Éditions SEM, 2008.

CLAUDINO-SALES, V.; CARVALHO, A. M. Dinâmica costeira controlada por promontórios no Estado do Ceará, Nordeste do Brasil. São Paulo, UNESP, *Geociências*, v. 33, n. 4, p. 579-595, 2014.

DANTAS, E. W. C. Incorporação do lado mar à geografia das metrópoles nordestinas. *Boletim Goiano de Geografia*, v. 35, p. 380-396, 2015.

_____. La maritimé sous les Tropiques: les contributions d'une étude réalisée à Fortaleza (Ceará). *Confins*, Paris, p. 1-20, 2014.

_____. *Maritimidade nos trópicos: por uma geografia do litoral*. 2. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

DANTAS, E. W. C.; ALVES, L. *Nordeste turístico e políticas de ordenamento do território*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2016.

FERREIRA, A. L.; SILVA, A. F. C. A estruturação do turismo imobiliário nas metrópoles nordestinas: conceitos básicos e antecedentes. In: DANTAS, E. W. C.; FERREIRA, A. L.; CLEMENTINO, M. L. M. (Org.) *Turismo e imobiliário nas metrópoles*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Sinopse preliminar do Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro: FIBGE, 2010.

_____. *Sinopse preliminar do Censo Demográfico 2000*. Rio de Janeiro: FIBGE, 2000.

_____. *Sinopse preliminar do Censo Demográfico 1991*. Rio de Janeiro: FIBGE, 1991.

_____. *Sinopse preliminar do Censo Demográfico 1980*. Rio de Janeiro: FIBGE, 1980.

MEIRELES, A. J. A. *Geomorfologia costeira: funções ambientais e sociais*. 2. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2014.

_____. Impactos ambientais decorrentes da ocupação de áreas reguladoras do aporte de areia: a planície Costeira da Caponga, município de Cascavel, litoral leste cearense. *Confins*, Paris, v. 2, p. 1, 2008.

MORAES, J. L. Liberdade, conectividade e precariedade: breves apontamentos teóricos sobre a uberização da economia. In: *Boletim de Informações FIPE*, nº 433, out. 2016, p. 24-28.

OPOVO. Câmara Municipal aprova cobrança de imposto sobre Airbnb. *OPOVO Online*: Fortaleza: 22 novembro 2017. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/jornal/economia/2017/11/camara-municipal-aprova-cobranca-de-imposto-sobre-airbnb.html>>. Acesso em: 18 abril 2019.

PEREIRA, A. Q. Planejamento e metropolização do lazer marítimo em Fortaleza, Ceará, Nordeste do Brasil. *EURE*, v. 43, p. 1-22, 2017.

_____. *A urbanização vai à praia: vilegiatura marítima e metrópole no Nordeste do Brasil*. 1. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2014.

PEREIRA, A. Q.; DANTAS, E. W. C.; GOMES, I. R. *Lazer na praia: segunda residência e imobiliário turístico no Nordeste*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2016.

PEREIRA, A. Q.; GOMES, I. R. Lazer, imobiliário e infraestrutura urbana do litoral cearense no século XXI. *Caminhos da Geografia* (UFU. online), p. 109-225, 2018.

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC). *Relatório do PAC Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará*, 2010. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/estados>>. Acesso em: 10 março 2020.

SCHOR, J. Debating the Sharing Economy. *Great Transition Initiative*, October, 2014. Disponível em: <<https://greattransition.org/publication/debating-the-sharing-economy>>. Acesso em: 10 março 2020.

SEABRA, O. C. de Lima. *A muralha que cerca o mar: uma modalidade de uso do solo urbano*. São Paulo, 122f. Dissertação (mestrado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, 1979.

SILVA, M. N. F. Capital público e investimentos privados no Nordeste brasileiro: Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará. *Turismo e sociedade*, v. 11, p. 86-112, 2018.

SILVA, M. N. F. Os resorts residenciais na região metropolitana de Fortaleza (Ceará, Brasil). *Turismo e sociedade*, v. 6, p. 42-57, 2013.

_____. Turismo residencial no Nordeste e algumas reestruturações de mercado. *Acta Geográfica*, v. 9, p. 16-36, 2015.

SILVEIRA, B. R. O morar permanente na localidade praiana do Icaraí (CE). In: PEREIRA, A. Q. et al. *Maritimidade na metrópole: estudos sobre Fortaleza (CE)*. Porto Alegre: Liro, 2013.

_____. *O morar permanente na praia: moradia e vilegiatura na localidade praiana do Icaraí (CE)*. 127 f. Dissertação (mestrado em Geografia). Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

TAVOLARI, B. Airbnb e os impasses regulatórios para o compartilhamento de moradia: notas para uma agenda de pesquisa em direito. In: ZANATTA, R. A. F.; PAULA, P. C. B.; KIRA, B. *Economias do compartilhamento e o Direito*. Curitiba: Juruá, 2017.

TULIK, O. *Turismo e meios de hospedagem: casas de temporada*. São Paulo: Roca, 2001.

URBAIN, J. D. *Sur la plage*. Paris: Éditions Payot, 1996.

URRY, J. *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: Studio Nobel: Sesc, 2001.

ZANATTA, R. A. F. Economias do compartilhamento: superando um problema conceitual. In: ZANATTA, R. A. F.; PAULA, P. C. B.; KIRA, B. *Economias do compartilhamento e o Direito*. Curitiba: Juruá, 2017.

Vilegiatura e urbanização em pequenas cidades

Iara Rafaela Gomes¹

Paulo Roberto Abreu de Oliveira²

Introdução

Trataremos da relação urbanização e vilegiatura em pequenas cidades. O objetivo é discuti-la não somente na dimensão metropolitana, pois embora discutiremos sobre a metrópole e a vilegiatura que se desdobra em cidades serranas, também daremos enfoque à relação entre cidades médias e as pequenas cidades litorâneas. No mundo, o processo de urbanização que possui como vetor principal a vilegiatura marítima deve contemplar a diversidade das dinâmicas que se relacionam ao mesmo. Buscar somente no dinamismo das metrópoles tal explicação já não é suficiente, sobretudo quando embora se afirmem essas metrópoles, amplia-se também a relevância de um grupo de cidades de médio porte, algumas das quais, inclusive, se tornaram centros regionais e relevantes articuladoras do território. Recai sob nosso interesse, em especial, pensar as relações que motivam a expansão urbana propiciada pela rápida ocupação por segundas residências para a prática da vilegiatura em pequenas cidades.

A prática atual da vilegiatura reflete de maneira bastante evidente o advento do modo capitalista de produção. Sua materialização dá-se pela comercialização e aquisição de imóveis para segunda residência nos lugares amenos e bucólicos. Estes estão localizados para além dos limites físicos do centro urbano e da metrópole, mas, em sua maioria, são consumidos pela prática

¹ Professora do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC).

² Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC).

de lazer da sociedade proveniente da metrópole ou de cidades médias urbanizadas, que estão interligadas pela rede urbana configurada também para esse fim.

O incremento de segundas residências, tanto no litoral como nas serras, constitui relevante vetor de expansão do urbano, tanto quanto às formas espaciais como quanto às novas condições sociais. As formas, associadas de maneira geral aos fixos, atendem às necessidades recreativas dos moradores metropolitanos ou não metropolitanos (para o caso dos residentes em cidades médias), pois o apelo ao mar e à natureza, na atualidade, invade o imaginário das pessoas dos mais diferentes lugares, estejam esses próximos ou não ao litoral e às serras. Sendo assim, a sociedade urbana cria elos cada vez mais fortes com tais municípios litorâneos e serranos.

Nossa intenção, portanto, desdobra-se a seguir nas partes que dividem este capítulo. A primeira versa sobre Mossoró, importante cidade média do Rio Grande do Norte e sua relação com a pequena cidade litorânea de Tibau. A segunda tratará da prática da vilegiatura na serra, em especial em pequenas cidades serranas permeadas por intensas relações com as metrópoles de Recife, Fortaleza e Natal.

Vilegiatura e urbanização: as pequenas cidades e suas amenidades litorâneas

A rede urbana brasileira, a partir da década de 1970, passou por grandes metamorfoses, entre elas a desconcentração, a diversificação das atividades industriais; a modernização tanto da agricultura como dos setores industriais, comercial e de serviços, com ênfase para a terciarização; a incorporação de novas áreas ao processo produtivo global, com destaque para as especializações regionais das atividades; uma nova capacidade de mobilidade espacial da população e o incremento da urbanização, entre outras dinâmicas. Desse modo, teríamos, segundo Santos (1997), uma nova geografia, com transformações no conteúdo e nas formas de uso do espaço, com base nos quais surge um novo Brasil urbano, onde sobressai um complexo processo de reestruturação da rede urbana, mediante a redefinição dos conteúdos e dos papéis das cidades.

O fato é que a vilegiatura tem sido um vetor bastante relevante para pensarmos o incremento da urbanização. Esta tem se relevado bastante complexa nas diversas cidades em que o fenômeno se estabelece. Metrôpoles e cidades médias vêm impulsionando vilegiaturistas a se apropriarem de cidades serranas e litorâneas e de suas amenidades, redefinindo a dinâmica dessas cidades e de seu papel na rede urbana da qual fazem parte.

Trataremos neste texto, de estudos realizados em diferentes cidades do Nordeste brasileiro, entre elas a cidade litorânea de Tibau e sua relação com a cidade média de Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte, bem como apresentaremos a vilegiatura, enquanto prática socioespacial, modernamente configurada e estabelecida em novas áreas do interior nordestino. Nesse caso, além do já mencionado Estado do Rio Grande do Norte, também apresentaremos Ceará e Pernambuco, nas respectivas cidades serranas de Lagoa Nova, Guaramiranga e Gravatá, que emprestam-lhes seu cotidiano como pano de fundo para compreendermos a configuração da vilegiatura como indutora de urbanização de cidades serranas no Nordeste brasileiro.

Convém destacar, portanto: a investigação da prática da vilegiatura marítima e serrana, enquanto prática socioespacial perpassa, ainda, o campo de estudo de relações que se estabelecem nas conexões inter e intraurbanas e nas de interdependências entre metrôpoles e cidades médias e as cidades pequenas apropriadas, seja para o lazer litorâneo e/ou de serra.

Começaremos com o caso do Rio Grande do Norte, no qual temos uma cidade média, Mossoró, cuja expansão urbana identifica-se completamente com o processo de urbanização brasileira, pois seu desenvolvimento está diretamente associado ao desenvolvimento capitalista. Sua expansão foi induzida pelas várias especializações econômicas impostas pela divisão territorial do trabalho. O dinamismo dessa cidade impacta diretamente na realidade socioespacial de outras cidades sob sua influência direta. No caso mais especificamente da pequena cidade de Tibau, a partir, sobretudo, da vilegiatura marítima. Discussão bastante rica, portanto, envolve a relação entre vilegiatura e urbanização.

Sobre a vilegiatura, em termos gerais, mencionamos que a esta, em tempos pretéritos, também se atribuía caráter curativo. A vilegiatura é uma prática socioespacial que suscita historicamente a produção de espaços para o lazer. Segundo Briz (2004, p. 256), ao estudar a vilegiatura marítima e o caso europeu a partir do século XX: alargam-se as regiões escolhidas e nascem novas “cidades” cuja única razão de ser está no crescente aumento da procura da praia como destino predileto das férias de todos. Saudável, lúdica, quase obrigatória socialmente, a temporada de banhos de mar tornou-se, a pouco e pouco, um hábito de massas, absolutamente banalizado e assimilado pela sociedade ocidental.

Na afirmação de Pereira (2012), a definição de vilegiatura não se restringe à descrição dos lugares, mas inclui e relaciona um grande número de ações sociais (trocas e usos), sendo o componente espacial da análise um recurso fundamental para apreendermos a variedade de movimentos. Esse autor propõe que o desenvolvimento teórico do conceito siga o caminho aberto pela teoria da produção do espaço, sendo relevante remetermos às questões e às propostas de Lefebvre sobre *La production de l'espace* (2000), pois suas considerações acerca do espaço nos possibilitam o entendimento da vilegiatura na condição de prática espacial.

A Praia de Tibau, no Rio Grande do Norte, tem sua história inicial vinculada ao atendimento das necessidades da classe abastada de Mossoró para fins terapêuticos. No entanto, como evidenciado, também havia um deslocamento de pessoas de Mossoró para Tibau para o exclusivo gozo do lazer³. Desse modo, afirmamos que os aspectos naturais somados ao desejo e às práticas dos vilegiaturistas em Tibau nos ajudam a compreender a constituição das práticas marítimas modernas nos trópicos e suas implicações sobre a cidade litorânea.

Segundo Dantas et al., (2009, p. 17), ao se referir à valorização social da praia, “pode-se afirmar ser a valorização dos espaços litorâneos nos trópicos representativa da descoberta dos espaços

³ Para verificar os dados sobre esses deslocamentos, o estudo de Gomes (2013) pode ser consultado, bem como vários números do jornal *O Mossoroense*, parte deles citados na referida obra.

litorâneos pela sociedade local e pautada em sua admiração pelo modo de vida ocidental, inclusive suas práticas de lazer”. Para Dantas, Pereira e Paniza (2008), a vilegiatura marítima revela o estabelecimento de racionalidade relacionada à sociedade do ócio nos trópicos. Tanto a ocupação como o uso do espaço litorâneo ocorreram expressivamente sob a dinâmica do lazer, tendo esta se dado com a emergência de uma sociedade do lazer e urbana. Na visão de Batista e Oliveira (2012), a mencionada sociedade do lazer utiliza a Praia de Tibau, sobretudo para o convívio familiar, estabelecendo um substancial e sólido vínculo territorial com o lugar, passando a construir as condições indispensáveis de conforto exigidas por uma sociedade urbana.

Contudo, é fato que as práticas socioespaciais de Mossoró provocam forte rebatimento na organização espacial de Tibau e de um conjunto de outras pequenas cidades cujas dinâmicas vinculam-se expressamente à vilegiatura, que irá se refletir nos processos de urbanização, quando, no caso em destaque por exemplo, com a ligação da referida zona à cidade de Mossoró (assim como outras vias de acesso), passaram a ser intensificadas as já citadas estruturas viárias, possibilitando maior fluxo de pessoas a sua zona de praia para se dedicar ao exercício das práticas modernas, em particular, o banho de mar e a vilegiatura marítima.

Na perspectiva da variedade de aglomerações urbanas contemporâneas, é fato que a vilegiatura se apropria das franjas urbanas-metropolitanas e de um novo conjunto de cidades médias, inclusive da tessitura interna da cidade, e ainda das pequenas cidades. A urbanização que vem se dando em Tibau para o consumo do lazer se instrumentaliza na prática da vilegiatura marítima e se firmou e se incrementou com o discurso do desenvolvimento turístico abrigado no Projeto Polo Costa Branca⁴.

⁴ O governo do Estado do Rio Grande do Norte, em conjunto com a sua Secretaria de Turismo delimitaram cinco Polos Turísticos para o Estado. Este Estado foi dividido em cinco polos turísticos, instituídos através de decretos: Polo Costa das Dunas (Decreto nº 18.186/2005); Polo Costa Branca (Decreto nº 18.187/2005, alterado pelo 20.316/2008); Polo Seridó (Decreto nº 18.429/2005); Polo Serrano (Decreto nº 20.624/2008) e o Polo Agreste/Trairi (Decreto nº 21.390/2009) (COSTA, 2011).

No Rio Grande do Norte, ainda na segunda metade do século XIX, quando algumas capitais do país, como Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Recife, com o capital acumulado, possuíam nas suas áreas periféricas residências secundárias de propriedade de ricos fazendeiros, comerciantes bem-sucedidos, funcionários da Coroa e homens públicos, o desenvolvimento econômico e social prosseguia a passos lentos, sem produzir riquezas o suficiente para favorecer o surgimento de uma próspera sociedade burguesa nos moldes das principais cidades do Brasil Colônia.

Durante todo o século XIX e até as primeiras décadas do século XX, Natal continuava uma cidade sem muita expressão social, política e econômica. No caso das primeiras residências secundárias do Estado do Rio Grande do Norte, elas surgem nas zonas rurais, de propriedade de personalidades da elite local. Apesar de as primeiras residências datarem do final do século XIX e início do século XX, somente na década de 1960 esse fenômeno social alcança maior expressão (SILVA, FONSECA, 2010). Certamente, a difusão do banho de mar medicinal contribuiu para popularizar o uso da praia como espaço de lazer, embora por bastante tempo tenha perdurado a concepção apenas de subsistência retirada do mar. No caso das praias do litoral do Rio Grande do Norte, somente no início do século XX começam a ser frequentadas para o lazer pelas camadas sociais mais favorecidas da cidade de Natal e, curiosamente, também de Mossoró, em outro contexto, é claro. Como mencionado, à semelhança de outras realidades, a relação entre os potiguares e o mar se redefiniu a partir dos banhos medicinais. Com a criação da Inspetoria de Hygiene Pública, em 1892, por exemplo, introduziu-se o hábito do banho de mar como prática medicinal em Natal (SILVA, FONSECA, 2010).

A oficialização da Praia de Areia Preta como balneário da cidade concorreu para acentuar a frequência de banhistas na orla de Natal nas três primeiras décadas do século XX, fazendo com que o surgimento de residências secundárias fosse incrementado pelos segmentos mais favorecidos da cidade. Até o ano de 1900, o acesso a essa praia era feito por estrada bastante precária e somente a partir de 1915 a Praia de Areia Preta teve casas de

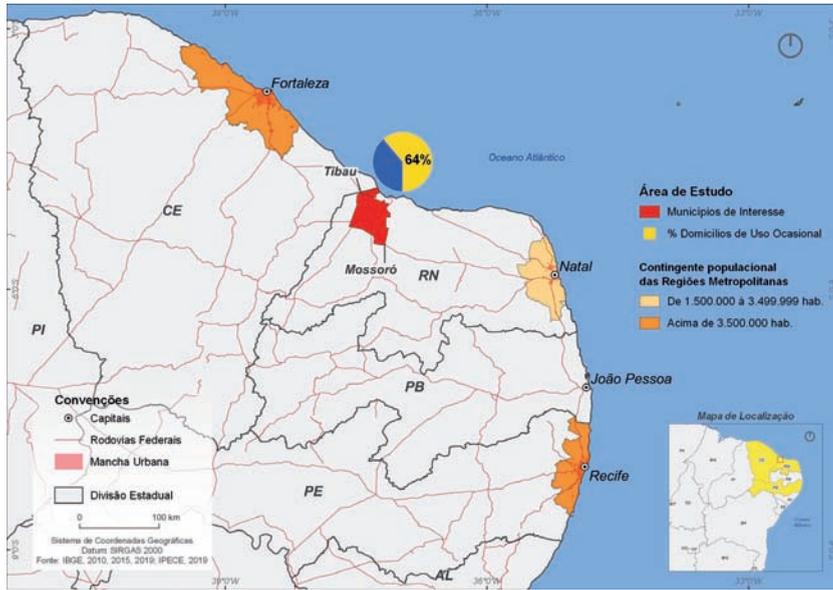
veraneio mais estruturadas e a estada de férias passou a ser mais procurada pela população local (SILVA, FONSECA, 2010).

Na zona litorânea norte-rio-grandense, as atividades econômicas são desenvolvidas com maior intensidade no litoral oriental devido à existência da aglomeração urbana de Natal e dos municípios circunvizinhos, onde também estão concentradas a maior população e a maior parte de equipamentos industriais e de prestação de serviços. É na Região Metropolitana de Natal que se observa a expansão das zonas urbanas e de atividades econômicas de forma mais intensa, espalhando-se gradativamente para os demais municípios do litoral oriental. Para o Estado do Rio Grande do Norte, um caso curioso é o da cidade serrana de Lagoa Nova. Embora sua abrangência possa ser caracterizada em escala local e intermunicipal, pois estabelece relações com toda Região do Seridó Potiguar, já que a maior parcela de seus segundos residentes se apresentam como provenientes da cidade polo de Currais Novos, também se destaca nesse quadro a capital Natal, como uma grande emissora de vilegiaturistas.

Fora do quadro metropolitano ou de sua influência direta, temos Tibau, o município norte-rio-grandense que detém o maior número de segundas residências, como podemos ver na Figura 1, e dista aproximadamente 330 quilômetros de Natal. Apesar da tímida população, Tibau guarda uma característica bastante curiosa. De acordo com a contagem do IBGE, dos 3.168 domicílios particulares existentes em 2010, 2.025 são de uso ocasional (IBGE, 2010), isto é, 63,92% do total de domicílios são de uso ocasional. Tal levantamento nos leva a compreender o pseudônimo de “cidade fantasma” atribuído por muitos moradores e veranistas a Tibau em alguns meses do ano.

É o município mais setentrional do Rio Grande do Norte, localizado na microrregião de Mossoró e na mesorregião do oeste potiguar na divisa litorânea com o Estado do Ceará. Tal mesorregião do oeste potiguar se divide em sete microrregiões, e aquela à qual o município pertence é a de Mossoró, que engloba seis municípios: Areia Branca, Baraúna, Grossos, Serra do Mel, Tibau e Mossoró. Tibau mantém fortes relações com este último município, que possui grande importância econômica e cultural para toda sua região de influência.

Figura 1 – Síntese da área em estudo 1 – Domicílios de Uso Ocasional (DUO).



Ao longo dos anos, a pesca foi um setor de grande influência na economia de Tibau. Tal atividade é coordenada pela Colônia de Pescadores Manoel de Jesus do Nascimento, fundada em 1974, e que abriga pescadores e também marisqueiras. Hoje, porém, verifica-se pouca atuação dessa colônia na mobilização dos pescadores e marisqueiras. A pesca favoreceu, inicialmente, a própria organização base da atual cidade de Tibau, isto é, a pesca e seus pescadores, pois Tibau já foi apenas uma pequena vila de pescadores.

Atualmente, a atividade pesqueira perdeu força para a atividade da construção civil. O *boom* da produção de condomínios e casas de veraneio tem favorecido o incremento do setor na cidade. Portanto, seriam a construção civil e a existência de importante empresa agrícola que sustentam a renda da população municipal fora dos meses de veraneio, pois a cidade tem duas dinâmicas muito bem definidas: uma que dura três meses, na qual a maioria da população tira alguma renda, isto é, os meses de veraneio (dezembro, janeiro, fevereiro e, embora em menor escala, julho também), e outra que dura aproximadamente oito meses, na qual a população economicamente ativa se dedica às atividades ora mencionadas. Como evidenciado, a

atividade extrativista de sal, que caracteriza a primeira importante relação econômica de Mossoró com seu litoral, é pouca expressiva no território que hoje se constitui Tibau. Apesar de a cidade possuir área favorável à extração de sal, a infraestrutura necessária para o seu estabelecimento não foi implantada. Até o momento, não houve interesse público, embora o empresariado mossoroense tenha mostrado certa inclinação para a execução de tal projeto.

Cabe ressaltar: Tibau não produz petróleo, produto facilmente encontrado em outros municípios da região. Segundo o senhor Milton Guedes, morador (2010), a prospecção existiu efetivamente entre os anos de 1982 e 1985, por meio de contrato de risco firmado pela Petrobras e a Camargo Correa Petróleo, porém seus resultados não foram satisfatórios. Atualmente, o que Tibau recebe de *royalties* está associado ao risco de possíveis impactos ambientais que podem efetivamente ocorrer com a extração realizada em Guamaré. No tocante à produção agrícola, nesse município encontram-se mandioca, milho, feijão, coco-da-baía, sorgo e em escala maior de importância, caju, melancia e melão.

Embora Tibau tenha firmado relações socioespaciais com o espaço regional norte-rio-grandense, é certamente a relação que se estabelece entre Tibau e Mossoró que a molda tal como se apresenta na atualidade. É válido lembrar ainda que, embora hoje uma nova variável (o lazer) seja o principal canal do vínculo instituído entre ambas, no pretérito outras dinâmicas motivavam tal elo. Mossoró, cidade banhada pelo mar no início da sua formação, sempre deu ao litoral sua devida importância, sobretudo pela questão econômica associada à produção salineira.

Hoje, a relação estabelecida entre Mossoró e os espaços litorâneos de Tibau ocorre mediante uma nova variável, qual seja, o lazer, que possui papel determinante nesse espaço litorâneo mesmo antes das políticas regionais de planejamento turístico. Compreendemos tal variável a partir da vilegiatura marítima e da residência secundária que, segundo Panizza e Pereira (2009), seriam, respectivamente, “prática de lazer constituída pelo desejo dos cidadãos e forma espacial relacionada à prática mencionada”.

Datam de 1855 os primeiros registros de propriedades em Tibau. Segundo Guedes (2010), os primeiros veranistas teriam chegado por volta de 1890. Se o lazer é uma variável bastante

expressiva para se pensar as relações entre Mossoró e Tibau em meados do século XX, antes disso haveriam também as questões associadas à saúde. As classes abastadas de Mossoró teriam se dirigido para esse território em busca de tranquilidade, de descanso e dos banhos de mar em suas águas calmas e rasas. Felipe (2002) põe em discussão fenômeno registrado a partir de 1894, quando o médico Francisco Pinheiro de Almeida Castro teria edificado uma casa de saúde em Tibau indicando-a desde então a alguns dos seus clientes para repouso.

Nas últimas décadas, por toda costa do seu município se instalaram diversas edificações, sobretudo na área da sua sede, a vila de Tibau. Embora date do século XVIII sua ocupação inicial, as construções em seu solo se deram muito rapidamente nos últimos anos, principalmente na faixa de praia e falésias que, com o passar do tempo, vêm modificando drasticamente sua paisagem (CARVALHO, 2009). Diante da intensa procura por Tibau, nas décadas posteriores, isto é, a partir de 1970, os limites da cidade foram rapidamente expandidos, especialmente no seu litoral. A classe média mossoroense se utilizou do crédito imobiliário da Associação de Poupança do Rio Grande do Norte (APERN), da Caixa Econômica Federal (CEF) e do Banco do Estado do Rio Grande do Norte S/A (BANDERN) para adquirir loteamentos ou mesmo comprar casas de construtores da região (FELIPE, 2002).

A Tabela 1 a seguir mostra a quantidade de domicílios existentes em Tibau e sua variação entre os anos de 2000 e 2010. Em 2000 foram recenseados 2.206 domicílios enquanto em 2010 esse número subiu para 3.179, portanto um percentual de 44,1 % de aumento, superando inclusive o percentual de domicílios recenseados em Mossoró.

Tabela 1 – Domicílios recenseados – IBGE

Ano	2000	2010	Varição %
Brasil	54.337.670	67.569.688	24,35
Rio Grande do Norte	829.674	1.099.274	32,49
Mossoró	62.201	86.628	39,27
Tibau	2.206	3.179	44,1

Fonte: Censo Demográfico – IBGE. Organização própria.

Embora estejamos ainda no aguardo do último Censo do IBGE para atualizarmos em números o que seu cotidiano nos demonstra, podemos afirmar que há verdadeiro incremento na valorização do espaço litorâneo dessa cidade nos últimos anos. Como evidência podemos citar o seguinte fato: o setor terciário em Mossoró tem feito com que pequenos investidores da região acelerem a valorização imobiliária e, conseqüentemente, o processo de urbanização de Tibau, mediante iniciativas que favorecem a realização das novas necessidades de consumo e expansão das atividades desse setor, que surgem com o aumento da demanda de lazer das populações urbanas.

Certamente na relação entre vilegiatura e urbanização litorânea podemos refletir sobre a cidade de Tibau, uma pequena vila de pescadores transformada rapidamente em um conglomerado desorganizado de casas de veraneio. Conglomerado esse responsável por severas mudanças na organização espacial de Tibau e na valorização do seu espaço litorâneo. As transformações no espaço urbano de Tibau começam a se destacar ainda na década de 1950. Porém, é nas décadas de 1960 e 1970 que tal processo se intensifica em virtude do grande número de pessoas oriundas de Mossoró, e mais timidamente de outras localidades do Rio Grande do Norte e Ceará, que procuravam Tibau com o objetivo de passar temporadas ou fins de semana.

Obviamente não podemos desconsiderar outros fatores, também fundamentais para o aumento populacional e conseqüentemente para o incremento do processo de urbanização, porém é marcante a vilegiatura como o principal deles, sobretudo nas duas últimas décadas. Segundo Felipe (2002), Tibau expande seus limites praiheiros que deixam de ser a falésia para avançar tanto do lado do Ceará como em direção a Grossos, no Rio Grande do Norte, onde surgem localidades como “Gado Bravo” e “Areias Alvas”, como se fossem bairros de Tibau. Essa expansão também se dá para o interior, cujas construções de casas de vilegiatura atingem desde os cumes dos morros ocidentais até as áreas dos sítios ao norte e trechos da “Estrada Hotel” ao sul. Como, então, refletir tal processo? Como pensar essa dinâmica que, em parte, é singular à forte relação

entre Tibau e Mossoró? Como outros espaços não metropolitanos vivenciam semelhante dinâmica?

Tibau, cidade-praia, praia dos mossoroenses ou muitos outros nomes sugeridos, surge claramente de uma demanda da classe média que se redefine em Mossoró, a partir, sobretudo, da década de 1970. Ela apresenta contingentes populacionais e terciários diferenciados, porquanto se encontra em estágio mais avançado de estruturação urbana, guardando pontos de complementação com as respectivas cidades menores dentro da mesma região produtiva. Mossoró encabeça uma aglomeração com mais de 600 mil habitantes, composta por cerca de 45 municípios, especialmente do Rio Grande do Norte e do Ceará. Configura-se como uma cidade de porte médio, que tem sua economia dinamizada pela diversidade da atividade econômica, ampliando sua importância na região, vindo a se constituir num centro regional com localização entre duas regiões metropolitanas, Fortaleza, no Ceará, e Natal, no Rio Grande do Norte.

Ao refletirmos sobre os momentos de expansão da vilegiatura sugeridos por Dantas, Pereira e Panizza (2008), acreditamos que Tibau teve em seu momento inicial total espontaneidade da ação dos vilegiaturistas, muito embora, como afirmam os autores, a permanência desses atores demande uma infraestrutura mínima. Nesse sentido, logo surgiram a estrada asfaltada, o primeiro hotel (já após a divulgação das suas potencialidades turísticas), os serviços de energia elétrica, o abastecimento de água e expansão do atendimento telefônico, transferindo para o Estado o encargo de tais estabelecimentos. Apesar de termos destacado o caráter espontâneo de mencionado processo, com ele verificou-se expressiva urbanização da zona de praia desse município, pois demandou relevante infraestrutura, consolidando um processo que inicialmente se firmou nas capitais nordestinas.

Embora estejamos citando tanto a realidade vivenciada pelas capitais nordestinas como aquela vivenciada em uma escala mais modesta, nossa intenção não é compará-las, pois recairíamos em graves erros metodológicos, sobretudo por se tratar de realidades tão diferenciadas. Nossa intenção é muito mais uma tentativa de complementar estudos já realizados. Nesse sentido, por exemplo, é importante lembrar que Tibau apresenta temporalidades

diferenciadas do processo que ocorreu nas capitais nordestinas quando os antigos espaços de vilegiatura são substituídos por espaços de moradia (nova relação entre uso permanente e uso ocasional). Nesse caso, morar na praia passa a ser um desejo igual ao antigo costume de veranejar. No caso de Tibau, esse é um fenômeno recente e o número de vilegiaturistas que têm se tornando moradores locais ainda é bem pequeno, embora já possamos identificá-los.

No caso das metrópoles, há uma procura por novos espaços fora das cidades, pois tanto o desejo de morar à beira-mar (o que nos parece ainda não se verificar nas áreas serranas) como o interesse do mercado imobiliário redimensionam tais espaços, inviabilizando neles a permanência de segundas residências (DANTAS; PEREIRA; PANIZZA, 2008). No caso de Tibau há um fenômeno bastante interessante em sua escala intraurbana, isto é, há apropriação de novos espaços por vilegiaturistas, caracterizados por nós como áreas de expansão da cidade, porém a lógica de valorização interna sugere que espaços como a Praia das Emanoelas seja mais valorizado que outros mais prestimosos em tempos pretéritos.

A dinâmica vivenciada por Tibau nos últimos anos denota muito bem a sociedade do lazer que se apropria da Praia de Tibau estabelecendo forte laço territorial com o lugar, concebendo os fatores indispensáveis de conforto e comodidade impostos pela sociedade urbana. Desse modo, são suas práticas socioespaciais que implicam diretamente a organização espacial de Tibau, isto é, o processo de urbanização dessa cidade.

Na organização do espaço litorâneo de Tibau, temporalidades opõem-se, recriando formas e atribuindo-lhes nova essência. Tal colocação é relevante para compreendermos as mudanças nesse espaço litorâneo, pois os agentes sociais envolvidos nesse processo, ao passar de algumas décadas, têm se redefinido.

De todo modo, apesar da sua redefinição, é a influência de Mossoró na materialização da vilegiatura marítima em Tibau que tem mostrado a forma como o espaço litorâneo é alcançado pelo seu tecido urbano, evidenciando, dessa maneira, a relação dialética entre valorização litorânea, vilegiatura marítima e urbanização.

As amenidades serranas e a vilegiatura nas pequenas cidades

Na serra, a busca pelo lazer, descanso e contato com a natureza, independentemente das estações do ano e consoante momentos de folga das obrigações laborais também permeiam processo de expansão de urbanização justificada, em especial pelo número crescente de segundas residências pelo interior de alguns estados nordestinos. Compreendemos como interiorização das práticas de lazer e visitação o processo sem uma estação do ano predefinida, que também se apresenta em casos citados na literatura internacional, como podemos observar em zonas do interior da Espanha e que dão vazão a estudos sobre segundas residências e vilegiatura serrana, segundo nos mostram Calabuig e Ministral (1998).

Nesses termos, há indicação de fluxo de visitantes em áreas interioranas, cujo quantitativo menor do que o dirigido ao litoral não anula sua relevância no entendimento de um fluxo constante ao longo do ano e baseado em mercado interno, de forte origem associada à metrópole.

O delineamento dessa prática de lazer no Brasil, especialmente nas regiões serranas no Nordeste, não é um fenômeno de origem recente. As serras são, há bastante tempo, áreas de vilegiatura. Constituem atrativos clássicos na dinâmica em questão e a associar traços naturais a laços culturais. Fatores naturais contrastantes propiciados pela presença icônica de um bioma de clima subúmido e ameno, encravado em espaços normalmente de temperaturas elevadas, causa “espanto” a desconhecedores de tal “refúgio”.

Além das temperaturas amenas, adentar ao interior, como nos mostra Eduardo Campos (1993), em sua obra *A memória imperfeita*, traduz o sentimento por ele como um paraíso de amenidade e a denotar tendência do nordestino em valorizar o natural. Possibilita entender a persistência de manter laços com a natureza da região, fruto de raízes sertanejas de um passado agrário, relativamente recente na história nordestina e a moldar a percepção da sociedade urbana em relação a uma identidade cultural do Nordeste. Nas palavras do autor:

Nesses indícios ricos de imagens e inspiração que gizam os sentimentos pelo *locus amenus* ou paraíso, repousa certamente a tendência muito nossa (regional) de considerarmos a natureza – na qual deveremos inserir os sertões em momentos de generosa abundância aquífera – como ambiente ideal para o desfrute humano (CAMPOS, 1993, p. 13).

Nesse contexto, a serra em meio ao sertão foi incorporada como *locus* de amenidades para uma sociedade de lazer em constituição e motivada na alocação de recursos para aquisição ou construção de casas de temporada fora da área metropolitana e da metrópole, mas não distante, já que o perfil de seus vilegiaturistas confirma que vêm de lá a maioria deles. Motivados em aproveitar benesses naturais presentes nas proximidades, cresce o anseio do “morar” ocasionalmente em cidades serranas. Exuberância natural propiciada pelo relevo e vegetação característica, a destoar da paisagem semiárida a seu entorno, constitui importante atrativo para visitantes e/ou segundos residentes interessados em usufruir das amenidades, ainda que por apenas pequenos períodos do ano.

Acreditamos haver relação do crescimento da prática da vilegiatura na serra com a consolidação da vilegiatura marítima, e ainda, que a vilegiatura serrana se configura enquanto cenário alternativo ou como uma extensão das práticas marítimas modernas e veraneio litorâneo.

Os ensaios da configuração da vilegiatura nas serras do Nordeste brasileiro apresentavam indícios já no século XIX. No decorrer dos anos posteriores, as serras de climas amenos foram se tornando moradia temporária para figuras ilustres e elites nordestinas locais.

Evidências da evolução do processo estão descritas na historiografia da ocupação de cidades como Guaramiranga, no Ceará, e Gravatá, em Pernambuco, que em tempos pretéritos, bem como as cidades litorâneas, foram frequentadas pelo hábito constituído do morar temporário associado a tratamentos terapêuticos, principalmente enfermidades

respiratórias. Consiste em prática similar aos moldes do Brasil e em função dos deslocamentos da Corte portuguesa instalada no Rio de Janeiro, a Petrópolis e Teresópolis em movimento denominado de vilegiatura campestre por Pereira (2012). O autor complementa que “a Corte portuguesa, que difundira estâncias balneárias na Península Ibérica, depois de instalada em terras brasileiras, deslocava-se também em função da vilegiatura (campestre)”.

Na atualidade, critério importante para considerarmos a vilegiatura (litorânea e serrana) como prática moderna do lazer, é sua condição socioespacial permeada por sua transformação em negócio imobiliário com o expresse aval do Estado. Poderíamos, nesses termos, situá-la em um dos quatro momentos do processo evolutivo da vilegiatura, determinados por Dantas (2010): característica do final da década de 1980, inserida na lógica do mercado e beneficiada pelo planejamento estatal aliado a investimentos privados. Fatos esses que chamaram atenção dos pesquisadores que iniciaram o estudo do fenômeno, realizado ainda com outras denominações, tais como segundas residências, residências secundárias, Domicílios de Uso Ocasional (DUO) etc.

O estudo da vilegiatura no Brasil recebe maior respaldo e consistência com as evidências propiciadas por dados dos recenseamentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que, nos últimos Censos (1980, 1991, 2000 e 2010), passaram a contabilizar e classificar unidades habitacionais não ocupadas pela denominação de Domicílios de Uso Ocasional (DUO). As estatísticas dos Censos do IBGE indicavam constante aumento na taxa de crescimento de DUO nos municípios litorâneos metropolitanos nordestinos, bem como em algumas cidades interioranas na serra.

Na microrregião serrana cearense do Maciço de Baturité, por exemplo, no levantamento do ano de 1991, foram contabilizadas 1.412 habitações classificadas como DUO. Em 2010, esse número saltou para 4.726, apontando um aumento equivalente a 235% em 19 anos. A seguir, na Tabela 2, apresentamos a evolução em relação ao crescimento percentual dos DUOs, nas três cidades serranas citadas neste capítulo,

verificado em cada Censo Demográfico, subseqüentemente, feito ao início de cada década.

As curvas de evolução evidenciam ápices de maior crescimento percentual do número de DUOs em Gravatá, Guaramiranga e Lagoa Nova, no período médio de dez anos, correspondente ao intervalo para realização do recenseamento do IBGE. Chama atenção, apesar da desaceleração em determinados censos, o crescimento exponencial em todas as cidades e em todos os períodos analisados, demonstrando certa emergência do fenômeno. Em Guaramiranga, o maior crescimento em termos percentuais esteve entre as décadas de 1980 e 1990. Em Lagoa Nova, se deu no intervalo dos anos de 1990 para 2000. Em Gravatá teve seu ápice no recenseamento de 2010, comparado ao do ano 2000, com o incremento de quase 145% de novos DUOs, isto é, um total de 4.425 novas unidades habitacionais, consideradas aqui como segundas residências. Para melhor expressar esses ciclos de crescimento numérico dos DUOs nas cidades serranas estudadas, discriminamos na Tabela 2 os valores absolutos.

Tabela 2 – Evolução absoluta dos Domicílios de Uso Ocasional a cada Censo.

Ano Censo					
Cidade	1980	1991	2000	2010	Crescimento em 30 anos
Guaramiranga	109	239	327	540	395%
Gravatá	1.159	2.065	3.058	7.483	545%
Lagoa Nova	107	128	289	413	285%

Fonte: Sinopse dos Censos de 1980, 1991, 2000 e 2010. Org: próprios autores.

Esses dados disponibilizados pelos órgãos governamentais são fundamentais para percebermos a intensificação de práticas de lazer, também, em lugares diferenciados da ambiência litorânea, em cidades pequenas e bucólicas nas proximidades da metrópole, especificamente, no espaço de cidades serranas do Nordeste.

A taxa proporcional de DUOs na Região Nordeste (IBGE, 2010) evidencia concentração em áreas que apresentem amenidades e atratividades turísticas como o litoral metropolitano e as

regiões serranas. Caso particular tem se acentuado em cidades próximas também a cidades médias e, que já citamos, como o caso de Tibau, no Rio Grande do Norte.

O fenômeno se manifesta também em algumas regiões interioranas de maneira difusa, com o destaque ao interior baiano e piauiense a suscitar a lembrança que o Piauí teve sua origem histórica assentada no interior. A Bahia, enquanto o primeiro litoral ocupado do país, contemporaneamente assistiu à ocupação do seu interior pela busca de novas fronteiras agrícolas, sobretudo para a produção de grãos. Em contrapartida, é notada a ocorrência pontual de concentração de DUOs em algumas cidades serranas próximas às metrópoles.

Intentamos desvendar a vilegiatura, enquanto prática socioespacial, modernamente configurada e estabelecida em novas áreas do litoral e interior nordestino. Para este momento nossos apontamentos giraram em torno das serras de três estados: Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco, nas respectivas cidades serranas de Guaramiranga, Lagoa Nova e Gravatá, que emprestam-lhes seu cotidiano como pano de fundo para embasar a tese da configuração da vilegiatura serrana como indutora de urbanização de pequenas cidades serranas no Nordeste brasileiro, bem como nos detivemos a realidade de Tibau e sua forte relação com a cidade média de Mossoró, no Rio Grande do Norte. O fato é apreender a vilegiatura e, portanto, o incremento da segunda residência em pequenas cidades.

No caso da vilegiatura serrana, o fenômeno se efetiva em outras localidades no Nordeste, tais como Morro do Chapéu (BA), 16,5% dos Domicílios de Uso Ocasional; Meruoca (CE), 12,54%; Bananeiras (PB), 5,7%; e Garanhuns (PE), 11,5%. Os municípios aqui estudados são fruto de reflexões e de uma escolha metodológica que busca apreender o fenômeno como um todo. Na Tabela 3, expomos fatores e características das três cidades serranas citadas, a fim de comparar aspectos em comum que permitam construir critérios metodológicos para a sua escolha e, assim, para que possamos traçar uma proposta para a compreensão da vilegiatura serrana no Nordeste (OLIVEIRA, 2018).

Tabela 3 – Aspectos comparativos das cidades serranas estudadas.

Município	Altitude – sede	Temperatura – (média do mês mais frio)	População – habitantes	Taxa de domicílios de uso ocasional	Distância ⁵ p/ capital do estado
Guaramiranga	840m	15,6°C – agosto	4.164	30%	95km
Lagoa Nova	686m	16,8°C – julho	13.980	9%	150km
Gravatá	461m	16,4°C – agosto	76.458	22%	80km

Fonte: IBGE, 2010. IDEMA, 2008; ClimateData.org 2017. Org: próprios autores.

São dados representativos dos três municípios, mas com algumas especificidades individuais e dissonâncias, de acordo com fatores locais. Possuem relevo e paisagem com destaque para altitudes sobressalentes em meio à depressão sertaneja e a contribuir para o clima diferenciado, sobretudo com temperaturas mínimas em torno dos 16º centígrados. São cidades relativamente próximas da metrópole estadual (80 a 150 quilômetros) e possuem população e taxas de DUOs diferentes entre si (entre 9% e 30%).

Assim, partimos da emergência da prática da vilegiatura serrana em face de novas práticas de lazer, acomodação e estadia em lugares que seguem um perfil específico. A permanência efêmera geralmente ocorre em propriedades próprias ou alugadas, de uso secundário ou até mesmo de familiares, localizadas nas serras. Em geral, nas imediações de um centro urbano emissor, nesse caso, metrópoles em um raio de até 150km de distância. A proximidade da metrópole é um fator peculiar para as três cidades, o que confere ao tempo de deslocamento em torno de apenas uma a duas horas em veículo automotivo. Atualmente, vivenciando um momento de pandemia⁶, é muito

⁵ Distância em quilômetros, aproximada, por rodovia de menor distância (Fortaleza-Guaramiranga via rodovia estadual CE-065; Natal-Lagoa Nova, via rodovia estadual RN-203; Recife-Gravatá, via rodovia federal, BR-232. Medição feita partindo sempre do centro geográfico aproximado das respectivas metrópoles até o centro urbano de cada cidade pequena com auxílio do software livre Google Maps).

⁶ Pandemia desencadeada a partir do adoecimento por Covid-19. O coronavírus disseminou-se pelo mundo no final de 2019, deixando, até o presente momento, no caso brasileiro, quase 100 mil mortos e por isso tem limitado bastante o número de viagens pela proibição e legislação dos governos.

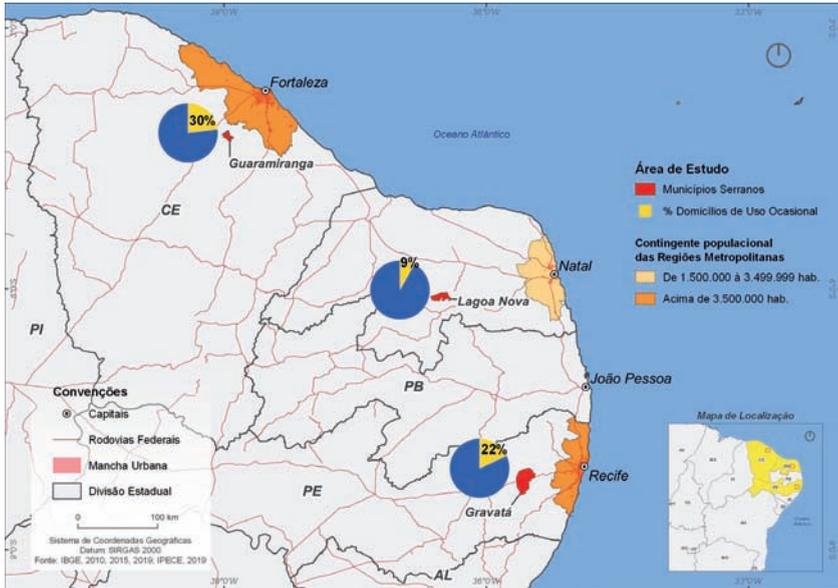
provável que haja um incremento desse fenômeno logo que o isolamento social seja finalizado e as viagens sejam totalmente liberadas, pois nos parece evidente que as viagens curtas serão as primeiras a serem retomadas, por conta da possibilidade de oferecer maior segurança à saúde das pessoas.

A proximidade espacial é um fator que torna as relações com as metrópoles e/ou cidades médias mais intensas. Essas constatações corroboram o pressuposto de que a variável distância é um importante fator para aquisição/construção de segundas residências nas serras e no litoral. Autores do tema apontam o fator distância como critério metodológico para se elaborar escalas de controle imobiliário das segundas residências.

Trata-se de variável interessante para se compreender a dinâmica da mobilidade e movimento da vilegiatura no espaço, mas a distância não deve manter-se rígida e inflexível, para que possamos classificar as cidades que estão para além dos exemplos limitados a 130km de distância da segunda para primeira residência e para que possamos, por exemplo, pensarmos em outras escalas que abarquem a lacuna entre a escala internacional e a escala regional-estadual.

Na Figura 2 temos uma síntese de informações e variáveis que resumem o processo e o fenômeno. É possível localizar as três cidades serranas (em vermelho) e sua distância em relação às metrópoles. Podem também ser visualizadas as vias de acesso pelas quais se dá a mobilidade do “vilegiaturar na serra”. Lembremos que esse deslocamento pode ser feito por tráfego aéreo (helicópteros). Em Guaramiranga e Gravatá, por exemplo, constatamos um interessante número de helipontos, sobretudo em propriedades privadas de vilegiaturistas. Outra informação apresentada na figura diz respeito à área de abrangência das regiões metropolitanas (RM), assim como sua população. As RMs de Recife e Fortaleza possuem contingente populacional similar, enquanto Natal contabiliza, aproximadamente, metade.

Figura 2 – Síntese da área em estudo 2 – Domicílios de Uso Ocasional (DUO).



No tocante às taxas de DUOs das três cidades mencionadas, Guaramiranga, no Ceará, possui a mais elevada proporção, totalizando quase um terço dos domicílios nos municípios classificados pelo IBGE como unidades habitacionais usadas para fins de lazer em uso esporádico. Em Lagoa Nova, o índice não chega a 10%. No entanto, identificamos um aumento desse percentual de 43% entre os anos de 2000 e 2010, enquanto o crescimento de domicílios particulares foi de 38%. Pensamos que o desenvolvimento da prática da vilegiatura na cidade é um processo mais recente e em crescimento.

Quanto ao número absoluto de DUOs, no ano de 2010, Gravatá se destaca em relação às outras cidades. O total de 7.483 DUOs assemelha-se e até ultrapassa o total desse tipo de domicílio em muitas das cidades litorâneas, consideradas pioneiras da prática da vilegiatura marítima no Nordeste. Do posto, Gravatá se torna a terceira cidade de Pernambuco com maior número absoluto de DUOs, ficando atrás apenas de Recife, com 9.094 unidades habitacionais e da Ilha de Itamaracá, com 10.308. Dados coletados junto à Secretaria de Finanças e Tributos de Gravatá,

já no ano de 2017, dão conta que esse número fornecido pelo censo do IBGE em 2010 é subestimado em quase o dobro. Para a Prefeitura de Gravatá, esse número chega a aproximadamente 15 mil, considerando o número total de 14.915 boletos de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) que são endereçados para outros municípios espalhados por todo o Brasil, em sua grande maioria para Recife e região metropolitana. Nesse contexto, o que faz de uma cidade serrana com população inferior a 80 mil habitantes possuir mais segundas residências do que a capital estadual e metrópole litorânea?

Essas indagações e informações nos impulsionam a compreender os processos que dinamizam as relações socioespaciais entre metrópoles e cidades médias *versus* cidades pequenas (serranas e litorâneas), por meio da expansão da vilegiatura. Tendo em vista que transformações espaciais atribuem a essas pequenas cidades novos valores e funções pela implantação de infraestruturas voltadas às atividades de moradia temporária e visitação, com conseqüentes implicações espaciais, fruto de investimentos e políticas empreendidos nas cidades favorecidas pela vilegiatura e os resultados deles decorrentes.

Considerações finais

Para compreender a dinâmica do espaço não metropolitano apropriado pela vilegiatura é necessário considerar as relações consolidadas entre ele e as metrópoles às quais sua região de influência direta conecta-se. A metrópole estimula fluxos e exerce influência nas áreas não metropolitanas, independentemente da presença ou não de atrativos turísticos e produção de lazeres. Nesse panorama, a centralidade típica de um padrão espacial metropolitano se configura naturalmente dentro do processo urbano global. No entanto, apreendeu-se que em movimentos cada vez mais constantes, as cidades pequenas serranas e litorâneas apropriadas pela vilegiatura alteram, em parte, a dinâmica espacial desses fluxos.

A busca pelo lazer se espraia em direção ao litoral não metropolitano e ao espaço serrano, de acordo com os atrativos e as necessidades por lazer da sociedade urbana. A motivação pela

busca da serra e do litoral em cidades de pequeno porte se pauta na busca pelo descanso e lazer em áreas de amenidades com atributos naturais e culturais diferenciados do cotidiano urbano metropolitano ou da cidade média.

Nesse intento, as trocas contemporâneas observadas reproduzem-se em algumas áreas não metropolitanas, sobretudo para o consumo dos centros urbanos menores como uma tentativa de fuga do cotidiano frenético da grande cidade. Lefebvre (1991) já tratava da busca pela ambiência natural ao afirmar em sua obra *O direito à cidade* que o direito à natureza entrou para a prática social em favor do lazer para romper com a rotina urbana banal, o barulho, a fadiga do modo de vida nas cidades.

Configura-se, então, uma articulação em rede de pequenas, médias e grandes cidades que ocorre em função de demandas geradas pela e para a vilegiatura. Nessa teia configurada, as relações e trocas se tornaram agenda relevante para a economia de pequenas cidades serranas e litorâneas *locus* de vilegiatura a repercutir em nova dinâmica e modo de vida nos lugares, sobretudo onde investimentos imobiliários para segundas residências desencadeiam novas funcionalidades na rede urbana regional.

Os praticantes da vilegiatura não metropolitana levam consigo seu modo de vida urbano, frenético e apressado, inclusive aos momentos de lazer e descanso, ainda que estejam dispostos a abdicar momentaneamente do conforto de suas casas na cidade grande. As cidades apropriadas para o lazer, sobretudo de elites, se inserem na lógica mercadológica e, em vista disso, necessitam adequar a infraestrutura de serviços para atender à demanda do mercado imobiliário, da atividade turística e da vilegiatura. É interessante aos visitantes aliar benesses e amenidades presentes no verde e no mar com a conveniência dos modos de vida urbano, a fim de levar o conforto de casa para onde se passa férias. As pequenas cidades ganham outros ares, dinâmicas e vida, em especial em determinados períodos do ano. A agenda de pesquisa sobre esse fenômeno está aberta.

Referências

- BOYER, M. *Les villegiatures du XVIe au XXIe siècle: panorama du tourisme sédentaire*. Paris: Éditions Sem, 2008.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 2010. *Glossário Cartográfico*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/glossario/glossario_cartografico.shtm>. Acesso em: 8 agosto 2019.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Sinopse preliminar do Censo Demográfico de 1991*. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.
- _____. *Sinopse preliminar do Censo Demográfico de 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- _____. *Sinopse preliminar do censo demográfico de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- BRIZ, Maria da Graça Gonzalez. A vilegiatura balnear marítima em Portugal. Sociedade, Urbanismo e Arquitectura (1870-1970). 2004. Tese (doutoramento em História da Arte Contemporânea), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2004.
- CALABUIG, Jordi; MINISTRAL, Marta. *Manual de Geografia Turística de España*. Madrid: Editorial Síntesis, 1998.
- CAMARGO, H. L. *Uma pré-história do turismo no Brasil*. Recreações aristocráticas e lazeres burgueses (1908-1850). São Paulo: Aleph, 2007.
- CAMPOS, Eduardo. *A memória imperfeita: ideias, fatos e costumes*. Expressão Gráfica e Editora, 1993.
- CORBIN, A. *O território do vazio*. A praia e o imaginário ocidental. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- COSTA, Jordana Medeiros. Uso corporativo do território e turismo no Rio Grande do Norte. In: *A pesquisa e a produção geográficas: o pulsar no tempo e no espaço*. Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. Goiânia, 2011.
- BATISTA, Joane Luiza Dantas Vieira. Vilegiatura marítima e urbanização em Tibau. In: FONSECA, Maria Aparecida Pontes da (Org.) *Segunda residência, lazer e turismo*. Natal: EDUFRN, 2012.
- BATISTA, Joane Luiza Dantas Vieira; OLIVEIRA, Elizângela Justino de. Vilegiatura marítima e urbanização em Tibau. In: *Anais do IX Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo*. Universidade Anhembi Morumbi. São Paulo, 2012.
- CARVALHO, Rodrigo Guimarães de. Problemas de uso e ocupação do solo e degradação ambiental no núcleo urbano de Tibau (RN). In: XIII Encontro Brasileiro de Geografia Física Aplicada, 2009, Viçosa (MG). *A geografia física e as dinâmicas de apropriação da natureza*. Vol. 1. Viçosa (MG): Editora da UFV, 2009.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. *Maritimidade nos trópicos: por uma geografia do litoral*. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; PEREIRA, Alexandre Queiroz. Reflexões sobre a vilegiatura marítima nos trópicos. In: DANTAS, E. W. C; FERREIRA, A. L; CLEMENTINO, M. L. M. (Org.) *Turismo e imobiliário nas metrópoles*. Rio de Janeiro: Letra Capital, v. 1, p. 71-84, 2010.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia et al. Turismo litorâneo e vilegiatura marítima na Região Metropolitana de Fortaleza. In: 12 Encuentro de Geógrafos de América Latina, 2009, Montevideo. *Caminando en una América Latina en transformación*, v. 1, p. 1-15, 2009.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; PEREIRA, Alexandre Queiroz; PANIZA, Andrea. Urbanização litorânea e vilegiatura marítima nas metrópoles nordestinas brasileiras. *Cidades*, Presidente Prudente, v. 5, p. 14-34, 2008.

FELIPE, José Lacerda Alves. *Mossoró: um espaço em questão*. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 1980.

FELIPE, José Lacerda Alves. O local e o global no Rio Grande do Norte. In: VALENÇA, Márcio Moraes; GOMES, Rita de Cássia da Conceição. (Org.) *Globalização e Desigualdade*. Natal: As editoras, p. 226-240, 2002.

FELIPE, José Lacerda Alves; ROSADO, Vingt-Un. *Tibau, espaço e tempo*. 3. ed. Mossoró: Coleção Mossoroense, 2002, v. 1.215, 158p.

_____. *Organização do espaço urbano de Mossoró*. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 1982.

_____. *Rio Grande do Norte: uma leitura geográfica*. Natal, RN: EDUFRN, 2010.

GOMES, Iara Rafaela. Vilegiatura além da metrópole: urbanização em Tibau (RN). Tese (doutorado em Geografia), Centro de Ciências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico 1991*. Rio de Janeiro, 1991.

_____. *Censo agropecuário 1995*. Rio de Janeiro, 1995-1996.

_____. *Censo demográfico 2000*. Rio de Janeiro, 2000.

_____. *Censo agropecuário 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

_____. *Censo demográfico 2010*. Rio de Janeiro, 2010.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Tradução: Rubens Eduardo Farias. São Paulo: Moraes, 1991.

LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. 4. ed. Paris: Anthropos, 2000.

OLIVEIRA, P. R. A. Vilegiatura e urbanização em cidades serranas no Nordeste brasileiro. Tese (doutorado em Geografia), Programa de Pós-

Graduação em Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

PANIZZA, A. C.; PEREIRA, A. Q. Residências secundárias e estruturação socioespacial da zona costeira cearense, Brasil. *Geografia*, Londrina, v. 18, p. 53-74, 2009.

PEREIRA, A. Q. A urbanização vai à praia: contribuições da vilegiatura marítima à metropolização no Nordeste brasileiro. Tese (doutorado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

ROSADO, Vingt-Um. *A engenharia nacional passou por Mossoró, seguindo as pegadas do sonho grafiano*. Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado, 2000.

ROSADO, América. *Os holandeses nas salinas do Rio Mossoró*. Mossoró: [s.n.], 1987. Edição especial para o Acervo Virtual Oswaldo Lamartine de Faria.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SILVA, Kelson de Oliveira; FONSECA, Maria Aparecida Pontes da. A produção de residência secundária no litoral oriental potiguar – turismo e capital imobiliário. *Caderno Virtual de Turismo*, v. 10, v. 1, p. 50-63, 2010.

Os estudos acerca da geografia urbana e regional dos lazeres foram introduzidos no LAPUR por Eustógio Dantas no final do século XX e início do século XXI. Assim, os estudos sobre a valorização dos espaços litorâneos vêm demonstrando o papel dos lazeres e do turismo na produção dos espaços urbanos contemporâneos. As cidades ou as metrópoles litorâneas voltam-se para seu lado mar, construindo infraestruturas para os lazeres e, especialmente, para a atração de fluxo turístico.

O livro *Espacialidades Turísticas: do regional ao global*, construído a várias mãos, representa bem mais que uma publicação; ao contrário, constitui-se como resultado de tradicionais e novas parcerias. Ao mesmo tempo, conclama a comunidade acadêmica ao debate científico acerca do que aqui chamamos geografia urbana e regional dos lazeres.

LETRAPITAL

ISBN 978-65-89925-08-8



9 786589 925088